

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

MARCO TÚLIO MARTINS

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A FORMAÇÃO
TERRITORIAL BRASILEIRA À LUZ DOS PROJETOS TERRITORIAIS DO
EXÉRCITO (1889-1930)**



Uberlândia
2017

MARCO TÚLIO MARTINS

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A FORMAÇÃO
TERRITORIAL BRASILEIRA À LUZ DOS PROJETOS TERRITORIAIS DO
EXÉRCITO (1889-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia do Instituto de
Geografia da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para a
obtenção do Título de Doutor em
Geografia

Área de Concentração: Gestão e
Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof^a Dra. Rita de Cássia
Martins de Souza

Uberlândia

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M386h
2017 Martins, Marco Túlio, 1988-
 História do pensamento geográfico : formação territorial do Brasil à
 luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930) / Marco Túlio
 Martins. - 2017.
 306 f. : il.

 Orientadora: Rita de Cássia Martins de Souza.
 Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Território - Teses. 3. Território nacional -
 Brasil - Teses. I. Souza, Rita de Cássia Martins de. II. Universidade
 Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
 Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

MARCO TÚLIO MARTINS

“HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA À LUZ DOS PROJETOS TERRITORIAIS DO EXÉRCITO (1889-1930)”.



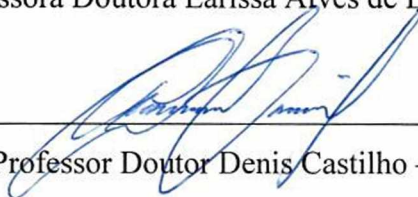
Profª. Doutora Rita de Cássia Martins de Souza (Orientadora) - UFU



Professor Doutor Paulo Roberto Albuquerque Bomfim – IFSP



Professora Doutora Larissa Alves de Lira – USP – SP



Professor Doutor Denis Castilho – UFG



Professora Doutora Gláucia Carvalho Gomes – UFU

Data: 27 / 04 de 2017

Resultado: Aprovado

*Dedico este trabalho aos meus pais,
pelo amor incondicional*

AGRADECIMENTOS

Foram quase dez anos de um sonho que se iniciou em 2008. Ainda muito jovem, na adolescência, tinha em meus perdidos pensamentos o anseio de adentrar no mundo da ciência e das letras. Apaixonado por leituras das mais diversas me joguei ao encontro da ciência geográfica sem saber exatamente no que aquilo iria me trazer. Desde a primeira aula na Graduação, os professores do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia me fizeram encantar por uma ciência tão complicada e tão complexa. Nestes dez anos fui conduzido para o mundo da pesquisa e aproveitei a oportunidade e mergulhei nas minhas próprias angústias e desejos. Foram duas iniciações científicas, uma monografia, uma dissertação e agora, enfim, a tese. Gostaria de deixar registrado neste espaço que o percurso não foi e nunca será fácil para nenhum sujeito que se propõe adentrar num mundo cheio de armadilhas como o da pesquisa. Porém, o crescimento pessoal e profissional é inquestionável. Durante todo esse percurso alguns anjos apareceram para dar a leveza diante de um quadro tão pesado.

Primeiramente agradeço a minha família por ter partilhado comigo todas as etapas e todos os momentos de angústia deste longo processo. Quero agradecer aos meus pais, pessoas tão guerreiras que nunca me deixaram desistir de nenhum dos meus sonhos. O sonho da vida acadêmica, da pesquisa, das compras intermináveis de livros sempre foi vivido por nós. Agradeço ao meu irmão, que muitas vezes distantes um do outro me ensinou e me ensina o sentido do que é tranquilidade e paz de espírito.

Agradeço aos meus avós, aos que estão entre nós e ao meu avô que já partiu para uma outra jornada. São neles que me apoio nos momentos em que aflora a vontade de desistir e seguir outros rumos. Um agradecimento especial a minha avó Aparecida que sempre ensinou o sentido de seguir em frente e lutar pela e para a vida.

Agradeço também aos meus tios e primos que sempre me incentivaram continuar nos caminhos profícuos da Universidade.

Agradeço imensamente ao núcleo familiar que nós escolhemos no decorrer da vida: os amigos. Tenho medo de incorrer em algum erro me esquecendo de alguém, mas vou citar alguns que se destacaram no decorrer desta trajetória.

Aos meus amigos do NÚCLEO DE PESQUISA EM GEOGRAFIA E MEMÓRIA que sempre estiveram presentes no processo de construção da pesquisa.

Agradeço os momentos de profundo aprendizado nas discussões de textos, no debate de ideias e na construção conjunta do conhecimento geográfico. Vocês foram essenciais.

Eu não poderia deixar de destacar minha amiga Rosimeire Petrucci. Mulher de muita garra e de muita força. Obrigado pelos tempos intermináveis de conversas, por aliviar minhas tensões sempre que me sentia perdido. Obrigado pelo companheirismo e pela fidelidade sempre. Agradeço-te pelo acolhimento em sua casa nos momentos mais difíceis da minha vida até agora. Sou uma pessoa iluminada por ter sua amizade e por ter você por perto sempre que precisei. Conte comigo sempre. Ahh, eu iria me esquecendo. Obrigado por compartilhar comigo a nossa pergunta rotineira. E aí? A Rita falou alguma coisa do meu texto pra você?

Um outro agradecimento especial vai para Laís Naiara que nos últimos meses acompanhou toda a minha angústia da escrita. Obrigado por todos os momentos que ficamos conversando nas madrugadas na cidade de Itapuranga-GO. Obrigado pelo companheirismo, pela amizade, pela cumplicidade e por toda a ajuda que me ofereceu com a parte cartográfica do trabalho. Sem você no meu caminho teria sido mais difícil. Deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também a Karine Silva, minha amiga, minha irmã, meu porto seguro em Goiânia. Obrigado por todo o amor dedicado a mim nestes quatro anos de amizade. Não poderia me esquecer da minha amiga Adria por sempre deixar as coisas da vida mais leve. Agradeço pela sua amizade, pelo seu amor e por ser minha psicóloga gratuita. Amo muito vocês.

Não posso deixar de agradecer uma pessoa tão especial que apareceu na minha vida em novembro de 2014. Agradeço ao Diogo Veloso por todos os momentos que passamos juntos e que você esteve junto comigo lutando para que eu não deixasse tudo de lado. Obrigado por compreender os momentos de ausência e os momentos de explosão que mais do que ninguém você presenciou. Obrigado por ser essa pessoa maravilhosa que nos momentos mais difíceis consegue e conseguiu passar tranquilidade para todos que estão a sua volta. Obrigado por existir na minha vida e por fazer parte desse fragmento de minha história.

Meus sinceros agradecimentos também são para o Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e a todo o corpo docente da Graduação e Pós-Graduação que participaram da minha formação acadêmica e que abriram as portas para que eu pudesse trilhar os caminhos da pesquisa e do ensino.

Agradeço imensamente aos professores Denis Castilho e Gláucia Carvalho pelas contribuições no exame de qualificação. Com certeza, sem esse diálogo seria mais difícil perceber as lacunas do trabalho. Obrigado pelo profissionalismo e pela gentileza nos apontamentos em relação à pesquisa.

Meus agradecimentos também são para a Capes pelos dois anos de bolsa concedida e que foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Sinceramente, não sei como agradecer uma pessoa tão especial para mim como Rita de Cássia Martins de Souza. São tantas histórias, são tantos anos juntos que nem sei mais se posso rotula-la como somente minha orientadora. Foram tantos momentos felizes, foram tantos momentos tristes, foram tantos momentos de angustia, tantos momentos de esperança que, realmente, dizer algo sobre uma pessoa que tem um papel estruturante na nossa vida é muito difícil. De fato, só tenho a agradecer pela sua existência em minha vida, por ter me ensinado a ser o que sou hoje. Por ter me dado força para lutar nos momentos em que não se via luz e nem túnel. Serei eternamente grato por tudo o que passamos juntos, da relação acadêmica a relação de amizade. Você é e será minha eterna mestra. Os meus sinceros e incondicionais agradecimentos recheados de muito carinho e amor.

Agradeço a todos, que mesmo não citados nestas breves linhas estiveram ao meu lado compondo o quadro, na maioria das vezes colorido, da minha vida. Agradeço a essa força maior denominada de Deus, que me concedeu a vida e me deu forças para lutar sempre.

RESUMO

Esta tese *História do Pensamento Geográfico: A formação territorial brasileira à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930)* investiga os projetos territoriais elaborados e desenvolvidos pelos militares na Primeira República e a relação do Estado brasileiro na condução do processo de formação territorial do Brasil. Para isso foram utilizados como fontes primárias os Relatórios do Ministério da Guerra e a cartografia militar produzida entre 1889 e 1930. Os temas desenvolvidos e demonstrados nesses documentos estavam envoltos de projetos e anseios do Estado que foram colocados em prática inúmeras vezes, durante a história do Brasil, pelos militares. Destaca-se nesta tese três importantes projetos territoriais militares: as *Colônias Militares*, as *Linhas Telegráficas* e as *Vias de comunicação*. Percebe-se, a partir da análise da atuação das instituições das forças armadas terrestres, que os militares foram imprescindíveis para a condução do processo de formação territorial do Brasil bem como no alinhamento do país nos moldes da modernidade e da modernização capitalista. Assim, a *Geografia dos Estados Maiores* ofereceu os subsídios necessários para que o projeto geopolítico do Estado brasileiro, ligado aos militares, pudesse ser colocado em prática.

Palavras-Chave: Pensamento Geográfico; Formação Territorial do Brasil; Exército; Militares; Território.

ABSTRACT

This thesis *History of Geographical Thought: The Brazilian territorial formation in the light of the territorial projects of the Army (1889-1930)* seeks to investigate the territorial projects elaborated and developed by the military in the First Republic and the relation of the Brazilian State in the conduction of the territorial formation process of the Brazil. For this purpose, the reports of the Ministry of War and the military cartography produced between 1889 and 1930 were used as primary sources for the analysis. The themes developed and demonstrated in these documents were surrounded by projects and State longings that were put into practice countless times, During the history of Brazil, by the military. Three major military territorial projects stand out in this thesis: the Military Colonies, the Telegraph Lines and the Roads of Communication. It can be seen from the analysis of the actions of the institutions of the armed forces on the ground that the military was essential for the conduct of Brazil's territorial formation process as well as for the alignment of the country in the molds of modernity and capitalist modernization. Thus, the Geography of the Major States offered the necessary subsidies so that the geopolitical project of the Brazilian State, linked to the military, could be put into practice.

Key-Words: Geographic thought; Territorial formation of Brazil; Army; Military; Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta Geral do Império (1879)	71
Figura 2 - Carta Geral do Brasil (1913-1914) – Levantamento Corográfico	73
Figura 3 - Carta do Brasil ao Milionésimo.....	82
Figura 4 - Carta Geográfica do Brasil	83
Figura 5 - Carta Geográfica do Brasil	84
Figura 6 - Carta do trecho entre o marco dos Quatro Irmãos e a Foz do Rio Turvo (1919)	86
Figura 7 - Mapa dos limites do Brasil com a Guiana Inglesa (1898).....	87
Figura 8 - Mapa Geológico do Brasil Meridional (1934)	91
Figura 9 - Localização das Colônias Militares no Brasil – 1832-1913	103
Figura 11 - Esboço Cartográfico do Brasil Militar.....	111
Figura 12 - Brasil Regiões Militares	112
Figura 13 - A: Rio Cuminá.....	119
Figura 14 - B: Rio Curuá.....	120
Figura 15 - C: Rio Mapuerá	121
Figura 16 - D: Rio Cachorro	122
Figura 17 - E: Rio Yamundá	123
Figura 18 - F: Paranamirys entre Yamunda e Trombetas	124
Figura 19 - G: Rio Trombetas	125
Figura 20 - H: Rio Maycurú.....	126
Figura 21 - Tabela de distâncias e altitudes de Cuyabá ao Registro	131
Figura 22 - Distrito Telegráfico do Paraná.....	137
Figura 23 - Esquema das Comunicações Radio Telegráficas do Brasil.....	145
Figura 24 - Rede Radio Telegráfica do Brasil (1930).....	146
Figura 25 - Plano da Comissão de 1890.....	151
Figura 26 - Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso	160
Figura 27 – Planta da viação do estado do Paraná 1908	162
Figura 28 - 12ª Região de Inspeção Permanente.....	165
Figura 29 - Mapa Geral do Brasil (1911).....	171

Figura 30 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911).....	173
Figura 31 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911).....	174
Figura 32 - Evolução da rede ferroviária no Brasil (1870-1930)	175
Figura 33 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911).....	176
Figura 34 - Carta de Viação Férrea do Brasil (1919).....	178
Figura 35 - Brasil – Estradas de Ferro Provinciais.....	181
Figura 36 - Plano Político-Econômico de uma rede de estradas de ferro para a parte Sul do Brasil (1881).....	182
Figura 37 - Esquema Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil (1917).....	183
Figura 38 - Plano Geral Rodoviário do Brasil.....	186
Figura 39 - Carta das vias de comunicação de maior importância militar (1934)	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Porcentagem de ministros militares, 1971-1930 (ministros efetivos)	44
Quadro 2 - Militares congressistas, 1886-1934	44
Quadro 3 - Episódios e Instituições que marcam o SGE	63
Quadro 4 - As Regiões Militares e suas respectivas Unidades (1910-1940)	107
Quadro 5 - Tabela de distâncias e altitudes de Cuyabá ao Registro	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das Colônias Militares no Brasil – 1832-1913.....	103
Mapa 2 - Regiões Militares do Brasil – 1910 a 1940	110
Mapa 3 - Rede Radio Telegráfica do Brasil (1930)	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHE	Arquivo Histórico do Exército
CCGB	Comissão da Carta Geral do Brasil
CCGI	Comissão da Carta Geral do Império
CGGSP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
CGI	Comissão Geológica do Império
CMs	Colônias Militares
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNS	Comissão Nacional de Siderurgia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSDN	Conselho Superior da Defesa Nacional
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSG	Diretoria do Serviço Geográfico
EAEG	Escola Astronômica de Engenharia Geográfica
EEGM	Escola de Engenheiros Geógrafos Militares
EGE	Escola de Geógrafos do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
ERX	Expedição Roncador Xingu
FBC	Fundação Brasil Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
MACOB	Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
MAIC	Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio
RGT	Repartição Geral dos Telégrafos
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SGE	Serviço Geográfico do Exército

SGM	Serviço Geográfico Militar
SGMB	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
SGRJ	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
SPILTN	Serviço de Ensino Agrônomo e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1.....	31
FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E SUA GEO-HISTÓRIA MILITAR: 1889-1945.....	31
CAPÍTULO 2.....	57
O ESTADO, AS INSTITUIÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO E OS ESTUDOS SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO: O DESTAQUE PARA A CARTOGRAFIA.....	57
CAPÍTULO 3.....	96
AS COLÔNIAS E AS REGIÕES MILITARES: A GEOESTRATÉGIA DO EXÉRCITO...	96
CAPÍTULO 4.....	116
AS LINHAS TELEGRAPHICAS MILITARES: UM PROJETO PARA A MODERNIDADE	116
CAPÍTULO 5.....	148
O PROJETO VIÁRIO DOS MILITARES: CAMINHOS, ESTRADAS E FERROVIAS ...	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	202
ANEXO 1: CARTAS/MAPAS DO BRASIL DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO	203
ANEXO 2: QUADRO BIO-BIBLIOGRÁFICO DOS MINISTROS DA GUERRA/EXÉRCITO QUE PRODUZIRAM OBRAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS TERRESTRES	211

INTRODUÇÃO

O Exército brasileiro foi junto ao Estado, no século XIX, sobretudo após a Proclamação da República e a Guerra do Paraguai, imprescindível para a formação de políticas territoriais que se consolidaram ao longo do século XX. Foi nesse contexto que se intensificou o processo de fortalecimento e integração das instituições militares (escolas, fortificações e institutos) e também no qual a Geografia como ciência conquistou um espaço institucional¹. Pode-se dizer, assim, que a Geografia encontra um espaço de afirmação nas instituições militares, embora não sendo aquele que seria o principal espaço de sua propagação como ciência, no século XX no Brasil: a Universidade.

A criação das instituições militares a partir do início do século XIX – mais especificamente com a Independência em 1822 – tal como a criação da Real Academia Militar em 1810, foi considerada um dos marcos imprescindíveis no que diz respeito ao papel desempenhado pelo Exército na constituição da unidade nacional e territorial brasileira, tendo sido o discurso geográfico central na constituição de um *projeto geopolítico* para o Brasil. Esse fato pode ser verificado na análise de obras e na cartografia produzida pelos militares do início do século XIX até o século XX.

Pode-se entender por *projeto geopolítico brasileiro* uma práxis formada entre ensaístas, geógrafos, militares, economistas, dentre outros profissionais, pelo menos desde a virada para o século XX, na qual verifica-se um pragmatismo de explícita intenção *ordenadora do território*, sempre pretendendo-se útil, técnico; em várias ocasiões, avesso a preocupações teóricas, em outras, buscando afirmar por meio da teoria uma importância no rol das ciências. A preocupação em dotar o território brasileiro de uma densa e vasta rede de comunicações pode ser considerada como a pedra fundamental de um protoplanejamento que ligaria ensaístas pertencentes a períodos os mais variados da República. É de notar, igualmente, que essa preocupação fundou-se em propostas ora mais ou ora menos intervencionistas – embora prevalecendo o último modelo –, indicando, no tangente à própria ordenação do território, sentidos cujo grau de centralização e descentralização variou como um “movimento pendular”, ao qual um ideólogo do regime militar como Golbery do Couto e Silva classificara como as “sístoles e diástoles da federação brasileira”. (BOMFIM, 2007, p.6-7).

As obras dos militares, elaboradas pelos Ministros da Guerra, chefes do Estado-Maior e oficiais-generais que apresentavam como temática central a revisão histórica do

¹ Ver em Cláudia Maria Costa Alves (2002) *Cultura e Política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*.

Brasil, traziam mais do que um resgate dos fatos da história, mas elaborações geoestratégicas ou geopolíticas para o Brasil. Essas elaborações perpassavam temáticas tais como fronteiras e limites, recursos naturais, população, ocupação de lugares estratégicos, desenvolvimento do sertão, transportes, vias de comunicações e constituição das redes telegráficas.

Não somente as obras militares foram elaboradas com esse sentido, mas a cartografia militar também foi construída para dar subsídio ao projeto territorial elaborado pelos militares. Os temas centrais da geopolítica do final do XIX e início do XX estavam presentes nessas cartas como propostas de implementação, construção e ordenamento do território nacional tal como as classes dominantes brasileiras desejavam. Pode-se entender, portanto que a Geografia contribuiu efetivamente para que o projeto nacional, ou mesmo, o projeto geopolítico brasileiro colocado em curso desde a fundação do Estado pelas classes dominantes pudesse ser materializado.

Na verdade, as teorias modernas dessa disciplina foram, em muito, veículos de legitimação das nacionalidades e dos respectivos projetos nacionais. O discurso geográfico foi, sem dúvida, um elemento central na consolidação do sentimento de “pátria”, podendo-se mesmo dizer que esse teria sido o principal núcleo divulgador da idéia da identidade política por critérios espaciais. (MORAES, 2005b, p.107).

As instituições militares fundadas no século XIX funcionaram como veículo básico de divulgação da Geografia da mesma forma que o aparelho escolar apresentou importância substancial no que diz respeito à formação de um ideário nacional de pátria. A difusão da Geografia por dentro das instituições militares tal como nas escolas das forças armadas terrestres teve seu processo de difusão antes mesmo que houvesse uma consolidação institucional dessa ciência no Brasil.

O conhecimento geográfico presente nas obras e na cartografia militar adveio de teorias europeias² adaptadas à realidade de um país colonial tal como ocorreu com a difusão desse conhecimento em espaços sem ligações com as forças armadas. Nesse sentido, trabalhar-se-á com o sentido da existência ou mesmo a coexistência de Geografias que aparecem por meio de vários veículos institucionais. Nesta tese, propõe-se evidenciar, dentre outras questões, a construção de uma representação do

² “Trata-se de uma situação curiosa na assimilação das idéias europeias: assumem-se os conceitos, as teorias, e a prática disciplinar, sem importar a própria disciplina diretamente. O “geógrafo” do período imperial era um autodidata, voraz leitor da bibliografia europeia da matéria, copilador de seus antecessores e atento observador do seu meio regional”. (MORAES, 2005, p.117).

conhecimento geográfico produzido pelos militares e por suas instituições representativas – aquelas ligadas ao ensino militar e ao fazer prático do Exército – que foi basilar no processo de estruturação material do território, ou mesmo, de seu ordenamento.

Cabe bem diferenciar de imediato “ordenamento territorial” de “regulamentação do uso do solo”, pois se trata de proposições escalares distintas, que se referem a diferentes competências legislativas e executivas. O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contigüidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território. (MORAESc, 2005, p.45).

Cabe aqui de imediato, colocar o que se entende por pensamento geográfico, pois, é a partir deste conceito, que será estruturada a análise da cartografia militar e dos Relatórios do Ministério da Guerra. Estes dois objetos devem ser inseridos na amplitude da existência de discursos que promovem uma interpretação sobre as dinâmicas espaciais brasileiras ocorridas historicamente e que, necessariamente, expõem uma certa visão de mundo, carregada de valores, sobre o território.

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. [...] Eles [os temas geográficos] emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. (MORAES, A.C.R, 2005a, p.32).

Assim, pode-se considerar que as instituições militares apresentam um conjunto de discursos a respeito do espaço e por isso substantivam concepções de uma dada sociedade, no caso, a brasileira. Junto ao conceito de pensamento geográfico, o de formação territorial também é caro a esta pesquisa.

Deve-se ter em consideração que o conceito de formação territorial transcende o de território em si, uma vez que se trata de um processo de ordem política, econômica e cultural com manifestações materiais concretas específicas, segundo as formações sociais envolvidas. Nesse sentido, território e Estado aparecem amalgamados em sua elaboração histórica. Segundo Moraes,

A construção política dessa jurisdição [o Estado territorial] pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurisecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno. (MORAES, 2005c, p.51).

Segundo Poulantzas (1980) o Estado sempre esteve ligado constitutivamente nas relações de produção da existência numa dada sociedade. O Estado deve ser entendido como uma relação, “mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 147).

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 36, grifo do autor).

Entender o Estado como uma relação, permite compreender a sua configuração, ou seja, aquilo que diz respeito à composição das relações entre as classes de uma dada sociedade. Permite envolver, portanto, os encaminhamentos dados às políticas institucionais direcionadas para o território – o domínio do Estado sobre o ordenamento de uma porção da superfície terrestre – sendo ele a expressão material do embate social dada por meio das instituições que o compõe.

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a

curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo tempo (POULANTZAS, 1980, p. 213).

O Brasil, uma das maiores porções territoriais do mundo, apresenta, como todas as demais formações territoriais processos particulares, aproximando-se bastante dos demais países de passado colonial na América. Processos esses, que foram envoltos em projetos para o território e que advieram das composições que o Estado brasileiro apresentou no seu desenvolvimento histórico.

O processo de colonização do país caracterizou-se por uma configuração de ocupação territorial e social muito particular. A concentração das atividades da colônia no litoral e toda a dificuldade de ocupação do interior do território marcaram toda nossa história, repercutindo-se social, política e economicamente até hoje. Para Moraes (2005b), nesse processo é preciso considerar os *fundos territoriais*, ou seja, as áreas a serem conquistadas na ótica da “colonização” que se configuram como a maior parte do território brasileiro mesmo no atual período globalizante.

Somente no século XX, iniciou-se um processo definitivo no sentido de consolidar o mercado consumidor interno a partir da industrialização e urbanização instalada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A acumulação de capital advinda da produção do café e do capital imigrante, a partir de meados do século XIX, gerou uma concentração produtiva (administração, gestão e planejamento) a partir desses centros hegemônicos³.

Toda uma infraestrutura básica teve de ser construída para efetivar esse processo. Nas chamadas *políticas territoriais* do Estado Novo em diante foram marcantes as iniciativas de consolidação de toda a malha viária no sentido longitudinal, assim como a construção de Brasília, já no período JK, indicando uma inversão da ocupação mais litorânea que predominou até a década de 1930.

É inegável que para o “grande oeste” ou “sertão” volta-se toda a atenção no sentido de encontrar formas de integração com a lógica do todo, impulsionadas a partir dos centros de poder econômico e político. Aqui as políticas territoriais têm papel decisivo. (MORAES, 2009). Em geral o caráter modernizante entra com toda força, tanto no sentido material da infraestrutura, ou como quer Santos (2006), dos *fixos*, e também no sentido imaterial, dos *fluxos*, ou das superestruturas. De qualquer forma,

³ Ver em Carlos Nelson Coutinho “Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político”. (COUTINHO, C.N, 2007, p.250).

havia de se construir um discurso que veicule uma determinada ideia de “área” a ser transformada pela modernização técnica em todas as suas dimensões, materiais e ideais. É nesse sentido que o “sertão” vai servindo para “qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada”. (MORAES, 2009, p.91).

Nesse sentido, um grupo que merece atenção é o dos intelectuais, que apresentam uma participação decisiva na construção de uma identidade nacional ou de uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008), mas que também contribuiu para o processo de formação territorial. Segundo Gramsci “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade, a função de intelectuais”. (GRAMSCI, 1979, p.7-8).

Cabe ressaltar aqui que os intelectuais que serão considerados na pesquisa são aqueles denominados de intelectuais militares alguns deles considerados geopolíticos pelas características apresentadas em suas obras. Por intelectuais militares se entende aqueles sujeitos pertencentes às forças armadas e que, por dentro das instituições militares produziram um discurso relacionado ao Brasil com concepções de mundo ligadas ao pensamento militar e geopolítico. (CIDADE, 1998).

Os Relatórios do Ministério da Guerra bem como a cartografia militar, encomendados pelo Estado, sustentaram fortemente essas *políticas territoriais* colocadas em prática: tanto num discurso afirmativo e propositivo sobre as propostas do Estado como também subsidiando a materialização dos projetos almejados para o território.

Os trabalhos de Garcia (2001; 2002; 2006) trazem contribuições metodológicas que subsidiam a análise das pretensões de uma produção cartográfica. No caso, esses trabalhos contribuem sistematicamente para o desenvolvimento desta pesquisa no sentido de possibilitar a elucidação dos sentidos diretos e indiretos da produção dos Relatórios e da cartografia das instituições militares do Exército no que diz respeito à sua contribuição para o projeto territorial brasileiro.

Como produto de um processo, o mapa deve ser pormenorizadamente estudado em função das etapas de elaboração ocorridas ao longo da produção: do momento da decisão que se liga ao objetivo de construção do documento, ao da sua divulgação junto de um público ou públicos, mais ou menos restritos, passando pelos trabalhos de campo e de gabinete, pelo desenho, pela gravação...

Um dos aspectos mais interessantes na compreensão dos velhos mapas, dos parietais aos de bolso, é o de estudar a sua leitura e os seus leitores, os coevos e os que ao longo dos séculos voltaram a observar e a interpretar as mesmas históricas imagens. O que leram, como leram e porque leram aqueles documentos tão particulares e únicos, quer os que com eles reconheceram, organizaram e dominaram o espaço, quer os simples curiosos do mundo?(VARGAS; GARCIA, 2005-2006-2007, p.10).

As contribuições de Bueno⁴ são também referência para esta pesquisa no que diz respeito à sua análise sobre a bibliografia e cartografia dos Engenheiros Militares em Portugal e no Brasil, nos séculos XVI e XVII. O que se percebe sobre a temática desenvolvida pela autora é uma escassez de pesquisas que buscam resgatar as produções, de diferentes tipos, das instituições militares do Exército. Análises sobre as obras e a cartografia produzida por essas instituições no final do XIX e meados do XX e o sentido delas para a formação territorial brasileira é quase inexistente.

As primeiras instituições dedicadas aos trabalhos no campo disciplinar da Geografia foram as “Sociedades de Geografia”⁵ tendo como principal representante, na primeira metade do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico⁶ (IHGB) criado em 1838, no Rio de Janeiro. Na mesma intenção teve-se a criação da Real Academia Militar criada em 1810 como a primeira instituição militar que promoveu a divulgação de um conhecimento geográfico sistematizado por meio do ensino militar. A Geografia como disciplina apareceu no primeiro currículo da Real Academia Militar como *Geografia Geral*⁷ e esteve presente durante a maior parte das reformulações curriculares, tanto

⁴ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (1998; 1999; 2001; 2004).

⁵ Segundo Perla Zusman, “toda tentativa de realizar uma reconstrução do processo de autonomização temática e metodológica da Geografia enquanto disciplina através de um levantamento das instituições que se vinculam à produção deste conhecimento em qualquer que seja o recorte nacional-estatal escolhido, encontra seu primeiro antecedente histórico na formação das Sociedades Geográficas” (ZUSMAN, 1996, p. 3).

“A prática institucional da SGRJ que pode ser depreendida a partir de suas publicações revela, em primeiro lugar, uma já apontada abrangência temática que dificultava sobremaneira uma definição mais precisa do objeto de estudo da geografia. Esse ecletismo foi aqui atribuído aos compromissos institucionais e políticos que pesavam sobre a entidade, obrigada a se sustentar através de adesões as mais diversificadas. Esta situação implicou obviamente, em reduzido aprofundamento dos temas pensados para a “construção” de uma geografia brasileira”. (PEREIRA, S.N, 2003, p.65-66).

⁶ “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentava-se como representante da Ilustração nos trópicos, expressão da monarquia ilustrada, que tinha como missão levar a civilização aos sertões, incorporando as terras brasileiras no cenário das nações civilizadas. Para tanto, tinha em sua pauta de atuação a elaboração da história e da geografia do Brasil, a serem construídas segundo os padrões de excelência vigentes nos centros europeus. (MORAES, 2005, p.118).

⁷ Ver em MOTTA, 2001.

com essa nomenclatura como em disciplinas similares que apresentavam outras roupagens⁸.

Com o fim do Império e a instalação da República “a visão da identidade pelo espaço parece adquirir singular relevo na representação simbólica do Brasil” (MORAES, 2005b, p.122). É neste contexto que os temas de identidade nacional e de unidade territorial se intensificaram no país por parte do Estado republicano. Nesse sentido, o Exército teve um papel fundamental na proposição de projetos territoriais para o Brasil – sob o comando dos anseios das classes dominantes – utilizando-se da ciência geográfica (re)produzida nas instituições militares. Os levantamentos cartográficos bem como a elaboração de obras, relatórios e anuários servem para exemplificar este processo.

Vale lembrar que esse é um período de forte dinamismo no avanço de frentes pioneiras em diferentes quadrantes do território nacional: tanto na Amazônia (animada pela extração da borracha), quanto no Sudeste (no bojo da marcha do café), ou ainda em ciclos mais localizados (como o do cacau na Bahia, ou o da ocupação dos planaltos interiores da região Sul).

Cabe também assinalar que, lentamente, por entre a fragmentação da estrutura produtiva do país foi constituindo-se uma embrionária divisão regional do trabalho, com a gradativa instalação de infraestruturas e sistema de engenharia, que atuaram posteriormente como elementos importantes de diferenciação espacial. (...). As instituições dedicadas ao tema multiplicaram-se na virada do século XX, com um surto de criação de institutos históricos e geográficos estaduais e de outros órgãos congêneres. (MORAES, 2005b, p.122).

A produção geográfica das instituições militares, sobretudo a partir do período republicano, estava voltada para uma análise da construção material do território (geografia material⁹) a partir de projetos elaborados principalmente pelos Engenheiros Militares que tinham como foco principal a discussão sobre a unidade territorial do Brasil. Estes projetos foram a junção funcional política e econômica dos “quadrantes” tal como Moraes (2005) trouxe em sua elaboração. Para exemplificar, pode-se citar a carta militar presente no Arquivo Histórico do Exército (AHE) (13-03-2738) de autoria do Engenheiro Sebastião Antonio Rodrigues Braga que tem como tema: “Plano Político-Econômico de uma rede de estradas de ferro para a parte sul do Brasil”. Uma parcela substancial da produção cartográfica e bibliográfica do Exército tinha o sentido

⁸ Ver em MARTINS, 2013

⁹ MORAES, 2005.

não somente de constatação da realidade territorial do país, mas de projeção do que deveria ser realizado.

Vale mencionar que as décadas iniciais do século XX foram de consolidação de várias instituições com grande afinidade com a pesquisa de certos ramos do conhecimento geográfico. Além dos museus, podem lembrar-se as instituições médicas (como os institutos Butantã e Manguinhos) ou as dedicadas à pesquisa agrícola (como o instituto Agrônomo de Campinas e a Escola de Agricultura Luís de Queirós), entre outras. Cabe salientar a **estruturação institucional do exército** brasileiro no período, processo que mostra uma progressiva profissionalização (que culmina com a vinda de instrutores franceses em 1920) e no qual o conteúdo de geografia ensinado e o significativo fato já visível na marcante presença dos militares nos quadros do IHGB e da SGRJ. (MORAES, 2005b, p.125-26).

Assim, esta pesquisa teve como um de seus objetivos centrais analisar o caráter geopolítico presente nas instituições militares brasileiras bem como verificar a relação entre seus projetos institucionais e as propostas do Estado, a partir da instalação da República até o período Vargas. Tem-se como parte de nossa hipótese algo levantado por Nelson Werneck Sodré em sua obra *História Militar do Brasil* (1965): “As organizações militares, parte do aparelho de Estado, refletem sempre as condições da sociedade que as geram”. (SODRÉ, 1965, p.91). Foi através das instituições militares, de ensino ou não, que o Estado encomendou estudos detalhados do território, fortalecendo, assim, a produção cartográfica¹⁰ e, portanto, geográfica dos militares.

Vários estudiosos da temática, tais como Jeovah Motta (2001), Leonardo Trevisan (1993), Gunter Rudzitz (1997), dentre outros, destacam a relação existente entre a produção do conhecimento nas instituições militares e o papel do Estado junto à aplicação desse conhecimento.

Trabalhar-se-á com o recorte temporal/espacial do final do século XIX a meados do XX, período que se inicia com a criação do Serviço Geográfico do Exército, em 1890, uma das várias instituições do Exército criadas nesse período, com o objetivo de sistematizar os procedimentos de reconhecimento do território, mapeando-o e

¹⁰ Destacaram-se no período a criação da Comissão do Império do Brasil, primeira organização oficial de cartografia no Brasil (1825); Comissão da Carta Geral do Império (1830-1878); Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha, atual Diretoria Hidrográfica de Navegação – DHN (1876); Imperial Comissão Geológica (1874) e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886); todas, criadas com o intuito de subsidiar o mapeamento do território brasileiro. Dos trabalhos dessas instituições ressaltam-se o método telegráfico para determinar diferenças de longitude, o levantamento de itinerários e de posições geográficas, levantamentos com operações de triangulação, e a publicação de documentos cartográficos gravados em pedra e em zinco. (ARCHELA, 2000, p.215).

projetando-o no sentido de incorporá-lo numa dinâmica capitalista de unidade desejada pelas classes dominantes e se fecha na década de 1940 por dois principais motivos: o primeiro diz respeito ao novo direcionamento dado às instituições militares, qual seja a regulamentação de suas atividades (sua autonomia), pois, antes desse período, suas atividades estavam ligadas às deliberações do Estado; o segundo motivo diz respeito ao marco final das produções consideradas pelos estudiosos da área como *Geopolíticas de Estado-Maior*¹¹.

Um dos documentos oficiais do Exército que contribui para a análise dos projetos territoriais desenvolvidos pelas instituições militares são os Relatórios do Ministério da Guerra. Os relatórios do Ministério da Guerra funcionavam como documentos oficiais do Exército para divulgar o que estava sendo desenvolvido no território brasileiro por parte da instituição militar. A periodicidade dos relatórios variou durante o período entre 1889-1930 mantendo quase sempre uma publicação por ano. O que se percebeu no geral dos relatórios foi a necessidade da instituição militar terrestre em elaborar projetos e estratégias para o território brasileiro com a finalidade primeira de manter toda a extensão territorial “herdada” do período colonial. Isso pode ser percebido na relação dos assuntos trabalhados e expostos nos relatórios que quase sempre tinham relação com a *produção* e a *valorização*¹² do território.

Os temas desenvolvidos e demonstrados nesses documentos estavam envoltos de projetos e anseios do Estado e que foram sendo colocados em prática durante a história do Brasil, pelos militares. Foram analisados 40 (quarenta) Relatórios anuais do Ministério da Guerra, entre os anos de 1889-1930, dentro dos quais foram levantados temas que diziam respeito aos projetos para o território brasileiro. A gama geral de temas presentes nas abordagens realizadas pelos autores (Ministros da Guerra) dos documentos é extremamente ampla.

Podem ser colocados como principais temas presentes nos Relatórios: o desenvolvimento de *vias de estradas estratégicas* em conjunto com a criação de uma *rede de linhas telegraphicas militares* integrando todo o país. Outro tema que chama a atenção é a diversidade de criação de Comissões para assuntos estratégicos do território: *Comissão da Carta Geral do Brasil (1906)*, *Comissão de Fortificações e Defesa do Litoral do Brasil (1895)*, *Comissões na Europa*, *Comissão de Engenharia Militar*

¹¹ COSTA, 2008, p.199.

¹² MORAES, 2009, p.103-138.

(1881) dentre outras. Outro assunto importante para as questões territoriais abordado nos Relatórios é a questão das *Fronteiras e Colônias Militares*. Ligado a isso, também deve ser dado o devido destaque para os *Laboratórios e Fábricas militares* criados principalmente para a produção de ferro e transformação de minérios, o que demonstra a atuação dos militares nas questões econômicas do Brasil.

Diante do exposto, cabem ser colocados alguns questionamentos que direcionaram a condução da tese: qual o papel da instituição Exército na concretização das ações do Estado brasileiro, ou seja, quais e com qual teor as políticas territoriais foram elaboradas por essas instituições? Qual a influência das instituições componentes do Exército na concretização daquilo que podemos denominar de projeto de Brasil idealizado pelas classes dominantes do país? Quais as projeções do Estado junto às instituições do Exército que contribuíram diretamente para a organização do território? Quais as intenções sobre os pedidos de uma cartografia específica para o território para além do seu simples reconhecimento? Qual o nível de envolvimento da produção cartográfica das instituições militares com os processos de regionalização do território bem como do seu ordenamento?

Advoga-se aqui como tese que a produção cartográfica militar e os Relatórios do Ministério da Guerra foram elementos essenciais para a construção e manutenção do projeto do Estado brasileiro desde sua fundação. O território tal qual se apresenta hoje é, enquanto um processo em contínua transformação, a representação “legítima” de projetos formulados ao longo da formação territorial brasileira que apresentou explicitamente sustentação das instituições militares para se concretizar. Além disso, percebe-se que o processo de industrialização e modernização promovido a partir de 1930, somente se sustentou devido ao processo de estruturação do território brasileiro promovido pelas instituições militares, mais intensamente a partir dos anos finais do século XIX.

O objetivo geral desta tese é compreender o projeto de Brasil encaminhado pelo Estado e colocar em evidência o projeto territorial desenvolvido pelas instituições militares brasileiras resgatando a produção cartográfica e os Relatórios que foram produzidos pelo Ministério da Guerra. Nesse sentido, foi analisada uma etapa do processo de formação territorial brasileiro ainda não resgatado e analisado por esse viés. Fez-se necessário um levantamento da produção cartográfica militar (1889-1930) e dos

Relatórios do Ministério da Guerra para dar subsídio a análise da formação territorial do período supracitado.

Os objetivos específicos acompanham a diretriz geral da tese contribuindo para a comprovação da hipótese, quais sejam: resgatar o momento histórico do final do século XIX, mais especificamente a partir da década de 1880, a meados da década de 1930, refletindo acerca dos discursos veiculados naquele momento pelas instituições militares do Exército sobre o panorama territorial brasileiro e o seu processo de modernização, bem como os destinos projetados para o Brasil; elucidar as relações existentes entre o Estado brasileiro e o Exército e a influência deste e de seus membros para com o projeto de Brasil em elaboração; levantar e analisar a produção cartográfica das instituições militares do Exército no sentido de desvendar ao que e a quem essa produção estava servindo; analisar, a partir desse levantamento, o quanto essa produção cartográfica de reconhecimento do território proporcionou um processo de ocupação da área a oeste do território influenciando, portanto na formação territorial brasileira; elucidar as políticas territoriais criadas por essas instituições através das deliberações e do debate com o Estado brasileiro; demonstrar como o Exército através de suas instituições contribuiu efetivamente para promover a “materialização” do projeto de Brasil.

Os levantamentos dos dados analisados, a cartografia militar e os relatórios do Ministério da Guerra, foram realizados a partir do contato com o setor administrativo do Arquivo Histórico do Exército e com os responsáveis pelos Arquivos Digitais da Biblioteca Nacional, os dois localizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O primeiro contato foi feito com o setor dos Arquivos Digitais da Biblioteca Nacional, o qual informou e direcionou a página onde se encontravam os Relatórios do Ministério da Guerra. No sítio <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>> estão disponíveis os Relatórios entre os anos de 1828 a 1940. No que diz respeito à cartografia militar pesquisada para esta tese, o contato foi com o setor de administração do Arquivo Histórico do Exército localizado no 6º andar do Palácio Duque de Caxias no centro do Rio de Janeiro (RJ). No primeiro contato por e-mail, o responsável pelo setor enviou uma listagem com 3.762 cartas e mapas presentes no AHE. A partir desta listagem foi realizada uma pré-seleção do material que poderia contribuir com o desenvolvimento da tese. Foram selecionadas todas as cartas e mapas que diziam respeito ao território brasileiro somando um total de 305. A partir destas cartas e mapas foi realizada outra seleção que contribuiu para os temas que foram

desenvolvidos na tese totalizando 94. A partir desta pré-seleção, um novo contato por e-mail foi realizado com os responsáveis pelo setor de visitas ao AHE, pelo qual foi encaminhada a listagem dos 94 (mapas e cartas) necessários para a consulta no Arquivo. Após esse caminho percorrido, foi agendada a visita ao Arquivo Histórico do Exército para o recolhimento e consulta do material solicitado. Nem todas, mas a maioria, das cartas e mapas contidos na lista encaminhada para o setor responsável foi passível de consulta, alguns devido ao grau de deterioração e outros por serem documentos confidenciais do Exército.

Esta tese está dividida em cinco capítulos, quais sejam: Formação Territorial brasileira e sua geo-história militar (1889-1945); O Estado, as instituições militares do Exército e os estudos sobre o território brasileiro: o destaque para a cartografia; As colônias e regiões militares: a geoestratégia do Exército; As linhas telegraphicas militares: um projeto para a modernidade; O projeto viário dos militares: caminhos, ferrovias e estradas.

O **capítulo 1** diz respeito ao processo histórico de consolidação da instituição militar terrestre – O Exército – no Brasil. A consolidação do Exército foi inserida no processo de formação territorial do Brasil, a qual perpassou por momentos de ascensão e declínio na disputa de forças com as oligarquias regionais. Assim foi demonstrado, de que forma ocorreu a inserção dos militares nas estruturas políticas do Estado podendo assim atuar nos rumos do projeto nacional brasileiro em detrimento do projeto regional pertencente a cada grupo regional.

O **capítulo 2** tem como objetivo demonstrar quais foram as instituições militares do Exército responsáveis pelos estudos realizados sobre o território e, as interações destas com as instituições civis. Foi desenvolvido também o processo de contribuição dessas instituições para com os projetos territoriais em curso no processo de formação territorial do Brasil.

O **capítulo 3** versa sobre o processo geoestratégico de instalação das Colônias Militares e da criação das Regiões Militares no Brasil que contribuíram para o processo, ainda incipiente nos finais do século XIX, de modernização do território. O que se constatou neste capítulo é que o processo de instalação desses aparatos militares, sobretudo no interior do país, impulsionou a criação das vias de comunicação essenciais para a geração dos *fluxos* territoriais.

O **capítulo 4** tem como foco analítico a construção das linhas telegráficas concretizadas pelos militares, com o objetivo de modernização. Destacam-se as diferentes comissões criadas pelo Exército com o objetivo de promover estudos sobre o território, bem como analisar e projetar os melhores caminhos para a instalação das linhas telegráficas, num processo exaustivo de criação de uma rede interligada no interior do país rompendo com os projetos das oligarquias regionais.

O **capítulo 5** demonstra os projetos viários dos militares e as propostas de interligação das áreas mais afastadas por dois principais modais: a ferrovia e a rodovia. Percebe-se que, no pensamento militar sobre a formação territorial do Brasil, os projetos viários são apresentados num viés de rompimento do isolamento das regiões do país. Fica evidente, nesse sentido, a via modernizadora proposta pelos militares que contribuíram estruturalmente, até os finais da década de 1930, para que se pudesse fazer a aposta da industrialização brasileira no período Vargas.

CAPÍTULO 1

**FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E SUA GEO-
HISTÓRIA MILITAR: 1889-1930**

Em uma análise geral da bibliografia sobre a *História Militar do Brasil*, elaborada e discutida por vários intelectuais ligados direta ou indiretamente ao Exército, verifica-se uma necessidade exaustiva de discorrer sobre a *formação territorial*¹³ do Brasil e não relatar simplesmente os fatos históricos decorrentes do passado militar do país.

Esses intelectuais demonstraram em suas obras de que forma as primeiras plantações, as primeiras vilas e as primeiras fortificações, apareceram como formas de ocupação, proteção e organização do território colonial, imperial e republicano. Pode-se citar várias dessas obras, tais como: *História Militar do Brasil* – Genserico de Vasconcelos; *História Militar do Brasil* – Major Danton Teixeira; *História Militar do Brasil* – Pedro Cordolino F. Azevedo; *História Militar do Brasil: Esboço* – Leopoldo de Freitas dentre outros.

Não cabe aqui construir uma análise verticalizada de cada uma dessas obras. Entretanto, vale discutir a relação existente entre as políticas de Estado, o Exército e o reflexo disso sobre as políticas territoriais na Primeira e na Segunda República. Ou seja, cabe ressaltar o papel das Forças Armadas na conformação político-territorial do período considerado como o de ascensão de um “projeto de modernização”¹⁴ no Brasil.

A segunda metade do século XIX configurou como um dos períodos mais importantes para o Brasil, sobretudo as últimas três décadas, nas quais se verificou a necessidade de um processo de redefinição da identidade nacional e da unidade territorial do país como demonstrou Machado (2009):

No decorrer dos sessenta anos que separam a promulgação da “Lei do Ventre Livre” (1871) da Revolução de 1930, momento que os historiadores costumam apontar como sendo o marco da ascensão de um “projeto de modernização” no Brasil, completou-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, as diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras se aguçaram, a monarquia foi sucedida pela república, e o principal mercado para os

¹³ (...) o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica e social”.

Em outras palavras, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post festum*. (MORAES, 2000, p.21).

¹⁴ Ver em MACHADO, 2009. P.308-349.

produtos brasileiros se deslocou da Europa para os Estados Unidos. Examinadas em retrospectiva, a última década do século 19 e as três primeiras do século 20 podem ser vistas como uma época de redefinição da identidade nacional. (MACHADO, 2009, p.309).

Desde o final do século XVIII as áreas coloniais americanas passaram por um processo de inquietação econômica e social (motins, levantes e conspirações) demonstrando uma insatisfação geral do corpo social. Do período da abdicação do primeiro imperador até o golpe da maioria de D. Pedro II todo o território nacional passou por “desencontradas ânsias de rebelião”. (SODRÉ, 1978).

A partir da segunda metade do século XIX, além de toda a efervescência vinda dos fins do século anterior algumas mudanças estruturais no território começaram a ser projetadas e colocadas em prática, tais como as primeiras projeções das estradas de ferro e a composição das linhas telegráficas.

Aparecem as primeiras estradas de ferro, permitindo um avanço importante no sentido do interior por parte da exploração agrícola. Instalam-se as primeiras linhas telegráficas. Desenvolve-se a navegação a vapor. Organizam-se os portos, até então meros ancoradouros. As ligações fluviais assumem importância muito grande. Inicia-se a fabricação das utilidades mais correntes. Aparecem as companhias por ações e desenvolve-se o crédito. As cidades, que guardavam até então uma fisionomia colonial, recebem melhoramentos consideráveis, entre os quais a iluminação a gás. Lançam-se os primeiros cabos submarinos. Em consequência de todas essas inovações, não só a existência brasileira, pelo menos em algumas zonas e centros, vê alterados os seus padrões, como surgem possibilidades de trabalho. (SODRÉ, 1978, p.87-88).

Uma parcela substancial desses aparatos construídos em território nacional foi impulsionada pela economia agrícola desenvolvida na ex-colônia portuguesa, principalmente a produção cafeeira. A “construção de ferrovias, aparelhamento de portos, introdução de imigrantes, declínio do trabalho escravo, crescimento do crédito, aumento da capacidade aquisitiva das populações” são reformas e mudanças proporcionadas pelo surto da produção cafeeira no Brasil nos fins do século XIX e início do século XX. (SODRÉ, 1978, p.89).

Essa construção em gênese do território nacional no início da instalação da República esteve em conformação direta com os propósitos do Estado, os quais a construção da nacionalidade brasileira abandonaria o que foi proposto por José

Bonifácio¹⁵ e “começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade, mas com seu território”. (MORAES, 2011, p.257).

As transformações econômicas e políticas em processo nos finais do XIX e início do XX tiveram influências diretas das duas grandes guerras. O processo de acumulação capitalista e o seu inexorável desenvolvimento contribuiu para que os projetos territoriais propostos pelo Estado estivessem embasados sob a luz de novas técnicas de produção. Foi com o aparecimento dessas novas técnicas que o Estado elaborou o discurso da necessidade de *construir o país*, como propôs Moraes (2005):

A idéia de construir o país atua em primeiro lugar como elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto *nacional* comum. A construção do país posta como obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os, atribuindo-lhes até mesmo um sentido maior (epopeico). Assim, tal mote serve como elemento de identidade e de articulação nacionais. Em segundo lugar, a idéia de construir o país legitima plenamente a ação do Estado, pois lhe é atribuída a condução desse projeto, e pela magnitude da missão assumida justificam-se também seus traços autoritários, como o centralismo e o uso da violência. O Estado será o guardião da soberania e o construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país. A idéia em foco, além de bem costurar o poder das elites e do Estado forte, ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto, o povo sendo visto como instrumento na construção do país. (MORAES, 2005b, p.93-94).

Nesse sentido, assistiu-se no Brasil do início do século XX vários projetos territoriais de Estado com essa finalidade da construção do país. Um dos mais importantes nesse período foi a instalação de diferentes tipos de fontes de energia que tiveram um papel substancial sobre aquelas alterações ocorridas nos fins do XIX. Houve um crescimento progressivo da importação de carvão-de-pedra e o início de um melhor aproveitamento da energia elétrica de matriz hidráulica. A construção das usinas hidrelétricas produziu um impulso maior para a industrialização, ainda em germe no país e, conseqüentemente as transformações das zonas urbanas onde concentravam a maior parte da produção do Brasil. (SODRÉ, 1978).

No início do século XX, o processo incipiente de industrialização foi acompanhado também por um correspondente desenvolvimento do mercado interno¹⁶. Nesse período, o mercado interno – um dos grandes problemas do projeto nacional –

¹⁵ Ver em Moraes 2001, p.255-267.

¹⁶ “O desenvolvimento do mercado interno corresponde, na vida brasileira, à presença do fator indispensável, aquele em que nos poderíamos arrimar, para prosseguir na elaboração de uma economia nacional, conferindo-lhe estrutura”. (SODRÉ, 1978, p.105).

estava longe de conferir uma uniformidade. Essa uniformização não era possível ainda devido a imensidão territorial e pelas diferenças regionais do país, que mais o separava do que integrava¹⁷.

Com a imensidão territorial e toda a complexidade das diferenças regionais – regiões comandadas pelas elites locais e regionais – o discurso *civilizatório*¹⁸ fez-se necessário até a década de 1930 no Brasil. A construção do Brasil, a unidade nacional e a integração territorial erigiram sobre o conceito de civilização promulgado pelas classes dominantes desde o período monárquico até a república com um sentido de “missão civilizadora” quando o Estado teria a missão de levar a luz, o progresso às áreas “onde o barbarismo e o nomadismo se instalaram”. Neste sentido, pode-se entender que os projetos territoriais que se efetivaram no país estiveram envoltos de ideias elaboradas pelo Estado por meio, principalmente, de seus veículos institucionais.

Tal visão é bastante funcional para justificar um padrão de apropriação do solo altamente dilapidador como o praticado no Brasil desde a descoberta. Um padrão, ao mesmo tempo extensivo e intensivo, que reconhecendo a existência de vastos fundos territoriais no país exercita-se com elevado nível de destruição de fontes e recursos naturais. Enfim, civilizar é uma outra forma de qualificar a expansão territorial, que reafirma as determinações da conquista colonial: apropriação da terra e submissão dos “naturais”. (MORAES, 2005b, p.95).

Tal visão *civilizatória*, proposta por Moraes (2009), que qualifica o projeto de nação dos anos finais do XIX e início do XX, pode também ser coadunado com o processo de modernização territorial que já era desenvolvido pelo aparato técnico das instituições militares do Exército.

A agitação e o clima de transição política e econômica que caracterizou as últimas décadas do século XIX no Brasil estendeu também para as primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir de 1930, em outros moldes. As oligarquias regionais que sustentaram as bases políticas do novo Estado desde a fundação da República e que tinham como “função” construir o país por meio do “controle da terra e do trabalho e

¹⁷ “Nesse sentido, num problema que afeta a constituição, o fortalecimento e a progressão ascensional do mercado interno vamos verificar que, em nossos dias, mais de 70% da população estrangeira do Brasil vive na região sul. O espaço geográfico é repartido, assim, em ilhas desiguais e dispersas, de desenvolvimento diferente, de características e possibilidades diferentes, que se comportarão, no plano econômico, de maneira diferente. (SODRÉ, 1978, p.105).

¹⁸ MORAES, 2005.

expandir fisicamente a economia nacional” experimentaram seu declínio naquele novo início de século. (MORAES, 2001, p.257).

O declínio das oligarquias denunciava a presença de “novas forças” no cenário político e econômico brasileiro. “A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de se assegurar de recursos diversos” para que houvesse uma continuação da sua manutenção no poder. (SODRÉ, 1982, p.314).

O término da Primeira Guerra Mundial foi o marco principal para a atuação das forças políticas e econômicas externas, sobretudo no fortalecimento da geopolítica imperialista norte-americano nas Américas. Uma das principais formas de ação do imperialismo estadunidense foi a instalação de indústrias estrangeiras¹⁹ no mercado interno brasileiro, o que impulsionou o maior fluxo no ordenamento do território.

Segundo Arruda (2012), a partir do término da primeira grande guerra iniciou uma cadeia de investimentos em território brasileiro (investimento da economia norte americana) que se tornaram atividades complementares à economia agroexportadora²⁰, sobretudo a do café e do açúcar. Grande parte dos capitais estrangeiros investidos no Brasil foram aplicados em setores geoestratégicos para a economia, tais como transporte e energia²¹, preparando assim, o mercado interno e a estrutura do território para o recebimento de empresas monopolistas estrangeiras.

Mas, longe de representar uma redefinição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, esse fenômeno era um corolário do próprio sistema imperialista, que apontava para um crescimento mais rápido das exportações

¹⁹ “Essa introdução visa contornar a barreira tarifária, que agora assume características de proteção ao investidor interno, em muitos casos, ao aproveitamento de mão-de-obra abundante e barata, à eliminação dos custos de transporte, pela colocação junto ao consumidor. São falsas indústrias, em sua maioria, que desdobram o processo de produção em duas partes, a externa e a interna, sendo esta uma parte de simples acabamento, de montagem, de empacotamento, não correspondendo de forma alguma à introdução de equipamentos fabris complexos, nem mesmo à de técnica. Outras indústrias estrangeiras aqui instaladas atendem tão-somente a necessidade de avizinhar-se da matéria-prima que utilizam. Em vez de pagar os fretes dessa matéria-prima, que recebem daqui, e dos produtos acabados, que nos enviam, tais indústrias instalam-se no próprio mercado a que atendem, eliminando fretes de ida e volta, que encarecem a produção. (SODRÉ, 1982, p.315).

²⁰ “A ideologia da “vocação agrícola” do país aparecia como a justificativa da nossa posição na economia mundial e, junto com a ideologia complementar do caráter artificial de nossas indústrias, funcionava também como reação   tentativa de industrialização do país. A burguesia industrial brasileira percebeu que era necessário enfrentar esse mito e, para tanto, no decorrer de seu desenvolvimento econômico e da luta por seus interesses, elaborou a sua própria visão da sociedade brasileira, través de seus ideólogos, como Sezerdelo Corrêa, João Luís Alves, Amaro Cavalcanti, Roberto Simonsen, Jorge Street e outros. (PERISSINOTO, 1994, p.154).

²¹ Ver em ARRUDA (2012), p.119-212.

de capital em relação às exportações de mercadorias, como Lenin já havia observado. A propósito, muitos dos investimentos estrangeiros na indústria de transformação brasileira (fábricas de alimentos, calçados, artigos de vestuário etc) foram realizados para saltar as barreiras alfandegárias existentes; portanto, aqueles investimentos faziam parte de uma estratégia de mercado traçado por empresas monopolistas, que dessa forma iniciavam suas atividades em território brasileiro, apoiando-se nas vantagens proporcionadas pelas próprias tarifas. (ARRUDA, 2012, p.140-141).

Além da gênese dessas transformações no campo econômico e político, uma postura cientificista contrapondo à antiga mentalidade também começou a se hegemonizar “e acabou por fazer a ponte entres as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associou a ideia de modernidade”. (MORAES, 2005a, p.96). Assim, o processo de modernização deveria alcançar não somente as esferas das infraestruturas, mas também das superestruturas.

O Estado brasileiro a partir do estabelecimento do governo Vargas assumiu a responsabilidade sobre o processo de modernização que necessariamente deveria se instalar sobre o território, colocando a sociedade civil como mera coadjuvante nesse processo. (ANSELMO, 2000). A ideia de civilização que permeou até as primeiras décadas do século XX passou a ser algo retrógrado e o conceito de modernização aparece como o mais adequado de acordo com os projetos das classes dominantes do país. Mesmo assim, esse novo ideário de modernização apareceu revestido de “densa espacialidade”. (MORAES, 2005). O ideal de modernização, revestido de *densa espacialidade*, pode ser historicamente datado mesmo antes do erigir do século XX quando se observa a estruturação do território pelos militares.

Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. (MORAES, 2005b, p.97).

O processo de modernização do país, tanto aquele promovido pelo Estado como aquele impulsionado pelos investimentos estrangeiros no entre guerras permaneceram restritos a poucos espaços urbanos no Brasil tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife não atingindo as áreas inacessíveis dos sertões²² do país. Nesse sentido,

²² Ver em SOUZA, C.V. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro, 2015.

as classes dominantes no período varguista trabalharam para adequar o aparelho de Estado no processo de execução de políticas territoriais que promovessem a modernização do território, atendendo as demandas internas como também as demandas externas que começaram a ser exigidas devido a dependência existente da economia norte-americana e europeia.

Os projetos territoriais ou mesmo as *ideologias geográficas*²³ elaboradas desde a instalação da república apareceram em diferentes discursos veiculados por diferentes atores sociais e instituições políticas sendo apresentadas com um tratamento singular dependendo da origem onde fora formulada.

Nesse sentido, destaca-se o *pensamento geográfico*²⁴ proferido pela instituição militar – o Exército – na elaboração de projetos territoriais entre 1889-1945. Essa instituição passou por diferentes reformas e transformações políticas no seu complexo institucional, enfrentando diferentes adequações institucionais e de ações políticas, sobretudo após a Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX. É imprescindível verificar a atuação do Exército na formação territorial do Brasil visto que “o esmiuçamento dos processos de formação territorial indica que seus resultados são construções bélicas, jurídicas e ideológicas”. (MORAES, 2000, p.21).

No período colonial destaca-se a formação de três organizações militares responsáveis em princípio pela proteção do território colonial português na América, são elas: a organização regular, a semirregular e a irregular. As organizações regulares eram as tropas destinadas do reino que faziam a proteção dos governadores gerais e lutavam contra os “invasores poderosos” como a dos franceses. Por exemplo, as semirregulares eram constituídas pelas “forças dos Serviços de Ordenanças”²⁵ e tinham esse nome devido a sua legitimidade perante a legislação, porém, eram irregulares

²³ “Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais “orgânicos” (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de *ideologias geográficas*”. (MORAES, 2005, p.35).

²⁴ “Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas). Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem de diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço uma mentalidade acerca de seus temas. Um horizonte espacial, coletivo. (MORAES, 2005, p.32).

²⁵ Ver em SODRÉ, 1965.

diante da formação de seu corpo de efetivos constituídas de “moradores, povoadores e sesmeiros”. As tropas irregulares eram aquelas que se organizaram levando em consideração o interesse político e/ou econômico da população local, contrário aos interesses do reino. (SODRÉ, 1965, p.32-33).

Ainda no período colonial, uma das grandes preocupações da Corte era estabelecer uma dinâmica para que as organizações militares conseguissem efetivamente realizar a proteção do território, principalmente nas regiões fronteiriças, nas áreas litorâneas e nas longínquas terras do interior. A geoestratégia concebida foi a de se utilizar das lavouras e dos engenhos como fortes de defesa, estabelecendo uma proteção dupla, do território e da produção econômica que já havia se instalado em algumas regiões do terreno colonial. Esta preocupação de proteção bélica e econômica das organizações militares vai percorrer toda a história institucional do Exército, sobretudo, quando da constituição das redes telegráficas e do estabelecimento das Colônias Militares.

Outra instituição de extrema importância para as forças armadas terrestres se instalou em vários pontos da colônia: as fortificações militares. Essas tiveram um papel fundamental no surgimento de vilas, povoações e cidades nos locais onde se instalavam. Além disso, dominaram pontos estratégicos do território impedindo o avanço constante do colonizador vizinho: os espanhóis.

Esse sistema de fortificações não cessará de se desenvolver, de se aperfeiçoar e de se expandir. Começando na costa, e gerando povoações e cidades nos locais onde se instala, no 1º e 2º séculos, ampliará às mais distantes regiões do interior, nas zonas próximas da colonização espanhola no 3º século a sua expansão: dominando as enseadas, as entradas dos portos, as barras, a foz dos rios, os estreitos, as passagens obrigatórias, os grandes vales, tais fortificações atestam, durando no tempo e resistindo à passagem dos anos, o desmedido esforço para assegurar a posse da colônia. (SODRÉ, 1965, p.37).

Um fato importante que vale destacar é a preocupação constante dos portugueses em ocupar o interior da colônia, um vasto território com vários “elementos rebeldes tais como os índios”. (SODRÉ, 1965). Para isso os colonizadores utilizaram-se da produção econômica consolidada pela mineração para colocar em prática o projeto para o grande “desertão” territorial. A utilização das minas como foco para a expansão das ocupações no interior trouxe como consequência a necessidade da metrópole criar organizações militares nesse extenso território, bem como promover a criação e ampliação do poder

público sobre a área, inibindo a expansão do poder privado sobre os territórios de mineração. (SODRÉ, 1965).

Para contribuir para o efetivo controle das minas e dos pontos estratégicos do território, a coroa promoveu a criação de uma forma incipiente de ensino militar. Por exemplo, o ensino de artilharia e de topografia começaram a ser ensinados no Rio de Janeiro em fins do século XVII como forma de treinamento para o controle das minas²⁶. A partir do século XVIII, o ensino militar tornou-se obrigatório após a criação da instituição militar Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho no Rio de Janeiro, em 1774.

Como a mineração impulsionou consideravelmente a penetração do povoamento, aparecendo as zonas que seriam, depois, as capitâneas de Goiás e Mato Grosso, a fortificação litorânea foi ampliada com a fortificação interiorana, surgindo as obras que marcaram as linhas fronteiriças, para o que os governantes de capitâneas tiveram sempre as suas atenções voltadas. E, em concordância, uma instrução sistemática de fortificação, na continuidade de medidas iniciadas em 1698 e 1699. Em 1738, realmente, o ensino militar torna-se obrigatório, nenhum oficial podia ser promovido se não tivesse aprovação na aula de Artilharia, após cinco anos de curso, e essa aula merecia os desvelos da administração metropolitana, que a procurou prover com bons especialistas, entre os quais se destacaria o sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim. Em 1774, o ensino ficou acrescido de uma cadeira de Arquitetura Militar, até o vice-reinado do conde de Rezende, quando surgiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro, dividido o seu curso em duas partes, a de Matemática e a de Exercícios práticos. (SODRÉ, 1965, p.71).

A organização militar marcou profundamente o fim do século XVIII e o início do XIX que se encontrava, nos séculos precedentes, em gênese de sua formação institucional. O advento da Independência assinalou a fase de criação de um Exército desestimulado e descentralizado pela influência dos poderes das oligarquias regionais. Nesse período foi criada, em 1831, a *Guarda Nacional* que respondia aos interesses dos senhores de terras e escravos. “O que Huntington chamou de política de erradicação²⁷ descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a revolução de 1930”. (COELHO, 1976, p.34).

²⁶ Ver em SODRÉ (1965): Capítulo 1.

²⁷ “A política de erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do “conformar-se ou perecer”. Por efeito de fatores diversos, a elite política praticou-a, no Império, de forma particularmente agressiva”. (COELHO, 1976, p.34).

Do período da abdicação de D. Pedro I, em 1831, até o início da Questão Militar²⁸, em 1884, o Exército enquanto força nacional passou por um período de extremo enfraquecimento e quase extinção devido às condições a que foi submetido pelo poder exercido pela classe política do país, sobretudo pela influência exercida pelas oligarquias regionais.

A desestruturação da organização militar veio logo após a fundação do Estado por meio da incorporação no texto do projeto constitucional em 1823. Esse projeto continha a proposta de desmilitarizar o Executivo e dar plenos poderes à Assembleia para que ela pudesse ter plenos poderes legais sobre o controle e ampliação da força militar. Assim, nessa *legislação ordinária* o controle da organização militar seria dividido entre o Executivo (O Imperador e os Ministros) e os presidentes das Províncias. “Em tudo o projeto exagerava a tendência oposta de constituir a Assembléia em juiz supremo dos atos do Executivo, sobretudo no que dizia respeito ao emprego do Exército”. (COELHO, 1976, p.37).

O projeto consagrava, também, a descentralização do controle sobre a força armada. Na prática, dispersava-o e transformava cada presidente de província em caudilho ao dar-lhes amplas atribuições sobre as forças militares estacionadas nas províncias, sobretudo sobre as milícias cujos postos seriam eletivos. Manipulando as eleições para estes postos e recrutando oficiais e tropas dentro de sua esfera de influência, o presidente poderia criar forças leais aos seus interesses e neutralizar as tropas de linha. Ou trazendo os comandantes militares para o âmbito de sua influência por meio de pressões ou gratificações, poderiam adicionar forças para contestar o Governo central. Facilitava estas manobras o isolamento em que se encontravam as guarnições militares nas províncias dada a deficiência de comunicação e transportes. É certo, entretanto, que o confinamento do Exército nas fronteiras, em função única de defesa externa, segundo era o propósito dos constituintes, inspirava-se na suspeita de que era precária a probabilidade de identificação dos comandantes militares com interesses regionais. (COELHO, 1976, p.37-38).

Nesse sentido, percebe-se que a classe política do Império não se preocupava com a criação de uma organização militar que tivesse como base anseios *nacionais*, mas sim a criação de suas próprias milícias regionais que tinham como principal objetivo a defesa e continuação dos seus propósitos. Essa desestruturação do Exército como força armada nacional e a política antimilitar posta em prática pela elite política trouxe como consequência a diminuição drástica dos efetivos do Exército. Além disso, todo o

²⁸ A questão militar (1884-1887) é definida pelos pesquisadores da área, como uma sequência de embates entre o Exército e a Monarquia brasileira.

cabedal orçamentário destinado à organização militar foi reduzido devido aos gastos com a Guarda Nacional. (COELHO, 1976). Percebe-se assim, a força política das oligarquias regionais sobre a constituição das forças armadas terrestres.

Com essa desestruturação do Exército como força armada nacional, as rebeliões provinciais eclodiram em todas as regiões do país: a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão, a Farroupilha no Rio Grande do Sul e a Liberal em São Paulo e Minas Gerais.

Ao Exército, nesse período, coube quase que somente a defesa das fronteiras distantes e das guarnições da costa cumprindo assim um dos principais objetivos da elite política do país: mantê-lo longe dos centros de decisão política. “O propósito era o de substituí-lo por outra organização militar, a Guarda Nacional, que, por vícios de origem, procurasse orientação nos núcleos partidários”. (COELHO, 1976, p.42).

Esse enfraquecimento do Exército levado quase que ao limite pelas oligarquias regionais, perdurando entre o Primeiro e Segundo Império, tomou outros rumos na dinâmica nacional quando o fim do século XIX se aproximou. O confinamento no qual o Exército foi colocado criou as condições necessárias para o movimento militar que contribuiu para a fundação da República em 1889: *A Questão Militar*²⁹.

A nova geração, diante da realidade decomposta, a geração de Deodoro, Tibúrcio, Floriano – o visconde de Pelotas na fronteira -, expelida dos postos avançados, só será admitida pelos demolidores das situações ou dos regimes. Este será o período de envolvimento, não despido de velhacaria, das correntes preocupadas em transformações rápidas. Em 1882, Floriano Liberal de credo, sente ao seu redor a intriga dos “mexeriqueiros”, “alguns com pés de lã, muito amáveis”. O assédio, aberta a Questão Militar, será persistente, repellido, não mais pela fé monárquica, já em declínio, mas pela preocupação da unidade nacional, com a qual se encarna o espírito militar. Só o perigo do desmembramento territorial deterá a marcha para a República, já identificada como a saída possível do conflito. (FAORO, 2012, p.542).

A Questão Militar foi caracterizada como uma sucessão de “eventos militares”³⁰ que contribuíram no processo de instalação da República bem como no fim da Guerra

²⁹ “Contra o pano de fundo da hostilidade civil foram interpretadas as notas disciplinares do Ministro da Guerra, os deslocamentos de tropas da corte para guarnições longínquas, as sucessivas transferências de comandantes militares e o súbito renascimento e fortalecimento da Guarda Nacional na corte. A interpretação destes atos oficiais pelos militares da época teria sido exatamente idêntica à reinterpretção deles recentemente publicada por outro militar: a República teria sido o artifício de que se serviu o Exército para não perecer”. (COELHO, 1976, p.46).

³⁰ Ver em FAORO, 2012, p.543-563.

do Paraguai e na troca da “liderança Carismática”³¹ do Exército (Caxias). Tais eventos marcaram profundamente uma nova fase da organização militar terrestre, principalmente em relação ao aspecto que Emilia Viotti da Costa e Nelson Werneck Sodré destacaram: a vida institucional do Exército. (ALVES, 2002).

Um dos eventos do final do século XIX que marcou essa nova fase do Exército foi o surgimento da primeira publicação militar brasileira: *A Revista do Exército Brasileiro*, em 1882. A Revista foi um “indicador seguro da nova mentalidade profissional militar”. (COELHO, 1976, p.47).

Alves (2002) desenvolveu sua tese de doutoramento sobre os Exemplares da Revista do Exército Brasileiro (1882-1889). Vale destacar este trabalho, pois apresentou uma visão mais ativa da atuação do Exército na vida política do país durante o II Reinado e os momentos que antecederam a República. Ao contrário, mas não menos importante, por exemplo, da visão de Edmundo Campos Coelho (1976) que apresentou o Exército num processo de atenuação provocado pelo poder exercido pelas elites regionais no qual fora quase extinto para dar lugar a Guarda Nacional³².

Além da criação da *Revista do Exército Brasileiro* vale avultar a criação em 1896 do Estado-Maior do Exército (EME). Essa instituição militar surgiu em substituição à antiga Repartição do Ajudante-General que tinha uma função meramente administrativa. A criação do EME ligado ao Ministério da Guerra atribuiu às duas instituições um caráter técnico profissional ligado completamente as questões políticas do país. (COELHO, 1976).

A proclamação da República no Brasil provocou a consolidação do Exército como instituição fundamental do Estado Moderno, ou seja, a sua constituição como Exército nacional. Nos dois primeiros governos da República Velha (Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto) o Exército se consolidou como força armada terrestre responsável pela defesa e (re)conhecimento do território bem como se aproximou das questões políticas da nova República atuando como propositores de uma

³¹ Ver em COELHO, 1976, p. 47-68.

³² “A compreensão do significado das discussões empreendidas pelos intelectuais militares, na década de 1880, só se tornaria possível pelo mergulho na realidade do exército imperial. Comumente retratado pela sua pobreza e falta de agilidade, pelo seu aspecto burocrático e pouco preparado para guerra, o exército imperial tem sido apresentado com um campo de quase nenhuma significância na vida social do século XIX brasileiro, exceto, talvez, pela presença da Escola Militar da Praia Vermelha, a partir de 1874. Buscamos caminhar na contramão dessa leitura, reconstituindo a vida militar na sua positividade, no sentido do que de fato existia enquanto realidade empírica. (ALVES, 2002, p.3).

nova ordem territorial. Dois quadros organizados por José Murilo de Carvalho (2005) demonstram a ampliação do envolvimento dos militares atuando como ministros, deputados e Senadores.

Quadro 1 - Porcentagem de ministros militares, 1971-1930 (ministros efetivos)

1871-1889	1889-1894	1894-1910	1910-1918	1918-1930
6,06 (N=66)	35,00 (N=40)	40,00 (N=50)	41,66 (N=24)	21,21 (N=33)

Fonte: CARVALHO, 2005, p.54.

Quadro 2 - Militares congressistas, 1886-1934

Deputados			Senadores		
1886	1890	1917	1889	1890	1917
1,60 (N=125)	19,03 (N=205)	5,18 (N=212)	3,17 (N=63)	17,58 (N=74)	12,59 (N=63)

Fonte: CARVALHO, 2005, p.55

O estreitamento de laços do Exército com a política não apareceu meramente com o surgimento da República. John Schulz (1994) propõe que a intervenção dos militares na política e consequentemente nas projeções do Estado se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX vindo a culminar com a tomada do poder em 1889.

Na proposição de Schulz (1994), os militares interviram na política brasileira em dois principais momentos: o primeiro entre 1889 a 1894 e o segundo de 1964 a 1985. Isso é uma verdade parcial da real atuação dos militares na política brasileira. Esse autor trabalhou na busca da origem da intervenção do Exército como instituição no processo político do país. Contudo, pode-se observar na bibliografia especializada bem como nos documentos produzidos pelos militares, tais como revistas, compêndios, livros, anuários e na cartografia militar, que essa instituição sempre esteve próxima das proposições do Estado, ora atuando em conformidade com elas, ora elaborando proposições que poderiam colocar os projetos de Estado em outro caminho.

No século XIX, essa força armada emergiu como “uma força profissional com idéias políticas e sociais profundamente diferentes daquelas da elite de fazendeiros e advogados”. (SCHULZ, 1994, p.203). Nessa perspectiva o Exército tentou se fortalecer

lutando contra as revanches das oligarquias que tinham como objetivo principal fortalecer as guardas nacionais que atuavam sobre seu poder.

Nos primeiros governos militares da República, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto trabalharam no sentido de fortalecer e equipar o Exército brasileiro, fato este que era contrário aos interesses do latifúndio. Isso pôde-se efetivar parcialmente devido à política econômica estabelecida por Rui Barbosa (Ministro da Fazenda) até 1891 que tinha como objetivo primordial o desenvolvimento das relações capitalistas no território brasileiro.

Esse projeto dos militares para o Brasil entre 1889 a 1894 contrariava os desejos dos latifundiários que eram extremamente beneficiados no período monárquico por empréstimos externos contraídos pela Coroa. Rui Barbosa quebra esse sistema de financiamento “conseguindo reter mais da metade dos recursos. A fúria do latifúndio, estava no auge”. (SODRÉ, 1965, p.211). A sensação obtida até os fins de 1891 era de um gradativo fortalecimento do regime republicano, entretanto a morte de Benjamim Constant³³ naquele mesmo ano provocou um recuo político desse grupo fortalecendo a coligação de latifundiários que pretendiam colocar um de seus representantes como dirigente do Estado.

Mesmo com a crise política instalada, o Exército pós império começou a ser apresentado com outra face e começou a despertar as atenções dentro da sociedade brasileira. Essa transformação ocorreu devido às batalhas vencidas na Guerra do Paraguai que o fortaleceu não somente como instituição de defesa territorial, mas como instituição importante no que diz respeito a assuntos geoestratégicos. Essa função do Exército que vai para além das questões da Guerra estava estritamente ligada às proposições de Benjamim Constant que via nos oficiais a possibilidade de serem também homens de ciência e de política.

Os cinco anos dos governos militares fez fortalecer a oposição dos latifundiários e de uma pequena burguesia em ascensão contra o Exército. Para esse grupo, “os

³³ “Benjamim Constant Botelho de Magalhães (1837-1891), que ficou conhecido pela história do Brasil como “fundador da República”, foi professor de três instituições públicas sem nunca conseguir nomeação efetiva. Todavia, era muito considerado pelos seus alunos, conhecido pela ética do trabalho e do desempenho e por sua postura austera frente à vida, o que atraía a atenção da juventude militar como um grande líder. Tinha o positivismo como referência intelectual. Assim, estimulado pela juventude da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra, Benjamim Constant assumiu a liderança intelectual de militares positivistas que foram responsáveis pelo projeto republicano, vindo a tornar-se um dos principais agentes da derrubada da Monarquia”. (SEPULVEDA, 2010, p.61-62).

militares deviam voltar aos seus lugares, nas casernas, sua intromissão na política era um mal terrível”. (SODRÉ, 1965, p.228). A partir desse momento e com a eleição de Prudente de Moraes (1894), representante das oligarquias regionais, os militares sofreram vários golpes por dentro do Estado para que o distanciamento entre política e Exército se efetivasse.

Para as forças do latifúndio, o período em que os elementos militares permaneceram no poder, e particularmente o período florianista, foi de revezes e de ameaças. Tais elementos defendiam posições liberais, estavam no honesto e firme propósito de realizar reformas no país, defendiam os interesses populares, enfrentavam com vigor as ameaças externas, tinham especial sensibilidades para o que era nacional. As forças política que representavam o latifúndio e algumas daquelas em que já se refletia a influência da burguesia ascensional, mas que temiam o alcance do reformismo militar, tudo fizeram para alijar do palco essa componente insólita, que ameaçava a tranquilidade da exploração secular e enfrentava com destemor soluções novas. Tratava-se para essas forças, de alijar o florianismo, forma típica que a componente militar assumiu, e que teve maior duração e aprofundou mais a sua tendência política. (...). Esqueciam que, antes, não era de forma alguma estranho que chefes militares fossem parlamentares e pertencessem a partidos políticos organizados. Agora, o princípio de distanciamento entre o militar e a política era defendido como da essência do regime e necessário à própria estabilidade das instituições. (SODRÉ, 1965, p.227-228).

A partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898) a destruição a tudo que remeteria ao florianismo deveria ser combatido e abafado. “Tornava-se imperioso, antes de mais nada, eliminar das instituições aquela componente que procurara efetivá-las, torná-las instrumento da vontade popular”. (SODRÉ, 1965, p.229). Os sucessores de Prudente de Moraes tinham uma missão pela frente: a criação de um sistema de substituição dos presidentes e demais representantes por meio da manipulação dos votos de pequenos grupos de eleitores realizada pelos coronéis latifundiários. (SODRÉ, 1976). Contudo, movimentos tais como o de Canudos³⁴ não deixaram de surgir e demonstrar todas as debilidades de um sistema republicano fadado aos atrasos feudais.

Foi no governo Campos Sales (1898-1902) que as oligarquias regionais conseguiram efetivar seu poder, legitimado pelo dirigente do Estado, bem como desestruturar ainda mais a instituição militar devido à política econômica adotada por

³⁴ “A Revolta de Canudos denunciaria muitos dos aspectos do Brasil dos fins do século e, particularmente, das debilidades da República que, mal inaugurada, caía sob o guante do latifúndio implacável, sem grande resistência de uma burguesia que seria compelida a acumpliciar-se com o atraso feudal. Revelaria a extraordinária capacidade de luta do nosso povo, sua tenacidade, sua resistência, seu apagado heroísmo”. (SODRÉ, 1965, p.232).

Joaquim Murtinho que tinha como projeto a adesão ao imperialismo e a criação da política de feudalização, dando plenos poderes políticos às “oligarquias dos Estados como fazenda de cada uma, dirigida por ele mesmo”. (SODRÉ, 1965, p.234). Seguindo a mesma linha de sucessão vieram os governos de Rodrigo Alves e Afonso Pena intensificando as políticas contra o Exército e estabelecendo a denominada “política dos conchavos”.

A conformação do Estado como representante legítimo das oligarquias regionais provocou uma mudança substancial no que diz respeito a relação entre o Estado e o território no Brasil, sobretudo a partir do governo de Nilo Peçanha. Essa relação envolveu diretamente o Exército mesmo sendo este colocado pelas oligarquias regionais como um inimigo à *construção* do país. Segundo Maia (2012), as iniciativas estatais gestadas no governo de Nilo Peçanha servem para entender as transformações produzidas no período getulista, sobretudo a partir do Estado Novo.

As iniciativas criadas por Peçanha tal como a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), em 1909, foi uma importante instância institucional para a “veiculação do discurso do ruralismo³⁵, que agregava setores dominados das classes dominantes em torno da defesa da vocação agrícola do país”. (MAIA, 2012, p.34). Contudo, o crescimento da urbanização e da industrialização acabou gradativamente retirando a influência política e econômica das oligarquias rurais e agregando aliados às forças armadas. Segundo Carvalho (2005), vários grupos dentro do Exército se beneficiaram desse processo tais como os tenentes, turcos e moderadores. Além disso, eles concordariam com os ideais anti-rurais e antiestados, ideologias opostas àquelas promulgadas pelas elites oligárquicas. (CARVALHO, 2005, p.60).

A principal agência político-intelectual que organizava esse grupo era a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897 e composta principalmente por grandes proprietários radicados fora do eixo da cafeicultura paulista. Em 1908, portanto nas vésperas da criação do Maic, a SNA já detinha 5.200 membros e inspirara a fundação de inúmeras associações agrícolas ao redor do país (Mendonça, 2000). O Maic seria a principal vitória desse grupo, que defendia a diversificação da lavoura e o desenvolvimento de novas técnicas que possibilitassem maior dinamismo agrícola e o controle de mão de obra, tida como extremamente desorganizada no contexto pós-abolição. (MAIA, 2012, p.34-35).

³⁵ “O ruralismo comportava variações, e as disputas pela representação do bloco agrário animava setores distintos, desde os modernos cafeicultores paulistas até os setores fluminenses que se consideravam alijados do sistema político republicano e lutavam por representatividade”. (MAIA, 2012, p.34).

Um instrumento criado dentro do Maic e que se configurou como indispensável ao processo de formação territorial do Brasil foi o Serviço de povoamento do Solo Nacional que perdurou entre 1907 e 1930 durante os governos sucessores de Nilo Peçanha. “O órgão direcionava as políticas de imigração e buscava não apenas ordenar o fluxo dito espontâneo, mas também desenvolver ativa política de subsídio”. (MAIA, 2012, p.36). Para além desse objetivo, esse órgão foi um dos responsáveis pelo processo de ocupação e criação de vilas no interior do país e que necessitou do Exército para que esse processo se consolidasse.

(...) o Serviço desenvolvia uma série de práticas de tutela que visavam enquadrar os imigrantes nas redes burocráticas. Assim, garantia-se hospedagem, alimentação e ferramentas para esses imigrantes com o objetivo de produzir objetos e lugares estatizados, e que confirmasse a legitimidade do Estado ao longo de todo o território nacional. (MAIA, 2012, p.36).

No governo Hermes da Fonseca (1910-1914), ex ministro da Guerra do governo Pena e sucessor de Nilo Peçanha, também foram criadas instituições importantes para a consolidação do território brasileiro. Na bibliografia específica sobre a história militar do Brasil fica claro que mesmo Hermes da Fonseca sendo um representante das oligarquias, o seu governo não foi tranquilo na relação política com as mesmas: iniciaram algumas disputas entre as oligarquias, uma retirando outras dos seus respectivos poderes regionais e locais.

Em consequência desses acontecimentos, novas organizações militares irregulares foram formadas para substituir a velha tropa da Guarda Nacional, sendo elas os “bandos de jagunços, recrutados em regiões em que predominavam absolutas as relações feudais”. (SODRÉ, 1965, p.246-247). Isso fez com que o presidente Hermes ampliasse o controle estatal sobre o mundo rural onde os poderes das oligarquias instalavam seus entroncamentos.

Interessante destacar que em 1910 no governo Hermes da Fonseca foi criado o Serviço de Ensino Agrônomo e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) “sob a guarda de uma facção militar positivista ortodoxa, orientava-se para a administração dos povos indígenas e sua posterior modelagem como trabalhadores rurais nacionais”. (MAIA, 2012, p.37). Isso demonstra um fortalecimento do Exército e de suas instituições componentes como fundamentais

na relação Estado e Território no Brasil bem como na consolidação das ações civilizatórias sobre as populações “arredias” do interior do país.

A ação civilizatória recobria o conjunto de dispositivos e técnicas que visavam transformar os povos nativos “capturados” pela malha administrativa em produtores rurais para sua autossustentação, para a manutenção da presença do *Serviço* e para comercialização de excedentes da produção agrícola a serem progressivamente obtidos. (SOUZA LIMA, 1995, p.183).

A intensificação do poder de Estado empreendido por Hermes teve reflexos sobre a chamada Comissão Rondon que iniciou antes de seu governo em 1907 por determinação do então presidente da época Afonso Pena e se estendeu até 1915. A Comissão era dirigida pelo então oficial do Exército, o Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, e tinha como principais objetivos o “desbravamento das fronteiras internas e tentativa de criação de poderes estatizados em territórios tidos como alheios à civilização nacional” (MAIA, 2012, p.38).

Nesse sentido, pode-se fazer duas observações: a primeira diz respeito ao discurso elaborado na bibliografia específica sobre o Exército o qual o coloca muitas vezes como uma instituição alheia ao projeto de Estado na Primeira República. Isso é verdade em parte quando se percebe um empenho das oligarquias regionais em desestruturar a instituição para que a mesma não servisse de instrumento para desarticular seus poderes junto ao governo central. Contudo, é menos verídico quando se verifica a utilização pelo Estado do aparelho institucional do Exército para colocar em prática um projeto de modernização da nação.

A segunda observação diz respeito à prática do Exército. Concomitantemente à expedição militar de Rondon, várias outras comissões científicas e militares, algumas chefiadas pelo próprio Marechal, ocorriam no território brasileiro e tinham como objetivos: mapear, elaborar planos, elaborar projetos para construir materialmente o território e interligar as regiões brasileiras.

Ao longo da Primeira República, as missões militares chefiadas por Rondon transformaram-se em peça fundamental da expansão dos poderes estatais sobre o território brasileiro, seja por meio de suas produções materiais – postes, estações e postos indígenas controlados pelo Exército, demarcações de fronteiras – seja, por sua produção imagética, como os filmes apresentados nos grandes centros brasileiros. Rondon criara em 1912 a Seção de Cinematografia e Fotografia, sob responsabilidade do então tenente Luiz

Thomaz Reis, que viria a se transformar num dos pioneiros do documentário brasileiro, graças às suas filmagens das expedições, nas quais se esmerava em retratar os povos nativos e a ação “desbravadora” dos militares (Tacca, 2002). Essas imagens certamente contribuíram para consolidar um imaginário sobre a região central do país, sendo apontadas por intelectuais como Monteiro Lobato como exemplos do verdadeiro Brasil. (MAIA, 2012, p.38).

Entre 1910 e 1930, o Exército contribuiu com o Estado no sentido de destruir o que entendia como as relações feudais existentes, principalmente no interior do país, e lutou para enfraquecer o poder exercido pelas oligarquias regionais. Esse processo tornou-se mais evidente quando em 1918 a Guarda Nacional foi extinta, sendo que esta era a figura central do poder militar das elites regionais e locais. Segundo Sodré (1965), mesmo com as alas dentro do Exército que propuseram o afastamento do mesmo das questões políticas do país, as forças armadas terrestres se tornaram a instituição essencial e de cunho nacional na defesa de novos rumos para o país: o Brasil Moderno.

A partir de 1918 até os finais dos anos vinte, o Exército passou por um processo de reestruturação, modernização e profissionalização provocado por três principais fatores de acordo com Coelho (1976). O primeiro fator diz respeito à conjuntura internacional em consequência da Primeira Grande Guerra Mundial e as “inovações” que se revelaram na arte da guerra e despertaram um natural interesse na área militar. O segundo fator diz respeito à influência dos “Jovens Turcos” que colocaram uma consciência mais “profissional para os militares”. Em terceiro lugar, “por causa das regras do jogo político, e não a despeito delas, o Governo acolheu de bom grado a tese da relação entre profissionalização e apolítismo militar”. Esta ideia de apolítismo militar deve ser relativizada visto a participação essencial do Exército na luta para desestruturar as forças oligárquicas e para isso atuaram diretamente nos processos políticos, principalmente entre os governos de Epitácio Pessoa e Júlio Prestes.

A partir da “Revolução” de 1930, fatores como a força da pequena burguesia em ascensão no cenário nacional e a fragilização das forças do latifúndio interferiram diretamente nas propostas das instituições militares do Exército. Um exemplo disso foram aquelas elaboradas pelo Clube 3 de Outubro³⁶ que lançou ideias que não se ligavam completamente nem a burguesia nem aos proletários.

³⁶ O clube 3 de Outubro foi uma organização política, formada pelos principais líderes do movimento tenentista de 1930.

Um capitalismo moderado, pequeno-burguês – o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário-mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, com tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d'água e do comércio a varejo. (SODRÉ, 1965, p.320).

Uma das forças presentes também no cenário nacional nesse período foi a do Tenentismo³⁷. O movimento tenentista teve que ser eliminado devido à crescente possibilidade de uma verdadeira Revolução em 1930. A burguesia ascensional apoderou-se do Estado com o apoio primeiro do movimento tenentista, porém, com o aprofundamento das intenções desse grupo, houve um rompimento com o mesmo e uma nova ligação entre a pequena burguesia e o latifúndio. Essa junção de duas frações da classe dominante brasileira conseguiu frear o movimento proletário em destaque no Brasil.

A década de 1930 no Brasil foi um período de redefinições nos rumos do país e isso influenciou diretamente nos projetos das instituições militares bem como do próprio Exército como força armada nacional. Segundo Carvalho (2005), o Exército se viu instalado “no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira”. (CARVALHO, 2005, p.62).

Mesmo tendo consolidado melhor a sua atuação política no centro do poder do Estado, o Exército emergiu da Revolução de 1930 como uma instituição fragmentada no que diz respeito às posições políticas de seus componentes.

A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos grandes estados. A rivalidade tinha sido esquecida durante a luta, mas ressurgiu logo depois. O receio do militarismo atingiu até mesmo os líderes civis mais próximos dos tenentes, como Oswaldo Aranha, sem falar da elite paulista, que jamais conviveria em paz com os militares vencedores. A situação gaúcha também não aceitou o tenentismo e evoluiu na direção de uma aberta colisão com o Exército. (CARVALHO, 2005, p.63-64).

Nesse processo de clivagem dentro do Exército, o papel de Goés Monteiro como Ministro da Guerra e sua relação com Getúlio Vargas foi decisiva para definir as novas medidas institucionais e consolidar os projetos e as propostas originadas internamente à

³⁷ “E o *Tenentismo*, cuja eclosão no cenário político obedeceu à necessidade imperiosa de representação das classes médias urbanas, impossibilitando de aniquilar definitivamente os velhos adversários, foi levado a desistir dos pruridos hegemônicos sobre os demais núcleos partidários”. (SANTA ROSA, V, 1934, p.156).

instituição. Por exemplo, uma das principais demandas de Monteiro para Vargas em 1934 como condição para assumir o Ministério foi a criação do Conselho Superior da Defesa Nacional (CSDN). O envolvimento com a política do país se mostrou ainda mais forte após esse período com a atuação forte de Monteiro que propunha não somente um envolvimento do Exército com questões da Guerra/Defesa como também na atuação para criar uma *política verdadeiramente nacional*³⁸.

Essa relação do Exército com a política interna do país contribuiu para uma redefinição das políticas territoriais do Estado, muitas delas propostas pelas instituições militares envolvidas nessas questões. Essa atuação do Exército na política, intensificada por Góes Monteiro, “abriu forças para consolidar o projeto hegemônico de um setor do Exército”. Esse projeto se consolidou “mais precisamente com a derrota do levante integralista de 1938”. (CARVALHO, 2005, p.64).

Na política interna, sugeria um vasto elenco de medidas que iam desde a promoção da indústria, sobretudo de motores, aviões, viaturas e siderúrgicas, até planos que envolviam a educação moral, cívica e física, a imprensa, a organização sindical. Insistia no combate ao estadualismo, no reforço ao espírito de nacionalidade, na regulação da vida econômica, na reforma das instituições do Estado e lamentava não ter sido criado um partido *social-nacionalista* que fornecesse quadros para o Estado e guias para as massas. Em países como o Brasil, dizia mais, ‘um Exército *bem organizado* é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo’.

Estava aí enunciado todo o projeto do intervencionismo controlador: ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado. Em 1937, as circunstâncias internas e externas permitiram à corporação militar, já suficientemente unida, implantar a ditadura dentro das novas diretrizes. (CARVALHO, 2005, p.96).

Em sua principal obra, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Góes Monteiro expõe sua ideia sobre o papel político do Exército junto às políticas de Estado. Pelo discurso do General, percebe-se que as forças armadas terrestres tiveram o papel político de interferir diretamente nas questões de gestão e ordenamento do território. Além disso apresentou a discussão sobre a política *do* e *no* Exército dando um entendimento que a instituição deve conter um projeto político territorial próprio e que não esteja necessariamente vinculado às políticas do Estado.

³⁸ Ver em CARVALHO, 2005, p.95.

Um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social – tudo enfim afeta a política militar do país. (GÓES MONTEIRO, s/d, p.14).

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria. (GÓES MONTEIRO, s/d, p.15).

Carvalho (2005) propõe três principais fases da relação do Exército com Getúlio Vargas, sendo elas: A primeira fase (1930-37) Namoro, a segunda fase (1937-45) Lua-De-Mel, e a terceira fase (1945-64) Divórcio. Essas etapas da relação do Estado getulista com o Exército demonstram a intensidade de atuação do Exército junto às políticas territoriais desenvolvidas na chamada Segunda República bem como o desenvolvimento institucional do Exército quando apresentou uma maior eficácia política até meados da década de 1940, na denominada fase de Lua-De-Mel.

O período do Estado Novo (1937-45) foi um dos momentos mais profícuos no sentido de fortalecimento institucional tanto do Exército como também do Brasil. O envolvimento do Brasil com os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial demonstrou algumas deficiências do Exército em relação aos insumos mínimos para contribuir com seus parceiros. Nesse sentido, o Exército motivou o processo de criação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), em 1939, e incentivou também a criação da Siderurgia Nacional, sendo esta, segundo o General Dutra, a única capaz de consolidar a indústria civil e militar para construir a capacidade combativa mínima necessária para ajudar os Aliados. (COELHO, 1976).

A política do Estado Novo esteve completamente influenciada pelas diretrizes militares devido o envolvimento dos mesmos em cargos da administração civil. O projeto de Estado dos militares, criado pelo General Góes Monteiro e seu grupo, previa a defesa interna e externa, “o fortalecimento das Forças Armadas como um todo, o desenvolvimento econômico, a promoção de indústrias de base, a intensificação da

exportação” além da substituição de importações. (CARVALHO, 2005, p.110). Havia um projeto de desenvolvimento nacional em curso que aparentemente a classe civil comandava, porém, toda a estrutura burocrática do Estado estava preenchida com os militares. “Até 1937, estavam presentes como interventores nos estados e como congressistas. Dos 87 interventores, 40 tinham sido militares e 47 civis”. As comissões técnicas também continham a presença dos militares tais como a Comissão Nacional de Siderurgia (CNS) (1931), o CNP (1939) e nas “indústrias vinculadas à defesa nacional, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores”. Havia também a presença das forças armadas nas chamadas comissões especiais que eram criadas por dentro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). (CARVALHO, 2005, p.110).

Portanto, percebe-se um envolvimento das forças armadas, até meados da década de 1940, por dentro não somente das instituições militares do Exército, mas também como proponentes de instituições civis que apresentavam caráter explícito de desenvolvimento territorial do país. Muitos dos estudos que essas instituições, civis e militares, levantavam para atuar na *valorização do espaço*³⁹, aqui entendida tal como propõe Moraes & Costa (1987), advieram de projetos dos militares, tal como se percebe na produção de uma cartografia voltada para esse processo. É nesse sentido que esse período foi considerado de estabilidade e evolução do Exército como instituição nacional.

Uma das principais políticas territoriais do Brasil nesse período foi sem dúvida a *Marcha para Oeste*, institucionalizada em 1938 e, vinculada ao projeto de integração nacional. O teor geopolítico desse projeto do Estado foi evidente, pois, propulsionou o desenvolvimento das áreas a oeste do território com a criação de colônias agrícolas, a consolidação de cidades, bem como a “retirada” da população da condição de “atraso material e intelectual”. Os militares como parte integrante dos órgãos do Estado,

³⁹ “Nesse ponto de nossa investigação, após sucessivas aproximações teóricas, já podemos delinear o processo específico de que trataria uma teoria marxista da Geografia. Esse processo enquanto objeto, foi gradativamente se impondo no transcurso da própria discussão dos fundamentos do marxismo em sua relação com o temário da Geografia. As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem, como visto, relações vitais com o seu espaço. Nas palavras eloquentes de Milton Santos: ‘Produzir é produzir espaço’. Este é o nosso fundamento geral: o desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a materialidade dessas relações em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, ficou claro o papel do trabalho como mediador universal dessa relação. Sendo o trabalho a fonte do valor, essa relação, do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente *um processo de valorização*”. (MORAES; COSTA, 1987, p.121).

intervieram diretamente em grande parte das políticas territoriais varguistas, sobretudo, aquelas presentes no Estado Novo.

A Fundação Brasil Central (FBC) bem como a Expedição Roncador-Xingu (ERX), parte integrante desse órgão público criado por Vargas, teve um papel fundamental de reconhecer e estimular projetos para o interior do Brasil com ligações diretas com os militares. João Marcelo Maia (2012) levantou alguns documentos no CPDOC no Arquivo de João Alberto Lins de Barros, um militar e político brasileiro do período Vargas, por meio dos quais demonstrou o discurso geográfico desse militar que atuou politicamente na ERX.

A esse diagnóstico de um desordenado povoamento associou-se a clássica visão da região como um cenário de ruínas e degradação, como se todos os esforços anteriores de domá-la não tivessem produzido mais do que escombros. A visão das ruínas deixadas pelo processo civilizador no Brasil central era um motivo constante nos relatos de viagem escritos ao longo do século XIX, constituindo um tema recorrente também na cognição burocrática. Assim, é possível ler, ainda na seção sobre povoamento: 'Cidades em outras épocas bem prósperas permanecem estacionárias ou caem em ruínas, vencidas pelo desânimo e dando aspecto de retrogradação de um século de civilização'. Diante desse quadro, a solução proposta é a clássica sustentada nos ensaios geográficos e geopolíticos analisados anteriormente: o emprego de uma racionalidade estatal para retificar o território, ou, como diz o autor do relatório: 'A formação de uma cadeia de pequenas cidades em localizadas, dentro de um plano de transportes servindo cada uma a sua região, com condições favoráveis à vida moderna, é indispensável para o desenvolvimento do interior do Brasil. (MAIA, 2012, p.158-159).

Na bibliografia específica que versa sobre a relação entre o Exército e a Política no Brasil tem-se um posicionamento preponderante entre os autores. Demonstram que a relação entre os militares e a política somente se intensificou após a Proclamação da República quando os militares tiveram uma maior possibilidade de adentrar nas estruturas burocráticas do Estado. Porém, diante de tudo o que foi discutido anteriormente e, levando em consideração a análise de uma bibliografia que não trabalha especificamente a relação entre os militares e a política no Brasil, mas trata das questões militares de uma forma geral, pode-se levantar a hipótese de uma participação contínua e ativa das forças armadas no desenvolvimento de políticas, sobretudo territoriais, desde o período colonial no Brasil.

A constante desestruturação do Exército pelas forças oligárquicas e, ao mesmo tempo, a persistência do Exército brasileiro em se manter como instituição fundamental

na constituição de um Estado Moderno colocou em evidência dois projetos políticos que entravam em disputa: primeiramente o projeto das oligarquias regionais que visavam o fortalecimento de forças armadas terrestres locais, como se fossem milícias a serviço dos “senhores” de terras e, o segundo, um projeto que tinha a adesão de grande parte dos integrantes do Exército que visava a nacionalização da instituição com a finalidade de atuar integralmente nos projetos para todo o território brasileiro.

Estes dois projetos em embate nos finais do século XIX e início do XX (projeto regional militar e projeto nacional militar) apresentavam adjetivações distintas. O projeto regional, ligado as oligarquias, tinha um caráter estritamente conservador e autoritário, ou seja, sem a modificação das condições econômicas, sociais e políticas estabelecidas à época e o contínuo manutenção da classe oligárquica no poder. Em contraponto, o projeto nacional dos militares, que mostrava uma forma modernizadora no que diz respeito às questões territoriais alicerçada num futuro processo de industrialização do país, porém sem mudanças nas estruturas das relações políticas mas com ligações novas com outras frações das classes dominantes do Brasil. Nesse sentido, pode se fazer uma alusão ao conceito de *modernização conservadora*⁴⁰ elaborado primeiramente por Barrington Moore Junior (1975) e reelaborado, para se adequar a realidade brasileira, por vários intelectuais tais como Rangel (2005), Guimarães (1977), Fernandes (1991) dentre outros.

A cartografia militar e os Relatórios do Ministério da Guerra produzidos pelo Exército são fontes seguras para se comprovar o envolvimento dos militares no processo de construção e atuação das políticas territoriais, sobretudo a partir da instalação da República. Ligado a isso, observa-se a influência das instituições militares na modernização das infraestruturas sobre o território e o empenho para gerar os fluxos necessários para a intensificação do capitalismo. O projeto continuado no período Vargas conformou os processos de estruturação e ordenamento do território implementado pelos militares nos períodos que antecederam a década de 1930.

⁴⁰ “(...) algumas secções de uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das classes antigas e dominantes, principalmente recrutados do campo, para levarem a cabo as alterações políticas e económicas necessárias para a sociedade industrial moderna (...)”. (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14).

CAPÍTULO 2

O ESTADO, AS INSTITUIÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO E OS ESTUDOS SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO: O DESTAQUE PARA A CARTOGRAFIA

As instituições militares do Exército foram objetos de análises de autores de especialidades científicas diversas, sobretudo das Ciências Políticas e da Sociologia (TREVISAN, 2011; COELHO, 1976; McCANN, 2009). Os geógrafos raramente tratam de questões que dizem respeito à estrutura interna ou externa das instituições militares, por desvincular o aspecto institucional das forças armadas das implicações no ordenamento dos territórios nacionais.

Segundo Stepan (1973) as instituições militares – tratada por ele como *organizações militares* – “são sistemas abertos aos influxos externos”. Isso significa dizer que estas instituições estão numa relação de disputa de interesses com as condições estratégicas que o meio externo à elas proporcionam para que possam estabelecer uma relação de adaptação ou dominação. Segundo Coelho (1985)

Organizações são sistemas fortemente orientados para sua própria sobrevivência (a um nível básico e mínimo de aspiração), mas também para o controle da maior extensão possível do seu meio ambiente. Se conseguem ou não atingir estes propósitos é uma questão empírica, mas será sempre uma função da capacidade das organizações extrair recursos do ambiente para se fortalecerem. E o que é mais importante: estratégias de aquisição ou extração de recurso são sempre de natureza política, quer sejam orientadas para as condições internas (seleção da elite, controle das oposições, expurgos etc.) ou para as externas (formação de coalizões, cerimoniais públicos para difusão dos valores organizacionais etc.). (COELHO, 1985, p.8).

Um dos objetivos fundamentais que promove o sentido basilar da instituição militar das forças armadas terrestres é a segurança do Estado. (COELHO, 1985). A principal via de relação dessa instituição que se apresenta e se apresentou como um sistema aberto é a própria estrutura política do Estado nacional. Será com o Estado que a instituição militar e todas as suas componentes irão traçar os seus interesses corporativos. Nesse sentido, a luta travada pela instituição militar durante toda a sua existência no Brasil, sobretudo após a Independência, foi uma das possíveis portas de entradas dos militares na política nacional.

Esse processo de entrada dos militares e a consequente ampliação da influência das instituições do Exército na política de Estado deveu-se fortemente à forma pela qual as classes dominantes brasileiras projetaram as características do Estado. O Estado não se interessava num processo de fortalecimento, modernização e profissionalização das instituições componentes das forças armadas *nacionais*, dando preferência – como

destacado no capítulo anterior – à criação de instituições militares regionais como as guardas nacionais e as polícias estaduais. (COELHO, 1985, p.14).

Uma das principais críticas levantadas por Coelho (1976, 1985) e Carvalho (1968, 1970, 1974, 1982, 1983) diz respeito à análise da instituição militar como um campo organizacional que apresentava um projeto homogêneo e monolítico dentre seus pares. Tais autores apresentaram a existência de clivagens dentro da instituição o que possivelmente provocou um enfraquecimento da mesma na sua relação com a composição do Estado.

Contudo, esse enfraquecimento diz respeito somente ao processo de consolidação da própria instituição militar no decorrer do processo histórico e da sua missão como organização dentro de um Estado Nacional. As ações políticas delas em relação à estrutura estatal continuaram tendo força deliberativa, pois, de acordo com Coelho (1985) a instituição militar e suas “filiais” “irrompem sem meias medidas na esfera política, sem subterfúgios ou disfarces paisanos”. (COELHO, 1985, p.6).

Pode-se, nesse sentido, considerar que a conformação mais estruturada de um projeto do Exército teve início num dos primeiros momentos da história do Brasil quando este conseguiu uma mínima estabilidade da instituição militar: a Primeira República. A existência desse projeto apresentou a ideia de uma certa homogeneidade dos grupos pertencentes às Forças Armadas. Isso não se confirmou, levando em consideração os desejos dos militares em relação à concepção sobre a instituição militar, porém tornou-se verídico a partir do momento que se considerou esse projeto hegemônico dos militares para o Brasil.

Para exemplificar esse processo pode-se citar o papel exercido pelo jornal *O Militar* entre os anos de 1854-1855. Esse jornal, supostamente⁴¹ escrito pelos alunos da Escola Militar propôs, de acordo com Souza (2014), um projeto alternativo de modernização para o Brasil. Esse grupo de militares representava uma das clivagens existentes dentro da instituição militar no que dizia respeito ao projeto hegemônico do Exército.

Porém em uma citação do jornal *O Militar* de 20 de setembro de 1854 fica evidente que o projeto de modernização do Brasil proposto pelos militares refere-se a uma preocupação que os geopolíticos militares do final do século XIX e início do XX

⁴¹ Ver em SOUZA, A.B. de, 2014.

propuseram como central para a consolidação do Estado nacional brasileiro, como por exemplo, ligar o grande sertão ao processo de desenvolvimento e modernização presente no litoral.

O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos da idéia de feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbárie. (O MILITAR, 20 de setembro de 1854).

As instituições militares utilizaram-se de conhecimentos científicos desde o início do século XIX para colocar o projeto hegemônico da organização em prática. Um desses conhecimentos utilizados e propagados institucionalmente foi o conhecimento geográfico que apareceu com diversas roupagens no cenário científico da época, sobretudo, conhecimentos que diziam respeito à topografia e à cartografia.

As principais instituições militares que contribuíram para o processo de intervenção política do Exército junto ao Estado foram aquelas direcionadas ao ensino militar. O marco inicial dessas instituições foi a criação da Academia Real Militar em 1810 que pode ser considerada como uma das primeiras instituições das forças armadas terrestres responsável pela propagação de um conhecimento dito geográfico. Isso se deve à própria formação do oficial militar que perpassava por uma formação geográfica por meio dos cursos de Engenharia que abrangia diferentes formações, tal como a do Engenheiro Geógrafo.

Em 1839, a Academia transformou-se em Escola Militar. Em 1855 começou a funcionar a Escola de Aplicação do Exército, criada por lei de 1851 e destinada a implementar instrução prática a oficiais e praças. O curso de formação de oficiais desdobrou-se, em 1858, em duas escolas: a Militar e de Aplicação – estabelecida nas fortalezas de São João e da Praia Vermelha – e Escola Central, que continuou a funcionar no Largo de São Francisco. Em 1874, a Escola Central deu origem à Escola Politécnica e a Escola Militar transferiu-se definitivamente para a Praia Vermelha, separando-se a formação do engenheiro civil da do militar. (ALVES, 2006, p.4-5).

A introdução do ensino das ciências no Brasil no século XIX, sobretudo no Império, deu-se por duas principais vias: o ensino médico e o ensino militar. Ligados às escolas militares e as de medicina haviam também outras instituições importantes na divulgação do conhecimento científico, e dentre eles o geográfico, sendo elas a Escola

de Minas de Ouro Preto (1875) e a Escola Politécnica de São Paulo (1893). (SANT'ANNA, 1978).

Na década de 1870 havia, portanto, uma certa identidade já construída entre formação militar e estudo das ciências naturais. Essa associação seria consolidada pelo Regulamento de 17 de janeiro de 1874, que acentuaria o caráter cientificista da formação militar e consolidaria a relação entre os militares e o ideário positivista. O Regulamento de 1874 parecia querer resolver o movimento pendular que marcou os currículos da Escola Militar ao longo do século XIX. (ALVES, 2006, p.5).

Alguns fatos destacados por Motta (1976) demonstram que havia no século XIX um processo de valorização das ciências. Claudia Alves (2006) também os destaca para elucidar a ideia de uma consolidação das ciências no Brasil, tanto no ensino militar como no ensino médico. Esses fatos referem-se à intenção de criação de uma revista científica no final da década de 1840 e ao conteúdo do discurso veiculado por André Cordeiro de Negreiros Lobato que elucidou o papel da Matemática para as ciências físicas.

Um fato elucidado por Alves (2006) demonstra como os professores das Escolas Militares, não todos, mas uma parcela deles, estavam envolvidos com a política nacional que tratavam de questões territoriais. Dois professores da Escola Militar, Frederico Cesar Burlamarque e Guilherme Schuch de Capanema, tinham relações diretas com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma associação que surgiu com o objetivo de “explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país”. (BARRETO, 2008, p.3). Segundo o próprio Estatuto da Associação criada em 1831, o seu objetivo primeiro era promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento da Indústria do Império do Brasil amalgamando os alicerces econômicos da nova nação com a produção científica. (SAIN, 1831, p.1). Dentre os dois professores envolvidos com a SAIN, o primeiro era militar e atuou na área de mineralogia e o outro era civil mas serviu na Escola Militar como professor de física. Segundo Barreto (2008) a SAIN foi uma das responsáveis pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Fluminense de Agricultura.

A SAIN, que teve como inspiração a francesa “Société D’Encouragement à L’Industrie Nationale”, da qual herdou seu próprio nome, e a portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional (1822), nasceu sob a jurisdição do Governo, ligada ao Ministério dos Negócios do Império, e que passaria para os domínios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras (MACOP).

A partir de 1860, passou a funcionar como órgão consultivo do Estado, concedendo licenças e prêmios para aqueles que se dispusessem a desenvolver novas espécies e máquinas agrícolas. Assim sendo, seu quadro de associados era composto, em sua grande maioria, por políticos e cientistas que decidiam as atividades a serem realizadas pelas Comissões de estudo da Sociedade. A diretoria, de um modo geral, era ocupada por políticos, ao passo que demais cargos como os secretários, redatores eram professores ou especialistas em Ciências Naturais, que se dedicava ao estudo dos problemas econômicos e a proposição de soluções, tanto no campo prático, como na da formulação de ações do Estado para esse fim. (BARRETO, 2008, p.3).

Nesse sentido, pode-se dizer que houve desde o período Imperial o envolvimento de *lentes* das escolas militares com instituições vinculadas diretamente ao Estado e que tinham como objetivo central a consolidação do território nacional. Além disso, a produção científica começou a permear as esferas da política e influenciando diretamente nos projetos de Estado.

Não somente aqueles militares pertencentes às instituições militares de ensino, mas também, aqueles oficiais presentes em outras instituições militares tiveram um envolvimento direto com as questões territoriais do país. Desde o período imperial a construção de fortes e repartições em todas as regiões do Brasil colocaram os oficiais em contato direto com questões referentes à *produção* ou a *valorização* do território estatal. Isso porque, a intenção no momento da instalação dessas filiais institucionais era o desenvolvimento de pequenos núcleos de povoamento e núcleos urbanos, o que no relatório ministerial de 1858 foram chamados de *colônias militares*. Sendo assim, “ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país”. (ALVES, 2006, p.8). É neste sentido que se pode afirmar que os militares foram os principais responsáveis pelos estudos sobre o território brasileiro, do período imperial até meados do século XX.

Para demonstrar isso, sem dúvidas, a principal instituição criada após a Proclamação da República, responsável pela execução de estudos e levantamentos geodésicos e geográficos sobre o território brasileiro foi o Serviço Geográfico do Exército (SGE) pelo decreto nº 451-A, de 31 de maio de 1890. Essa instituição militar trabalhou intensamente até meados da década de 1940 com o intuito de levantar e cartografar o território nacional. É imprescindível retomar a discussão prévia sobre o SGE, pois, além de contribuir para a consolidação de estudos acerca da ciência

geográfica e cartográfica⁴² “os militares visualizavam na questão do mapeamento do território um aspecto que lhe era muito caro, a saber: a soberania nacional”. (EVANGELISTA, 2002, p.2).

No artigo do *Serviço Geográfico no Brasil* publicado no Anuário do Serviço Geográfico, nº17 de 1967, o capitão Tasso Fragoso colocou o professor e engenheiro Luiz Cruls como a primeira figura de expressão no país que iniciou os primeiros trabalhos consistentes de cunho geográfico.

Após o surgimento da Academia Real Militar houve um processo intenso de criação de instituições que representariam os estudos sobre o território brasileiro tendo a ciência geográfica como o alicerce institucional e científico. Foi nesse momento, finais do século XIX e início do XX que surgiu a carreira de Engenheiro geógrafo militar e consequentemente a criação de uma Escola de Engenheiros Geógrafos, pelo decreto nº 19.299 de 5-VI-1930. Para muito além de uma Escola de Engenheiros Geógrafos em 1940, no governo Vargas, fora criada uma Escola de Geógrafos do Exército. Pode-se perceber o destaque e a importância dada para a Geografia permeando os projetos institucionais das organizações militares, bem como contribuindo para o projeto territorial presente nos produtos dessas instituições. Abaixo, segue um quadro elaborado com as informações de Evangelista (2002) e Archela&Archela (2008) sobre as questões que influenciaram diretamente o SGE bem como as criações institucionais do período

Quadro 3 - Episódios e Instituições que marcam o SGE

Ano	Episódios e Instituições que marcaram o SGE
1810	Academia Real Militar – 1ª escola de formação de Geógrafos Militares, criada por Carta Régia, de 04 de Dezembro. Curso de 8 anos
1822	Surgimento da litografia para impressão de mapas
1825	Criação da Comissão do Império do Brasil, primeira organização oficial de Cartografia no Brasil
1830	Primeiros trabalhos de Cartografia Náutica , realizados por iniciativa de entusiastas brasileiros
1846	Método Telegráfico para determinar diferenças de longitude, iniciado pelo Serviço de Inspeção Costeira

⁴² Foi colocado Geografia e Cartografia de maneira conjunta, pois, o campo da Cartografia somente teve autonomia a partir de meados da década de 30 do século XX.

Ano	Episódios e Instituições que marcaram o SGE
1852-1857	Atividades das companhias Hidrográficas da Marinha do Brasil
1864-1873	Comissão da Carta do Império – Levantamentos de itinerários e de posições geográficas - Primeira tentativa de dotar o país de documentos cartográficos terrestres confiáveis
1874-1875	Criação da Imperial Comissão Geológica
1875	A Carta do Império resultante do trabalho da Comissão da Carta Geral do Império é apresentada na exposição internacional de Filadélfia nos Estados Unidos
1877	Iniciados, pelo Rio Grande do Sul, os trabalhos da Carta Itinerária, com austríacos contratados pelo imperador Pedro II
1878	Extinção da Comissão da Carta Geral do Império
1882	Abertura da oficina litográfica oficial, no Arquivo Militar. Início da publicação de documentos cartográficos gravados em pedra e em zinco
1886	Fundação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. - Início dos levantamentos com operações de triangulação
1890	Criação do Serviço Geográfico, pelo Decreto 451-A de 31 maio, inicialmente anexo ao Observatório do Rio de Janeiro e depois transferido para o Ministério da Guerra
1896	Elaboração da Carta Geral da República
1903	A carta Geral do Brasil – Encarregada da 3ª Seção do EME de executar o Projeto da Comissão da Carta Geral do Brasil. O aviso nº 801, de 27 de março de 1903, aprova as instruções para o início dos trabalhos da Comissão da Carta Geral do Brasil, a qual foi instalada em Porto Alegre (RS), a 28 de junho de 1903. - Criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, sob a direção do geólogo norte-americano Orville A. Derby – Objetivo: Produção da Carta Geológica
1909	Reunião em Londres da comissão de representantes de diversos países para a elaboração da Carta internacional do Mundo (CIM) na escala de 1:1.000.000, na projeção policônica
1911	O Major Alfredo Vidal considerado o fundador do Serviço Geográfico mantém correspondência com a Casa Zeiss, acompanhando o advento do estereofotótipo PULFRICH-OREL nas operações topográficas
1914	Primeira operação estereofotogramétrica realizada no Brasil, pelo Exército, em colaboração com a prefeitura do Distrito Federal – RJ
1917	O Serviço Geográfico Militar é progressivamente organizado na Fortaleza da Conceição, a partir deste mesmo ano
1920	A Missão Austríaca chega ao Brasil no dia 14 de outubro, composta de vinte e um elementos altamente especializados
1922	Levantamento de cartas topográficas do Distrito Federal (município do Rio de Janeiro), comemorativas do 1º Centenário da Independência do Brasil, impressos

Ano	Episódios e Instituições que marcaram o SGE
	em sete cores e tendo curva de nível - A carta do Distrito Federal, de escala original 1:50.000, em certos trechos (Vila Militar), foi desdobrada nas escalas de 1:20.000, 1:10.000 e 1:2.000, e serviram de base à Instrução de Tática da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, dirigida pela Missão Militar Francesa, e dos Corpos de Tropa da Vila Militar
1923	Foi adquirido, da Mitra, o Palácio da conceição, que aumentou o acervo do Serviço Geográfico
1927	O SGE adquire equipamento para restituição e tomada de fotos aéreas
1928	Criação da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
1930	Criação do Instituto Geográfico Militar (Fortaleza da Conceição), Rio de Janeiro.
1930	Fim do período de funcionamento da Comissão Geográfica do Estado de São Paulo, que deu lugar ao Instituto Geográfico e Geológico Militar em Fortaleza da Conceição no Rio de Janeiro - Foi criada uma Escola de Engenheiros geógrafos militares, pelo decreto nº 19.299 de 5-VI-1930
1931	Diplomada a 1ª turma de Engenheiros Geógrafos, constituída de 14 oficiais do Exército e 1 oficial da Marinha
1932	O Serviço Geográfico Militar, passou, pelo Decreto 2.883, de 29 de Setembro, a designar-se Serviço Geográfico do Exército e a Comissão da Carta Geral deu origem à atual 1ª DL, com sede em Porto Alegre. Foi criada a 2ª Divisão de Levantamento (2ª DL) do Serviço Geográfico do Exército, com sede no Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 21.883, de 29 de setembro.
1933	Fim do período de funcionamento do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Transformado em Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
1934	Criação do Instituto Nacional de Estatística (Decreto nº 24.609)
1935	Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) apresenta o Plano Cartográfico Náutico - Meridiano de Greenwich passou a ser referência para as longitudes
1936	Instalado o Instituto Nacional de Estatística, que fora criado em 1934, dando início ao processo de fusão das atividades estatísticas e cartográficas, pois o sucesso dos levantamentos estatísticos dependia da existência de documentos cartográficos confiáveis.
1937	Surgimento da primeira empresa privada, no mercado brasileiro, dedicada à execução de levantamentos aerofotogramétricos, cujas preocupações básicas estavam voltadas para a prestação de serviços em Cartografia - Substituição do método expedito pelo taqueômetro em São Paulo
1938	O Serviço Geográfico do Exército passou a chamar-se Serviço Geográfico e Histórico do Exército, por Decreto Lei nº 556, de 12 de junho
1938	Conselho Nacional de Geografia – Decreto nº 237, de 02 de Fevereiro, atribuiu a 1ª missão que foi elaborar a carta do Brasil na escala de 1:1.000.000

Ano	Episódios e Instituições que marcaram o SGE
	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Nacional de Geografia do IBGE criado pelo Decreto Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938 O Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia são incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os nomes de Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística - O Serviço Geográfico do Exército passou a chamar-se Serviço Geográfico e Histórico do Exército – Decreto – Lei 556 de junho - Decreto – Lei 237 de fevereiro de 1938 – regula os trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da República em 1940 - Primeiro projeto do IBGE: Determinação das Coordenadas das Cidades e Vilas - Campanhas dos Mapas Municipais – Decreto – Lei 311 de março de 1938, chamada de Lei Geográfica do Estado Novo - Utilização da Radio Telegrafia na determinação de coordenadas geográficas.
1939	<p>Foi extinta a 2ª Divisão de Levantamento, por aviso nº 29, de 31 de Maio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Comissão da Carta do Estado do Rio de Janeiro – Instalação de uma comissão técnica para estudar as bases da Uniformização Cartográfica Brasileira
1940	<p>Plano Geral da Cartografia apresentado pelo Serviço Geográfico do Exército ao Conselho Nacional de Geografia</p>
1940	<p>O Instituto de Geografia Militar passou a chamar-se Escolas de Geógrafos do Exército</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pela primeira vez na história da Estatística Brasileira os dados de coleta e tabulações do censo são referenciados a uma base cartográfica sistematizada, quanto às categorias administrativas: Municipais e Distritais – Cidades e Vilas, assegurando o georreferenciamento das estatísticas brasileiras. - Encerramento da Campanha dos Mapas Municipais
1941	<p>A Escola de Geógrafos do Exército foi incorporada à Escola Técnica do Exército com a designação de “Curso de Geodésia e Topografia” (Praia Vermelha)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envio de um Destacamento Especial do Serviço Geográfico do Exército para o Nordeste
1942	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro levantamento aerofotogramétrico (Trimetrogon) realizado no Brasil, pela força Aérea dos Estados Unidos (USAF), entre 1942 e 1943, utilizado pelo IBGE (então CNG) para mapeamento, por compilação, na escala de 1:1.000.000
1944	<p>Criação do Serviço de Geografia e Cartografia no IBGE, desdobrado nas Divisões de Geografia e Cartografia e de Geodésia e Topografia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Extinção do Destacamento Especial do Serviço Geográfico do Exército para o Nordeste
1945	<p>Criação do quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército pelo Decreto Lei nº 8.445, de 26 de Dezembro</p> <ul style="list-style-type: none"> - O secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, Cristóvão Leite de Castro, apresenta um Plano Cartográfico, de abrangência nacional, subdividido em programas distintos, cuja composição define o grau de evolução dos processos de ocupação territorial - Mudança na estrutura de triangulação executada pelo Instituto Geográfico e

Ano	Episódios e Instituições que marcaram o SGE
	Geológico
	- Início da triangulação conforme as recomendações do II Congresso Pan-Americano de Geografia
	- Desenvolvimento do Odógrafo
1946	Regulamentadas as atividades da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército
	- Criação da 2ª DL da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, com sede em Ponta Grossa – PR, em 01 de Outubro
	- A Diretoria do Serviço Geográfico do Exército passou à subordinação do Departamento Técnico de Produção (DTP), por Decreto nº 21.738 de 30 de Agosto
	- O Conselho Nacional de Segurança institui comissão para fixar Normas para uniformização da Cartografia Brasileira e procedimentos para a coordenação dos trabalhos cartográficos – Decreto lei nº 9.210/46
	- Iniciam-se os trabalhos de mapeamento, na escala topográfica de 1:250.000, do vale do Rio São Francisco, em território da Bahia
1953	- Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, passa a chamar-se Diretoria do Serviço Geográfico – DSG
	- Criação da VASP
	- Criação da Petrobrás
1954	I Congresso Brasileiro de Geógrafos, Ribeirão Preto – SP
	Início do governo de Juscelino Kubistcheck
1958	Sociedade Brasileira de Cartografia – fundada em 28 de outubro

Fonte: ARCHELA& ARCHELA (2008); EVANGELISTA (2002)

O início do século XIX pode ser considerado o marco inicial de uma formação geográfica dos militares. A Academia Real Militar foi a instituição que iniciou os estudos teóricos e práticos que serviram para a constituição de um cabedal de conhecimentos que no desenvolvimento das instituições militares tiveram o rótulo de Geografia. Além disso, esse processo contribuiu efetivamente para que um ano após a Proclamação da República, uma instituição ligada aos estudos cartográficos surgisse para organizar e propor questões relativas ao estudo do território brasileiro.

O momento inicial de uma institucionalização da cartografia militar no Brasil se deu com a criação da Comissão da Carta Geral do Império (CCGI) em 1864. Essa Comissão estava ligada a duas instituições não militares, porém não menos importantes nos processos decisórios de levantamentos sobre o ordenamento territorial brasileiro, quais sejam o Imperial Observatório Astronômico (1827) e o Ministério da Agricultura,

do Comércio e das Obras Públicas (MACOB). Sobre o MACOB, Vergara e Capilé (2011) destacam:

Este foi um reforço emblemático na integração territorial do Brasil. Na medida em que o uso da terra para o cultivo agrícola se expandia para o interior, via-se a necessidade do acesso a esses terrenos através de vias férreas, fluviais e convencionais. Nesse sentido, o governo imperial convergiu esses interesses em uma instituição, o Ministério da Agricultura, do Comércio, e de Obras Públicas (MACOP), que era dividido em quatro diretorias internas: Central e dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria, voltada para as atividades econômicas propriamente ditas; das Obras públicas e Navegação, relacionada a obras não-militares, criação e manutenção de vias, os telégrafos e iluminação; das Terras Públicas e Colonização, que também incluía as catequeses e a “civilização” dos índios; e dos correios. Dessa forma, o governo institucionalizou vitais atividades que se referem à administração do território. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.38-39).

Mesmo não estando ligadas diretamente ao Exército, as duas instituições se apresentaram como ferramentas importantes no processo de formação de “geógrafos e cartógrafos militares”. Esta formação como geógrafo ou cartógrafo pode ser vista por dois principais ângulos. O primeiro diz respeito à formação oficial ofertada pelas instituições de ensino militar, nas quais eram ofertadas disciplinas que versavam sobre conteúdos estritamente geográficos. O segundo ângulo pelo qual se classifica os militares como “geógrafos ou cartógrafos” diz respeito à atividade prática construída com o tempo como oficiais do Exército nas IMs não ligadas ao ensino, ou seja, quando são inseridos em comissões e incursões destinadas ao (re)conhecimento do território e que, na maioria das vezes, aplicam as teorias e as práticas trabalhadas nas instituições de ensino militar, sobretudo as técnicas ligadas à cartografia (Geodésia).

A primeira (o Observatório Astronômico), apresentou no seu regulamento de 1846 que um dos objetivos era “formar os alunos da Escola Militar nas técnicas geodésicas e os alunos da Academia da Marinha nas técnicas de navegação” e o MACOB “era um dos três ministérios que possuíam engenheiros no quadro de funcionários, além do Ministério da Guerra e Ministério da Marinha”. (VERGARA&CAPILÉ, 2011, p.1).

A criação da Comissão da Carta Geral do Império (CCGI) gerou uma série de iniciativas por parte do Estado brasileiro no sentido de intensificar, aprimorar e modernizar as técnicas de mapeamento, o que contribuiu imprescindivelmente para a

elaboração de uma cartografia mais exata do que aquelas construídas sem a utilização da geodésia e da astronomia. Essa cartografia, ainda no Império, já se apresentou com um teor de projetos para o território⁴³, vista a necessidade levantada pelos presidentes da CCGI, do MACOB e do Observatório Astronômico de se construir uma Carta nacional.

Mesmo escassos, os trabalhos cartográficos eram fundamentais para o funcionamento do Ministério, que, em 1862, contava com quatro desenhistas e um agrimensor que realizaram cópias de mapas, projetos de obras e plantas. Segundo os engenheiros Werneck e Krauss, que atuaram na CCGI até 1866, o governo possuía “parco conhecimento” dos recursos, e recomendavam o levantamento de um mapa topográfico, o estudo de vias de comunicação e a exploração a respeito de tudo o que envolve a sua agricultura, indústria e comércio. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.39).

Ainda segundo Vergara e Capilé (2011), a CCGI passou por três principais fases: a primeira refere-se às dificuldades encontradas para o levantamento de dados para a construção da Carta Geral. Esse processo gerou uma série de iniciativas internas no sentido de acelerar minimamente a feitura da Carta. Iniciativas como estudos do território *in locus* bem como levantamentos de dados cartográficos presentes nas províncias são características daquele momento. A elaboração cartográfica da CCGI significou ir além de uma simples exigência administrativa, “estaria ligada principalmente aos aspectos simbólicos de progresso e civilização”. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.43).

A segunda fase foi caracterizada pelo alto acúmulo de atividades da Comissão que tinha uma equipe de trabalho reduzida em relação ao nível de trabalho que chegou nos anos finais de publicação da Carta Reduzida⁴⁴. O terceiro e último momento foi marcado pela morte do presidente da Comissão, Dr. Nunes de Campos, nos momentos

⁴³ “Apesar de parecer autoevidente, é importante esclarecer para os leitores que os mapas nacionais possuem tanto a função de estabelecimento de seus limites como de conhecimento dos aspectos geográficos do território. Esta ressalva se justifica, uma vez que essas atividades de mapeamento e delimitação são correlatas, mas não podem ser vistas como sinônimos”. (VERGARA&CAPILÉ, 2011, p.38).

⁴⁴ Para adequar os trabalhos da Comissão ao contingente de funcionários e aos recursos obtidos, optou-se por seguir as exigências ministeriais e realizar, primeiramente, uma versão reduzida da Carta Geral do Império, utilizando o sistema que o Abbadie descreveu em sua obra *Geodésie d’Éthiopie*. A relevância de se terminar os trabalhos de redução da *Carta Geral* culmina com uma seção exclusiva para tal, criada pelo presidente Dr. Nunes de Campos em 1874 para dar cumprimento ao aviso do Ministério da Agricultura de março de 1874. A versão reduzida, chefiada por Manoel Pereira Reis, utilizou a projeção de Flamstead modificada para elaborar a carta de 1,260 m de largura por 1,193 m de altura numa escala de 1:3.710.220, que correspondia à metade do tamanho da versão que eles queriam para o original; e foi publicada na Exposição nacional de 1875 e na Exposição Universal de Filadélfia de 1876, elaborada por “Henschel & Benque (...), empregando-se, para isso, o processo foto-litográfico. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.43).

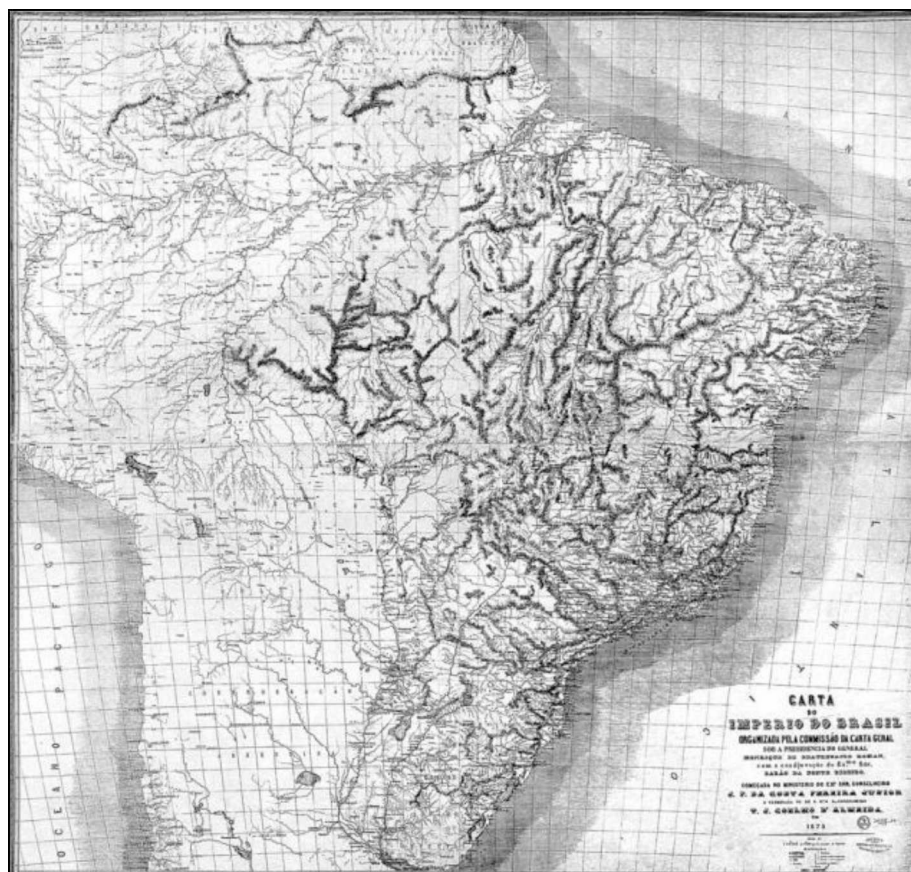
que antecederam a publicação da Carta Reduzida, em 27 de setembro de 1874. Vale destacar o papel importante desenvolvido na Comissão pelo astrônomo belga Luiz Cruls que entre os anos de 1882 e 1908 foi o diretor do Observatório Astronômico e também contribuiu com a CCGI “sendo um de seus primeiros trabalhos quando ingressou naquela instituição, em 1874. Ele trabalhou na seção de geodésia e fora responsável pela compra de instrumentos científicos na Europa para CCGI”. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.44).

Ao analisar a Carta reduzida do Império, Vergara e Capilé destacam um ponto específico que faz parte da hipótese desta tese, qual seja a presença de alguns elementos representativos na cartografia que ainda não estão de fato materializados na realidade, mas aparecem como projetos e/ou propostas para o território.

Ao interpretar o mapa publicado em 1875, notamos a presença da cientificidade expressa no século XIX, que buscava a adoção de uma linguagem universal e da padronização dos meios de fazer e ler mapas. O mapa, em preto e branco, apresenta os territórios indígenas e o nome da etnia em questão, elementos representativos para hidrografia, relevos, estradas de ferro construídas e as que estavam planejadas para a construção, e fronteiras internacionais que possuem pouco destaque. A questão do território indígena pode, também, ser interpretada sob a ótica do governo imperial em considerar o índio além das fronteiras dos países sul-americanos, como uma entidade “transterritorial”. Dessa forma, incorporou essa peculiaridade nas discussões territoriais entre o Império Brasileiro e as repúblicas vizinhas. O desconhecimento dos territórios vizinhos ainda é bem aparente, com a ressalva do Paraguai, o que esclarece a opção da CCGI em demonstrar vazios cartográficos. (VERGARA&CAPILÉ, 2012, p.45).

Em 1878 a CCGI foi extinta devido aos cortes de gastos feitos pelo Império que foram consequências da Guerra com o Paraguai. O fechamento da Comissão demarcou um atraso no sentido do desenvolvimento de uma cartografia nacional. Algumas comissões menores foram mantidas, tais como a Comissão de trabalhos geográficos do Império, que tinha o objetivo de levar instruções geográficas e geodésicas para os alunos das escolas militares e as Comissões Geográficas de São Paulo (1886) e de Minas Gerais (1891) que tinham como foco a elaboração dos planos ferroviários de iniciativa privada. (VERGARA&CAPILÉ, 2012). Este último, os planos ferroviários, foi um dos temas mais trabalhados pelos militares na cartografia e nos relatórios do Ministério da Guerra no período da Primeira e da Segunda República. Pode-se verificar isso nas cartas e mapas presentes no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro e nos Relatórios do Ministério da Guerra entre os anos de 1889 e 1940.

Figura 1 - Carta Geral do Império (1879)



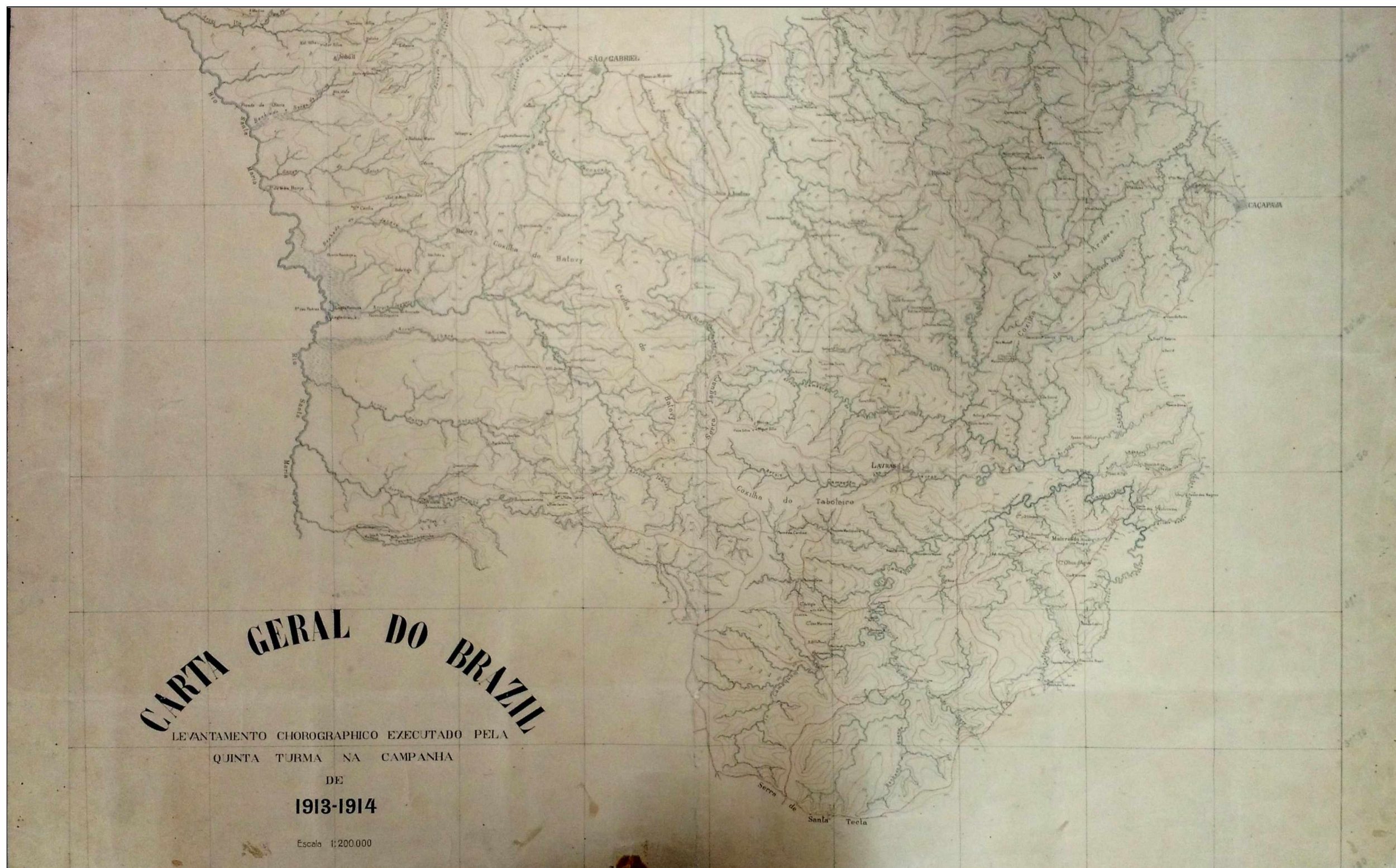
Fonte: Fotomontagem de Leonardo Rangel a partir das quatro folhas do mapa original fotografado na 5ª Divisão de Levantamento do Exército (VERGARA&CAPILÉ, 2011, p.44)

As iniciativas de cunho nacional ligadas à cartografia bem como, os processos de levantamentos e estudos para o território brasileiro foram retomadas com o advento da República. Todas essas iniciativas voltaram pelas mãos quase que exclusivamente dos militares como, por exemplo, a criação da Comissão da Carta Geral do Brasil (CCGB) instalada em Porto Alegre, em 28 de junho 1903. Entretanto, o aparecimento de um “mapa nacional” somente concretizou-se em 1922, com a Carta Geográfica do Brasil. Entre 1903 a 1922 houve a produção de materiais cartográficos que subsidiaram o surgimento da Carta Geral de 1922. Um exemplo dessa produção foi a Carta Geral do

Brasil de 1913-1914, representado pela figura 2 a seguir, que trouxe informações corográficas⁴⁵ do país.

⁴⁵ Corografia: “Descrição geográfica de um país. “Estudo geográfico particular de uma região ou de um país”.

Figura 2 - Carta Geral do Brasil (1913-1914) – Levantamento Corográfico



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CARTA GERAL DO BRAZIL – LEVANTAMENTO CHOROGRÁFICO. colorido, nanquim, tinta colorida, escala 1:200000, papel canson telado, bom estado, medindo 96,5cm x 73cm. 2678. 13-01-2678

Em 1874, antes da dissolução da CCGI houve a criação da Comissão Geológica do Império (CGI) que teve uma importância para o desenvolvimento de levantamentos acerca da geologia do território nacional, mais especificamente da região norte e nordeste do país. Entretanto, as principais incursões em território brasileiro eram compostas por estrangeiros, cujas Comissões funcionavam no mesmo período daquelas. Exemplos destas, foram as Expedições norte-americanas de Thayer (1865-1866), “empreendida pelo famoso ictiólogo e glaciologista suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz” e as Expedições Morgan (1870-1871) “chefiadas pelo geólogo de origem canadense Charles Frederich Hartt”. (FERNANDES&SCHEFFER, 2014, p.123). Essas expedições em conjunto com a Comissão Geológica do Império construíram o principal acervo geológico do país ainda no século XX, sobretudo da região amazônica. Esse acervo se encontra atualmente no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), presente no Museu de Ciências da Terra da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

Charles Frederich Hartt e o seu aluno auxiliar Orville Adelbert Derby foram os personagens principais da Comissão Geológica do Império. Os dois de origem norte-americana vieram pela 1ª vez ao Brasil, no início da década de 1870, para realizar estudos sobre a Geologia do país. Retornaram, a pedido de Dom Pedro II, que os convenceu da “necessidade da criação de um serviço geológico no país e da produção de um mapa geológico do Brasil” o que levou a criação da Comissão Geológica do Império da qual Hartt foi diretor entre 1875-1877. (FIGUERÔA, 1997, p.154). Todos os levantamentos feitos pelos dois geólogos sobre o território brasileiro, sobretudo das regiões norte e nordeste, foram para as instalações do Museu Nacional. Segundo Freitas (2002).

As coleções zoológicas, geológicas e etnográficas começaram a se amontoar no Rio de Janeiro, totalizando mais de 600 caixas, enviadas dos mais diversos pontos do país. Em junho de 1877, Hartt estimava que a Comissão tinha já coletado em torno de 500.000 espécimes, possuindo um volume de material comparável aos melhores museus do mundo, sem levar em consideração o caráter exclusivo dos materiais coletados, o que os tornava ainda mais valiosos do ponto de vista científico. (FREITAS, 2002, p.216).

Em 1878 ocorreu o fechamento de duas importantes instituições de levantamento de dados sobre o território brasileiro, a CCGI e a Comissão Geológica do Império, que teve um impacto negativo na continuação dos referidos estudos. Contudo,

com a proximidade da Proclamação da República esse quadro iria mudar radicalmente com o surgimento intenso de diversas instituições ligadas ao Exército e que tiveram papéis imprescindíveis para o Estado na elaboração das políticas territoriais republicanas.

A criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP) representou muito bem esse processo. Segundo Figueirôa (1997) a CGGSP foi criada em 1886 como a primeira instituição de pesquisas criadas em São Paulo voltadas para o campo científico das Ciências da Terra e foi extinta somente em 1931 “dado os interesses da economia cafeeira” concluindo que “as instituições de pesquisa no Brasil surgiram em função de demandas específicas de determinados grupos sociais”. (FIGUEIRÔA, 1987, p.7). Segundo Lucio (2014),

(...) entende-se que a CCGSP foi criada para abrigar pesquisadores dedicados a dar uma feição prática às suas pesquisas científicas, isto é, a CGGSP era uma instituição de pesquisa, pois havia sido criada com o intuito de ultrapassar obstáculos que se interpunham à expansão da cultura do café, objetivo almejado pela facção modernizadora da elite cafeeira como caminho para a concretização das suas metas e, mesmo tendo sido criadas para esses parâmetros, no primeiro período da sua existência a CGGSP paulatinamente foi se moldando de forma a desenvolver os seus trabalhos com vistas ao desenvolvimento da ciência como embasamento teórico. (LUCIO, 2014, p.31).

A CGGSP foi planejada e fundada pelo geólogo Orville Derby segundo os moldes da Comissão Geológica do Império. No primeiro período de instalação da CGGSP entre os anos de 1886 a 1904 Derby foi o diretor dessa instituição dando lugar naquele último ano ao Engenheiro Civil João Pedro Cardoso que assumiu a direção da CGGSP até a data de seu fechamento em 1931. Segundo Costa (2001) a CGGSP “foi concebida como instrumento científico capaz de fornecer dados seguros, precisos e exatos que respaldassem a administração pública do território e, mais contundentemente, dessem as bases técnicas para a infraestruturação” (COSTA, 2001, p.192). Essa instituição fazia parte de um plano da elite paulista cafeeira que vendeu este projeto para todo o território nacional no sentido de aceleração do processo de urbanização e de instalação e projeção das redes viárias de transporte, tal como a ferrovia. (LUCIO, 2014).

A tese de Lucio (2014) traz elementos importantes sobre os projetos desenvolvidos pela CGGSP bem como contribui no sentido de elucidar a participação

dos militares mesmo em instituições que não eram diretamente ligadas ao Exército. Os levantamentos de dados do território desenvolvidos por essa Comissão eram constantemente acompanhados pelos militares no sentido de proteção dos componentes da Comissão bem como para contribuir com o levantamento de dados cartográficos para o desenvolvimento da cartografia militar do período. Num quadro elaborado por Lucio (2014) fica claro o papel dos militares diante das atividades desenvolvidas pela CGGSP.

A pujança econômica do estado de São Paulo tinha suas raízes na produção cafeeira, a qual necessitava de vias de comunicação para escoamento por via férrea ou de rodagem que passavam pelas principais cidades e que tinha como meta final o porto de Santos. O conhecimento da rede de vias de comunicação existente no estado era fator importante para a dominação logística necessária para manter o ritmo econômico do estado. Paralelamente a esse fato convém registrar a importância que esse tipo de informação adquiria no que diz respeito ao domínio do território pelas forças militares, pois colocava nas mãos de seus detentores vantagens importantes em tempos de revolução...e aqueles eram anos sacudidos por rebeliões. Existem ofícios de agradecimento do Ministério da Guerra dirigidos a João Pedro pelo atendimento da sua solicitação e pelo envio de exemplares das Cartas dos Excursionistas (Ofício nº612 de 26/05/1924 e Ofício nº370 de 04/07/1924 do NCAHIG). (LUCIO, 2014, p.199).

Tal quadro elaborado por Lucio (2014) demonstrou as atividades desenvolvidas pela CGGSP entre os anos de 1905-1931, e deixa evidente as informações que comprovam que o levantamento de dados da Comissão contribuiu para a elaboração de cartas para fins militares, como é o caso da elaboração de folhas com informações topográficas para fins de uso do Exército na Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1890, o Estado brasileiro republicano criou o Serviço Geográfico inicialmente ligado ao Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e depois o transferiu para o Ministério da Guerra obtendo o nome de Serviço Geográfico Militar em 1917. Segundo Tasso Fragoso (1967), esta instituição tinha por excelência a responsabilidade de administrar a execução dos trabalhos geodésicos e geográficos na República dos Estados-Unidos do Brasil. Essa instituição deve ser considerada como o marco importante das criações institucionais que surgiram desde o Império, pois criou uma reorganização do fazer cartográfico e, geográfico, durante o período republicano até a criação do IBGE.

Cabe aqui considerar que nesta fase do recém-implantado regime republicano, o campo próprio da cartografia não se encontrava definido, assim, ele ficava inserido dentro do escopo maior da geografia. No entanto,

quanto às forças armadas, e mais destacadamente o Exército, estas iriam se aprimorar para chamar para si a dura tarefa de se mapear o país da melhor forma técnica possível, tendo então o surgimento da carreira de engenheiro geógrafo militar. (EVANGELISTA, 2002, p.3).

A partir de 1890 nota-se que o Estado brasileiro colocou como primeira prioridade a cartografia bem como a intensificação do conhecimento sobre o território. Com a criação do Serviço Geográfico e do Estado Maior do Exército em 1890 e 1889, respectivamente, abriu-se novamente a discussão para a feitura de uma nova Carta Geral para o Brasil Republicano. Em 1901, a 3ª seção do Estado Maior do Exército publicou o projeto para o levantamento da Carta Geral da República e, posteriormente, tal projeto passou a ser denominado Carta Geral do Brasil. (BERNARDINO, 2011, p. 3). Dois anos após a criação do mesmo foi instituída a Comissão da Carta Geral do Brasil com sede no Rio Grande do Sul.

Um importante personagem se destacou no projeto de elaboração da Carta Geral do Brasil republicano, o engenheiro Francisco Bhering. Além dele, outras instituições que estiveram envolvidas com a feitura da carta também se destacaram, tais como o Clube de Engenharia e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro além da Repartição Geral dos Telégrafos, à qual Bhering foi um dos diretores. Esse engenheiro se destacou primeiramente na construção da rede telegráfica no território brasileiro com ênfase para as áreas entre os vales dos altos Purús e Juruá na região do atual estado do Acre.

Bhering manteve relações próximas com o Marechal Candido Rondon no processo de construção da rede telegráfica na região norte o que acabou sendo um projeto de Estado no reconhecimento de áreas ainda não (re)conhecidas do território. Os levantamentos realizados pela Comissão Rondon contribuíram cartograficamente para a futura elaboração da Carta Geral do Brasil, pois foram confeccionadas cartas estaduais com informações importantes que seriam utilizadas por Bhering. (DUARTE, 2013). Duarte (2011), em sua dissertação de mestrado, mostrou alguns outros exemplos de comissões que foram criadas com o fim de interligar as áreas do território utilizando a rede telegráfica para compor as primeiras ligações entre o litoral e o interior.

Porém, esta preocupação em integrar as áreas do interior do país na verdade configurou-se muito mais enquanto continuação do projeto imperial que como uma ruptura, como queriam os cânones do regime republicano. Como já foi dito, a Guerra contra o Paraguai inseriu na agenda imperial as preocupações com os problemas de articulação do território. Assim, o projeto de interligar o Rio de Janeiro ao interior do país teve início em 1889, nos

últimos meses do Império, com a formação de uma comissão, chefiada pelo General Ewerthon Quadros, que tinha a intenção de construir uma linha telegráfica entre São Paulo e Mato Grosso. A construção foi finalizada no período republicano, já sob a chefia do major Gomes Carneiro, indicado pelo Marechal Floriano Peixoto, e o traçado final retirou São Paulo e incluiu a cidade de Uberaba como ponto de partida e a cidade de Cuiabá como final do tronco principal da linha telegráfica. (DUARTE, 2011, p.69).

No início do período republicano duas questões se intensificaram como preocupações para o Estado no que diz respeito ao território: a questão das fronteiras e o processo de ocupação do grande interior. Tais temáticas irão influenciar diretamente todos os estudos necessários para a construção da Carta Geral do Brasil de 1922. Nesse sentido, o Clube de Engenharia foi a principal instituição responsável por essas questões e que foi comandada por Bhering.

As discussões e definições sobre a nova Carta Geral do Brasil foi intensificada a partir de 1908 dentro do Clube de Engenharia com o marco do parecer⁴⁶ do Engenheiro Enrique Morize “apresentado na sessão do conselho diretor do Clube de Engenharia em 16 de julho”. (DUARTE, 2011, p.112). Mesmo diante dos esforços empreendidos pelo Clube Militar e pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) as dificuldades técnicas representaram um dos piores impasses para a continuidade dos estudos para a elaboração da Carta Geral. Estas dificuldades enfrentadas vieram de encontro a ânsia do projeto de modernização do Brasil “implementado” desde a década de 1870 do século XIX. (MACHADO, 2009).

No início do século XX muito ainda não se conhecia do território brasileiro, sobretudo, as bases físico-naturais, a hidrografia e a geomorfologia, elementos essenciais no processo de domínio territorial, bem como para os usos do planejamento estratégico do Estado para a instalação de obras de Engenharia. As Comissões criadas por iniciativa do Estado republicano, tanto aquelas com objetivos nacionais, como aquelas destinadas às questões regionais, funcionaram no sentido de realizar o levantamento para uso das políticas territoriais do Estado bem como para a elaboração da cartografia que foi o instrumento que proporcionou a visualização do nível de desenvolvimento técnico colocado sobre o território, tais como as linhas telegráficas e as vias férreas.

⁴⁶ “Neste parecer foram ressaltadas as tentativas de confecção da carta geográfica do País, principalmente as que foram feitas pela Comissão Geral da Carta do Império. Foram feitas críticas veementes e estas comissões que “sucumbiram deixando apenas resultados parciais”. (DUARTE, 2011. P.112).

Para que fossem possíveis tais levantamentos, o melhoramento das técnicas cartográficas e a utilização do método astronômico (com o apoio do Observatório Astronômico) proporcionaria uma melhor precisão dos elementos contidos no território. Para isso, a utilização “da Carta na escala ao milionésimo (1:1.000.000) tornaria desprezíveis os possíveis erros do processo de medição. (DUARTE, 2011, p.112). A partir de 1915, os projetos cartográficos necessários para a construção da Carta Geral se firmaram nas reuniões⁴⁷ do Clube de Engenharia com Francisco Bhering como diretor e comandante. O destaque de Bhering no Clube de Engenharia foi o que possibilitou as relações com outras instituições, dentre elas as militares, na confecção cartográfica do Brasil. Tais instituições eram a “Repartição Geral dos Telégrafos, o Ministério da Guerra, o escritório da Comissão Rondon e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”. (DUARTE, 2011, p.114).

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) criada no período Imperial (1883) teve bastante destaque no período republicano com o estabelecimento de relações com as instituições destinadas à elaboração da cartografia do território. Sergio Nunes Pereira (1997) destacou essa característica da SGRJ quando analisou o discurso presente na Revista da SGRJ:

As “expedições exploradoras” promovidas pela Sociedade mereceram bastante destaque na revista, tendo nela ocupado um espaço consonante com o objetivo, desde o início declarado, de fomentar tais expedições a fim de que se produzisse um “conhecimento total” da geografia brasileira. As expedições visavam principalmente, segundo a revista: conhecer territórios inexplorados ou não; produzir mapas, cartas, corografias, medições de vários tipos; estabelecer limites territoriais, com objetivos políticos-diplomáticos; estabelecer novos acessos e rotas, de maneira a facilitar a comunicação terrestre e fluvial entre as diversas partes e, principalmente, desenvolver novas rotas de comércio; além de descrever os “selvagens”, seus hábitos e costumes. (PEREIRA, 1997, p.61).

A articulação entre a SGRJ e Bhering (representando o Clube de Engenharia) foi possível devido à participação deste com a produção dos tomos da Geografia do Brasil para a SGRJ. Este projeto contemplou além de Bhering outros atores importantes da “vida” nacional naquele momento, tais como o Marechal Thaumaturgo de Azevedo, Antônio dos Santos Pires, o Capitão Francisco Jaguaribe Mattos, Everardo Backheuser e Lindolfo Chavier. A elaboração dessa obra pretendia ser um demonstrativo do Brasil,

⁴⁷ Ver em DUARTE, 2011.

apresentando suas características físicas na primeira parte, e as características humanas na segunda. O discurso geográfico utilizado na obra acompanhou, num certo sentido, a divisão que existe dentro da própria ciência geográfica no seu horizonte tradicional: a Geografia Física e a Geografia Humana. A Carta Geral do Brasil produzida pela Comissão responsável por confeccioná-la foi utilizada como o “mapa que acompanharia o livro”. (PEREIRA, 1997).

De todo modo, não era uma novidade a relação da instituição com as esferas de poder, pois desde a sua fundação, em 1883, envolveu-se em diversos projetos e em calorosos debates sobre os mais diferentes temas nacionais, principalmente a respeito da defesa da integridade do território brasileiro. Compunham os quadros sociais da Sociedade de Geografia elementos pertencentes ao que o historiador José Murilo de Carvalho denominou como uma elite da política imperial. Devido a inexistência de cursos superiores especializados voltados para disciplina, o pensamento geográfico da época encontrava-se, assim, disseminado nas faculdades, instituições militares e demais associações existentes. Não raro médicos, advogados, engenheiros militares e profissionais liberais compartilhavam uma visão pragmática do conhecimento geográfico, tendo em vista a ideia de civilização e de progresso da nação brasileira. Ao longo do século XIX, formou-se um ambiente marcado pela disseminação de um discurso geográfico impregnado de correntes teóricas vindas de fora e a alusão aos geógrafos europeus. (CARDOSO, 2016, p.43).

O que se pode notar até o momento é a ligação forte entre três elementos: a ciência geográfica, o Exército e o Estado. O Estado, sobretudo nos períodos imperial e republicano, utilizou-se das instituições civis e militares para acelerar o processo de conhecimento e cartografiação do território dando a sustentação para a elaboração de políticas territoriais. A (re)produção de um conhecimento geográfico nas instituições (civis e militares) ofereceu os subsídios essenciais para que as mesmas pudessem desenvolver os projetos encomendados pelo Estado. E o Exército como força nacional, permeou os processos de elaboração política através de seus “agentes” presentes dentro dessas instituições envolvidas diretamente com a política republicana. Além dessa presença, não se pode deixar de destacar a ocupação de cargos importantes⁴⁸ de elaboração e deliberação de projetos territoriais pelas “mãos” dos militares.

A Carta Geral do Brasil de 1922 estimulou como nunca antes no Brasil uma intensa produção de cunho geográfico pelas instituições criadas pelo Estado, aquelas ligadas diretamente ou indiretamente ao Exército; foram elas: a SGRJ, o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), o Clube de Engenharia, o Instituto Politécnico, o

⁴⁸ Ver em CARVALHO, 2005.

Estado Maior do Exército e a Superintendência de Navegação. Foi nesse sentido que houve um estímulo ao processo modernizador do país, tentando, por meio de elucidações cartográficas construir um “planejamento” territorial sobre áreas ainda “inóspitas” do território.

(...) tratava-se não só de dirigir esforços para o autoconhecimento do país em bases territoriais como de expor o que já era conhecido, para a superação de seus problemas, em afinidade com o “despertar” geracional da boa-elite com vistas à atuação política. Em síntese importa ressaltar que, nas quadras dos anos 1920, embora as análises de intelectuais e as iniciativas das Sociedades acerca da realidade nacional não fossem despojadas de contrastes, quando tomadas em conjunto ao menos um ponto de convergência permaneceu demarcado entre suas eventuais nuances diferenciadoras: o Brasil ostentava um patrimônio geográfico invejável, que não o deixava ser confundido com os demais países, detentor de fronteiras quase continentais que inflamavam essa visão largamente disseminada na cultura da época. (ADAS, 2006, p.6-7).

Segundo Duarte (2011), a Carta de 1922 foi um marco representativo do Brasil na sua contribuição para a elaboração da Carta Mundial, projeto desenvolvido pelas potências europeias e norte americana. O Brasil nesse processo representou “a afirmação da soberania nacional e, principalmente, os avanços científicos no país, que demonstraria ser capaz de realizar um estudo sistemático e sob bases científicas de seu território”. (DUARTE, 2011, p.120). A Carta Geral foi produzida em três escalas sendo 1:1.000.000 (Figura 3), 1:2.750.000 (Figura 4) e 1:5.000.000 (Figura 5).

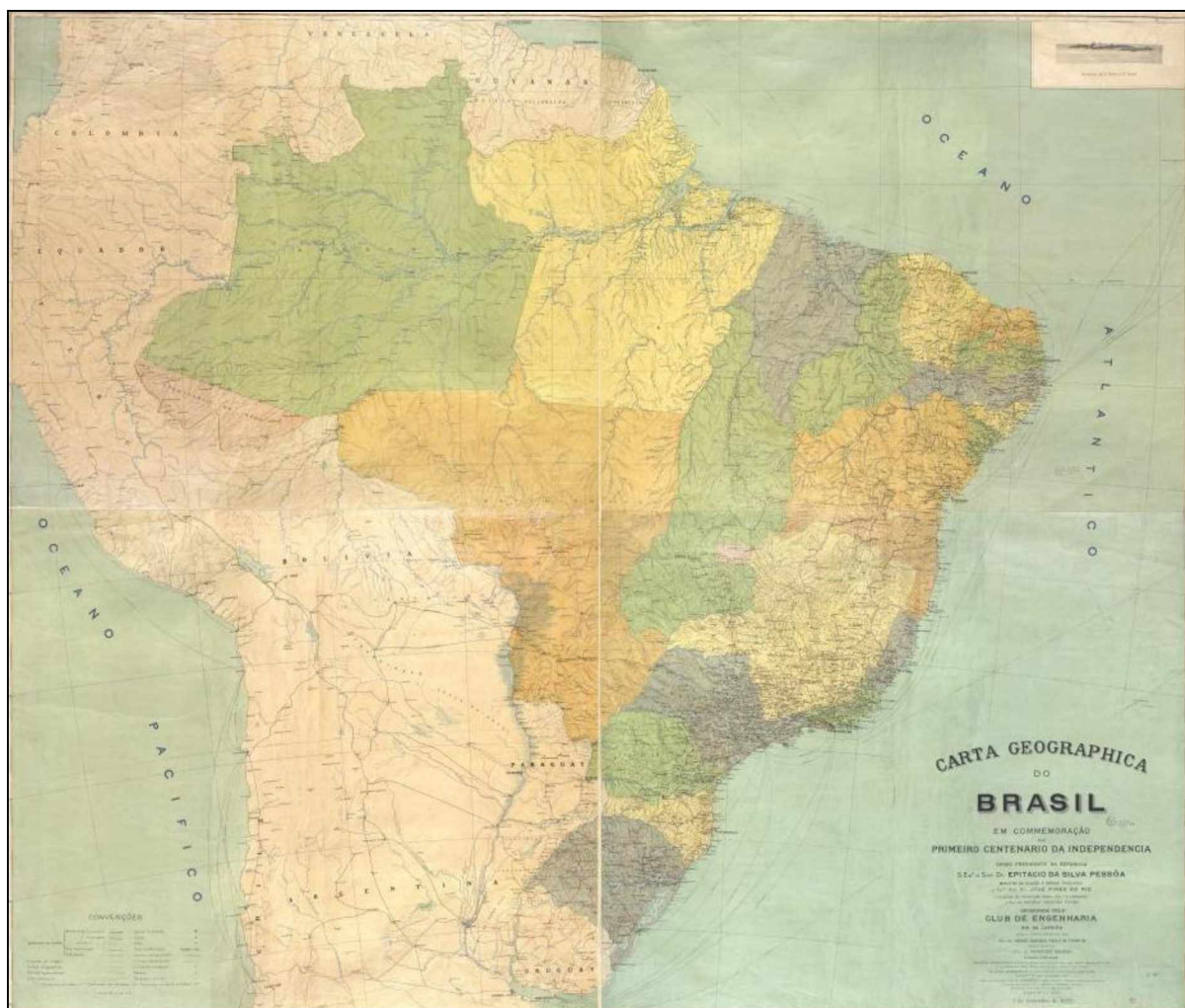
A primeira foi impressa no Instituto Cartográfico Dietrich-Reimer de Berlim e obedecia às instruções para a organização da Carta do mundo ao milionésimo, sendo dividida em 52 folhas. A segunda carta era uma redução das cópias da original (produzida na escala 1:2.000.000 e seria utilizada apenas para exposições). Foi encomendada a impressão de dez mil exemplares, em oito cores, ao Instituto Cartográfico de Paris. E por fim, a terceira versão representava a geografia física do País, indicando também as comunicações ferroviárias e fluviais. De acordo com Bhering, era “uma carta quase “muda” que, ao lado da Carta de 1875-1885, organizada por Beaurepaire Rohan, mostra o progresso dos conhecimentos geográficos do nosso país.” (DUARTE, 2011, p.120).

Figura 3 - Carta do Brasil ao Milionésimo

Fonte: Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19/03/2016

Descrição da BN: CLUBE DE ENGENHARIA (Rio de Janeiro): Carta Internacional do mundo: quadro de união das folhas brasileiras – Carte internationale du monde: tableau d'assemblage des feuilles brésiliennes. Berlin: Dietrich Reimer, 1922. 1º atlas: 5º mapas col. 66x75cm. Aberto 66x151cm. Essa carta foi produzida na escala 1:1.000.000, de acordo com a Carta Internacional do Mundo ao milionésimo surgida no Congresso Internacional de Geografia (1913). O Projeto dessa carta foi apresentado em Berna (1891), com detalhes, estabelecendo padrões técnicos das cartas 1:1.000.000, em Londres (1909), e especificado em 1913, em Paris. A carta é composta com mapa índice e cinquenta cartas. Essa carta foi publicada pelo Clube de Engenharia, por ocasião da comemoração do centenário da independência em 1922.

Figura 4 - Carta Geográfica do Brasil



Fonte: Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional. Acesso em 19/03/2016

Descrição da BN: CLUBE DE ENGENHARIA (Rio de Janeiro): Carta geographica do Brasil: Em comemoração do primeiro centenário da independência. Paris: Institut Cartographique, 1922. Escala 1:2:750.000. 1 mapa em 4 f. col. Esse mapa de 1922 é uma edição reduzida da Carta do Brasil na Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo, cujo propósito era utilizá-lo em exposições. Essa carta contém a indicação da futura capital, Brasília.

Figura 5 - Carta Geográfica do Brasil

Fonte: Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional. Acesso em 19/03/2016



Descrição da BN: Não houve descrição da BN. Representa a geografia física do País, indicando também as comunicações ferroviárias e fluviais.

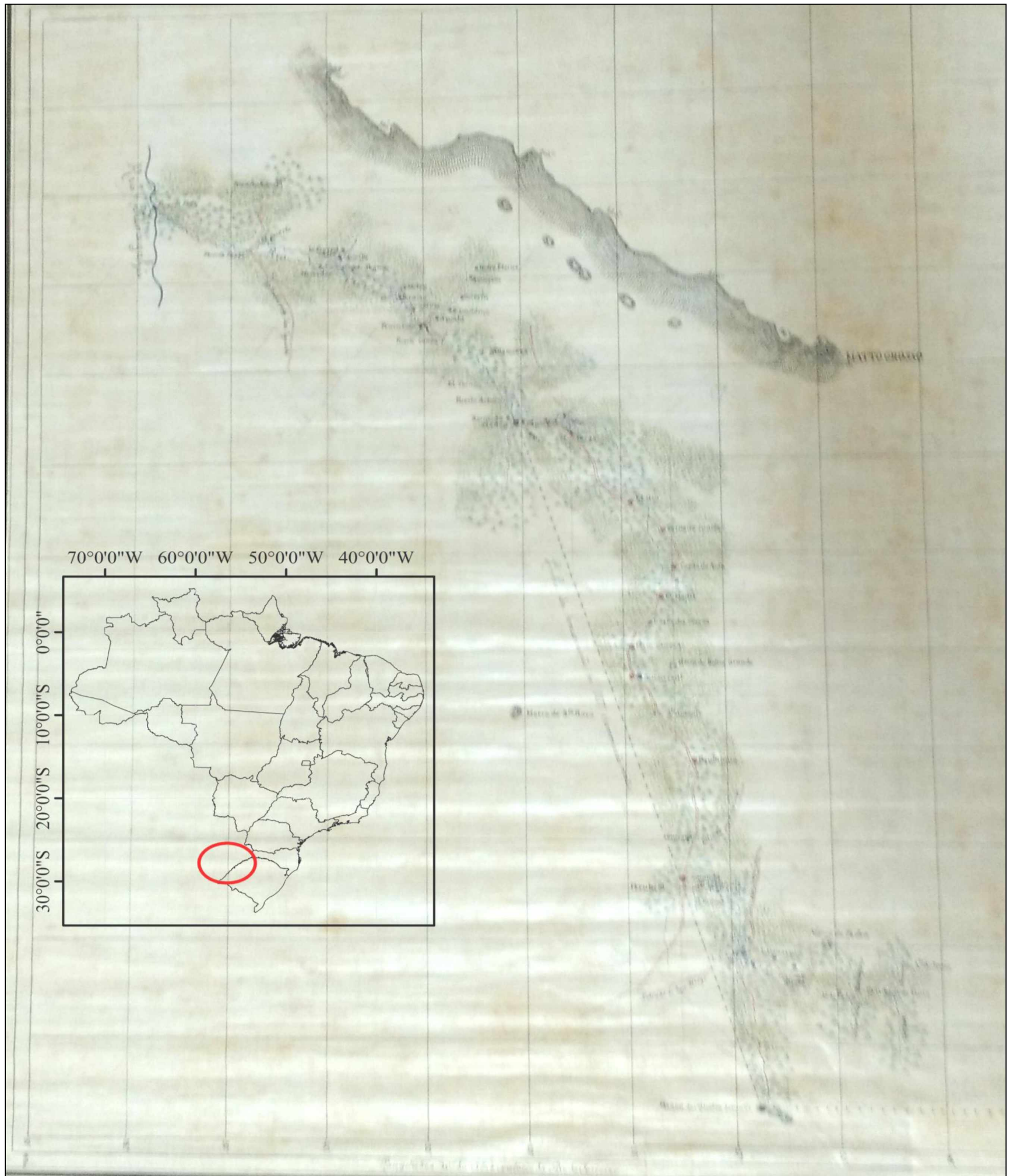
Após a publicação das Cartas Gerais ou Cartas Geográficas brasileiras em 1922, foi criada a primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites em 1928. Porém, antes deste período, já existiam alguns mapas e cartas demarcando os limites entre o Brasil e os países da América do Sul como se pode verificar nas Figuras 6 e 7 a seguir. Na verdade, desde o descobrimento das terras americanas as potências europeias tinham o interesse no processo de demarcação de fronteiras internas e externas criando assim várias comissões no decorrer da *história territorial do Brasil*⁴⁹. Durante o período imperial o Estado brasileiro estabeleceu vários Tratados de limites com os países vizinhos, tais como com o Peru e o Uruguai, com a finalidade de definir por meio da soberania dos Estados os limites reais de seus territórios.

As Comissões de Limites criadas e institucionalizadas após 1928 tinham um caráter sistemático para a demarcação dos limites e das fronteiras entre os países vizinhos. A iniciativa de criação dessas comissões foi do engenheiro, professor e político brasileiro Otávio Mangabeira. Na sua direção foram criadas três principais comissões: a do Norte (Guianas e Venezuela), a do Oeste (Colômbia, Peru e Bolívia) e a do Sul (Paraguai, Argentina e Uruguai). Vale destacar que, em decreto de 1934, o Estado brasileiro estabeleceu que as Comissões teriam organização militar na qual os “chefes e subchefes seriam Oficiais Superiores das forças armadas, com especialização técnico-geográfica”. (ENGEL, 2010, p.1).

As figuras 6 e 7 representam duas projeções cartográficas que foram produzidas antes da criação da Comissão de Limites em 1928. Cada uma delas apresenta uma das direções estabelecidas posteriormente por Mangabeira: figura 6, comissão do Sul e, figura 7, comissão do Norte. Na figura 6 percebe-se o estabelecimento dos limites entre o Brasil e a Bolívia partindo da região compreendida pelo estado do Rio Grande do Sul. Na figura 7, o mapa organizado por Ernesto Mattoso demonstra nos anos finais do século XIX a necessidade do estabelecimento dos limites com a fronteira norte do Brasil, no caso, o limite com a Guiana Inglesa. O interessante notar na figura 7 que mesmo sendo um mapa específico de estabelecimento de limites na fronteira norte, os militares deixaram demarcados os pontos do território com presença de recursos minerais, neste caso as minas de ouro. Este processo deixa evidente o caráter geoestratégico da cartografia militar e a disputa de forças diante da Soberania nacional.

⁴⁹ Ver em Moraes, 2000.

Figura 6 - Carta do trecho entre o marco dos Quatro Irmãos e a Foz do Rio Turvo (1919)



Fonte: **Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro**

Descrição da Carta: COMISSÃO DE LIMITES ENTRE O BRAZIL E A BOLÍVIA – CARTA DO TRECHO ENTRE O MARCO DOS QUATRO IRMÃOS E A FOZ DO RIO TURVO. Autor Capitão de Corveta Antonio Alves Ferreira da Silva, copiado por Eduardo Thompson, em 1919. Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, papel tecido, bom estado, medindo 48,5cm x 63,5cm. 3626. 17-01-3626.

Figura 7 - Mapa dos limites do Brasil com a Guiana Inglesa (1898)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: MAPA DOS LIMITES DO BRAZIL COM A GUYANA INGLEZA. Organizado por Ernesto Mattoso. Impresso, colorido, com nota explicativa, papel canson, bom estado, medindo 47cm x 71,5cm.. 2645. 13-01-2645.

Ainda no início do século XX, sobretudo nas três primeiras décadas, ocorreu a criação de outras instituições que apresentaram como missão o conhecimento aprofundado do território com a necessidade primeira da sua cartografia. Foi criado pelo decreto nº 19.299, de 5 de junho de 1930, o Instituto Geográfico Militar estabelecido no morro da Conceição-RJ. Este Instituto foi criado por intermédio do Serviço Geográfico Militar (SGM) ao qual ficou subordinado até o seu fechamento.

As décadas de 1930 e 1940 foram importantes no que diz respeito ao surgimento de instituições militares ligadas à produção do conhecimento geográfico, principalmente ligados à cartografia. As instituições de ensino militar se destacaram neste quesito. Pelo decreto nº 19.299, de 5 de junho de 1930, foi criada a Escola de Engenheiros Geógrafos Militares (EEGM) no mesmo período em que foi instituído o plano geral do ensino militar pelo decreto nº 22.350, em 12 de janeiro de 1933, assinado por Getúlio Vargas. A criação da Escola de Engenheiros Geógrafos Militares teve estreita relação com o papel desempenhado por Rudolf Langer contratado pelo Estado brasileiro para chefiar os trabalhos cartográficos. Rudolf Langer era um especialista em cartografia e geodésia que veio para o Brasil junto com um grupo de técnicos, formados pelo renomado Instituto de Viena, para trabalhar no Serviço Geográfico do Exército. (EVANGELISTA, 2014).

Além de ter contribuído para a formação de vários Engenheiros Geógrafos Militares, Rudolf Langer contribuiu para a contratação da Missão Cartográfica Austríaca que tinha como objetivo o “planejamento da Carta do Estado da Guanabara⁵⁰ (antigo Distrito Federal) e a organização da Escola de Engenheiros Geógrafos Militares”. (EVANGELISTA, 2014, p.177). Até o início da década de 1940 a Escola de Engenheiros Geógrafos Militares se manteve separada das outras escolas militares, contudo, em 1941, com a ampliação da Escola Técnica (atual Instituto Militar de Engenharia IME), a EEGM foi incorporada com a designação “Curso de Geodésia e Topografia”. (EVANGELISTA, 2014).

No Plano Geral do Ensino Militar assinado por Getúlio Vargas em 1933 existem apontamentos sobre a importância da ciência geográfica no processo de formação dos oficiais militares, sobretudo aqueles ligados à alta cúpula da instituição. No item do

⁵⁰ “A Carta do Estado da Guanabara, planejada pela Missão Austríaca e levantada pelo recém-criado Serviço Geográfico Militar, foi premiada com medalha de ouro na Exposição Nacional comemorativa do primeiro centenário da nossa independência política (1922)”. (EVANGELISTA, 2014, p.177).

documento que versa sobre a *Instrução Superior* fica claro que para se tornar um oficial superior, obrigatoriamente deveria-se cursar a *instrução técnica superior* na Escola de Engenheiros Geógrafos Militares, instituição responsável pelo aperfeiçoamento dos oficiais no que diz respeito a Cartografia e Geodésia.

Art.14. A instrução superior compreende:

- 1 – a instrução superior técnica
- 2 – a instrução de estado-maior
- 3 – os cursos de informações para generais e coronéis das armas

Art.15. A instrução superior técnica é ministrada

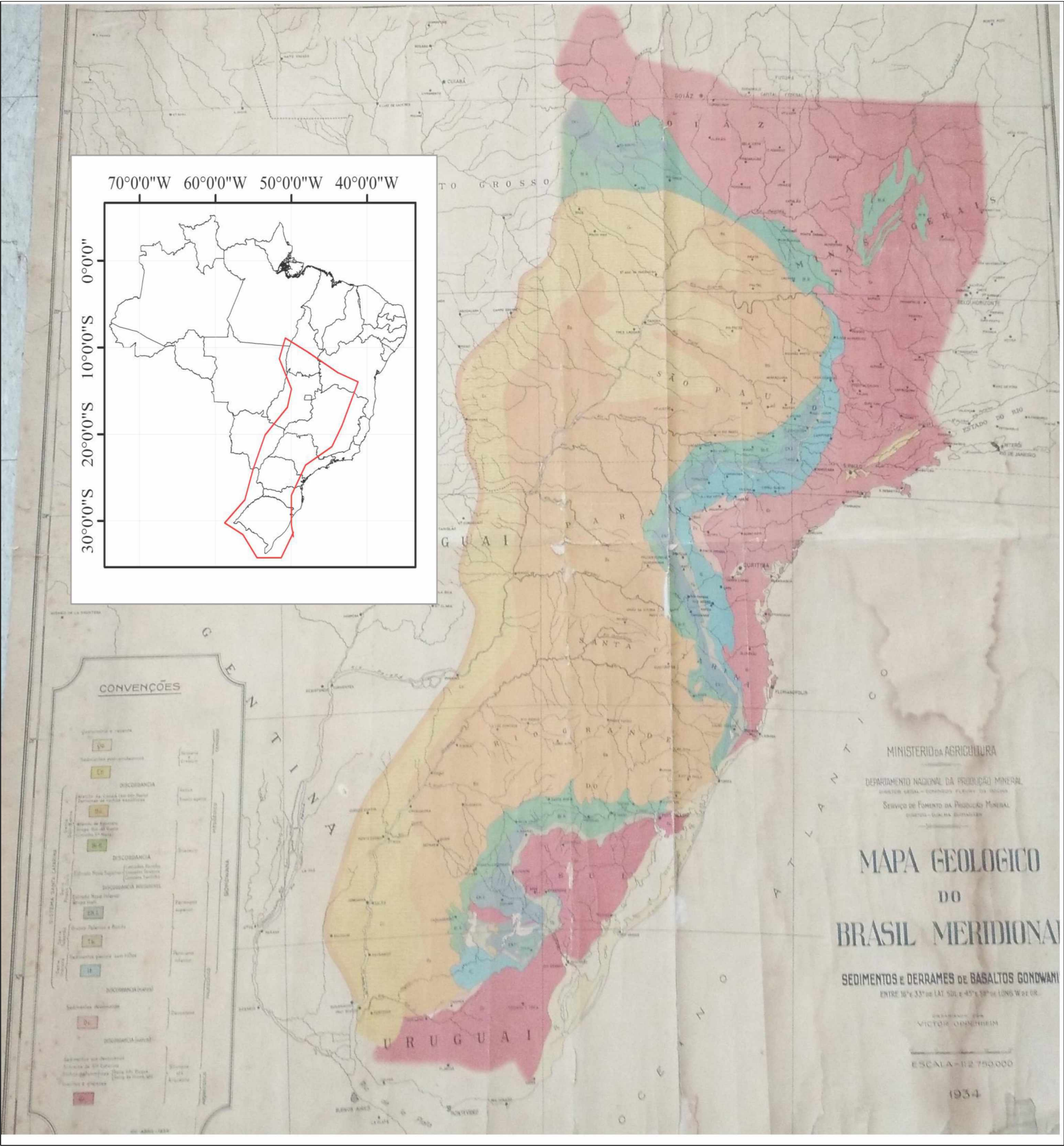
- 1 – na Escola Técnica do Exército, para a formação de oficiais engenheiros: de armamento, eletricitas, químicos e de construção;
- 2 – na Escola de Aviação, para a formação de oficiais engenheiros de aviação;
- 3 – na escola de intendência, tendo se em vista submeter oficiais superiores, intendentess de guerra, a uma revisão do mais elevados estudos relativos ao Serviço de Intendência da Guerra, pô-los ao corrente dos novos progressos conseguidos nos domínios técnico e tático correspondentes prepara-los, deste modo, para o desempenho das funções de alta direção (Curso de Revisão de Intendencia);
- 4 – na Escola de Saúde, tendo-se, em vista proporcionar aos oficiais superiores médicos, finalidades análogas – no âmbito do serviço de saúde – às que foram fixadas no item 3 para oficiais intendentess de guerra (Curso de Revisão de Saúde);
- 5 – Na Escola de Engenheiros Geógrafos Militares, para a formação de engenheiros geógrafos. (BRASIL - PLANO GERAL DE ENSINO MILITAR, 1933, p.6).

O decreto criado por Getúlio Vargas direcionou toda a estrutura do ensino militar nas décadas que se sucederam ao decreto. No início do seu governo o Serviço Geográfico Militar, principal responsável pelo levantamento das informações geográficas do território, passou a ser designado Serviço Geográfico do Exército e a Comissão da Carta Geral deu origem à atual 1ª Divisão de Levantamento, com sede em Porto Alegre. Percebe-se, neste sentido, que o Exército se colocou numa centralidade diante das outras forças armadas, sobretudo, pelo seu destaque às questões terrestres.

Ainda em 1933, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), uma instituição civil, mas que tinha no seu quadro um alto número de militares, foi fechada para ser transformada no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. O Ministério da Guerra teve relações estreitas com o SGMB desde 1907, pois foram os militares os principais responsáveis pela cartografia do território bem como no acompanhamento das missões e incursões realizadas por essa instituição. A seguir, a figura 8 representa um dos mapas produzidos pelo DNPM, em 1934, que mostra a

composição geológica do Brasil Meridional. O *mapa Geológico do Brasil Meridional* produzido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral detalha os sedimentos e derrames de basaltos Gondwanicos encontrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e parte do Mato Grosso. Fica evidente, mas vale destacar, dois aspectos sobre o mapa representado pela figura 8: a diferença da qualidade dos mapas produzidos a partir do surgimento da Carta Geográfica do Brasil em 1922, com a presença das técnicas geodésicas e de triangulação; e a confirmação da presença dos militares na confecção de mapas com diferentes abordagens bem como no maior detalhamento de informações sobre o território, com o avançar do século XX, frutos das incursões e comissões criadas pelo Estado espalhadas por todo o Brasil.

Figura 8 - Mapa Geológico do Brasil Meridional (1934)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro
Descrição da Carta: MAPA GEOLÓGICO DO BRASIL MERIDIONAL. Organizado por Victor Oppenheim. Impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, escala 1:2750000, papel canson telado, bom estado, medindo 92,5cm x 94,5cm. 2814. 24-01-2814.

Numa análise mais próxima sobre o processo de criação e fundação das instituições ligadas diretamente às Forças Armadas, percebe-se que o ano de 1933 foi um marco importante. De 1933 até meados da década de 1940 não houve uma ampliação qualitativa e quantitativa das instituições militares. Porém, várias delas foram utilizadas pelo Estado como base fundamental para compor as instituições civis criadas a partir daquela data, como por exemplo, o próprio Instituto Nacional de Estatística criado em 1934 (Decreto nº 24.609) que foi utilizado como ponte para a fusão das atividades estatísticas e cartográficas, “pois o sucesso dos levantamentos estatísticos dependia da existência de documentos cartográficos confiáveis”. (ARCHELA& ARCHELA, 2008).

Nesse sentido, a responsabilidade pela produção cartográfica brasileira até aquele momento foi dos militares e, portanto, as importações de informações e junções dos materiais das instituições militares para as civis demonstraram o caráter de base militar com o qual surgiram as instituições civis, sobretudo aquelas responsáveis pelas questões territoriais no Brasil.

O período que antecedeu e sucedeu a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi marcado por várias reestruturações das instituições brasileiras, as militares e as civis. Essas reestruturações aconteceram, devido um processo maior em curso, que diz respeito à burocratização do Estado promovida por Getúlio Vargas. Segundo Penha (1993) “o surgimento do IBGE inseria-se dentro de um contexto histórico, caracterizado por um tríplice movimento de centralização, burocratização e racionalização em torno da esfera estatal”. (PENHA, 1993, p.40). Com a criação do IBGE, em 1938 e das instituições que deram suporte ao seu surgimento criou-se um verdadeiro instrumental técnico e científico para administrar o território brasileiro. Para além disso, nos discursos dos intelectuais da época tais como de Nelson Werneck Sodré⁵¹ e Oliveira Vianna⁵² o Estado não deveria promover somente uma *valorização do espaço*, mas também a construção de uma *nação* forte. Assim, as instituições militares que estavam entranhadas nos projetos das instituições civis construíram em conformidade e distinções o projeto territorial brasileiro.

Somente no ano de 1938, o Conselho Nacional de Geografia foi convocado para o projeto de elaboração da nova carta do Brasil na escala de 1:1.000.000 com maiores

⁵¹ Ver em MARTINS (2013).

⁵² Ver em ANSELMO (1995).

detalhamentos do que a apresentada em 1922; o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) foram incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; o Serviço Geográfico do Exército passou a ser denominado de Serviço Geográfico e Histórico do Exército pelo Decreto Lei 556 de Junho 1938; houve a criação da Lei Geográfica do Estado Novo que estabeleceu as Campanhas dos Mapas Municipais de todo o território nacional utilizando-se de bases cartográficas elaboradas pelos militares; a utilização da Radio Telegrafia na determinação de coordenadas geográficas, projeto possível devido às incursões militares no território brasileiro para a expansão e instalação das redes de telégrafos (Comissão Rondon).

No ano subsequente foi extinta a 2ª Divisão de Levantamento e criada uma Comissão técnica para estudar as bases da uniformização cartográfica brasileira. Em 1940, o Plano Geral da Cartografia feito pelo Serviço Geográfico do Exército foi apresentado ao Conselho Nacional de Geografia que se encontrava instalado no IBGE, a ligação evidente que os projetos para o território tinham como base a centralidade militar do Exército.

Além desse papel fundamental nos projetos territoriais para o Brasil com base no aperfeiçoamento cartográfico, o Serviço Geográfico do Exército estimulou a formação de uma Escola de Geógrafos do Exército (EGE) fundada e criada em 1940 pelo decreto nº5.265, de 16 de fevereiro. É interessante notar no Regulamento da Escola de Geógrafos do Exército, mais especificamente na distribuição das disciplinas dos cursos, que toda a formação dos militares que fizeram parte desta Escola estava estritamente ligada ao estudo da cartografia e dos recursos minerais (Estudo da Geologia). Por isso, em 1941 essa mesma Escola foi incorporada a Escola Técnica do Exército com a designação de “Curso de Geodésia e Topografia” (Praia Vermelha).

Art. 5º O Curso Complementar constará das seguintes matérias

1. Topografia e Desenho Topográfico
2. Aerofotogrametria prática
3. Prática de Astronomia de Campo
4. Cálculos Técnicos

Art. 7º O Curso de Engenheiros Geógrafos Militares será constituído das seguintes matérias:

1º ano: 1. Astronomia; 2. Geodésia; 3. Fotogrametria; 4. Topografia e Desenho Topográfico; 5. Geologia; 6. Cálculos Técnicos.

2º ano: 1. Astronomia; 2. Geodésia; 3. Fotogrametria; 4. Topografia e Desenho Topográfico; 5. Cálculos Técnicos; 6. Cartografia e Artes Gráficas.
(DECRETO 5.265, 1940, p.2).

Em 1944 esse processo de estímulo ao estudo e às pesquisas cartográficas foi intensificado com a criação do Serviço de Geografia e Cartografia no IBGE, desdobrado nas Divisões de Geografia e Cartografia e de Geodésia e Topografia, seguindo nestes moldes a estrutura curricular ministrada na Escola Técnica do Exército. Após cinco anos de criação da Escola de Geógrafos do Exército, o SGE criou o primeiro quadro de topógrafos, formalizado pelo Decreto Lei 8.445, de 26 de Dezembro de 1945. Nesse mesmo ano o secretário Geral do CNG, Cristóvão Leite de Castro, “apresentou um plano Cartográfico, de abrangência nacional” que unificou as análises sobre o processo de ocupação territorial do país. (ARCHELA & ARCHELA, 2008).

Esses processos de fusões e ressignificações institucionais acompanharam a burocratização do Estado para afunilar as questões sobre o (re)conhecimento territorial brasileiro até o início da década de 1950. Um marco essencial que caracterizou o que foi demonstrado neste capítulo foi a transformação do Serviço Geográfico do Exército – o órgão essencial para o Estado no ordenamento do território desde a República Velha – em Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), órgão que não foi fundado com aparências militares, mas integrou o Ministério da Guerra desde a intensificação que as instituições militares se impuseram para projetar o território nacional brasileiro. O papel dessas instituições demonstrou que o projeto de Brasil colocado em prática desde a fundação do Estado raramente saiu do controle dos militares.

A cartografia militar e os Relatórios do Ministério da Guerra contribuíram, desde a instalação da República, com o processo de formação territorial do Brasil. Percebe-se que todo o esforço empreendido pelos militares por meio das suas instituições representativas influenciou direta e indiretamente a geoestratégia para o (re)ordenamento do território, tanto no período compreendido entre as duas primeiras fases da República, como também para dar subsídio necessário à continuação do projeto geopolítico do Estado posterior ao período Vargas.

Um dos principais campos de conhecimento ofereceu o suporte para o desenvolvimento da cartografia, bem como para as elaborações das políticas territoriais foi a Geografia. Os conhecimentos geográficos foram inseridos com essa roupagem desde a fundação da Real Academia Militar, em 1810, e a partir de então propagada para todas as instituições militares do Exército. A Geografia incorporada no Exército, rotulada pelos oficiais de *Geografia Militar*, teve dois principais caracteres: primeiramente, a ciência geográfica incorporada nas IMs pode ser enquadrada no que

por dentro do pensamento geográfico se define como Geografia Tradicional, ou seja, uma ciência com um estilo altamente descritivo, de coleta de dados baseada em práticas de campo e de observação e que certamente foi incorporada à esfera positivista proposta por Benjamin Constant⁵³ na sua primeira reforma republicana da Escola Militar. O segundo caráter da ciência geográfica incorporada no Exército foi a sua roupagem como Geografia dos Estados Maiores, tal como propôs Lacoste (2010)⁵⁴. Essa ciência seria definida como um conjunto de “representações cartográficas” que tinha nos seus fundamentos a prática geopolítica com intenções estritamente estratégicas que serviram para a consolidação da soberania do Estado Nacional brasileiro. Percebe-se assim, que a ciência geográfica (re)produzida pelas instituições militares do Exército se diferem da Geografia enquadrada como acadêmica.

⁵³ “Do ponto de vista prático, a formação do ‘cidadão armado’ de que falava Benjamin Constant ampla reforma curricular da Escola Militar. Mantinha-se o curso preparatório, respeitado o currículo tradicional, com um reforço de conteúdo em história, especialmente do Brasil, e geografia. Estabelecia-se um curso geral de quatro anos, para todos os alunos, em que seriam estudadas as ciências gerais da classificação de Auguste Comte. Depois, todos os futuros oficiais fariam um curso das três Armas em um ano apenas, com estudos de arte militar, balística, direito e economia política. Por último, três cursos de caráter especializador, o de Artilharia, em um ano, e os de Estado-Maior e de Engenharia, em dois anos cada um. Portanto, sem contar os três anos do preparatório, seriam cinco anos de escola para a Infantaria e a Cavalaria, seis para a Artilharia e sete para a Engenharia e o Estado-Maior. Cumpre notar que a especialização de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia permaneceria na Escola Superior de Guerra”. (TREVISAN, 2011, p.43-44).

⁵⁴ “Desde fim do século XIX pode-se considerar que existem duas geografias: Uma, de origem antiga, a geografia dos Estados-maiores, é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço; esse saber sincrético é claramente percebido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder.” (LACOSTE, 2010, p.31).

CAPÍTULO 3

**AS COLÔNIAS E AS REGIÕES MILITARES: A
GEOESTRATÉGIA DO EXÉRCITO**

Segundo vários estudiosos da questão militar, durante o século XIX, em todos os países ocidentais, houve um processo de proliferação das Instituições Militares (IMs) instaladas em diversas partes dos territórios corroborando para um verdadeiro processo de instalação das IMs em lugares estratégicos em diferentes regiões do território, sobretudo em regiões de fronteiras. Em particular, a instalação dessas Instituições Militares nos países de passado colonial trouxe o sentido de instituições modernas e verdadeiramente nacionais que o Estado recém fundado necessitava como instrumento fundamental para o desenvolvimento das regiões e que se apresentaram como aparelhos de controle, defesa e modernização. (COELHO, 1985). No Brasil, mesmo diante de todas as disputas internas geradas pelas questões hierárquicas dos oficiais, a dispersão geográfica das instituições militares contribuiu efetivamente para o controle do território tendo a presença da corporação em todo o país. (ALVES, 2006).

Nesse processo de instalação de bases regionais, duas principais instituições criadas diretamente e indiretamente pelos militares se destacaram, principalmente no que dizem respeito às questões das fronteiras: *as colônias militares* e *os territórios federais*. Essas duas formas geradas em prol de um projeto territorial são frutos das ideias e práticas do Estado brasileiro desde o século XVIII e que se estenderam até a década de 1940 mais intensamente.

Desde o início do processo de colonização das terras americanas, o grande desafio encontrado pelos colonizadores europeus foi a imensidão de terras a serem ocupadas e delimitadas, sobretudo, a parte que “coube” à conquista portuguesa. Além da imensidão de terras, a população nativa deveria ser administrada, sendo incorporada como força de trabalho escravo. Entre os séculos XVIII e XIX havia duas preocupações do Estado em relação à extensão territorial, quais sejam, a proteção do litoral, “porta” de entrada ao inimigo externo (holandeses, franceses e espanhóis) bem como a proteção dos sertões⁵⁵ no interior do território.

Entre os séculos XVIII e XIX, perpassando os períodos Imperiais e o início da República no Brasil, houve a formação de algumas vilas, povoados e núcleos populacionais completamente dispersos e sem conexão entre si. A atenção do Estado até meados do século XIX sempre esteve voltada principalmente para o litoral, tanto no que diz respeito à sua proteção como também quanto ao desenvolvimento econômico da

⁵⁵ Ver em Moraes (2005).

zona litorânea. Entretanto, mesmo com a maioria dos projetos do Estado voltados às questões orientais do território alguns desses foram espalhados por regiões estratégicas do interior, ou do grande oeste brasileiro. Um exemplo desse projeto foi a Comissão Rondon no processo de instalação das linhas telegráficas.

O processo de criação das Colônias Militares (CMs) contribuiu efetivamente para a modernização do território tanto no que diz respeito ao desenvolvimento econômico local como também na inserção das “populações arredias” à civilização – como eram chamadas pelos colonizadores. As Colônias Militares começaram a ser instaladas e projetadas pelo Estado a partir da década de 1850 com a criação de 21 unidades que se estendiam do Rio Grande do Sul até o Pará. Antes de 1850 foram criadas algumas CMs, porém tiveram um sentido próprio de proteção em conflitos armados, como se pode exemplificar com a instalação dessas instituições na região sul, onde conflitos armados aqueceram os finais do período colonial.

Segundo Faria (2009) três instrumentos legais criados pelo Estado Imperial Brasileiro legitimaram o processo de criação dessas instituições militares regionalmente: o primeiro instrumento foi a Lei nº 555, de 15 de junho de 1850, “que aprovou o orçamento do Império” autorizando a criação de presídios militares e Colônias Militares nos locais em que o poder Executivo entendia como necessário. O segundo instrumento legal foi a Lei de Terras de 1850 (nº 610) “que previa o uso de terras devolutas para o assentamento de estabelecimentos públicos” possibilitando a instalação das CMs em terras fronteiriças a oeste do território. O terceiro instrumento legal foi o Regulamento de 1854 “expedido para normatizar a execução da Lei de Terras de 1850, o qual determinava, no Artigo 82, a criação das Colônias Militares”. (FARIA, 2009, p.2).

A criação das Colônias Militares estava intimamente ligada às duas instâncias do Estado, à das províncias e à da Corte. A instalação dessas instituições possibilitou um maior controle do Estado sobre as áreas mais afastadas do território que necessitavam ser interligadas à dinâmica do litoral. Mesmo que ainda como projeto incipiente, a instalação das CMs esteve unida aos anseios das oligarquias regionais e das elites nacionalizadas como ações precursoras para a formação de um Estado Centralizador no período Imperial. (DOLHNIKOFF, 2003).

Interessante notar as discussões levantadas no primeiro capítulo desta tese, a atuação dos militares na política brasileira após a independência. Vários autores, tais

como Coelho (1976), Magalhães (1958), Ferreira (1964) trabalham buscando comprovar que a Instituição Militar não teve tanta expressão na atuação política devido ao processo de desestruturação institucional que ocorreu a partir do início do século XIX, porém, quando se analisa os relatórios do Ministério da Guerra, nota-se que essa tese não tem fundamento. Não há possibilidade de se falar de um projeto territorial do início do XIX que se estenda principalmente até os finais do período getulista, sem apresentar a atuação política dos militares ligada à estruturação do território. A criação das Colônias Militares em lugares estratégicos do território, sobretudo em regiões fronteiriças, atuando diretamente no desenvolvimento de colônias agrícolas, não pode ser colocado como algo menor ou menos estruturado diante da “disputa” travada entre o Exército e as Guardas Nacionais, na qual as oligarquias tentaram legalmente extinguir a força armada nacional. Com a criação das CMs ficou ainda mais evidente que o projeto de Estado para o território necessariamente envolvia as diretrizes, os desejos e os projetos dos militares, tal como ocorreu com as propostas de cartografiação do território, fato este que também auxiliou no processo de escolha da instalação das instituições militares regionais. Essas ações estiveram direta e indiretamente ligadas aos cargos políticos e institucionais dos militares.

Os Ministérios da Guerra e do Império apresentaram em seus relatórios que datam de 1832 a 1888⁵⁶ temas que estavam vinculados com a dinâmica territorial, tal como o processo de integração e questões que envolviam projetos para a população do Império, sobretudo a partir de 1850. Há de se fazer um destaque para os temas relacionados com o Observatório Astronômico, pois este foi uma das instituições responsáveis pela cartografiação do território. (BRUGGEMANN, 2013). Os principais temas tratados nos relatórios foram: Conselho Supremo Militar e de Justiça; Comissão de Melhoramentos do Material do Exército; Corpo de Transportes; Arsenais de Guerra e Depósitos de Artigos Bélicos; Laboratórios Pirotécnicos; Escola Militar; Observatório Astronômico; Quartéis; Arquivo Militar e Oficina Litográfica; Presídios e Colônias Militares; Hospitais Militares, Saúde Pública, Saneamento etc.

As Colônias Militares foram criadas mais intensamente a partir de 1850⁵⁷ pelo Estado Imperial e tinham como objetivos centrais a instalação geoestratégica dessas

⁵⁶ Ver em Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>

⁵⁷ Ver em: *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil (1858) Tomo XXI*.

instituições na fronteira oeste, nos limites com os países vizinhos, bem como instalar as mesmas em rotas comerciais “que permitiam o deslocamento de pessoas e de mercadorias entre o litoral e o interior do país”. (BRUGGEMANN, 2013, p.35). Esse processo de criação das Colônias Militares e dos Presídios Militares (criados para conter rebeliões no interior do país, principalmente dos homens livres libertos após a abolição da escravidão) foi denominado como *Colonização Militar*. Segundo José Vieira Couto Magalhães, político, militar e escritor brasileiro:

As colônias militares são uma instituição empregada por todos os povos que tiveram grandes territórios a defender e povoar desde os fenícios, gregos e romanos até nossos dias. Foi por meio delas que os ingleses criaram núcleos de populações cristãs no interior das Índias, os russos no interior da Ásia, na América e no Sul da própria Rússia, os franceses na África, os portugueses e espanhóis ali e na América. Além do meio de fazer estradas de ferro para desertos (meio que não está ao nosso alcance) a colônia militar é o único de que dispomos para dirigir a população para lugares desabitados. A experiência do tempo do domínio português o prova. Os presídios e registros militares (eram os nomes antigos) foram fundados com um destes quatro fins: 1º: Impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras. 2º: Impedir incursões de selvagens contra nossas populações. 3º: Criar núcleos de população ao longo do sertão, naqueles lugares onde uma solução de continuidade entre as populações podia impedir que o centro do governo se comunicasse com as extremidades. 4º: Impedir o extravio dos direitos que a metrópole percebia sobre ouro e diamantes. (MAGALHÃES, 1875, p.13).

O que se pode depreender dessa definição de Magalhães é que o modelo de Colônias Militares instaladas no Brasil foi importado daquele utilizado pelos países europeus, tanto nos próprios territórios como nas colônias as quais exploravam. O Estado brasileiro conseguiu mesclar vários modelos europeus para compor o seu projeto territorial que tinha nas CMs um dos seus principais apoios institucionais. As CMs deveriam ter como missão contribuir com pelo menos uma necessidade local e/ou regional. “Desse modo, suas configurações foram diversas e não houve, portanto, apenas uma versão de colônia militar no Império”. (BRUGGEMANN, 2013, p.40).

Algumas colônias militares eram instaladas especialmente para defender uma parte da fronteira brasileira, outras eram criadas para consolidar o povoamento de uma determinada região, outras eram projetadas para tornar mais seguros os caminhos que iam para o interior, e ainda haviam aquelas que eram destinadas à catequização dos índios. Em 1871, o ministro de guerra do império brasileiro ainda buscava adotar nas colônias militares o sistema mais adequado para a defesa das fronteiras, proteção dos rios e catequese dos índios, o que faz pensar no caráter de constante transformação e de adaptação dos modelos existentes de colônias militares no território brasileiro e em outros continentes. (BRUGGEMANN, 2013, p.40).

Essa multiplicidade de funções também pode ser percebida no discurso proferido no Relatório, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta seção da nova legislatura, pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em 1856:

Com o duplice fim de promover a povoação e cultura de nossas mattas, e de policial-las continua o Governo a dar impulso aos estabelecimentos d'este genero.

Até hoje tem fundado nove colonias militares; a saber:

Na provincia do Pará as de Pedro II, São João do Araguaia e Obidos.

Na do Maranhão, a de São Pedro de Alcantara do Gurupy.

Na de Alagôas, a de Leopoldina.

Na de Pernambuco, a de Pimenteiras.

Na de Santa Catharina, a de Santa Thereza.

Na de Minas, a de Uruçu.

Na do Paraná, a do Jatahy

Além d'estas mandou fundar a de Dourados, na Província de Matto Grosso; e tem feito continuar os trabalhos das de Anhuac e Brilhante, com o fim especial de segurar e proteger a navegação fluvial entre aquela Província e a do Paraná; e bem assim as que devem ser estabelecidas na Província de Goyaz, com o intuito de promover igual navegação nos Rios Araguaya e Tocantins. (BRASIL, Ministério da Guerra e dos Negócios, 1856, p.92-93).

As Colônias militares instaladas nas várias partes do território, sobretudo no Sul, no Norte e na região que atualmente se apresenta como Centro-Oeste, demonstraram dois sentidos específicos: o geoestratégico de defesa fronteiriça e o econômico.

Acreditava-se que as colônias militares poderiam auxiliar a pacificação do interior por meio do policiamento das estradas, rios e florestas, livrando-os de índios hostis, escravos fugitivos, bandidos e outros elementos incômodos para o controle da sociedade. Ao mesmo tempo, o governo imperial desejava algum auxílio na exploração dos territórios desconhecidos, bem como o estabelecimento e a manutenção de áreas fronteiriças disputadas. Os defensores do sistema de colônias militares afirmavam que em casos de distúrbios civis e/ou agressões estrangeiras, as colônias poderiam servir como bases de suporte para as forças governamentais, fornecendo comida para as tropas, animais para o transporte e reforços humanos. (BRUGGEMANN, 2013, p.41).

Os aspectos econômicos envolvendo a instalação das CMs dizem respeito ao desejo do Estado brasileiro no período imperial e republicano de desenvolver um processo de ocupação e povoamento do grande interior do país, o *desertão*⁵⁸ brasileiro. No Relatório do Ministério do Império de 1859, o ministro Sérgio Teixeira de Macedo

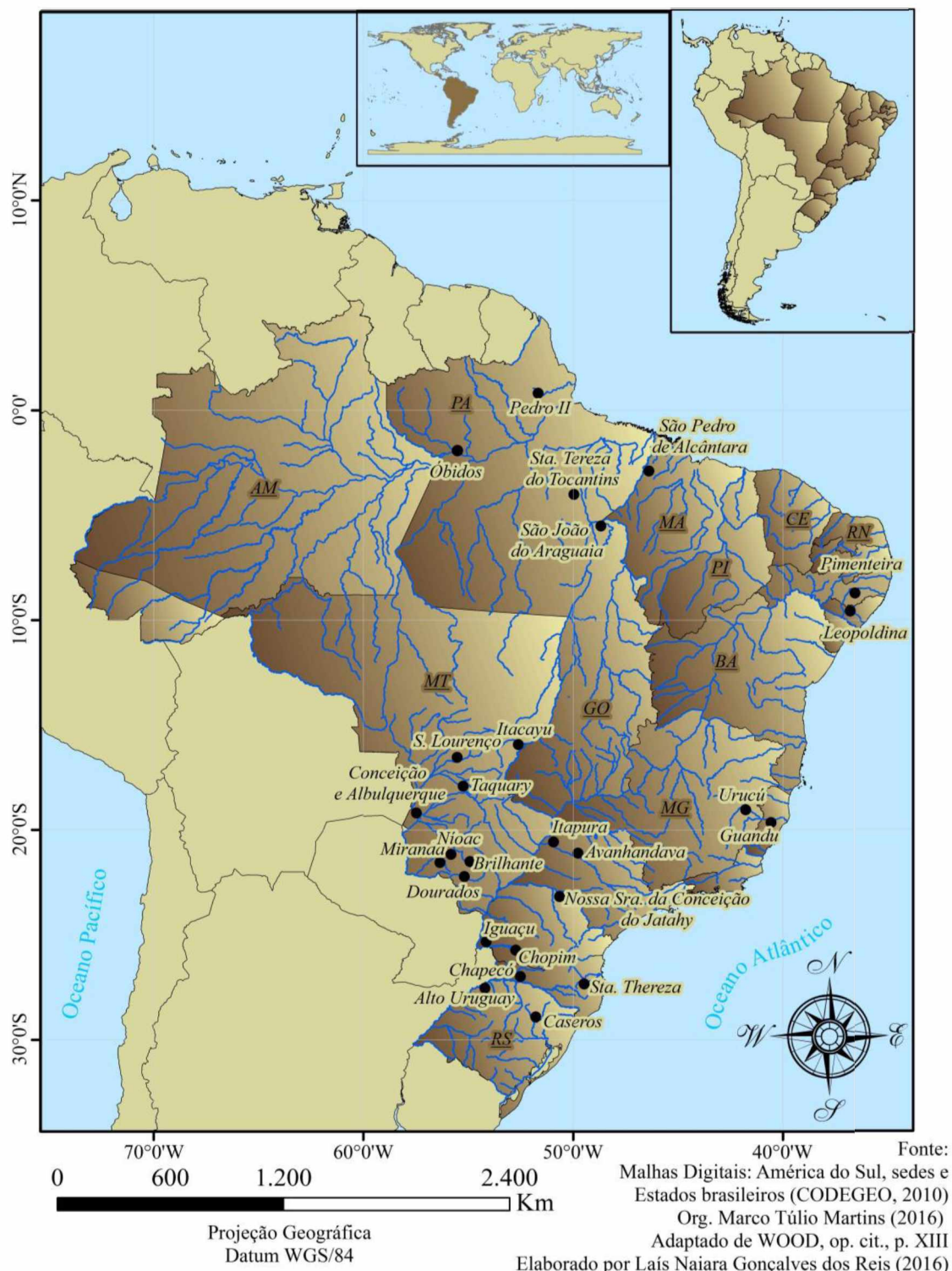
⁵⁸ Ver em Sodré, 1941.

deixou claro as intenções do governo imperial de criar as bases e as condições necessárias de exploração dos recursos minerais, de estimular o comércio e a indústria e de agregar mão de obra (indígena e negra) e estimular as comunicações e transportes entre as áreas mais afastadas do território até o litoral. (BRUGGEMANN, 2013). O Estado projetava parte dessa infraestrutura a partir do estímulo e desenvolvimento das Colônias Militares.

A ideia de utilizar nossas colônias militares como auxiliares do povoamento dos sertões, para nelas se colocarem intérpretes que falando as línguas das populações selvagens circunvizinhas lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens, encontrou eco no seio do gabinete e, nomeadamente, nos dois conspícuos varões: os da Agricultura e o da Guerra. (MAGALHÃES, 1876, p.XIV).

As Colônias Militares não se encontravam distribuídas uniformemente na extensão territorial brasileira, sobretudo no período Imperial. A grande maioria foi instalada nos sertões do Sul e do Norte do Brasil; as do Sul criadas com a finalidade de proteção daquela fronteira agitada pelas guerras com os países limítrofes, e as do norte estimuladas pelos projetos de comunicação, transportes e agrícolas que deram a base para o desenvolvimento da Comissão Rondon no início da República. O mapa a seguir, demonstra os locais de instalação das CMs no território brasileiro. Os dados para a elaboração do mapa foram retirados da tese de doutorado de David Lyle Wood (1972) que desenvolveu seu trabalho com a temática das colônias militares brasileiras entre 1850 a 1913: *Abortive Panacea: Brazilian Military Settlements: 1850-1913*.

Mapa 1 - Localização das Colônias Militares no Brasil – 1832-1913



No período da Primeira República (1889-1930) fica ainda mais claro o processo de consolidação do papel das Colônias Militares espalhadas pelo território brasileiro. Levantamos todos os Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra entre os anos de 1889 e 1940 para exemplificar como o próprio Exército por meio dos projetos de Estado elaborou as políticas territoriais que ainda se refletem na realidade atual.

No Relatório de 1889, antes das discussões sobre as Colônias Militares foi apresentado a questão da instalação das *Linhas Telegraphicas Militares* que também foram expostas como projeto de ocupação da fronteira ocidental. Neste Relatório, o Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Thomáz José Coelho d'Almeida destacou a importância da criação da rede telegráfica entre São Paulo e Mato Grosso perpassando alguns pontos estratégicos do território.

Há muito reconhecida a necessidade do assentamento de uma linha telegráfica de S. Paulo para Matto Grosso, pareceu ao Governo urgente e inadiável a realização desse melhoramento, desde que foi obrigado a augmentar a força militar n'aquella província. Resolvi, por isso nomear uma commissão com o preciso pessoal technico, tendo por chefe o Coronel do corpo de estado-maior de artilharia Ernesto Augusto da Cunha Mattos, afim de levar a effeito aquelle melhoramento, sendo também incumbida a mesma commissão da exploração do valle do Paranapanema, e do estudo de uma linha telegraphica da foz do Tigagy a Santa Rosalina pelos vales do Paranapanema, Ivinheima e Brilhante. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1889, p.34-35).

No Relatório de 1889 o Ministro Thomáz José Coelho d'Almeida destacou a importância de sete Colônias Militares presentes no território brasileiro. Nesse documento a ênfase principal foi para a necessidade iminente de construir estradas e caminhos de comunicação entre as Colônias e os centros urbanos com melhor desenvolvimento econômico. A construção dessas vias iria proporcionar, segundo os militares envolvidos, o fortalecimento da exportação dos produtos que já vinham sendo produzidos nas CMs. As Colônias Militares citadas no documento de 1889 foram: Itapura (1889), Chapecó (1882), Chopim (1882), Jatahy (1888), Santa Thereza (1853), Alto do Uruguay (1879) e Pedro II (1858). A existência dessas colônias estimulou uma dinâmica de transportes e de comunicações em toda a região na qual as mesmas se encontravam instaladas.

D'entre os melhoramentos que, para o desenvolvimento da colônia, são necessários – destaca-se como um dos mais urgente a abertura de boas vias

de comunicação que liguem a colônia com as províncias do Rio Grande do Sul e São Paulo, passando por importantes povoados da do Paraná. Não é possível já, atenta a falta de meios, levar-se a efeito esse melhoramento, mas, certo, não será esperança perdida vel-o realizado em futuro mais ou menos próximo. (BRASIL, RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1889, p.46).

Os Relatórios dos anos de 1889 a 1895 são unânimes quando tratam das questões referentes às Colônias Militares. Segundo os escritos destes documentos, as CMs são pontos estratégicos do território que contribuíram efetivamente para a construção do que podemos denominar da *geografia material*⁵⁹ do território. Por terem sido colocadas com a finalidade de defesa e desenvolvimento – agrícola e industrial – apresentaram necessariamente a demanda de construção das vias de comunicação no interior do território exigindo que o Ministério da Guerra captasse recursos junto ao Estado para a melhoria das condições das vias precárias de comunicação. Até o ano de 1895, não apareceu nenhuma menção a qualquer outro tipo de estrada que não fosse a de rodagem; estradas que serviriam para o escoamento da produção das Colônias que ainda não era de grande volume.

A partir do Relatório de 1896 percebe-se diferenças nesses quesitos, possibilitadas com a emancipação de várias Colônias. Esta emancipação foi homologada pela portaria de 14 de janeiro, pelo artigo 5º da Lei do Orçamento vigente à época. As colônias emancipadas foram: São João do Alto Araguaya no Estado do Pará, próximo à fronteira de Goyaz; Itapura, no Estado de São Paulo, na fronteira com o de Matto Grosso; Santa Thereza, no centro do Estado de Santa Catharina; Brilhante, São Lourenço, Dourados, Miranda, Itacayú, Conceição de Albuquerque e Nioac, todas no Estado de Matto Grosso.

Em 1896, as CMs se encontravam num processo de consolidação de seus projetos agrícolas e industriais e para isso puderam contar com uma rede de estradas minimamente mais estruturadas. No Relatório desse mesmo ano, os militares almejaram a construção de redes ferroviárias para intensificar e contribuir ainda mais para o escoamento da produção. Um exemplo disso foi com a colônia de Chopim:

Pelo lado militar não seriam menores as vantagens, porquanto a via de comunicação projectada permitiria proteger o Estado de Matto Grosso, ficando resolvido o problema da comunicação rápida para este Estado, sem

⁵⁹ MORAES, 2009.

haver necessidade de estabelecer passagem por território estrangeiro, si fosse levada a effeito a construcção de uma via férrea militar entre o Fecho dos Morros, na margem esquerda do rio Paraguay e o Porto das Sete Voltas, na margem esquerda do rio Brilhante, ambos situados no território do referido Estado (BRASIL, RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1896, p.56-57).

As condições de desenvolvimento da indústria agrícola são as mais prometedoras possíveis, não obstante não estar ainda explorada, por falta de estudos, a zona que parece ter maior fertilidade. Essa zona, que se acha nas imediações da confluência dos rios Chopim e Iguassú, promete, pela qualidade de sua vegetação, produzir com muita vantagem, além da canna de assucar, de arroz e outros cereais já cultivados na dita Colônia, o café, cujo plantio já está ensaiado na costa do Iguassú, com prometedores resultados. (BRASIL, RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1896, p.57).

Os Relatórios produzidos no início do século XX, sobretudo entre os anos de 1901 a 1909, trouxeram um maior e melhor detalhamento sobre as Colônias Militares em relação aos aspectos de produção e logística. O discurso contido nos relatórios ressalta que o melhoramento técnico das instituições militares bem como o maior incentivo financeiro empregado pelo Estado, as CMs conseguiram se estruturar em pouco tempo, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento regional.

Outra mudança nos Relatórios desse período foi a ligação direta entre o desenvolvimento da Colônias com a construção de estradass para intensificar o fluxo de pessoas e mercadorias entre as CMs com as principais cidades do país. Destaque também foi a apresentação no Relatório do Ministério da Guerra, em 1901, do *Projecto da Carta do Brazil* elaborado pelo Ministério da Guerra, o qual propõe vários estudos regionais para a construção da Carta. Esses estudos, que seriam de alcance nacional, tinham como pontos de apoio as Colônias Militares, ou seja, essas instituições também contribuíram para a confecção da cartografia nacional.

Outro marco importante em relação aos Relatórios do Ministério da Guerra foi o do ano de 1910, os quais trouxeram uma configuração geral das Colônias Militares instaladas no Brasil desde meados do século XIX até a primeira década de 1910. Essa configuração trouxe uma noção de como as instituições militares se instalaram regionalmente no território brasileiro. Percebe-se, por exemplo, o número elevado de instituições militares instaladas na região sul devido ao seu histórico de guerra na fronteira com Uruguai e Argentina. Entretanto o que mais se evidencia no documento de 1910 e nos Relatórios que o sucederam até 1940 foi a diminuição das informações sobre as Colônias Militares e o aparecimento de informações sobre as *Regiões Militares*.

A partir da primeira década do século XX houve uma reestruturação dos Relatórios do Ministérios da Guerra, os quais passaram a conter a partir desse período os setores responsáveis por cada conjunto institucional do Exército. Por exemplo, as Colônias Militares e as Regiões Militares passaram a fazer parte da *Administração Militar*, (Mapa 1). Após a consolidação das Regiões Militares a partir de 1910, o foco sobre as Colônias Militares diminuiu, pois estas foram incluídas nas delimitações das Regiões Militares. O objetivo principal do Exército havia se transformado, ou seja, os projetos para o território (projetos de defesa e desenvolvimento) deveriam ter como primordiais as regiões militares para que pudessem atingir homogeneamente todo o território nacional.

As regiões militares foram criadas como forma de comando das forças armadas e tinham como missão a administração em várias instâncias de cada parte do território brasileiro. A cartografia representativa criada pelos militares está representada pela figura 11 e 12. As principais funções ligadas a elas eram administrativas e logísticas. As funções logísticas ou de transportes não dependiam diretamente do Exército para que fossem necessariamente construídas. Entretanto, as forças armadas terrestres projetavam a malha viária e ferroviária a ser construída e encaminhava a demanda para o Estado. O Exército necessariamente propunha esses projetos ligados aos transportes principalmente pela melhoria na defesa e no controle do território. O Quadro 4, a seguir, mostra todas as Regiões Militares formalizadas no Brasil a partir de 1910 e as respectivas unidades militares de cada região, até 1940.

Quadro 4 - As Regiões Militares e suas respectivas Unidades (1910-1940)

Nº	Regiões Militares	Unidades Militares
1	Amazonas e Território do Acre	- Manáos - Tabatinga
2	Pará e Aricary	- Belém - Obidos
3	Maranhão e Piauí	- São Luiz - Therezina
4	Ceará e Rio Grande do Norte	- Fortaleza - Natal
5	Parahyba e Pernambuco	- Parahyba do Norte - Recife

Nº	Regiões Militares	Unidades Militares
6	Alagoas e Sergipe	- Maceió - Aracajú
7	Bahia e Espírito Santo	- São Salvador - Victória
8	Rio de Janeiro e Minas Geraes	- Nictheroy - Fortaleza de Santa Cruz - São João D'El-Rey - Bello Horizonte
9	Capital Federal	- Capital - Forte de São João - São Christovão - Campinho - Deodoro - Gericinó - Realengo
10	São Paulo e Goyaz	- Lorena - São Paulo - Santos - Goiaz
11	Paraná e Santa Catarina	- Corityba - Ponta Grossa - Porto União da Victoria - Florianópolis - Blumenau - São José - Paraná - Colônia Militar do Iguassú - Guarapuava - Boa Vista - Paranaguá - São Francisco - Laguna - Foz do Iguassú
12	Rio Grande do Sul	- Santa Maria - Cruz Alta - Povinho - São Gabriel

Nº	Regiões Militares	Unidades Militares
		<ul style="list-style-type: none"> - São Vicente - Dom Pedrito - Porto Alegre - São Nicoláo - São Luiz - São Borja - Quaray - Urugayana - Alegrete - Sant'Anna do Livramento - Bagé - Jaguarão - Itaquy - Saycan - Rio Grande
13	Matto Grosso	<ul style="list-style-type: none"> - Corumbá - Aquidauana - Nioac - Cuyabá - Bella Vista - Ponta Porã - São Luiz de Cáceres

Organização: MARTINS, M.T

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra de 1910-1940

Mapa 2 - Regiões Militares do Brasil – 1910 a 1940

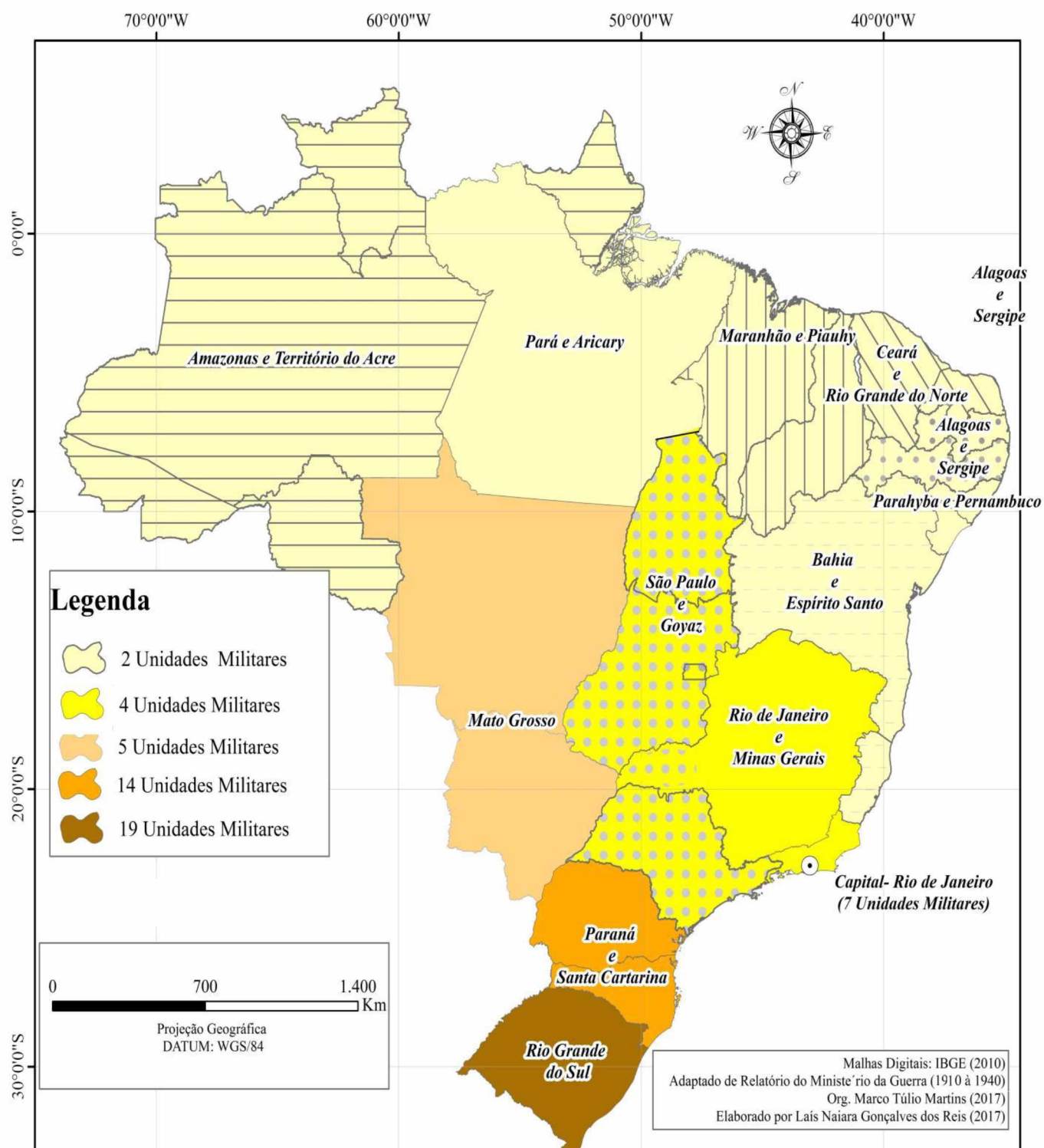
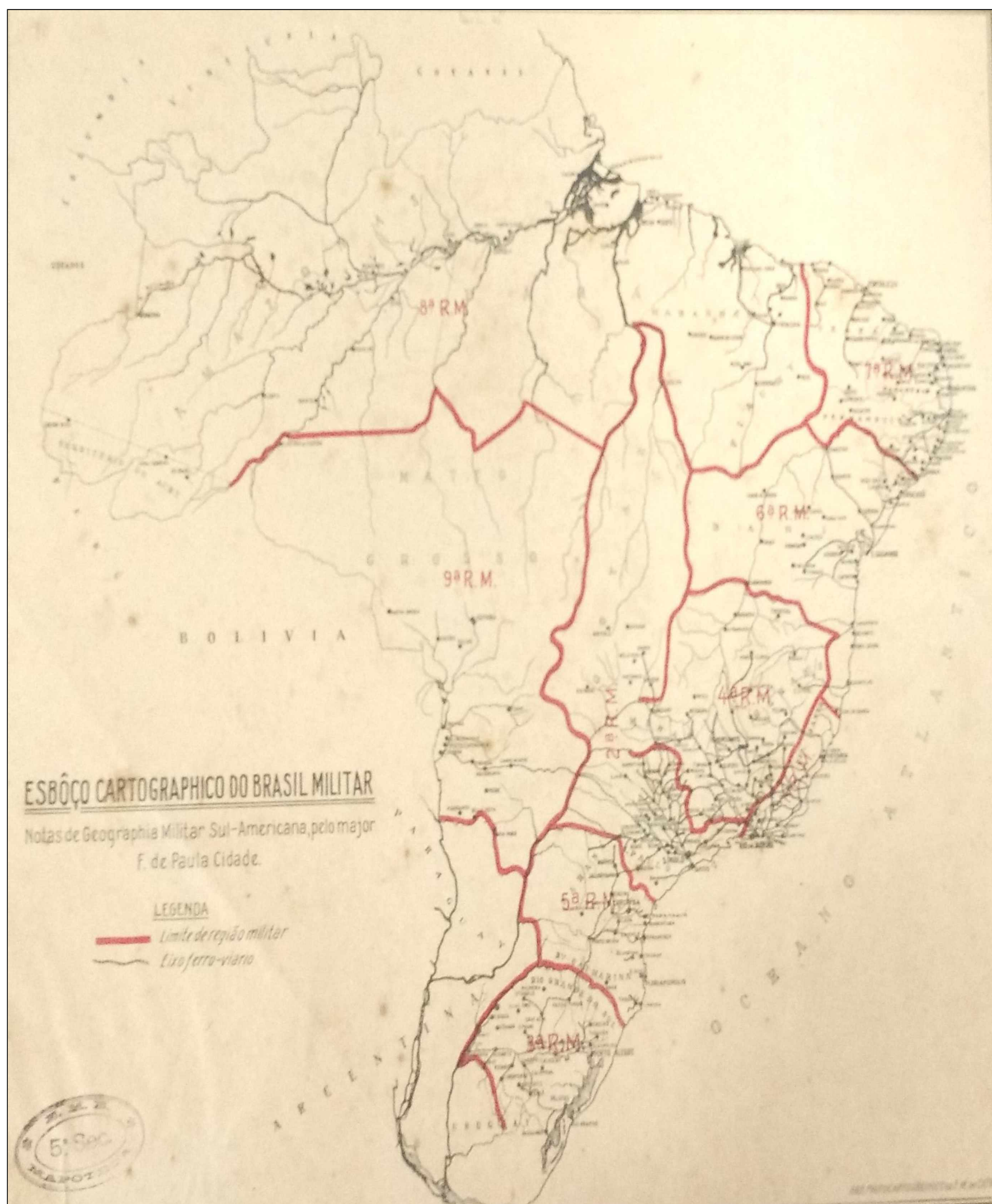


Figura 9 - Esboço Cartográfico do Brasil Militar



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: ESBOÇO CARTOGRÁFICO DO BRASIL MILITAR. Autor Major F. de Paula Cidade. Impresso, colorido, com legenda, papel comum, bom estado, medindo 41cm x 38cm. 2742. 13-03-2742.

Figura 10 - Brasil Regiões Militares



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro
Descrição da Carta: BRASIL – REGIÕES MILITARES. Monocromático, nanquim, papel tecido, bom estado, medindo 66,5cm x 64,5cm.

Mesmo com a criação e fortalecimento das Regiões Militares no início do século XX que tinham como objetivo central a melhoria da eficiência da atuação das forças armadas terrestres bem como a intensificação da questão ligada às vias de comunicação (ferrovias), Getúlio Vargas não deixou que o papel imprescindível das Colônias Militares enfraquecesse. Em 16 de Junho de 1939, pelo decreto de lei 1351, Vargas criou as Colônias Militares de Fronteiras com objetivos explícitos de ocupação, defesa e desenvolvimento. Os artigos 1º, 2º e 3º apresentam uma ideia geral dessas funções colocadas a cargo dessas Colônias:

Art. 1º São criadas colônias militares de fronteiras, em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. 165 da Constituição Federal, e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

Parágrafo único. Visam elas:

- a) nacionalizar as fronteiras do país, particularmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais;
- b) criar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras situadas defronte das zonas ou localidades prósperas de país, vizinho, bem como nos daquelas onde haja vias ou facilidades de comunicação (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território brasileiro;
- c) promover o desenvolvimento da população nacional nas zonas ou localidades das fronteiras onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola em mãos de estrangeiros do país limítrofe.

Art. 2º A escolha dos locais para as colônias far-se-á mediante prévio estudo das respectivas regiões.

§ 1º Serão preferidos os locais que, além de serem reconhecidamente salubres e capazes de atender aos objetivos apontados ao parágrafo único do artigo anterior, possuam os seguintes requisitos:

- a) altitude conveniente e terras adaptáveis à policultura e à pecuária;
- b) situação à margem ou nas proximidades de estradas de rodagem em tráfego ou em construção, ou de vias fluviais navegáveis,
- c) existência de matas no local ou nas proximidades, e de águas correntes, perenes e potáveis, que abasteçam os ocupantes das colônias e sirvam aos trabalhos agrícolas e industriais.

§ 2º A área escolhida será dividida em zona urbana e zona rural.

Art. 3º Cada colônia organizar-se-á de modo que tenha:

I – Um chefe militar.

II – Um contingente militar, constituído por tropa federal e encarregado da vigilância da fronteira e policiamento da colônia.

III – Serviço de colonização encarregado do controle e distribuição das terras, do abastecimento de água e dos esgotos.

IV – Serviço sanitário, compreendendo: 1) hospital, inclusive as secções de maternidade, de doenças endêmicas e de profilaxia das moléstias venéreas; 2) farmácia.

V – Usina para fornecimento de luz e força.

VI – Serviço provedor, compreendendo: 1) armazem de gêneros alimentícios; 2) armazem de ferragens e materiais de construção; 3) armazens de fazendas e confecções.

VII – Uma ou mais escolas primárias.

VIII – Escolas para ensino de agricultura, pecuária e mineração.

IX – Oficinas para trabalho do ferro e da madeira.

X – Correio e telégrafo.

XI – Campo de pouso para aviões e local para pouso de hidroaviões.
(DECRETO-LEI Nº 1.351, 1939, p.1).

O que se colocou como evidente neste capítulo e que reafirma as colocações de Nunes (1997) é que o Exército e suas variadas instituições se configuraram no decorrer da história e, sobretudo da formação territorial do Brasil, como uma instituição promotora do saber geográfico e do processo de modernização territorial.

A Geografia, como se pode observar, esteve presente como discurso e como prática nas instituições militares no processo de conformação dos projetos para o território brasileiro. Foi essa ciência, uma das mais importantes que ofereceu o suporte necessário ao Exército e aos militares no envolvimento direto e indireto na projeção do território e o projeto da nação brasileira. A principal evidência desse envolvimento, conforme aqui se quer demonstrar, está na instalação de fortes e bases militares (fronteiras ou não); na elaboração da cartografia do território; na instalação de Colônias Militares; e no estímulo e promoção da instalação de vias de comunicação e transportes; bem como deve-se destacar os envolvimento políticos e os diversos entrelaçamentos entre as instituições civis e as instituições militares do Estado brasileiro.

A instalação das Colônias Militares e a criação das Regiões Militares apresentou três principais características: a primeira delas de cunho geoestratégico, uma de caráter econômico e a terceira com teor político. A questão geoestratégica imposta pela criação das CMs e das Regiões Militares refere-se ao sentido de proteção das fronteiras internas na proximidade com os países vizinhos tais como Uruguai, Paraguai e Argentina. No que diz respeito às questões ligadas ao caráter econômico e ao processo de modernização do território, as CMs principalmente, tiveram um papel de estimuladoras e promotoras de fluxos comerciais no interior do Brasil por onde eram instaladas. As CMs se tornaram essenciais para o projeto territorial em curso responsáveis pelo surgimento de colônias agrícolas e das vilas estimulando, como consequência, projetos viários para a geração de fluxos, mesmo que ainda tímida nos finais do século XIX e início do século XX. Politicamente percebe-se, mesmo que de forma muito velada, o desmonte gradativo e lento das forças representadas pelas oligarquias regionais a partir da instalação das CMs e da criação das regiões militares. O posicionamento geoestratégico e o estímulo à modernização começaram a corroer as estruturas arcaicas

reproduzidas pelas oligarquias regionais sem recorrer aos embates frontais com a classe dirigente estatal. Em diversos momentos nos Relatórios do Ministério da Guerra ficou evidente a necessidade que o Exército apresentava em diminuir o poderio de intervenção da classe oligárquica, que na maioria das vezes, era arredia aos processos de modernização. O que se demonstra é que o projeto nacional não poderia prescindir da desestruturação dos “projetos” ou arranjos regionais. Por isso, o Exército foi se aproveitando do conhecimento do todo sobre a materialidade e articulando os acúmulos que levaram às fissuras das oligarquias regionais.

Os conceitos de *fixos* e *fluxos* elaborados por Santos (1996) e, utilizados nesta parte da tese destoa minimamente da proposta miltoniana mas não a nega como essência. O destoar da ideia inicial destes conceitos refere-se à uma interpretação que não está delimitada a uma análise do urbano e sim a uma aplicação dos conceitos àquilo que se refere à Geografia de Estado Maior, ou seja, uma análise que vai além da escala da cidade ou mesmo da escala regional. As Colônias Militares tratadas nesse momento referem-se aos *fixos* instalados por um projeto de Estado para o que se desejava como formação territorial e mesmo como território para o Brasil. Para além disso, as CMs foram promotoras de *fluxos* e de fluidez na formação territorial brasileira representados, sobretudo, pela criação das redes viárias que foram e são redes técnicas basilares para o projeto de unidade territorial.

CAPÍTULO 4

**AS LINHAS TELEGRAPHICAS MILITARES: UM PROJETO
PARA A MODERNIDADE**

Conforme se procurou demonstrar até aqui, a política do Estado brasileiro criada para a ocupação do interior não teve início com o governo de Getúlio Vargas na terceira década do século XX. Desde o século XIX esse tema apareceu como crucial para o processo de desenvolvimento e modernização do território brasileiro, bem como para acelerar o processo de civilização da população que se encontrava *arredia e avessa* aos fiscos impostos pelo Império e pela recém República do final do XIX. A ideia central era incorporar as regiões mais afastadas do interior à lógica empreendida pelo litoral por meio da construção de estradas, meios de comunicação e de “empreendimentos” estatais que pudessem promover esse estímulo. O Estado, neste sentido, teria a função de retirar da *condição de sertão* grande parte da extensão territorial brasileira que se encontrava como tal.

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar. (MORAES, 2009, P.89).

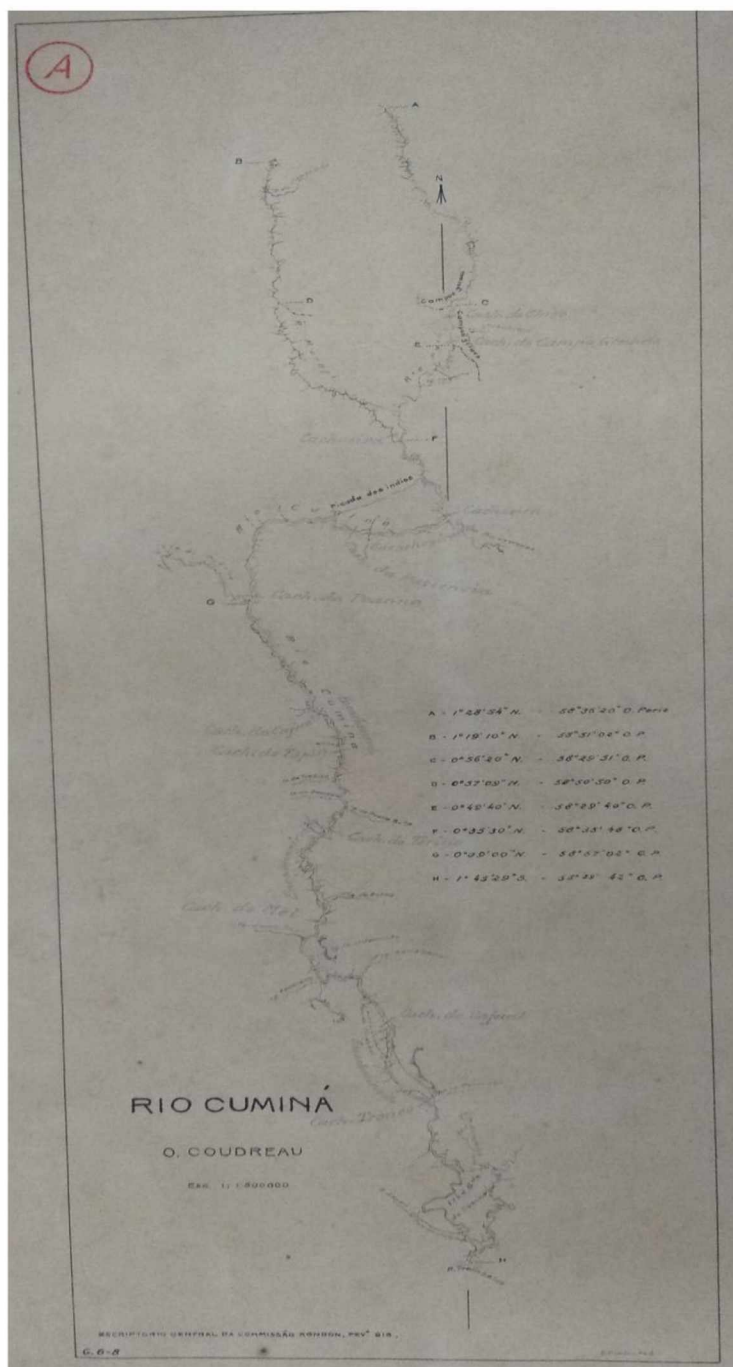
O Estado brasileiro qualificava os sertões como sendo áreas ou regiões mais empobrecidas do ponto de vista da modernização capitalista. A interiorização pelos projetos viários e de comunicação promoveria a integração do território bem como a “ocupação” efetiva dos “vazios demográficos”. Nas palavras de Maciel (1998) seria uma *expansão para dentro*.

O projeto de criação dos telégrafos interligando diferentes regiões do país teria uma função diferente em relação à rede viária, ou seja, as estradas de rodagem e férreas teriam papel fundamental no processo de circulação de pessoas e de mercadorias agilizando a modernização territorial dos *fluxos* presentes em cada região. As linhas telegráficas, ao contrário das estruturas viárias impulsionariam e garantiriam a

comunicação mais rápida entre as regiões mais afastadas do país sem a necessidade do descolamento de pessoas.

Na bibliografia específica sobre a criação das linhas telegráficas no Brasil muita ênfase é destinada à conhecida Comissão Rondon, criada em 1900 sob a chefia do Marechal Cândido Rondon. O destaque dado a esta é válido pelo fato de ter se configurado como a principal comissão de construção de telégrafos no Brasil. Entretanto, houve a criação de outras comissões que são anteriores a esse período e foram engendradas principalmente e quase exclusivamente pelos militares. Como supracitado, a função desempenhada pela Comissão Rondon em relação às elaborações cartográficas pode ser percebida no primeiro conjunto de cartas elaboradas por tal Comissão que contribuiu efetivamente para viabilizar a instalação dos telégrafos no Brasil. O conjunto de cartas apresentadas a seguir (Figuras 13 a 20) demonstram as representações da Comissão Rondon em relação às incursões geográficas no território com a finalidade de (re)conhecer as áreas de instalação futura dos telégrafos bem como, da atuação da Comissão em relação a proteção das fronteiras internas. Nessas cartas elaboradas entre 1916-1918 percebe-se a forte descrição dos elementos naturais presentes na paisagem, principalmente o destaque dado para os rios que funcionavam como limites fronteiriços entre as regiões do Brasil e a fronteira com os países vizinhos.

Figura 11 - A: Rio Cuminá



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733.

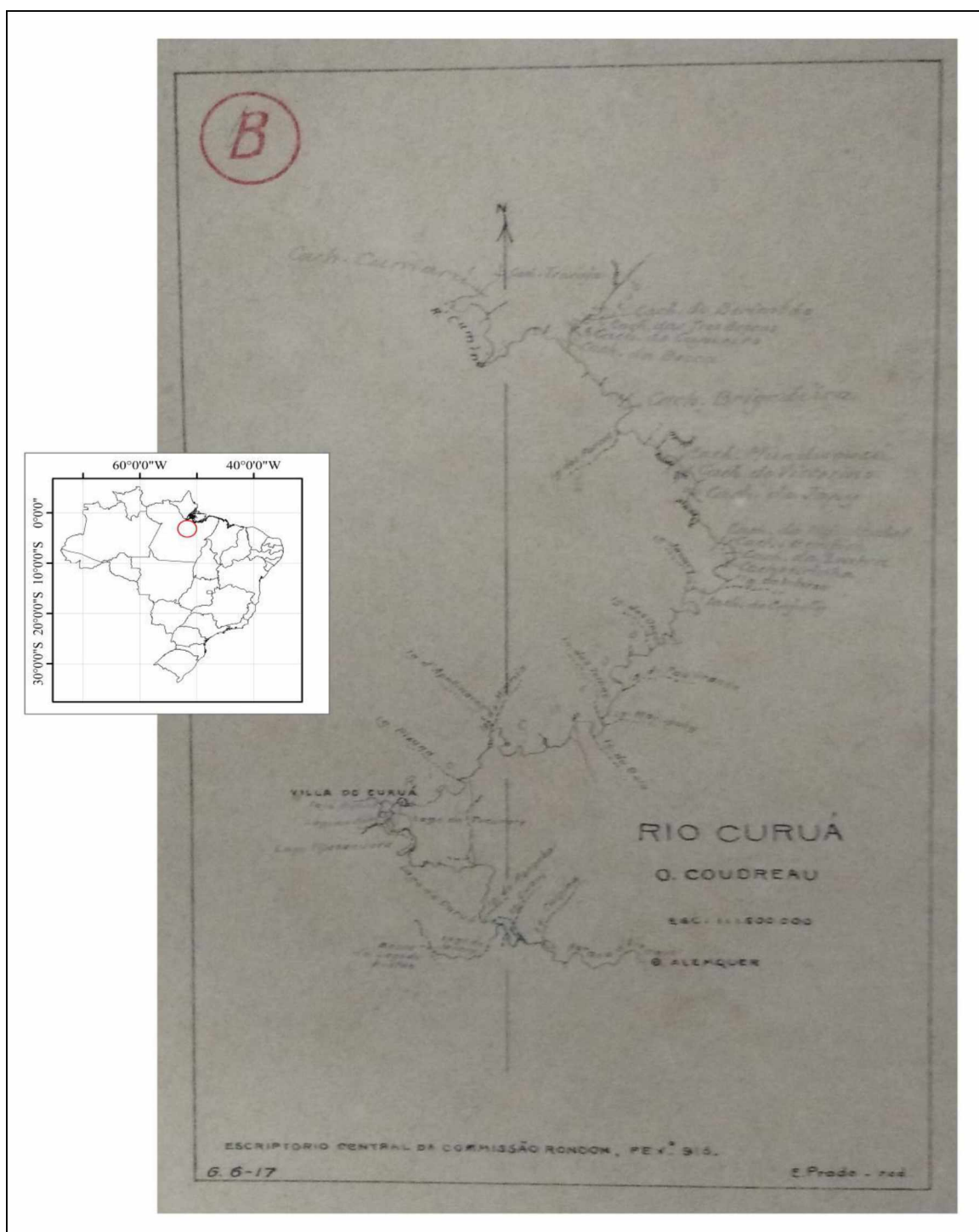
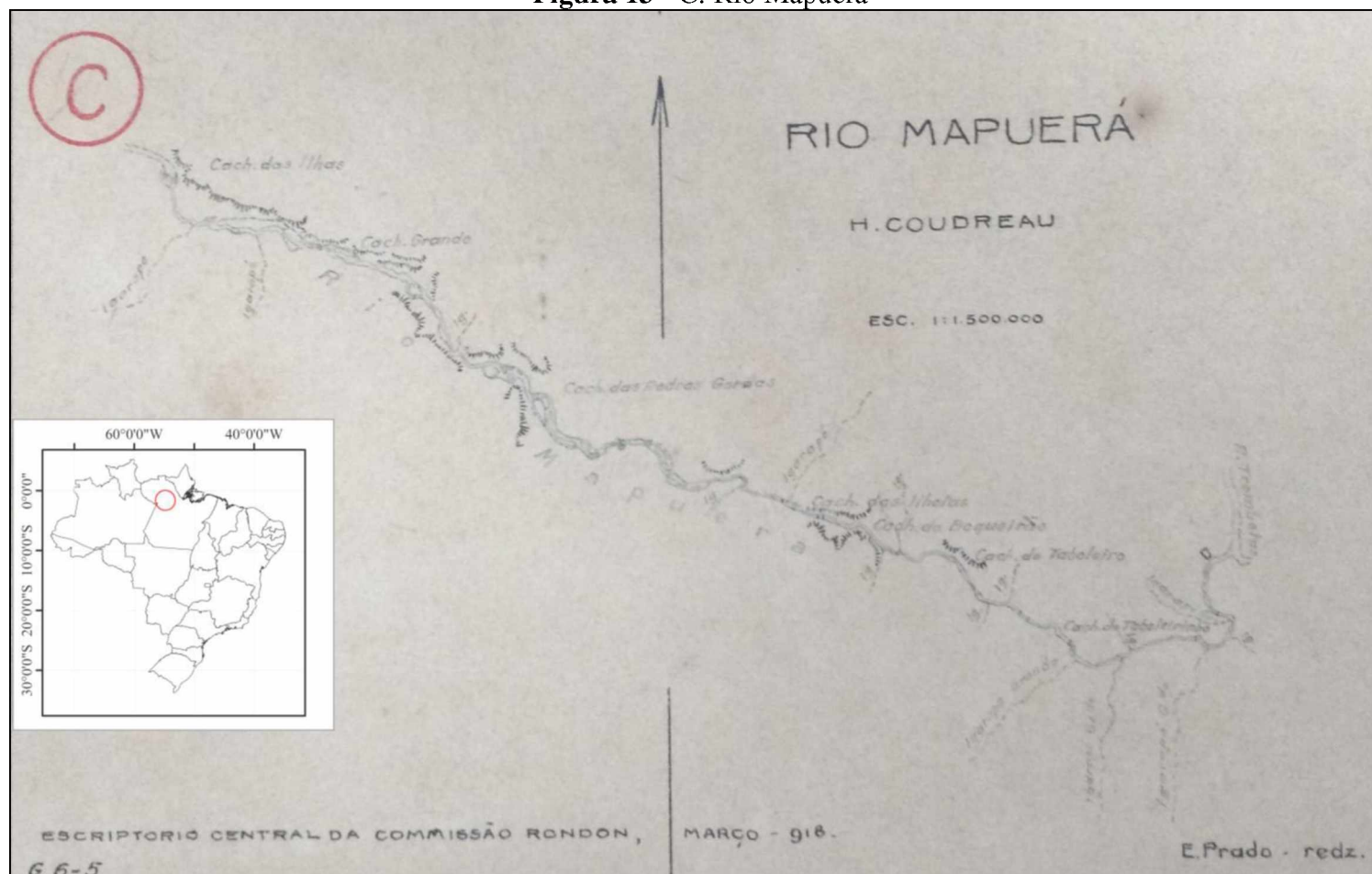


Figura 12 - B: Rio Curuá

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

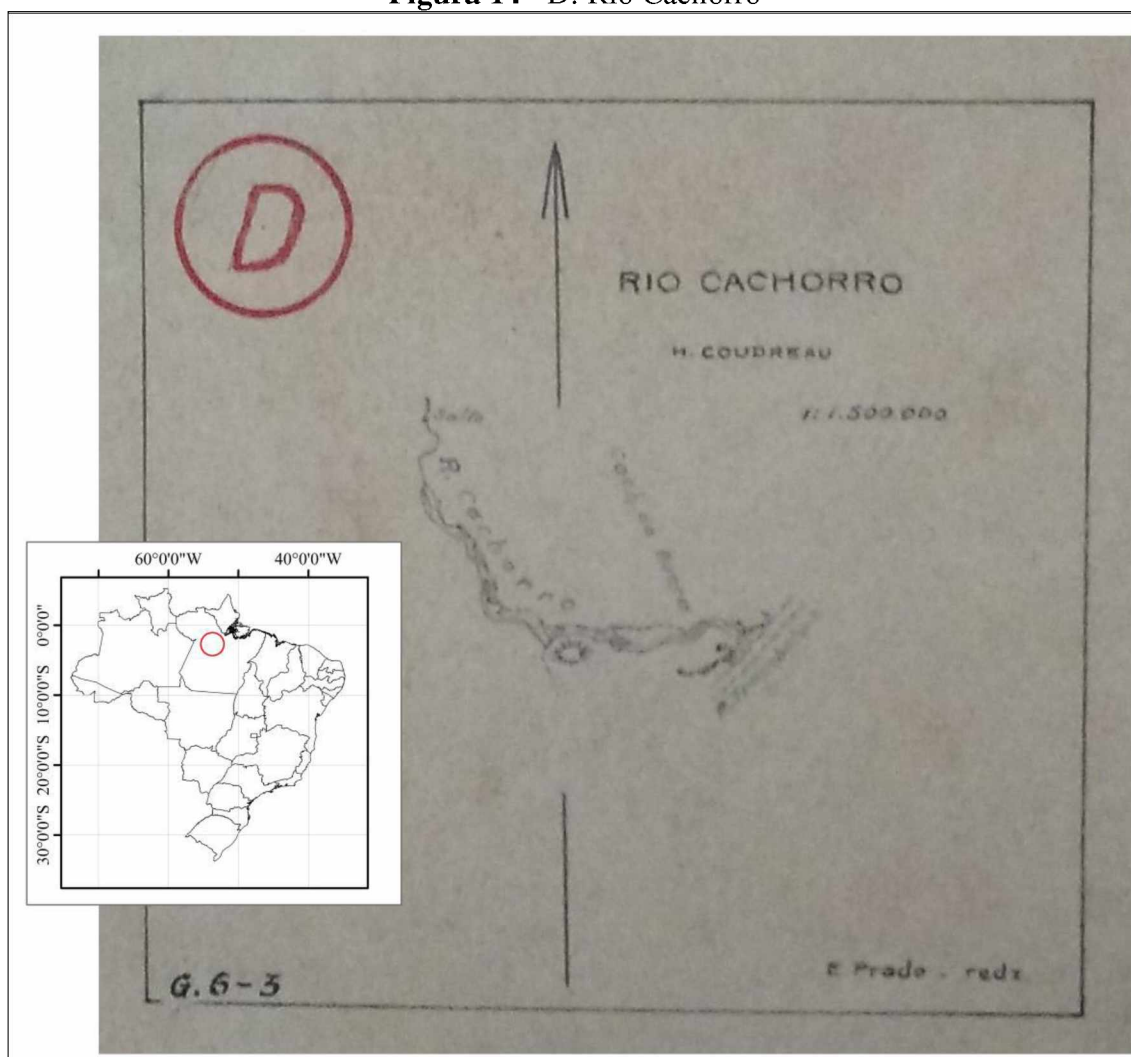
Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733.

Figura 13 - C: Rio Mapuerá



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

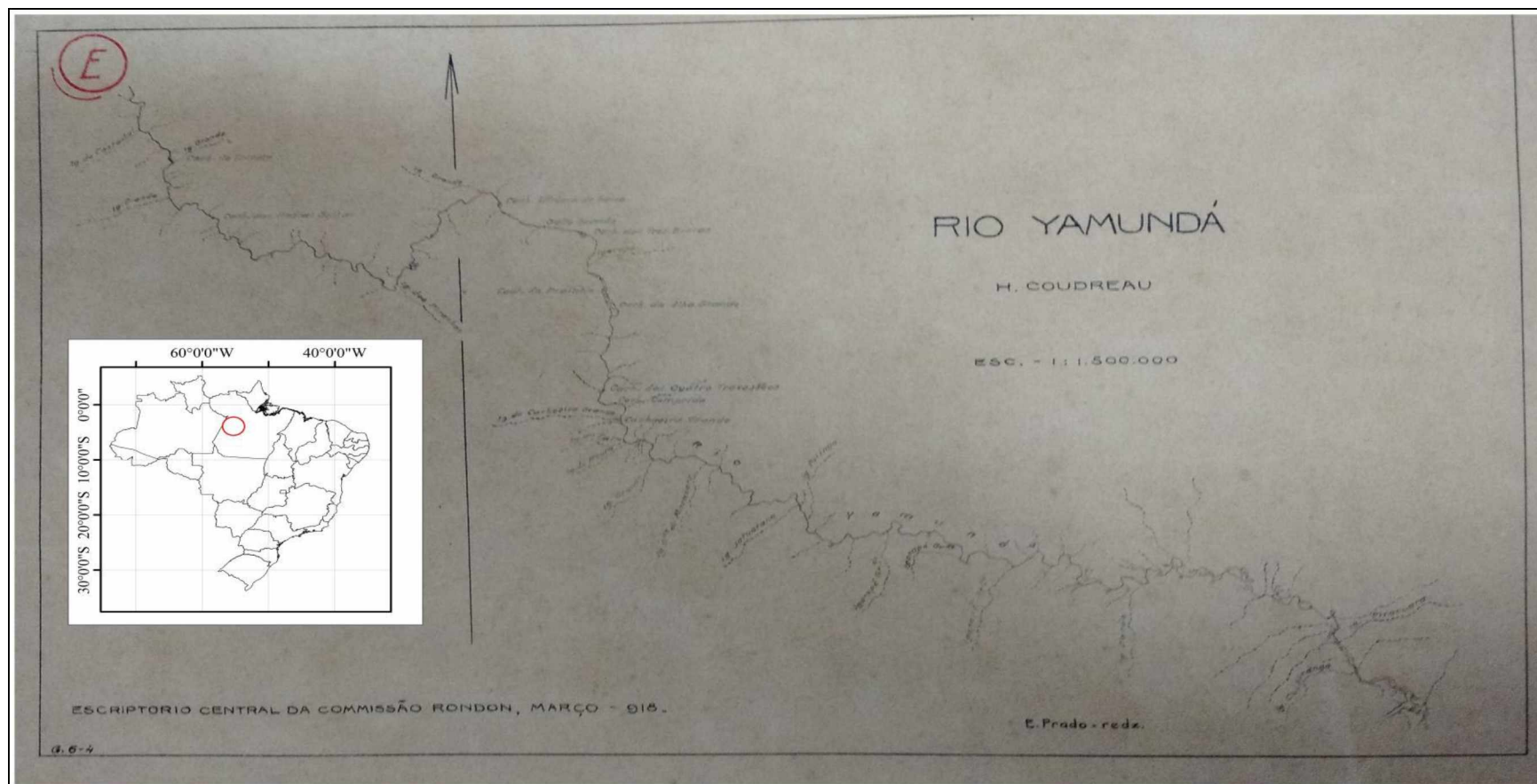
Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRAFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733.

Figura 14 - D: Rio Cachorro

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733

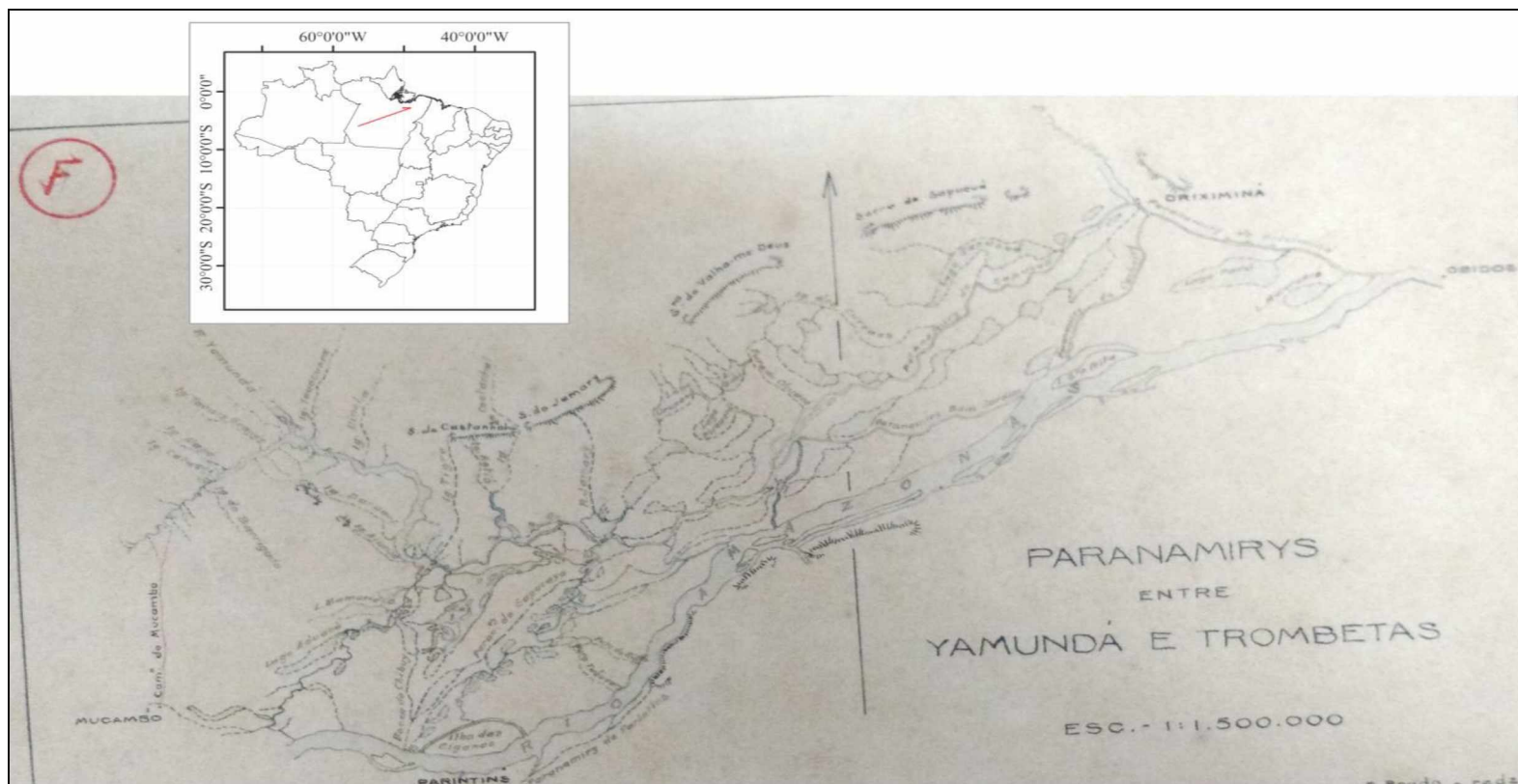
Figura 15 - E: Rio Yamundá



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733

Figura 16 - F: Paranamirys entre Yamunda e Trombetas

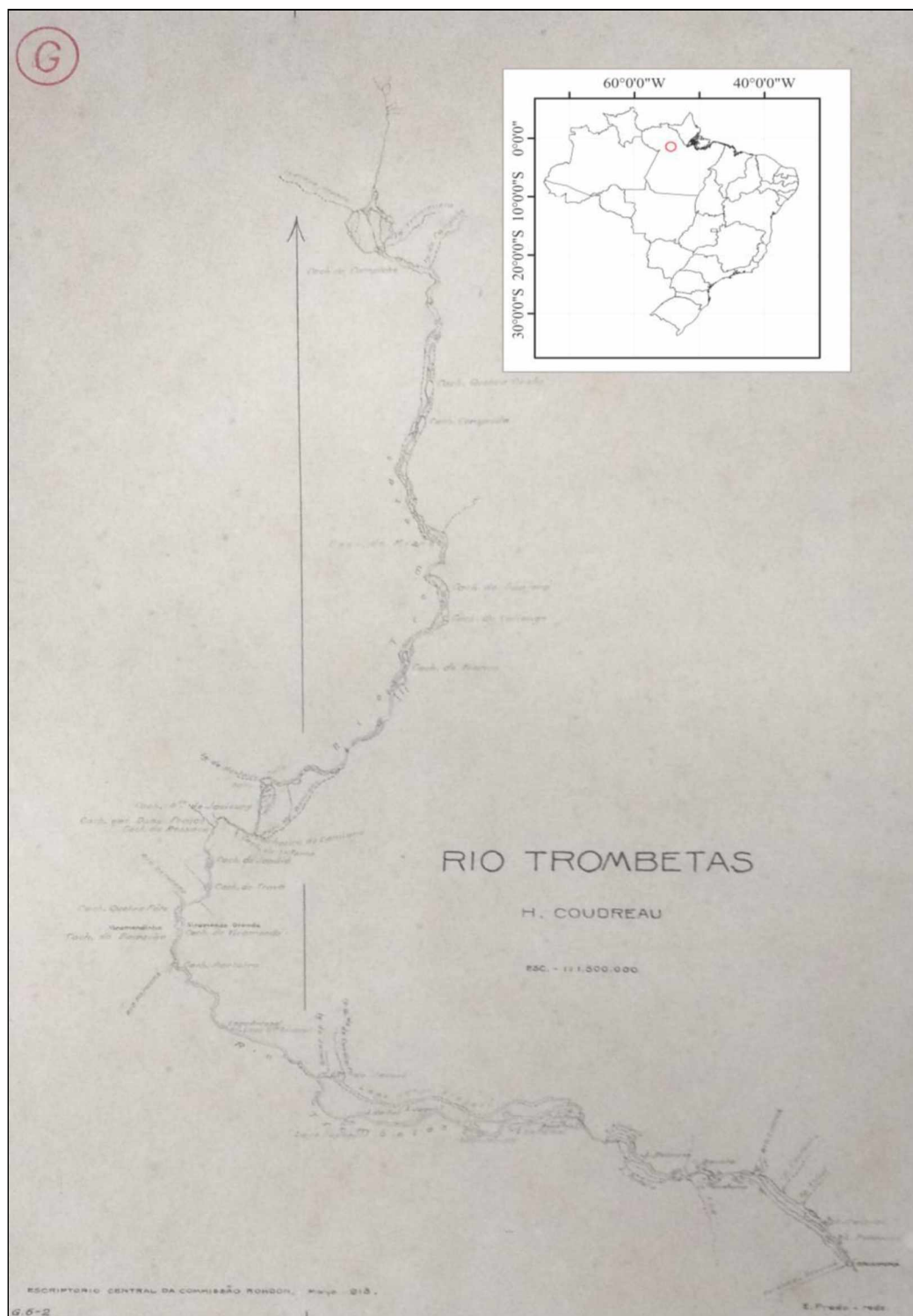


Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

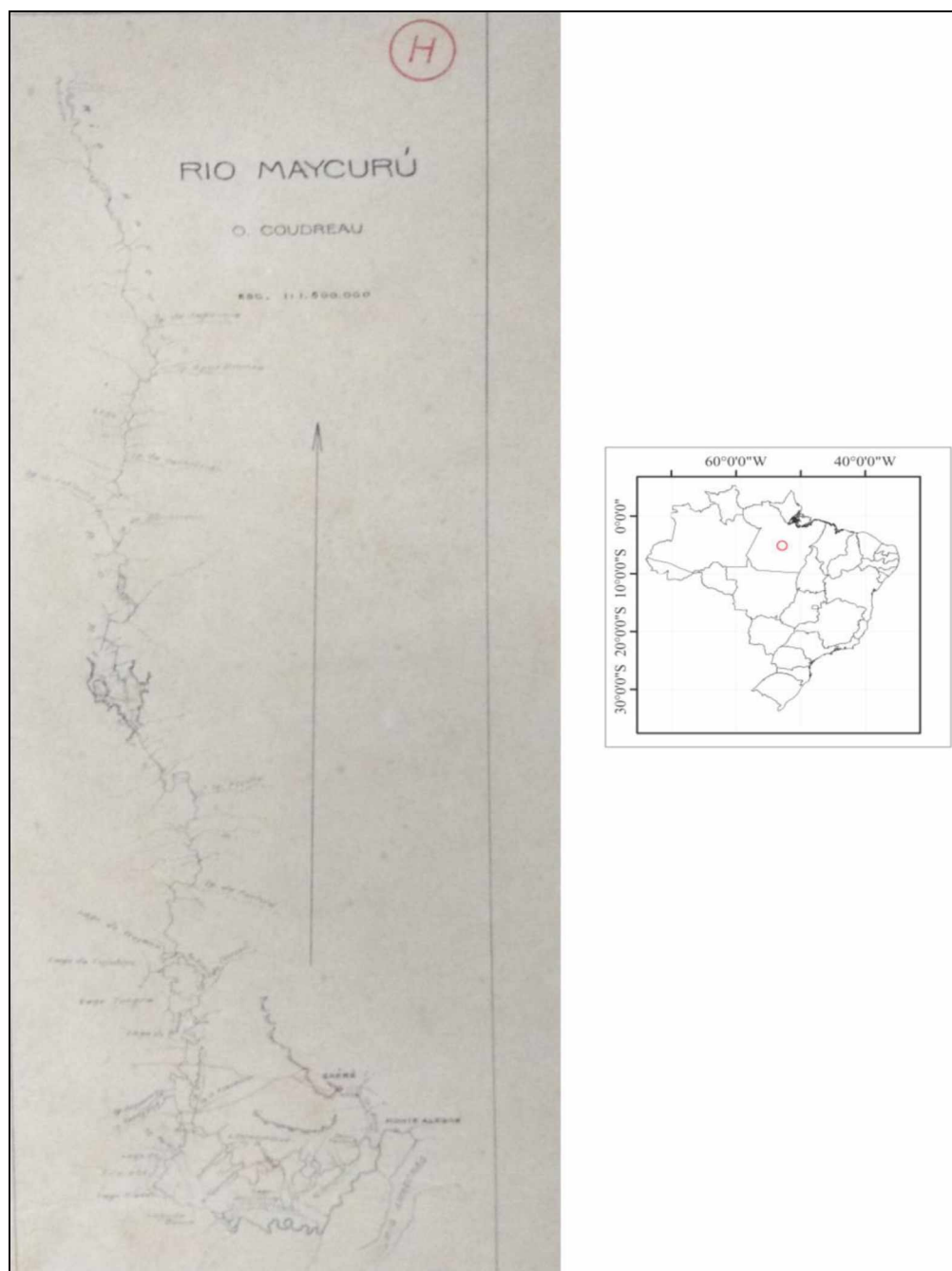
Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733

Figura 17 - G: Rio Trombetas

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro



Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733

Figura 18 - H: Rio Maycurú

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS. Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733

A primeira tentativa do Estado brasileiro, após a Proclamação da República, foi junto ao Exército, sobretudo por dentro do Ministério da Guerra criar uma Comissão para o assentamento da *linha telegraphica* entre São Paulo e Mato Grosso em 1889. Esta comissão foi chefiada pelo Coronel do corpo de Estado-Maior de artilharia Ernesto Augusto da Cunha Mattos. O objetivo e as intenções para a criação dessa linha dizem respeito à necessidade que o governo do Marechal Deodoro da Fonseca teve em reforçar o poderio militar no estado do Mato Grosso para combater rebeliões que ocorriam naquelas terras.

O Exército brasileiro aproveitava da criação das comissões telegráficas para realizar outros projetos no percurso a ser feito. Nesta de 1889, a mando do Estado, os militares componentes da Comissão tinham o objetivo de *explorar o Vale do Paranapanema* e realizar o estudo de uma nova rota de telégrafo que iria de *Foz do Tibagy* a *Santa Rosalina* por meio dos vales do *Paranapanema*, *Ivinheima* e *Brilhante*⁶⁰. A cidade de Uberaba no Triângulo Mineiro foi colocada como ponto de destaque dentro da construção da linha telegráfica entre São Paulo e Mato Grosso e foi colocado como exigência pelos militares que a comunicação entre *Uberaba* e *Cuiabá* nunca fosse interrompida devido a centralidade geográfica que essa linha representava. Para isso, o Ministério da Guerra acionou o MACOB (Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas) para dar os subsídios e suportes necessários para essa primeira linha de ligação telegráfica dentro da rede *São Paulo – Mato Grosso*.

E sendo de toda conveniência que a primeira das alludidas linhas, que ligará Uberaba a Cuyabá pelo fio telegráfico, mantenha ininterrompida e fácil comunicação não so com esta Corte mas também com todos os pontos servidos pelo telegrapho do Estado, neste sentido solicitei do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em aviso de 26 de Março ultimo, as necessárias providencias.

Confia muito o Governo no zelo e intelligência do chefe da commissão, que já tem dado as melhores provas em idênticas-commissões na província do Rio Grande do Sul, e como que em breve ficarão estabelecidas rápidas comunicações entre esta capital e a cidade de Cuyaba. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1889, p.35).

Naquele mesmo ano de 1889 e, com o objetivo de estabelecer os limites fronteiriços internos, o Ministério da Guerra iniciou os trabalhos para a criação e construção da rede telegráfica da fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. Além disso, o mesmo Ministério exigiu que fossem projetadas e construídas outras obras de

⁶⁰ Consultar Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889.

engenharia militar para que se pudesse consolidar a fronteira com os países vizinhos. Seria iniciado assim, um processo de *projeção continental do Brasil* (TRAVASSOS, 1931). Essa comissão foi chefiada pelo então Tenente Coronel do corpo de engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique.⁶¹

No ano seguinte, em 1890, a linha telegráfica entre *Uberaba e Cuyaba* já havia apresentado grandes avanços em torno de 611 quilômetros de picadas rumo ao grande interior de Mato Grosso. Naquele ano a chefia da Comissão passou para o Coronel do Corpo de Estado Maior de Artilharia Francisco Raymundo Ewerton Quadros. Esse avanço para o interior chegou até o *córrego do Engano, no estado de Goyaz* “medindo a estrada 30 metros de largura e por meio da qual se estende o fio que vai no Registro do Araguaya à linha que vem de Cuyabá”. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1891, p.33). Segundo o General de Divisão dos Negócios da Guerra de 1890, o trecho que ainda restava para ser concluído pela Comissão totalizava cerca de 160 quilômetros.

A Comissão responsável pela construção da rede telegráfica de *Cuyabá* ao interior do território, no *Araguaya*, teve início em 1889 e foram intensificados seus trabalhos no ano de 1890, sob a direção do Tenente-Coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro. Pode-se dizer que esta Comissão foi uma das mais expressivas dentre as várias outras devido à extensão que alcançaram as linhas de telégrafos no ano de 1891: mais de 500 quilômetros de distância entre o ponto inicial e final. O grupo responsável por essa empreitada criou cinco estações: *Cuyabá, Capim Branco, Sangradouro, Barreiro de Baixo e Registro*.

Quando esta comissão iniciou seus trabalhos, em 23 de Março de 1890, já estava construído um trecho de 35.142 metros de Cuyabá até o lugar denominado S. Bento.

Rompendo por terrenos extraordinariamente accidentados, superando dificuldades de toda espécie e lutando com o rigor de tempo invernosos, a comissão não desanimou e proseguio nos seus árduos trabalhos por modo digno de louvor.

É assim que conseguiu ella levar a linha telegraphica à estação do Registro, a última à margem esquerda do Araguaya, em uma extensão de 514.790 metros.

São cinco as estações construídas: Cuyabá, Capim Branco, Sangradouro, Barreiro de Baixo, e Registro. Esta ultima dista de Cuyabá, pela estrada, 554.580 metros. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1891, p.33).

⁶¹ Consultar Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889.

O relatório de 1892 trouxe a discussão sobre a finalização dessas Comissões anteriores rumo às terras interioranas. O que fica evidente no documento é a preocupação constante com a estruturação daquele território através da promoção da junção entre a ligação dos telégrafos com as estradas de rodagem ainda incipientes naquele período. A conclusão do projeto da linha telegráfica que vai de Uberaba para Mato Grosso contou com uma extensão de 754 quilômetros. Esta linha possibilitou o contato entre cidades importantes do estado de Minas Gerais e Goiás no final do século XIX, tais como Uberaba (MG), Monte Alegre (MG) e a *povoação de Santa Maria (MG)* no primeiro, e a capital do estado de Goiás (*Goyaz*), Morrinhos e as *povoações de Santa Rita, Alemão e Anicus* com a povoação de Rio Grande já no estado do Mato Grosso. Esta linha foi concluída tendo 8 pontos principais: *Uberaba, Monte Alegre, Santa Rita do Paranahyba* em Minas Gerais, *Morrinhos, Alemão, Goyaz, Marechal Floriano e Rio Grande* em Goiás.

Além da evidente construção das linhas telegráficas sob responsabilidade das duas referidas Comissões – *Uberaba-Matto Grosso* e *Cuyabá-Araguaya* – com o objetivo de dotar o território de infraestruturas técnicas já no final do século XIX, as duas equipes realizaram estudos das áreas pelas quais passaram levantando informações sobre as *riquezas naturaes*, tais como fauna e flora, bem como a elaboração de uma tabela demonstrando as distâncias e altitudes dos terrenos entre a cidade de Cuiabá e a estação do registro, em Goiás. Essas informações levantadas pelo Exército foram úteis para as instituições militares responsáveis pela elaboração cartográfica do território, tais como o Observatório Astronômico e o Serviço Geográfico do Exército. Como mencionado no capítulo 2, a elaboração do projeto da Carta Geral do Brasil contou com os levantamentos de informações de cada região do território brasileiro, sendo essas informações coletadas a partir de outros projetos territoriais em curso tais como os das outras linhas telegráficas e das linhas viárias.

Do relatório que o chefe da comissão, o Coronel do corpo de Estado Maior de Artilharia Francisco Raymundo Ewerton Quadros, apresentou, dando conta da terminação dos trabalhos sob a sua direcção e que vai anexo, além de interessantes informações acerca das riquezas naturaes de todo o território percorrido pela comissão, consta minuciosamente a despesa realizada com a construcção da linha desde o seu começo até a sua conclusão. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1892, p.26).

Como documento que interessam às sciencias, faço publica o Cap VIII do citado relatório, concernente à flora e fauna da região percorrida pela

comissão, e a tabela com as distancias e altitudes da cidade de Cuyabá à estação do Registro. (Vide o anexo <Extractos do relatório do chefe da comissão>). (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1892, p.27).

Alguns anos antes do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon se tornar uma das figuras mais importantes dentro do Exército brasileiro pela empreitada da chamada Comissão Rondon foi designado, a partir de 1892, como chefe responsável por *inspecionar permanentemente os destacamentos* ao longo dessas duas linhas telegráficas supracitadas. Neste sentido, a gênese da experiência do Marechal Rondon e o “sucesso” da Comissão Rondon começou com esse treinamento dirigido para as ligações telegráficas de Uberaba-Mato Grosso e Cuiabá-Araguaia.

Ainda no relatório de 1892 há uma descrição das dificuldades que as Comissões enfrentaram para adentrar o grande sertão, de como a natureza rude do lugar e as grandes distâncias territoriais impediam o trabalho e a efetivação do projeto. A ideia do “vazio”, da natureza intocada que deveria ser transformada e domada perpassou o discurso empreendido pelos militares. Essa foi a *condição* qualificadora para os sertões.

Em menos de 13 mezes, desde 23 de Março do anno findo, data em que começamos nossos trabalhos em S. Bento, até 19 de Abril quando os terminamos aqui, vencendo o deserto e todos os perigos e privações que nelle se encontram, sofrendo, sem abrigo, os rigores do frio na serra, as chuvas torrenciais desde antes, do Sangradouro até aqui, lutando com as enchentes, com as distancias, com a falta das cousas mais necessárias à vida e ao nosso trabalho, com a natureza rude enfim, e marchando sempre, sem descanso, - conseguimos construir esta linha, que muitos julgavam actualmente impossível, e que os mais animados e cheios de confiança não esperavam ver funcionando, desde as margens do Cuyabá até as do Araguaya, em menos de dous annos, no caso mais favorável. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1892, p.224).

Abaixo segue a *Tabella de distancias e altitudes* das Comissões Telegráficas entre os anos de 1889 e 1892 elaborada pelos militares. Percebe-se que há uma preocupação real sobre a questão topográfica (altitudes entre os lugares) e a questão da escala (tendo sempre como ponto de referência Cuiabá). Estes elementos foram imprescindíveis para a construção da cartografia, neste caso a militar, e que serão utilizados pela instituição militar terrestre para compor as Cartas Gerais do Brasil bem como as Cartas regionais.

Quadro 5 - Tabela de distâncias e altitudes de Cuyabá ao Registro

NOME DOS LOGARES	DISTANCIA EM RELAÇÃO A CUYABÁ, PELA ESTRADA (M)	ALTITUDES (M)
Cuyaba (1ª estação)	0	186
Coxipó (ponte)	4.572	-
Aricá (ponte)	24.644,97	-
S. Bento	35.142,40	-
Ranchão (córrego)	66.500	-
Destacamento (córrego)	68.689,40	238
Casa de Pedra (alto da serra da Chapada)	83.219,10	765,9
Tijuco da Serra (córrego)	89.648,77	670
Rio Manso ou das Mortes	107.718,77	681,9
Burity ou Tapéra	131.097,85	692
Sítio do Góes	140.262,98	-
S. Lourenço (rio)	140.832,04	-
Capim Branco (2ª estação)	142.665,74	509
Roncador (ribeirão)	148.112,30	-
Presidente (ribeirão)	150.980,51	-
Encruzilhada	157.040,86	-
Chico Nunes (córrego)	163.698,30	670
Lagoa Formosa	183.810,92	-
Ponte de Pedra (destacamento)	198.942,29	634
Córrego do Meio	205.191,47	-
Cachoeirinha de Oeste (córrego)	208.977,93	-
Cabeceira dos Veados	221.006,14	-
Cabeceira do Caethé	228.656,26	-
Lagoa Seca	230.720,89	676
Córrego Mario	241.982,94	652
Vargem Grande	248.007,25	672
Sapé (ribeirão)	256.711,66	695
Sangradourozinho (ribeirão)	266.761,66	685
Alminhas (ribeirão)	270.527,89	634
Malas (ribeirão)	273.919,47	574
Pontinha (córrego)	277.907,42	-
Sangradouro (rio, no	282.661,00	653

NOME DOS LOGARES	DISTANCIA EM RELAÇÃO A CUYABÁ, PELA ESTRADA (M)	ALTITUDES (M)
destacamento e 3ª estação)		
Mortandade (ribeirão)	288.265.84	-
Cabeceira das Laranjeiras	292.781.90	707
Couro de Porco (ribeirão, na subida)	297.676.57	725
Macacos (ribeirão)	307.583.79	-
Cabeça de Boi (margem do córrego)	310.546.64	550
Torresmo (córrego)	311.059.85	-
Exploração (córrego)	312.914.23	558
Corisco (ribeirão)	314.804.45	622
Tijuco Preto (córrego)	321.318.48	-
Samambaia (córrego)	329.145.85	641
Paredão (margem do córrego)	339.700.06	555
Furnas (margem do córrego)	347.817.39	473
Cachoeirinha de Leste (margem do ribeirão)	350.271.48	558
Guanandy (ribeirão)	356.662.78	-
Paredãozinho (margem do córrego)	359.899.90	498
Córrego dos Buracos ou Fundo	360.642.35	-
Cabeceira do Borá	372.484.17	-
Boqueirão ou estreito	377.038.55	-
Ponte do Lage	390.070.81	422.75
Barreiro de Cima (borda da matta)	391.851.77	471.5
Córrego do Facho	394.663.10	432
Cabeceira do Couto Magalhães	410.786.84	591
Água Emendada (córrego)	420.837.77	357
Pedras de Fogo (córrego)	423.720.55	372.9
Campo Limpo (córrego)	425.740.66	371.6
Barreiro de Baixo (destacamento, 4ª estação)	433.825.15	420
Água Quente (ribeirão)	441.354.43	318.2

NOME DOS LOGARES	DISTANCIA EM RELAÇÃO A CUYABÁ, PELA ESTRADA (M)	ALTITUDES (M)
Tomba-Carro (córrego)	444.782.59	322
Estreito (córrego)	445.928.06	316
Cambaúba (córrego)	447.743.64	316
Bugres (ribeirão)	450.613.77	310
Barrinha (córrego)	452.721.27	-
Bateias (ribeirão)	453.964.80	-
Bargada (córrego)	454.878.11	-
Mutum (córrego)	460.047.18	385
Córrego dos Cavallos	463.675.43	385
Córrego da Boa-Vista	465.329.69	415
Córrego da Laginha	469.639.12	357
Dous Córregos	473.730	377
Ponte Queimada (ribeirão)	480.778.92	430
Voadeira (ribeirão)	492.239.63	420
Córrego Fundo	498.587.07	384
Córrego da Prata	501.617.58	388
Córrego da Arêas	506.831.49	397
Córrego Vermelho	510.847.06	421
Ribeirão da Insula	512.370.58	430
Taquaral do Fogaça (córrego)	517.147.48	486
José Dias (córrego)	521.739.08	-
Córrego da Ponte-Alta	529.458.36	-
Rhaizama (córrego)	532.079.62	-
Duas Lagôas (seccas no estio)	533.482.05	-
Lagôa das Toldas	543.535.83	-
Córrego da Estiva	547.826.39	-
Registro do Rio Grande (5ª estação, no alto)	554.580.80	327
Itacaíu Grande (banco do Araguaya, 30 Kilometros abaixo do Registro)	584.580	315
Commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá ao Araguaya. Acampamento no Registro do Rio Grande, margem esquerda do Araguaya, 30 de Abril de 1891.		

Fonte: MINISTÉRIO DA GUERRA, 1892, p.222-224

Em 1893, houve a proposta de construção da linha telegráfica que ligasse a Capital Federal (Rio de Janeiro) ao estado do Mato Grosso, demonstrando assim a necessidade do processo de transformação do grande interior brasileiro. Essa Comissão conhecida pelo nome do trecho *Uberaba-Corumbá* iniciou os trabalhos em 24 de julho, mas logo no início dos trajetos foi impedida de continuar devido a falta de instrumentos básicos para os trabalhos. Essa linha telegráfica que ligaria Rio de Janeiro a Corumbá (litoral – Sertão) ficou conhecida desta forma com destaque para o nome da cidade de Uberaba, pois foi nesta localidade que a Comissão parou para aguardar a vinda do *material telegraphico*, do Rio de Janeiro, e de *animaes de carga* que viriam da capital do estado de *Goyaz*. A conclusão dos trabalhos desta Comissão não foi realizada devido à falta de *gêneros de primeira necessidade* e conseguiram prosseguir somente até imediações do Rio Prata, nas imediações de Corumbá, promovendo apenas a abertura de picadas.

Nos relatórios do Ministério da Guerra entre os anos de 1894 e 1900 não foi mencionado nenhum tipo de Comissão de Linhas Telegráficas. Esse período foi de fato um vazio no sentido da existência de Comissões novas que tratassem do assunto, porém não se pode dizer que os trabalhos destinados às linhas foram paralisados. Mesmo sem a criação de novas linhas telegráficas, o Estado brasileiro e o Exército trabalharam nesse período para a manutenção e consolidação das mesmas que iriam da Capital Federal (Rio de Janeiro) até o estado do Mato Grosso. O que se pode perceber desde a instalação da República foi o destaque e a importância dada ao estado de Mato Grosso, importância esta que se estenderia até o início do século XX quando a Comissão Rondon trouxe um novo foco para a construção telegráfica do país: o Noroeste e Norte do Brasil.

É a partir do ano de 1900, que toma destaque o então Capitão do Corpo de Engenheiros Candido Mariano da Silva Rondon. No relatório do ano de 1901 foram descritos três projetos que já se encontravam em execução: a Comissão de *Cuyabá a Corumbá*, a de *Cruz Alta à Colônia Militar do Alto Araguaya* e a de *Guarapuava à Foz do Iguassú*. Esses três projetos de construção de linhas telegráficas se configuraram como algo de grande porte, pois, além da criação de novas linhas seriam feitos também reparos naquelas já existentes.

Antes de adentrar nas especificações de cada uma dessas Comissões vale destacar o sentido distinto que a construção telegráfica começou a ter a partir do início

do século XX. Diferente de meados do século XIX até a última década do mesmo, a linhas telegráficas tinham como função principal aumentar e acelerar a possibilidade de contato entre as regiões mais isoladas do território brasileiro. A partir do início do século XX, as linhas telegráficas começaram a serem colocadas em partes estratégicas do território seguindo o mesmo objetivo de antes, porém, ligadas a *fixos* (SANTOS,1996) do Exército brasileiro e acompanhando as estradas férreas e de rodagem. Os primeiros *fixos* da instituição militar que foram “conectados” pelos fios telegráficos foram as Colônias Militares.

A linha telegráfica de *Cuyabá a Corumbá* tinha como objetivo a criação de ramais que passariam em Coxim (MT) passando por algum ponto escolhido do vale de Aquidauana possibilitando uma melhor concentração das *forças do 7º Districto Militar*. Pela extensão e importância dessa linha telegráfica, a Comissão foi financiada pelo Ministério da Indústria que tinha grandes interesses na conclusão desse projeto. Ou seja, esse aperfeiçoamento técnico colocado sobre o território contribuiu para a dinamização do comércio e da indústria – ainda incipiente naquele momento.

Sendo esta linha de caracter estratégico, além de outras vantagens que interessam ao serviço público, fiz aplicar, no exercício que findou, á sua construcção a verba de 30.000\$ retirada da rubrica <obras militares>, tendo como auxilio, pelo Ministério da Industria, do fornecimento de todo o material, o que se realizou pela Repartição Geral dos Telegraphos, a quem será entregue a mesma linha depois de construída. No exercício vigente foi o Governo auctorisado a despende, pelo referido Ministério, a quantia de 100.000\$ para sua continuação. Em 9 de abril ultimo já estavam construídos 73.777 metros de linha sobre postes de aroeira, tendo o picadão 20 metros e 40 metros de largura, conforme atravessa cerrados ou mattas, correndo próximo à serra S. Jeronymo. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1901, p.166-167).

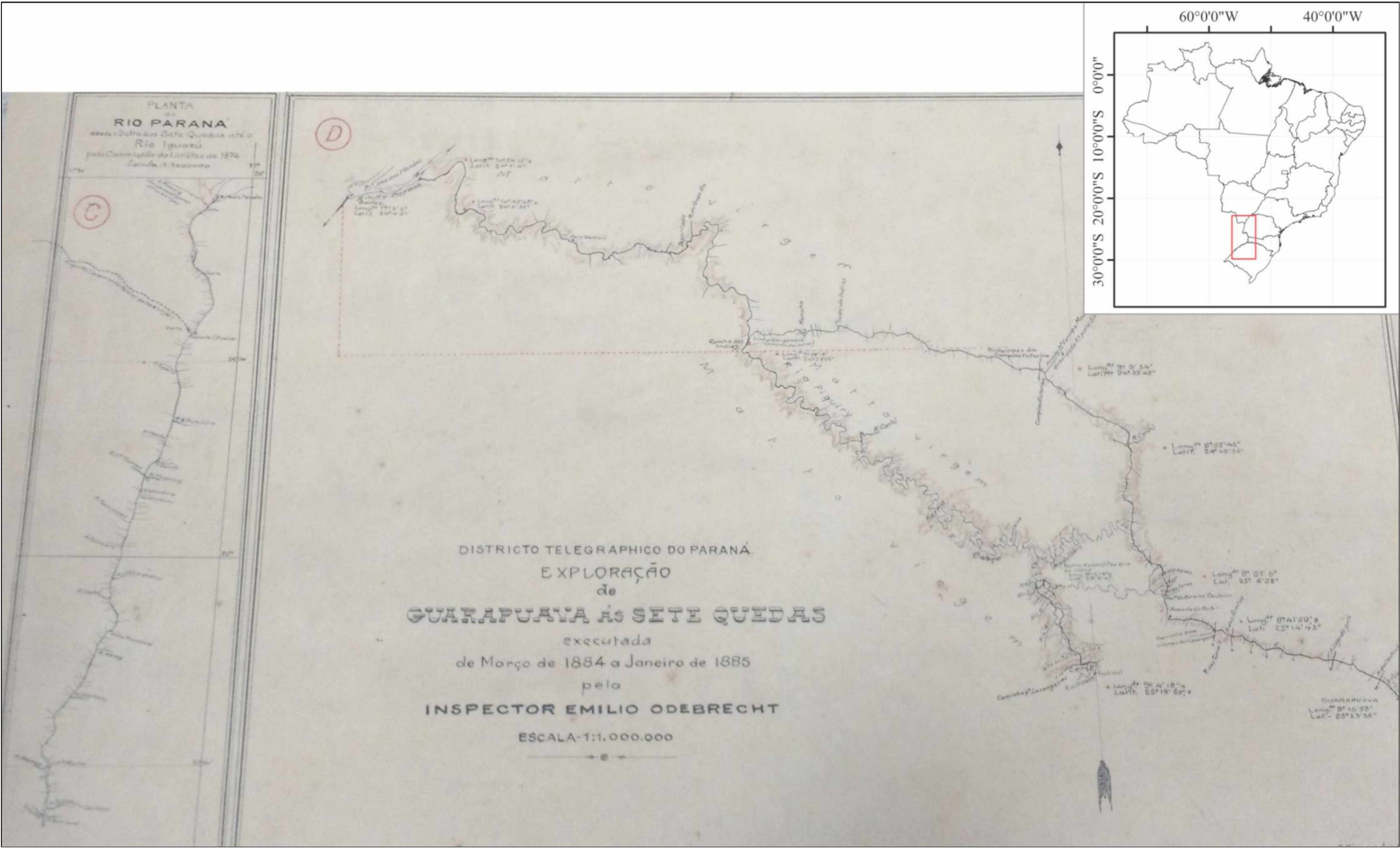
O responsável pela linha telegráfica de *Cruz Alta à Colonia Militar do Alto Uruguay* foi o Tenente-Coronel do corpo de Engenheiros Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro e os ajudantes Capitães Antonio Pereira Prestes e Rubens do Monte Lima. Esta linha também colocada com caráter estratégico por estar ligada ao Ministério da Indústria tinha como objetivo a ligação entre Cruz Alta e as cidades de São Luiz (MT), Santo Ângelo (MT), São Borja (RS) até à Colônia Militar do Alto Uruguay, no estado do Rio Grande do Sul. Importante destacar que os materiais fornecidos para a construção desta linha provinham da estrada de ferro de Porto Alegre a *Uruguayana* que

já se encontravam com capitais particulares, estabelecendo assim o início de algumas parcerias entre recursos estatais e privados.

A outra Comissão apresentada no Relatório de 1901 foi a de *Guarapuava à Foz do Iguassu* colocada como sendo a mais importante em termos estratégicos. Esta Comissão teve como chefe outro Engenheiro militar, o Capitão Feliz Fleury de Souza Amorim que teve como seus ajudantes o 1º Tenente de Artilharia Odorico Gomes de Senna Braga e o 2º Tenente também da Artilharia Joaquim Antônio Pereira.

Na descrição desta Linha, o Ministro da Guerra Joaquim Nabuco de Medeiros Mallet apresentou um texto nesse Relatório sobre a importância que envolveria a construção desse telégrafo. Na região, o Ministro destacou que, além da função estratégica dessa construção que influenciaria o destino das fronteiras internas do Brasil, haveria também uma função econômica de aumento do escoamento da produção que já ocorria nas Colônias Militares. Para que o projeto tivesse uma maior eficiência não se poderia cumprir o traçado rígido que impunha a lei nº 746 de 29 de Dezembro de 1900 consignado no nº14, do artigo 15, que versava sobre a construção do *Telegrapho de Guarapuáva a Foz do Iguaçu*. Mesmo essa Comissão de construção de telégrafos ter aparecido somente no início do século XX, os militares já realizavam alguns estudos nas respectivas áreas onde seriam instalados. A figura 22 a seguir demonstra a criação de um *Districto Telegráfico do Paraná*, em 1884, sob responsabilidade dos militares evidenciando um processo de preparação para as projeções que ocorreram no século XX.

Figura 19 - Distrito Telegráfico do Paraná



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: CONJUNTO DE TRÊS CARTAS CONTENDO O LEVANTAMENTO DE FRONTEIRAS, RIOS, ESTRADAS DE FERRO E LINHAS TELEGRÁFICAS. Impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, com seta norte, com escala, numeradas (70, 72 e 73), papel canson, telado, bom estado, medindo 102,5cm x 68,5cm. 3614. 17-01-3614.

Nesse sentido, tal Ministro traçou as três possibilidades de construção da linha na tentativa de argumentar o que seria melhor em questões relativas ao território, sobretudo no que diz respeito à sua proteção e produção. Segundo ele, a linha poderia seguir três principais traçados: um partindo de Boa Vista (RS), o outro de Mangueirinha (RS) e por fim um que partiria de Guarapuava (PR). Cada um desses traçados teria algum tipo de problema que poderia inviabilizar o projeto. Os principais problemas apresentados pelo caminho que partiria de Boa Vista (PR) seriam: primeiramente a proximidade com a fronteira argentina possibilitando maiores “estragos” pelo *inimigo* e, em segundo lugar pelas dificuldades quanto ao terreno e à *infestação* de populações indígenas no percurso traçado. O caminho que partiria de Mangueirinha teria complicações no sentido do terreno e na travessia necessária dos rios *Chopim e Iguassú*. O traçado que partiria de Guarapuava (PR) foi apresentado como sendo o que menos se tornaria oneroso e o que possibilitaria a maior configuração de linhas telegráficas para o interior do território. A grande vantagem encontrada para se construir a linha telegráfica partindo de Guarapuava era a existência de trabalhos em andamento da estrada de rodagem que ligaria à Foz do Iguaçu (PR). Neste sentido, o Exército, representado por Mallet, fez valer a construção dessa linha telegráfica seguindo o mesmo traçado da estrada.

Sendo a diferença do desenvolvimento kilometrico entre os dous traçados, de Boa Vista e de Guarapuava, apenas de 25 kilometros, mais ou menos, e attendendo, que as grandes vantagens do traçado ultimo o tornam preferível ao primeiro, especialmente quanto ao lado econômico, além das considerações estratégias de alta importância, provenientes do melhor resguardo da linha e de ser a zona confrontante com duas republicas vizinhas; - aprovei, por aviso de 22 de março ultimo, o traçado partindo de Guarapuava e seguindo o da estrada de rodagem d'esta cidade à colônia do Iguassú, ora em execução, julgando assim melhor corresponder aos intuitos do Poder Legislativo, como facilmente se deprehe de das considerações feitas, (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1901, p.170).

O que se pode depreender da construção dessa última linha telegráfica são as intenções da instituição militar terrestre (Exército) em discordância direta com a legislação rígida imposta pelo Estado no que se refere as questões territoriais. O Ministro Mallet modificou a legislação e o tratado imposto sobre a construção dessa linha telegráfica em prol de outros objetivos específicos, sobretudo, para incentivar e

potencializar o processo de *colonização* que ocorria no interior do território por meio das chamadas Colônias Militares.

O discurso dos militares em relação à função estratégica das linhas telegráficas na maioria das vezes, vinha atrelado às questões fronteiriças. Entretanto, esse discurso sobre a posição estratégica em relação às fronteiras internas do Brasil tinha outra intenção na instalação de tais infraestruturas. A polêmica que envolveu a mudança do traçado da linha telegráfica de *Guarapuava a Foz do Iguassú* em momento algum em 1901 fora discutido ou demonstrado que a região pela qual foi realizada a mudança do trajeto passava por zonas férteis para a agricultura, bem como era uma região rica em vários recursos minerais, tais como o ferro. Isso foi exposto no discurso do Ministro Mallet em apenas uma linha de destaque dentro do Relatório de 1902⁶² quando se demonstrava o estado da arte de tal Comissão. A mudança de posição dessa linha telegráfica poderia influir diretamente no fortalecimento das fábricas militares, sobretudo a de minério de ferro. Nesse sentido, percebe-se que além dos interesses do Estado, o Exército muitas vezes apresentou suas ações em prol de uma outra projeção para o território brasileiro que não necessariamente coincidia com os interesses geoestratégicos do Estado.

Ainda no Relatório de 1902 foram apresentados dois traçados quais sejam os de *Cruz Alta-São Borja à Colonia Militar do Alto Uruguay* e a de *Cuyabá a Corumbá*, esta sob o comando do Capitão do corpo de Engenheiros Candido Mariano da Silva Rondon. Em relação à primeira linha foi apresentado somente o orçamento sobre o qual estava sendo desenvolvida e as dificuldades enfrentadas para a penetração no locais de matas fechadas.

A segunda Linha, sob o comando de Rondon, obteve um maior destaque no Relatório de 1902 visto a importância desse traçado. O Ministro Mallet apresentou três possibilidades para a construção dessa linha telegráfica e a escolha decorreu segundo critérios de posição estratégica e econômica.

Para a ligação de Coxim á Corumbá, foram estudados três traçados: o primeiro, partindo de Coxim, contorna a margem direita do rio Taquara até a fazenda de José Gomes, e dahi pelo pantanal do Paraguay-Mirim até Corumbá; este traçado é quasi inexequível. O segundo partindo da mesma villa, atravessa a serra grande de Maracajú, ganha o pantanal, Campo Grande, e vae ter à fazenda firme, na margem esquerda do Paraguay, atravessa este rio

⁶² MINISTÉRIO DA GUERRA, 1902, p.59.

e procura a serra do Albuquerque, onde se dará o encontro da linha de Coimbra, contorna a serra deste nome e atinge Corumbá; é exequível, tendo apenas de atravessar uma zona despovoadas, desde Coxim até a margem do Paraguay, havendo pouca madeira de construção. O terceiro, parte de Coxim, percorre 120 kilometros de terreno firme sobre a serra grande de Maracajú, desce ao pantanal do rio Negro, atravessa-o, assim como o rio Baboco, atingindo a villa nova de Aquidauana, com 295 kilometros; em Baboco far-se-há o controncamento da linha para Corumbá, procurando d'ahi a margem do rio Aquidauana, e na fazenda do Rebojo atravessar-se-há o rio Negro, ganhando-se depois o terreno das Salinas até a margem do Paraguay, onde se o atravessará para attingir Corumbá, passando próximo de Albuquerque; este traçado, com o pequeno ramal de Aquidauana, terá o desenvolvimento de 560 kilometros, atravessa uma zona toda povoada, passando por 16 fazendas de gado, o terreno é todo viável, com madeiras apropriadas à contrucção e recursos para a alimentação do pessoal. Attendendo as circunstancias referidas, foi preferido o terceiro traçado. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1902, p.62).

No Relatório de 1903 foi apresentado o andamento de cada uma das Linhas seguintes: *De Guarapuava a Colônia Militar junto a foz do Iguassú; De Cruz Alta a São Luiz das Missões e a Colonia Militar do Uruguay; de Cuyabá a Corumbá*. O que se destacou nesse relatório foi a apresentação detalhada de alguns aspectos geofísicos do território, tais como geologia e pedologia. Esses estudos levantados pelos militares eram encaminhados para as instituições militares responsáveis por estudos sobre o território brasileiro, sobretudo, o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e o Serviço Geográfico do Exército. Tais levantamentos contribuíram efetivamente para a construção da Carta Geral do Brasil, de 1922.

Os Relatórios de 1903 a 1909 trouxeram as formas de expansão das linhas telegráficas da região sul e das regiões noroeste e norte. Em relação à Linha telegráfica de *Cruz Alta à Colonia Militar do Alto Uruguay* no ano de 1903 já haviam sido construídos mais de 85.000 metros de linha que passavam pela margem direita do rio Ijuhy Grande até a sede do município de Santo Ângelo (RS). Deste município até o ponto final, em São Luiz Gonzaga (RS), a Comissão decidiu instalar o traçado da Linha atravessando dois núcleos coloniais militares que se instalaram numa área de terras agrícolas. No ano de 1909, no processo de finalização deste projeto, foram instalados os últimos três trechos: o primeiro totalizando 13000 metros, em 1907; o segundo 29286 metros, em 1908, e o terceiro e último 10000 metros em 1909.

A Comissão responsável pelo trajeto de *Guarapuava à Colonia Militar de Foz do Iguassú* encontrava-se em 1903 partindo do rio Xagú acompanhando as construções das estradas de rodagem no sul do país. Em 1904, a Comissão avançou para o arroio do

Mato Queimado instalando o primeiro posto telefônico às margens do rio Floriano Peixoto.

O estudo de reconhecimento foi levado até a colônia com 181.185 metros de exploração, com 116.239 metros desde o Matto Queimado, e o de locação por 100.466 existindo 61 alinhamentos rectos e 1.000 postes fincados, 933 com braços isoladores e 101.885 esticados. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1905, p.46).

No ano de conclusão desse traçado foi comemorado o avanço que este apresentou no sentido de integração de uma grande parte da região sul. A linha telegráfica que inicialmente partiria de Boa Vista e foi modificada para o início em Guarapuava (PR) alcançou com a sua finalização possibilidades estratégicas de se ligar esta linha até a cidade de Palmas, ao norte do Brasil, colocando em contato e aumentando os fluxos de informações entre o Sul e o Norte.

A zona reconhecida em uma extensão de 492 kilometros comprehende 57.600 metros de campos, 22.400 de capoeiras e capões e 293.165 de mata virgem, onde se fez derrubada de 1.262.260 metros quadrados, variando a largura do picadão de 40 a 60 metros e a do destocamento de 4 metros. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1906, p.56).

Foram construídas casas para as estações de Cataduvras, Marechal Mallet e Mrechal Floriano, não tendo sido construída para a terminal, que está funcionando em casa alugada na colônia do Iguassú, por conta do Ministério da Viação. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1906, p.56).

Essas duas linhas telegráficas supracitadas foram incorporadas num projeto maior entre os anos de 1903 e 1909 à denominada linha do *Rio Grande do Sul*. O projeto envolvia a ligação entre os traçados já construídos com o objetivo final de criação de uma rede telegráfica no sul do país para fins estratégicos, sobretudo, por ter sido uma região com um histórico de disputas territoriais extremamente acirradas, tendo destaque para a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra do Paraguai (1864-1870), que influenciaram diretamente o processo de militarização dessa região.

O Relatório de 1912 se apresentou como um marco institucional de regulamentação das funções do Ministério da Guerra e consequentemente de todo o Exército. Em relação às linhas telegráficas construídas até aquele momento foi destinado um departamento⁶³ exclusivo para a elaboração de cartas gerais e parciais das

⁶³ Ver em Relatório do Ministério da Guerra, 1912, p.61.

linhas férreas e telegráficas e das vias de comunicação fluvial e terrestre demonstrando naquele momento a importância de se cartografar os trabalhos das comissões construtoras dos projetos territoriais implementados pelo Ministério da Guerra junto ao Estado.

O processo interno do desenvolvimento telegráfico no Brasil ocorreu até meados da segunda década do século XX promovido pelo empenho destinado à construção de linhas telegráficas por todo o Brasil, sobretudo a região Noroeste do país. Nos relatórios do Ministério da Guerra posteriores a 1915 as menções sobre as linhas telegráficas são quase mínimas, sendo demonstrado somente as formas de manutenção daquelas que foram construídas bem como de algumas extensões necessárias para questões geoestratégicas e econômicas.

O telégrafo nem sempre representou uma ferramenta geoestratégica de interligação entre áreas afastadas do país e de estímulo ao processo de produção econômica do grande oeste brasileiro. Os períodos coloniais e imperiais brasileiros não tinham exatamente esse objetivo de contribuir com o projeto territorial traçado pelo Estado e sustentado pelos militares como foi após 1889. Nos primeiros anos de instalação das linhas telegráficas no Brasil, em meados do século XIX, o telégrafo tinha como função “auxiliar ao serviço de policiamento da Corte, interligando através de suas linhas e estação, a Central da Política e todos os quartéis e arsenais da Guerra e Marinha, além do Paço da cidade e os palácios de São Cristovão e Petrópolis”. (MACIEL, 2001, p.5).

Segundo Maciel (2001), a função do telégrafo somente se transformaria com o advento da Guerra do Paraguai, durante a qual se instalaram diversas redes telegráficas no sul do Brasil, o que demonstrou uma alta eficiência quando do avançar das tropas do país vizinho. A condição de Guerra ofereceu os subsídios necessários para que o Estado “compreendesse” o sentido da necessidade de comunicação entre as várias partes do Brasil possibilitando proteger, planejar e projetar o território, no sentido de sua unidade territorial.

A utilidade do telégrafo só seria comprovada no “teatro da guerra” com o Paraguai, onde as linhas telegráficas montadas para a campanha mostrar-se-iam eficientes para orientar o rápido avanço das tropas e para a redefinição das estratégias militares. Aqui, ao contrário do que ocorreu na Europa, foi a experiência extrema da guerra que tornou evidente a necessidade de comunicações ágeis para a administração do território. A experiência da guerra evidenciou a precariedade das comunicações com o centro-sul do país,

a fragilidade da defesa das fronteiras imperiais e, principalmente, quanto o telégrafo poderia auxiliar na solução desses problemas, o que determinou o início imediato da construção de linhas telegráficas, por iniciativa e sob a responsabilidade da RGT, visando unir e integrar as províncias brasileiras. (MACIEL, 2001, p.131-132).

O telégrafo se transformou com o fim do Império e início da República em um instrumento estratégico em vários níveis para o Estado. Nesse sentido, um processo de disputa entre várias esferas públicas e privadas entraram em embate para conseguir a autorização para a instalação de linhas telegráficas em todo o território brasileiro, sobretudo, em áreas estratégicas do litoral e da fronteira interna. Segundo dados da RGT (Repartição Geral dos Telégrafos) levantados por Maciel (2001) no período Imperial até 1889 houve a construção de 19 mil quilômetros de extensão de linhas telegráficas.

Mesmo com toda essa extensão, no período republicano ficaram milhares de quilômetros do território brasileiro sem quase nenhum contato transformando grandes extensões de terras do interior em ilhas isoladas de comunicação. Os estados do Mato Grosso, Goiás e Amazonas, foram as principais regiões que “ficaram isoladas do circuito telegráfico brasileiro, inacessíveis ao pensamento e às notícias do restante do país e desarticuladas da vida nacional”. (MACIEL, 2001, p. 133).

Como vimos na análise dos relatórios do Ministério da Guerra acerca desta temática, a instituição militar ligada a outras instituições civis teve o compromisso junto ao Estado de projetar a integração do território através das *redes telegráficas*, o que possibilitou um inestimável desenvolvimento da geografia material das regiões por onde passavam as *Linhas* provocando uma mudança no sentido modernizador.

Os meios de comunicação deveriam ser instrumentos, nas mãos do Estado, para promover a ocupação produtiva do interior, para garantir a posse definitiva das fronteiras com países vizinhos e a efetiva integração de regiões distantes da capital federal. Além disso, os inventos técnicos eram pensados como instrumentos capazes de promover a civilização e o desenvolvimento econômico do país. Ferrovias e telégrafo foram utilizados muitas vezes como desbravadores e pioneiros, antecedendo a ocupação e a colonização dos sertões brasileiros. Acreditava-se mesmo que a simples construção de uma estrada de ferro ou de uma linha telegráfica tivesse o poder quase mágico de transformar tudo a sua volta. (MACIEL, 2001, p.137-138).

Nos finais do século XIX e início do XX, toda a estrutura de comunicação do Brasil, telégrafos e ferrovias sobretudo, foi projetada pelos militares, sendo eles os grandes promotores do conhecimento do território. A função dos militares não foi

somente colocar em prática o projeto territorial traçado pelo Estado brasileiro, mas foi o construtor de um projeto para o território nacional visando uma maior integração das regiões dessa grande extensão territorial. Um dos motivos para esta afirmação foi a conduta dos militares quando da construção de várias linhas telegráficas nos estados de Goiás e Mato Grosso modificando os traçados propostos pelo Estado e reformulando-os no momento de execução do projeto. Além disso, o Exército foi o grande promotor de um (re)conhecimento do território, de promoção de fluxos e de levantamento de dados, cartografando e construindo relatórios com riquíssimos detalhes sobre fauna, flora, solo, relevo, aspectos populacionais, produção agrícola dentre outros. O Exército foi o portador de uma racionalidade estrutural a ser aplicada ao território com vistas à sua modernização e fez isso a partir da função estratégica de várias informações e pelo estratégico controle das mesmas.

A figura 23, mostra claramente as intenções quando das projeções telegráficas no Brasil. Em comparação com a figura 24, publicada em 1930, percebe-se a amplitude a qual chegou este projeto territorial executado pelos militares até meados da primeira metade do século XX no Brasil.

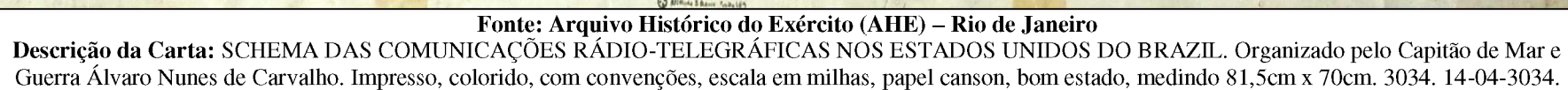


Figura 21 - Rede Radio Telegráfica do Brasil (1930)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: REDE RADIO-TELEGRÁFICA DO SERVIÇO RÁDIO DO EXÉRCITO. Autor Cap Antonio Caetano da Silva Lima. Impresso, colorido, com legenda, com quadro de distâncias, papel canson telado, bom estado, medindo 59,5cm x 51cm. 2741. 13-03-2741.

Mapa 3 - Rede Radio Telegráfica do Brasil (1930)



CAPÍTULO 5

**O PROJETO VIÁRIO DOS MILITARES: CAMINHOS,
ESTRADAS E FERROVIAS**

A extensão territorial brasileira sempre foi um dos grandes desafios no processo de formação territorial, sobretudo, após a consolidação efetiva do Estado, em 1822. A inexistência de um projeto de comunicações entre as distantes regiões brasileiras no período colonial demonstrava um cenário pós independência devastador no sentido de fortalecimento do recente Estado. Nesse sentido, pode-se dizer que somente a partir do período imperial houve efetivamente a elaboração de um “projeto” geral do Estado que visava a construção de infraestruturas sobre o território; projeto esse que tinha como projeção a construção de ferrovias, rodovias e hidrovias.

Sem dúvida, tanto o Primeiro como o Segundo Reinado, foram momentos imprescindíveis do início da construção (material e imaterial) de uma formação territorial que tinha como finalidade a ampliação dos fluxos e o aumento das possibilidades de defesa do território. Os planos viários implementados e/ou projetados corroboraram para o fortalecimento do Estado bem como contribuíram para a criação de uma identidade nacional e de uma unidade territorial brasileira, facilitando as relações entre o poder central e as diversas elites regionais.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um marco importante para o diagnóstico da precariedade das vias de comunicação internas do Brasil e, por corolário, das projeções de ligação e de proteção em relação aos territórios circunvizinhos. A questão geopolítica nacional colocou-se em evidência para a resolução por parte do Estado.

Em função dessas características, que se expressavam do ponto de vista da distribuição espacial dos melhoramentos materiais sobre o meio geográfico, quando eclodiu a Guerra contra o Paraguai a questão da articulação do território se pôs a nu. A precariedade de mobilizar rapidamente homens, máquinas de guerra e alimentos para as regiões de fronteira acabou por tornar urgente, em meio ao conflito, a necessidade de pensar as melhores maneiras de fazê-lo. (SOUSA NETO, 2012, p.47-48).

Portanto, os projetos viários para o território brasileiro sofreram um processo de intensificação a partir do ambiente de guerra ocorrido em meados do XIX. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de destacar que outros projetos incipientes vislumbravam a integração territorial por diferentes modais. Tem-se exemplos das primeiras iniciativas de se colocar em prática alguns planos viários voltados principalmente para a construção de ferrovias, tais como: Decreto Feijó ou Plano Vasconcelos, Veloso &

Rocha (1835), o plano Rebelo (1838), o plano Cristiano Ottoni (1859) e o plano Moraes (1869)⁶⁴.

A maioria desses planos projetava as infraestruturas viárias sobre o território como tentativa de interligar a maior quantidade possível de regiões. A preocupação da ligação com o grande interior estava presente na maioria dos planos desenvolvidos no Império e, posteriormente, também no período republicano até meados da década de 40 do século XX.

Na composição e elaboração dessas projeções, várias instituições civis e militares estiveram à frente do processo de elaboração e de construção. Pode-se citar três, dentre as mais atuantes a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1824), o Instituto Politécnico (1862) e o Clube de Engenharia (1880) e também, a maior parte das instituições militares do Exército encarregada de cartografiação e de levantamento de dados geográficos sobre o território, tais como a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Astronômica e de Engenharia Geográfica (EAEG) (1890). Além delas, diversas Comissões foram criadas no período republicano pelo Ministério dos Negócios da Guerra para compor equipes de projeção e de construção das infraestruturas, das quais o Estado estrategicamente necessitava.

O Plano Nacional de Viação, elaborado em 1890 (Figura 25), demonstrou claramente as demandas existentes quanto ao processo de integração nacional. Mesmo não sendo o plano adotado efetivamente, previa as necessidades de ligações entre modais e os locais onde se deveria chegar a modernidade. Além de questões estratégicas voltadas à dinâmica econômica de escoamento da produção, o Plano de 1890 demonstrava as necessidades voltadas para as operações militares ligadas às fronteiras com os países limítrofes.

⁶⁴ Verificar a discussão sobre os planos viários no Império em SOUZA NETO, 2012.

extremo sul do país por ser uma região histórica de disputa e guerra, na fronteira com países da América do Sul. Nos relatórios do Ministério da Guerra aqui analisados, há um enfoque discursivo maior sobre os projetos que deveriam ser implantados nessa área estratégica para o território. Percebe-se que muito do que aparece como projeto na cartografia está em debate dentro das instituições militares do Exército.

No ano em que o Estado brasileiro se declarou republicano, o Capitão do corpo de Estado-Maior do Exército Berllarmino Augusto de Mendonça Lobo foi nomeado pelo Ministério da Guerra para chefiar uma comissão que estava incumbida de construir *estradas estratégicas* no estado do Paraná, sobretudo, em regiões do interior executando trabalhos de *exploração por desconhecidas e incultas-regiões*⁶⁵.

Além do papel estratégico dos militares diretamente na elaboração e aplicação de diferentes tipos de projetos territoriais, dentre eles os viários, o reordenamento local das regiões das obras entrava num ritmo completamente novo com a inserção de novas técnicas e novos traçados àqueles espaços. Um exemplo disso era o incentivo direto ao processo de urbanização com a instalação das colônias militares na região sul do país e a introdução dos loteamentos das terras ocupadas pelo Exército. Houve, nesse sentido, uma interação direta entre o incentivo das construções das estradas de rodagem e ferrovias e a construção das colônias militares, provocando uma nova dinâmica espacial nos finais do século XIX.

Acha-se o pessoal tecnico da commissão dividido por turmas, encarregadas – uma, do melhoramento do caminho da União a Guarapuava; - outra, do preparo da estrada que de Guarapuava vai ter á foz do Iguassú; - a terceira, encarregada da linha de Piquiry, que, partindo de Guarapuava, segue em busca do ponto da margem esquerda do Piquiry fronteiro ao toldo do Jambre, d’onde prosseguirá até o logar mais conveniente do trecho livremente navegável; - e, finalmente a quarta turma, incumbida da continuação da construcção da estrada da União a Palmas. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1889, p.44).

Entre os anos de 1889 e 1900, foram eleitas duas Comissões para tratar com questões específicas sobre os projetos viários nos quais os militares atuaram diretamente. Nesse período, apareceram nos respectivos relatórios menções voltadas quase que exclusivamente aos projetos viários da região sul do Brasil, sobretudo Paraná

⁶⁵ Ver em Relatório do Ministério da Guerra, 1889, p.44

e Rio Grande do Sul. Tais comissões eram denominadas de *Comissão de Engenharia Militar no Estado do Rio Grande do Sul* e *Comissão Estratégica do Paraná*.

Além da função estratégica de defesa e proteção do território nacional, os militares que executavam os projetos viários nesses estados pensavam também em outras empregabilidades para as vias, tais como aspectos político-administrativos, comerciais e industriais. Em vários trechos dos relatórios dos anos de 1889 a 1900 foram destacadas estas outras funcionalidades das vias de comunicação para as regiões que recebiam a infraestrutura. “*A estrada da União a Palmas, além de sua importância estratégica, que lhe dá character militar, merece toda a solicitude sob os pontos de vista político, commercial e industrial*”. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1891, p.31). Vale ressaltar, portanto, que os militares e o conjunto institucional do Exército contribuíram, para além da proteção das fronteiras, efetivamente com o projeto modernizador do Estado territorial republicano, levando a *ação civilizadora* simbolizada pelos empreendimentos técnicos, a exemplo da ferrovia, num processo incipiente de ocupação dos vastos *fundos territoriais* do Brasil.

Em contraponto, não se pode deixar de mencionar que as vias não foram exclusivamente iniciativa do Exército ou do Estado, mas apareceram nas áreas mais próximas ao litoral, por exemplo, pelas mãos da iniciativa do capital privado, ainda que associado aos investimentos públicos, como no caso de São Paulo.

Ao longo do século dezenove a história econômica do Brasil em muito se confunde com a história de seu produto-líder, cuja expansão adentra nas primeiras décadas do século XX, ultrapassando os limites provinciais. O desenvolvimento tecnológico e a transformação das relações sociais observados nesse período expressaram-se em muito nas formas de produção da cafeicultura. Notadamente, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre teve nas áreas cafeeiras seu espaço básico de experimentação, estimulando nessa transição a vinda para as fazendas de café de grandes levas de imigrantes de variadas procedências, parte da qual permaneceu nos meios urbanos (com destaque para a cidade de São Paulo). *Cabe assinalar que o avanço cafeeiro ocasionou um surto urbanizador na região sudeste do Brasil, num processo no qual a partir do último quartel do século XIX a construção de ferrovias ganhou um peso fundamental como agente modernizador e indutor da ocupação de novas áreas.* (MORAES, 2009, p.113, grifos nossos).

Sob a chefia do Tenente-Coronel do corpo de Engenheiros Luiz Antonio Medeiros, a *Comissão Estratégica do Paraná* elaborou projetos que avançaram os limites estaduais do estado. Uma das grandes preocupações do Estado e das instituições

militares era promover a ligação das áreas mais desenvolvidas ao grande *Sertão* brasileiro. As projeções dessa *Comissão* visavam à construção de uma *rede viária mixta* (rodovia e ferrovia) entre o Paraná e o estado do Mato Grosso, chegando à região fronteiriça. Além de promover a ocupação dos *fundos territoriais* pujantes na imensidão do interior, estas visavam retirar das condições⁶⁶ de atraso *técnico e civilizatório* as áreas onde as vias de comunicação não chegavam.

Por serem comandadas por *engenheiros militares*, essas comissões trabalhavam em duas vertentes principais. Primeiramente, num viés de elaboração do traçado unificador estratégico que cada uma das vias teria, e, em segundo lugar, no planejamento dos impactos de sua construção, como citamos acima: as questões político-administrativas, comerciais e industriais. Depois desse processo de elaboração – muitos deles debatidos e publicados nos Relatórios do Ministério da Guerra aqui analisados – os líderes *engenheiros militares* se deslocavam para os locais onde seriam construídas as infraestruturas. Além de avaliar a viabilidade dos projetos, executavam-nos e registravam detalhes importantes para o conhecimento do território explorado.

Foi na construção da estrada que vai de Porto da Villa da União da Victoria a Palmas, que maior desenvolvimento se deu no anno passado: realizou-se a revisão do traçado em um trecho de 9 kilometros, prepararam-se 6400 metros correntes de leito, elevando-se o movimento de terras em toda a extensão a 49511 metros cúbicos; construíram-se duas pontes, sendo uma sobre o rio Espingarda e outra sobre o rio Anta Gorda, fizeram-se 22 boeiros; na srra do Arêa foi revestido o leito da estrada em uma extensão de 396 metros, de Mac-Adam por ter-se tornado impossível a conservação desse trecho sem tal melhoramento; construíram-se 25 pontilhões de madeira de lei e fizeram-se muitos outros serviços, taes como roçados, calçamentos de valetas, limpas, construção de muros, etc.

Até o fim de 1891 haviam sido medidos e demarcados, de acordo com as respectivas instruções, 78 lotes ao longo da estrada da União a Palmas sendo todos elles situados em boas terras e servidos por abundantes fontes de água potável. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1892, p.25).

Pode-se destacar no Relatório de 1893 a questão dos incentivos à produção agrícola promovidos pelos *engenheiros militares* em exercício na região sul do país. Além de trabalharem diretamente nas *Colônias Militares* instaladas de forma geoestratégica no território, contribuíam com a preparação do terreno para o plantio (milho e cereais), incentivando dessa forma o processo de ocupação da região.

⁶⁶ MORAES, 2009, p.89.

Em 1895, foi criada uma Comissão importante no processo de desenvolvimento da rede viária que estava se estruturando no interior do território. A *Comissão encarregada da construção da estrada estratégica de Cuyabá ao Araguaia* foi uma subcomissão criada por dentro da *Comissão estratégica do Paraná* para dar início e andamento ao projeto viário Cuiabá-Araguaia.

De 11 de Novembro, data em que esta comissão começou a funcionar a 31 de Dezembro do anno findo procedeu ao trabalho de picada ou abertura da estrada no lugar denominado *Coxipó*, a margem esquerda do rio de igual nome e distante 5 kilometros de Cuyaba, estendendo esse trabalho, por se haver aumentado o contingente, até o Ranchão, distante 47 kilometros daquele rio.

Para o trecho compreendido entre Cuyabá e o Arieá, rio que atravessa o traçado da estrada, distante 25 kilometros daquela capital, onde a natureza do terreno, extremamente accidentado, oferece na estação chuvosa dificuldades e embaraços para transito, por causa dos muitos ribeiros que cortam a estrada e transbordam, autorizou-se a construção de pontilhões em numero de 10, sendo que um já está quasi concluído e outro iniciado, obrigando-se um empreiteiro, pelo contracto que esta comissão fez, a construir, mediante a quantia de 19:129\$350, o restante dos pontilhões e a dal-os promptos no prazo de 6 mezes, afim de serem assentados nos respectivos logares pela mesma comissão. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1895, p.36-37).

A partir do ano de 1899 a *Comissão Estratégica do Paraná* e a *Comissão de Engenharia Militar no Estado do Rio Grande do Sul* foram finalizadas e as suas funções de desenvolvimento dos projetos viários para o território brasileiro transferidas para a *Direção Geral de Engenharia*, departamento criado dentro do Exército para ser o responsável pelas elaborações dos projetos e pelas construções das vias rodoviárias e ferroviárias do Brasil.

No relatório de 1899 o então Ministro de Estado da Guerra, Joaquim Nabuco de Medeiros Mallet, não deixou de mencionar a importância significativa das *Comissões* supracitadas no que diz respeito à construção das estradas de rodagem de caráter estratégico. No seu discurso fica evidente a centralidade na qual era colocado o Exército no processo de ordenamento do território atuando na direção do planejamento viário de comunicações entre as regiões brasileiras e também, modificando alguns planos quando percebia a sua inviabilidade técnica, econômica e estratégica. No seu discurso, Mallet ainda destaca que a chegada das estradas foi acompanhada do desenvolvimento das regiões nas quais se fixam. Neste sentido, a ligação entre a modernidade técnica do território e a atuação do Exército estão diretamente proporcionais.

Vem a propósito recordar as grandes vantagens originadas do emprego do exercito na construcção de estradas de rodagem ou férreas, de caracter estratégico; além de preparar-se-lhe inestimável recurso para sua acção prompta e eficaz na defesa do território nacional, facilitandolhe as comunicações com a fronteira por zonas que tornam-se-lhe conhecidas, ficará o pessoal adestrado para atender às necessidades que surgem em uma guerra, seja para o restabelecimento do trafego dessas estradas, interrompido pelos estragos propositaes, mais ou menos consideráveis, causados pelo adversário, seja para a conveniente occupação das que tomarmos ao inimigo.

Dessa medida resultaria ainda o desenvolvimento das regiões percorridas por taes estradas e grande economia nas despesas de construcção aliás todas produtivas e amortizáveis dentro de pouco tempo pelos benefícios indirectos que trariam ao erário público.

Parece-me de incontestável interesse o estudo e construcção da estrada de ferro estratégica partindo de Nonohay, passando pela colônia Chapecó, Collectoria, Bôa Vista, colônia Chopim, Chagú, seguindo pelo Estado do Paraná, para atravessar o rio do mesmo nome, acima do salto das Sete Quedas; dahi, entrando no Estado de Matto Grosso, ligar-se-ia a Nioac e Miranda, para depois attingir as margens do rio Aquidauana, cujas condições navegáveis permitem chegar-se ao rio Paraguay.

A projectada linha de Carasinho á Nonohay, ramal da estrada de Santa Maria á Passo Fundo, já em trafego, virá estabelecer a lidação de Matto Grosso com o Rio Grande do Sul. Enfim, a construcção da Estrada do porto da União á Collectoria, no Estado do Paraná, cujo trecho até Palmas acha-se projectado e em construcção para rodagem, convindo transformal-o em via-férrea, formará a rede estratégica destinada a concentrar, na primeira phase de uma campanha, e rapidamente, as forças dos 5º, 6º e 7º districtos militares. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1899, p.46-47).

O projeto de construção de estradas de rodagem continuou sendo descrito nos relatórios do Ministério da Guerra a partir do ano de 1901 sob o comando da *Direção de Engenharia do Exército*. Entre os anos de 1901 e 1909 houve um grande enfoque dos militares sobre a construção das estradas estratégicas que ligassem o *sertão* ao *litoral*, sobretudo entre os estados do Paraná, Mato Grosso e São Paulo.

Fato interessante da elaboração e execução desse projeto está no personagem que chefiou tal comissão, o Capitão do corpo de Engenheiros, Candido Mariano da Silva Rondon. Conhecido como uma das figuras mais importantes na construção das linhas e redes telegráficas no Brasil, este militar encontrava-se também à frente de outros projetos viários para o território brasileiro. A presença do Marechal Rondon nas suas diversas atuações nos projetos viários militares trouxe características específicas aos *relatórios*, principalmente em relação à atuação de outros engenheiros militares. A descrição física do território bem como o discurso de exploração das riquezas naturais

para dar andamento aos projetos são características muito marcantes quando da presença de Rondon.

No Relatório de 1901, o então Ministro do Estado da Guerra, General Joaquim Nabuco de Medeiros Mallet, demonstrou que havia um debate e um projeto do Estado brasileiro em construir os caminhos de estradas de ferro que ligassem as várias regiões inóspitas do país. Segundo o Ministro, as discussões se aqueceram desde 1864 quando deixaram de demonstrar somente a viabilidade estratégica das vias de comunicação e começaram a inserir três outras questões no projeto viário para o território: a viabilidade industrial, a viabilidade comercial e a intensificação da política internacional com os países circunvizinhos.

Esse afloramento das discussões sobre a construção das vias férreas provocou a necessidade de um intenso estudo de diferentes aspectos do país, sobretudo aspectos naturais, tais como os estudos de Geologia, Geomorfologia, Botânica, Topografia, Geografia, que começaram a ser imprescindíveis para o desenvolvimento desses projetos viários a partir do início do século XX. Os militares responsáveis por essas comissões, traçavam os “perfis” das regiões por onde passavam e registravam todos os detalhes nos relatórios de viagem. Além da previsão do desenvolvimento econômico para essas regiões, os militares trabalhavam a partir da projeção de migrações para as regiões nas quais se instalariam as vias de comunicação mais rentáveis economicamente.

A benignidade do clima, a salubridade invejável da região e outras condições felizes e pouco comuns, auguram, por outro lado, a affluencia de uma corrente imigratória espontânea e immediata.

Todas as culturas podem ser alli vantajosamente acolhidas: - o café, a canna de assucar, o fumo, os cereais, emfim, vicejam e frutificam com igual feracidade e abundancia. Também desafiando a cobiça e a actiidade do forasteiro lá estão as mais afamadas e preferidas madeiras de construcção, as ricas jazidas de diversos minereos, etc.

Não menos importantes, nem representando riqueza de menor valor, existem as intermináveis florestas de herva matte, quase inexploradas à mingua de vias de communicacção.

Este elementos certo garantem para logo à estrada um trafego regular, crescente e fora de duvida com o desenvolvimento colonial e os progressos dos centros populosos que irão necessariamente se formando. Os productos os mais variados da agricultura e das industrias extractivas hão de affluir em breve tempo aos mercados exportadores nas relações commerciaes, no progresso dos Estados, no da União, portanto. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1901, p.173).

Percebe-se a intensão explícita dos militares quando dizem que o desenvolvimento econômico das regiões provocaria – com um sentido bastante determinista – o “progresso” do país. O sentido da integração territorial _ levando “luz” para os sertões_ terá força institucional mais fortemente a partir da década de 1930 com a entrada de Getúlio Vargas, porém o germe desse pensamento, como se pode perceber, já estava sendo aplicado e desenvolvido pelos militares desde os finais do século XIX.

Cabe destacar que, além dos engenheiros brasileiros empenhados nos trabalhos de construção das linhas rodoviárias e ferroviárias, trabalhavam também nesses projetos engenheiros de outras nacionalidades, sobretudo norte americanos e franceses que vieram para compor o quadro técnico das instituições militares e civis que foram criadas com a finalidade de desenvolver uma cartografia do território. O Ministro Mallet, destacou uma fala do Engenheiro William Llyod sobre a importância que o impulso de progresso e desenvolvimento acarretaria sobre as regiões por onde passasse a ferrovia.

Ou peut affirmer avec confiance, qu'à une certaine distance des confluent de l'Ivalhy et de l'Ivinheima et sur un point où arrive encere le bruit de la calarate de Guayra, le Niagara du Brésil, il se ondera tôt ou tard une des plus importantes villes centrales de l'Empire, sons l'impulsion du chemin de fer qui reliera les provinces du Paraná et de Matto Grosso.

Tout ce qui est nécessaire à l'existence, cette cite le possédera; chasses et peches abondantes, gibier et poissons'y rencontrent em quantilês illimitées; ele jouira d'um climat délicieux; ele possédera le gage certain de as prospérité et de as grandeur futures dans l'excellence de as position, sons ler apport administratif comme au point de vue stratégique.

Ce ne sont pas là des utopies ni un jeu d'imagination. Pour se faire cette conviction, il suffit d'étudier la carte du Brésil et de reconnaître que la position dont nous parlons est Presque à distance égale de Curityba, de Miranda et d'Assuncion, la capitale du Paraguay.

Apartir du point, ou nous imaginons que será cette ville, l'Ivalhy est nagigable sur 250 Kilomètres; l'Ivinheima et le Brillhante sur 430; le Paraná sur 600 et le Tietê sur 500; Le Paranapaneme et le Tibagy sur 300.

Cette position prédestinéó será donc le centre d'une navigakon iluviale, d'une étendue totale de 2080 kilomètres. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1902, p.65).

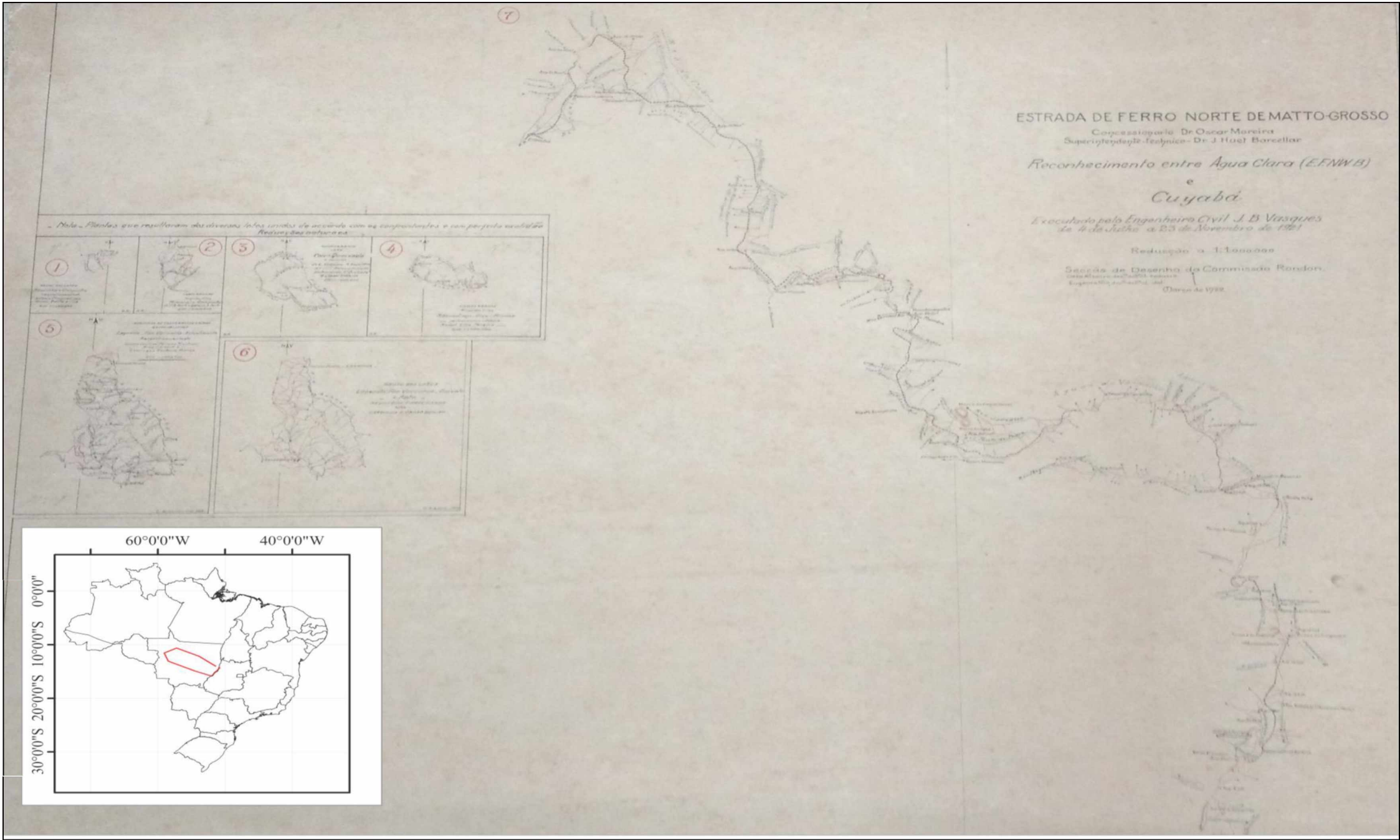
A partir de 1903, percebe-se uma mudança significativa da forma como os militares tratariam as questões relativas às vias de comunicação no Brasil. Por meio do veículo institucional do Ministério da Guerra, os projetos rodoviários e ferroviários começaram a ser demonstrados separadamente nos relatórios do Ministério, sendo destinada uma sessão para cada um dos modais.

Em relação às estradas de rodagem, os militares se restringiam a demonstrar o desenvolvimento das mesmas na região sul devido ao processo de militarização ocorrido anteriormente. No relatório de 1903, em específico, os militares demonstraram a importância do projeto de construção da rodovia que ligaria *Guarapuava* à *Foz do Iguaçu*. O que se percebe quando do discurso dos militares em relação à construção desta estrada de rodagem é o projeto de integração territorial que estava em curso. Para os militares envolvidos diretamente na elaboração dos traçados dessas vias, o mais importante não era exatamente a construção isolada das mesmas, mas a interligação delas com as linhas telegráficas já em processo de construção desde meados do século XIX.

No que diz respeito às estradas de ferro pode-se destacar dois tipos de propostas nos relatórios do Ministério da Guerra. A primeira destacando a importância da construção de linhas férreas para o interior dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná fazendo com que essas linhas de comunicação chegassem até as indústrias locais, sobretudo indústrias que produziam materiais bélicos (indústria de pólvora) e a segunda destacando o projeto de maior envergadura que ligaria o sul do país ao Centro Oeste, mais especificamente a região compreendida pelo estado do Mato Grosso. As duas propostas emparelhavam a relação rodovia/ferrovia e linhas telegráficas.

O projeto que recebeu maior destaque pelos militares nos relatórios entre 1901 e 1909 diz respeito à ligação por trilhos de ferro entre o estado do Paraná e Mato Grosso. As estradas de ferro presentes no norte do Mato Grosso, projetadas em 1921, estão representadas na Figura 26, a seguir. Este projeto que conectaria duas áreas na *condição de sertão* já era desejado desde o período imperial e se intensificou com a eclosão da Guerra do Paraguai. Além das intenções geopolíticas explícitas no processo de construção de vias de comunicação na fronteira oeste vale destacar as intenções dos donos de terras em acelerar as dinâmicas econômicas dos dois estados. A ferrovia poderia, assim, gerar um maior e melhor fluxo das mercadorias produzidas nas terras do Grande Oeste e acelerar o processo de chegada das mercadorias até os portos. Pode-se destacar como produtos que eram comercializados naquelas regiões: gado, carne, couro e açúcar, além da erva mate que tinha uma menor expressão, dentre as outras.

Figura 23 - Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso



Fonte : Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro
Descrição da Carta: CARTA DA ESTRADA DE FERRO NORTE DO MATTO GROSSO

A existência de um projeto não objetivava apenas uma única possibilidade de materialização. Todos os projetos elaborados pelos militares eram fruto de intensos debates entre as classes dominantes presentes naquele determinado tempo e espaço e que de certa forma conduziram (re)configurações territoriais que não necessariamente estavam evidentes quando do momento da projeção. Esse foi o caso do projeto ferroviário que envolvia a ligação entre o Paraná e Mato Grosso.

A exemplo, o ponto de partida da ferrovia gerou um intenso debate entre as oligarquias locais no estado do Paraná, sendo diversas vezes reformulado. Uma das cidades mais cotadas para ser o ponto de partida da ferrovia foi Guarapuava por apresentar uma maior centralidade dentro do território do estado o que possivelmente poderia promover uma maior viabilidade na construção de outros ramais. Na Figura 27, um mapa de 1908, demonstra claramente a projeção dessa ferrovia pelos militares

A posição da cidade de Guarapuava no Paraná possibilitou uma integração mais rápida com as terras do estado do Mato Grosso ligando-o a um centro mais populoso e com uma dinâmica mais rápida; geoestratégia interessante no sentido de proteção das áreas mais vulneráveis do território em ameaça constante de invasão dos países circunvizinhos, do ponto de vista militar.

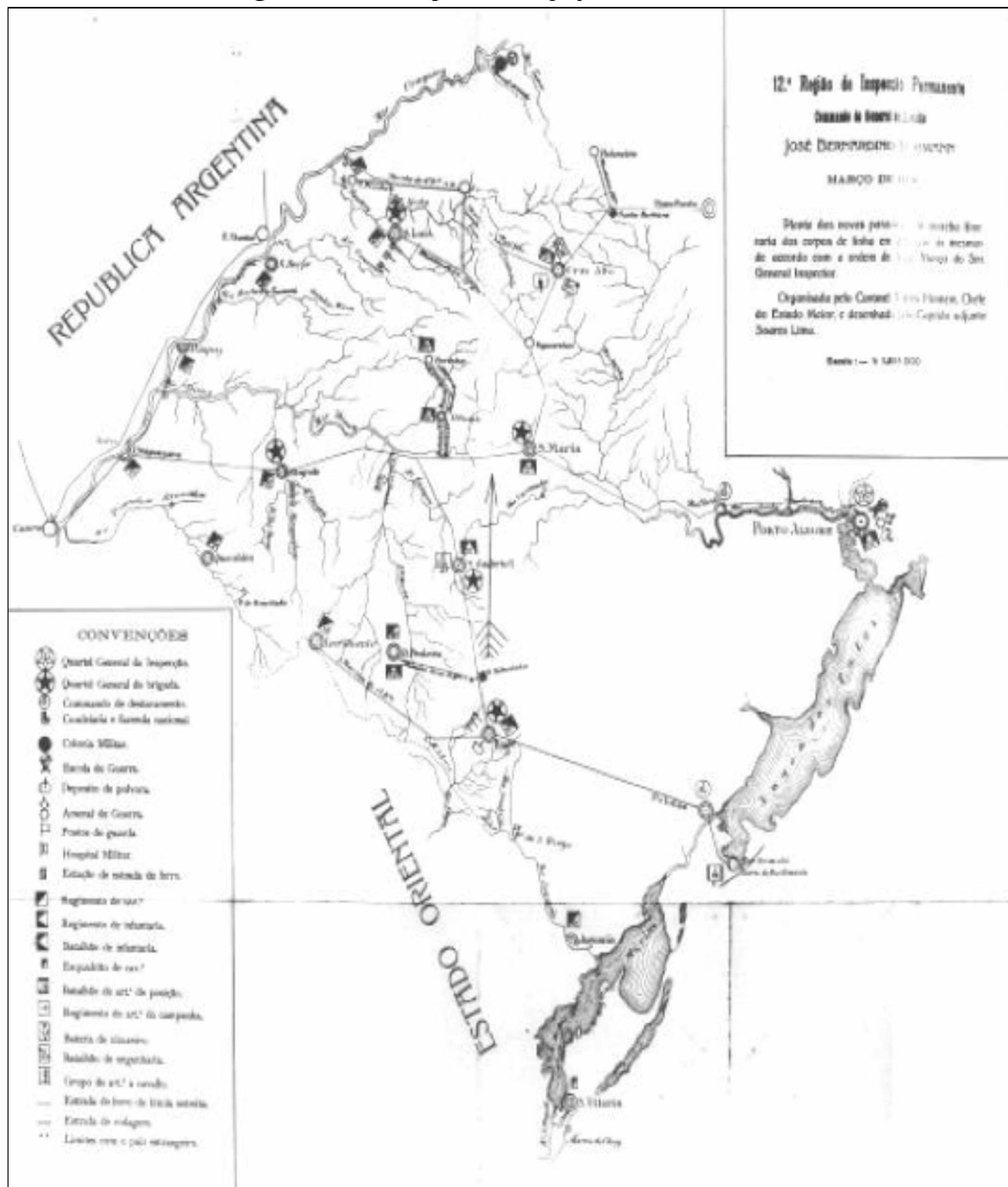
Essa problemática que foi colocada para o Estado brasileiro nos fins do século XIX e início do XX proporcionou articulações geopolíticas para pensar além dos ramais ferroviários, mas também para projetar a consolidação dos caminhos hidroviários que poderiam ser aproveitadas, como as vias fluviais de acesso aos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo que as vias fluviais proporcionassem um deslocamento mais rápido pelo interior do território, os investimentos e uma maior utilização começaram a ocorrer pelas vias terrestres. Percebe-se assim, o ímpeto modernizador que o Estado promovia quando do momento das projeções e instalações desses modais.

Ressalta-se que as navegações pelas vias fluviais platinas estavam em sua maioria sobre controle e vigilância das repúblicas próximas aos limites fronteiriços a oeste do Brasil. O domínio da navegabilidade pelas repúblicas platinas fez com que o Brasil passasse a investir mais intensamente nas infraestruturas que lhe desse condições de gerar o incipiente mercado interno, bem como gerar o sentido da proteção geoestratégica do território. Galetti (2000), quando faz a discussão sobre o “*sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*”, evidencia o papel da centralidade do estado do Mato Grosso desde o período imperial. O estado foi alvo de várias discussões, à época.

(...) patenteou ainda mais esta necessidade de tornar aparente e efetiva a presença do Estado nas áreas fronteiriças e nos distantes sertões do país. A fronteira mato-grossense, até então um assunto de gabinetes onde se decidiam as questões diplomáticas, adquire plena visibilidade para a maior parte dos dirigentes imperiais. E a partir daí, também a Província passaria a ocupar o centro das preocupações de muitos dos engenheiros, militares e outras categorias de funcionários imperiais engajados na elaboração de projetos visando a implantação da navegação a vapor, por dentro do território do país, a construção de ferrovias e linhas telegráficas, a civilização dos indígenas e a colonização, entre outros empreendimentos. (GALETTI, 2000, p. 200).

As preocupações dos militares com as estradas de ferro que comporiam o território do Paraná se estendendo para o Mato Grosso foi alvo de discussões nos relatórios do Ministério da Guerra até 1909. Isso não significa que esse projeto territorial houvera perdido força ou que não se caracterizava mais como uma preocupação das forças armadas terrestres. O Relatório de 1910, por exemplo, deu ênfase sobre a estruturação do território do estado do Rio Grande do Sul e se destacou pela aparelhagem militar a ser construída nesse espaço. Nesse Relatório, o General de Divisão José Bernardino Bormann apresentou um esboço em forma de mapa com as novas paradas da marcha itinerária dos corpos de linha bem como todo o aparelho institucional e técnico construído ou em projeção para o território sul rio-grandense. A seguir (Figura 28) o mapa presente no Relatório de 1910 para se obter uma melhor observação.

Figura 25- 12ª Região de Inspeção Permanente



Fonte: Relatório do Ministério da Guerra, 1910

Os relatórios subsequentes ao de 1910 apresentam uma nova estruturação como já mencionado. No Relatório de 1913, o então Ministro de Estado da Guerra, o General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva demarcou posição junto ao Presidente da

República, Hermes da Fonseca, quanto ao papel efetivo do Exército no processo de construção da nacionalidade e da integridade territorial que o Brasil necessitava. O General Vespasiano utilizou do discurso da necessidade efetiva de criação de uma forte *Defesa Nacional* para dizer que o comando das construções e projeções para o território – os projetos territoriais – deveriam ficar a cargo das Forças Armadas sem que sofressem interrupções quando ocorressem as mudanças de governo.

O discurso geográfico sobre o território para construir a sua argumentação sobre a necessidade de se deixar de lado os estudos esparsos sobre o território para adentrar numa fase de materialização desses estudos e projetos – *pratico-definitivas*. A instituição militar que, de acordo com esse General, estava apta para estar à frente desse processo seria o Estado-Maior do Exército.

Os conflitos internacionaes havidos neste século, nascido há poucos annos a luz promissora das conferências de paz, realizadas pelos delegados das nações mais fortes e cultas da terra, deixam ver claramente ser no presente, como o foi no passado, uma necessidade vital para as nações o provimento dos meios garantidores de sua autonomia e integridade. Por isso, dada vênha, submettere à alta consideração de V. Ex., antes de relatar os serviços inherentes a este departamento de publica administração, algumas considerações que dizem respeito à organização da nossa defesa eficiente.

A vastidão do nosso território, de cerca de 8.061.260 kilometros quadrados; a extensíssima linha limitrophe que o circumscreve; a dificuldade ainda existente nos meios de communicação; a densidade da população, que, pequena na maior parte dos centros nacionais tidos como populosos, é quasi nulla, ou nulla em larga superfície do território pátrio; a multiplicidade de portos marítimos de fácil acesso, disseminados pela nossa costa. E a falta de estradas de ferro estratégias pela nossa costa. E a falta de estradas de ferro estratégicas e de penetração, são elementos que perturbam e dificultam o problema da nossa defesa e mostram que sua resolução só poderá ser obtida pelo estabelecimento de um amplo e largo projecto, cuja execução seja realizada de modo persistente, systematico e continuado. Nem de outro modo podem ser levados a termo os grandes empreendimentos.

A situação geographica do paiz e a sua configuração topográfica indicam que o estabelecimento desse projecto, por isso que entende com o emprego simultâneo das forças de mar e terra, deve ser feito por uma commissão de Defesa Nacional composta de almirantes e generaes, e submettido ao exame e estudo do Congresso, que o tranformará em lei, cuja execução será levada a effeito, resoluta e invariavelmente, sem embargo as periódicas sucessções governamentaes.

Um exame feito na nossa historia militar, sob o ponto de vista technico administrativo, dirá da necessidade da adoção da medida indicada, pois virá mostrar não ter havido até agora nem unidade nem continuidade de direcção na organização combinada da nossa defesa, não obstante a grande somma de intelligentes esforços despendidos, quasi em pura perda para os mais legítimos e vitaes interesses da nossa nacionalidade, por entenderem com a guarda da nossa honra e soberania.

Já é tempo de abandonarmos o terreno dos estudos esparsos e de entrarmos na phase práctico-definitiva no estabelecimento dos meios que facilitem às forças nacionaes o desempenho das suas funcções constitucionais. A primeira

medida a adoptar parece dever ser essa que delimita e precisa a esphera de acção de cada um dos seus elementos consitutintes.

Traçado o plano geral, indicadas as prováveis bases de operações e fixados os objetivos a alcançar, em cada circumstancia em que tenha de haver simultaneidade de acção das forças de mar e terra, o Estado Maior do Exército e do Armada terão assim claramente delineada a missão cujo desempenho lhes cabe, neste particular. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1913, p.3-5).

O plano geral de Defesa Nacional como queriam os militares seria uma das principais formas de se conduzir e efetivar a integração territorial bem como a unidade nacional. Esse projeto de Defesa Nacional começou a tomar força no início do século XX, sobretudo a partir da primeira década, tendo como eixo central a promulgação de um projeto de consolidação e criação de novas vias de comunicação para todo o território brasileiro (ferrovias, rodovias, ampliação dos telégrafos, hidrovias etc). Percebe-se uma mudança radical nos discursos dos militares quanto às intenções desses projetos.

Até os finais do século XIX, os militares propunham a criação de vias de comunicação que atendessem aos interesses locais (oligarquias regionais), assim assistindo os interesses político-administrativos e econômicos de cada região ou estado do território. Entretanto, no Relatório do Ministério da Guerra de 1913 encontra-se uma outra proposição que faz uma defesa da construção de vias que atendessem às demandas nacionais e que possibilitassem a integração do território por meio desses traçados modernos. Mesmo que em germe, a partir do início do século XX, essa forma de pensar o território pelos militares começaria a “quebrar” a ordem do poder das elites regionais para se começar a pensar naquilo que se tornaria o “nacional”.

Um assumpto que merece cuidados especiaes, sob o ponto de vista estratégico, é o do estabelecimento de vias férreas no território nacional.

Em logar de constituírem estradas isoladas e atenderem apenas aos interesses commerciaes determinantes do seu traçado, devem as estradas ser construídas de modo que sejam conciliados esses interesses com as exigências patrióticas da nossa defesa. E meio que se me afigura mais exequível para a realização desse desideratum é o estabelecimento no Grande Estado Maior do Exército de uma secção de fiscalização, sob o ponto de vista militar, das estradas já construídas e de estudo e consulta das que se tiverem de construir. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1913, p.5).

Nos relatórios que seguem após 1913 os discursos dos militares se acirraram na direção de que a instituição militar terrestre é a mais capacitada a conduzir o processo de integração territorial do Brasil. Os argumentos se restringem à qualificação dos

corpos do exército sobre o conhecimento dos terrenos nas diversas regiões do país e, que o Exército seria a única instituição componente do Estado capaz de julgar as necessidades de defesa do território e por isso deveria conduzir o processo de integração. A primeira e talvez a única tentativa nos discursos presentes nos Relatórios do Ministério da Guerra de consolidar essa autonomia da instituição militar foi o encaminhamento para o Congresso Nacional de um projeto escrito pelo General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. Essa autonomia, se concedida, daria aos militares poderes de utilização e proposição de novas vias, sobretudo as estradas de ferro, especialmente quando o país, segundo ele, estivesse numa condição de guerra.

Sr. Presidente da República – À vossa elevada consideração submeto com a justificação que o precede, o incluso projecto de lei, redigido por ordem do chefe do grande estado maior, que providencia, no caso de guerra, sobre a passagem do serviço de estradas de ferro para a jurisdição deste ministério, definindo as relações de dependência dos funcionários civis e representantes de empresas particulares de linhas de férreas com as autoridades militares.

Como pondera o referido chefe, em officio n.245, de 23 de junho findo os caminhos de ferro traçam hoje o itinerário dos exércitos beligerantes e sua utilidade aos usos militares resulta essencialmente da promptidão com que elles permitem realizar grandes movimentos de tropa e de material durante os períodos de mobilização e concentração.

As vias férreas, na qualidade de instrumento estratégico constituem um poder militar importantíssimo, permitindo ligar com o máximo proveito os diversos pontos de uma base de operações com as que lhe são secundarias suas linhas de comunicação ou seus pontos de apoio.

Em tempo de guerra, conclue o mesmo chefe, torna-se necessário que todo serviço que diz respeito aos caminhos de ferro esteja sob a direcção immediata da autoridade militar, para poderem ser realizadas com segurança e presteza as diversas providencias que permitem concentrar rapidamente as forças nacionaes para um ponto ameaçado e executar, segundo as circunstancias, os múltiplos detalhes de destruição e reparação das vias férreas e de todo o material fixo e rodante.

Isto posto, resta que vos digneis resolver si o mencionado projecto está no caso de ser presente à consideração do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1914 – Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1914, p.71-72).

Um dos grandes destaques para o Relatório de 1915 são os anexos de leis e decretos que dizem respeito ao processo de *administração militar*, ou seja, aqueles procedimentos que são deveres das forças armadas terrestres de conduzir. Em vários momentos questões sobre o ordenamento territorial são colocadas como centrais na legislação do Exército.

A primeira que merece destaque versa sobre a competência do Chefe de Estado-Maior do Exército. No artigo 18 na seção do *Serviço do Estado Maior* fica evidente o

processo de centralização das informações que dizem respeito ao território – sobretudo a elaboração ou coleta das cartas e mapas sobre o Brasil – bem como assuntos que dizem respeito à população. As vias de comunicação aparecem claramente na legislação por ser um elemento estruturante do território.

f) obter, preparar e coordenar todos os documentos, cartas, mappas e relatórios, etc, que tenham valor sob o ponto de vista militar, assim como os necessários dados estatísticos sobre produção, população, estradas, vias férreas e fluviaes devendo, além de utilisál-os para os serviços que lhe incumbem, remettel-os, semestralmente, em relatório ao chefe do estado maior do exército. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p.168).

A segunda medida expedida pela *administração militar*, diz respeito ao papel que os inspetores dos serviços de engenharia militar exerceriam no sentido de colocar em prática os projetos elaborados por dentro do Ministério da Guerra. Além da função de acompanhamento da execução desses projetos estratégicos de engenharia, esses inspetores exerciam uma função intelectual junto ao Exército, pensando as condições de aplicação das linhas férreas e dos demais meios de comunicação construídos sobre o território brasileiro.

Art.29; Compete ao inspector dos serviços de engenharia, verificar se são executados desde o tempo de paz e se estão dispostos para serem fácil e rapidamente executados, no momento da mobilização, os trabalhos de apropriação do material circulante das linhas férreas e os mais que tenham sido julgados necessários para facilitar a execução dos transportes estratégicos.

Parágrafo único. Compete-lhe também verificar se está preparada a execução de todas as medidas fixadas relativamente à *exploração, construção, protecção, reparação e inutilização* das vias férreas e se as diferentes estradas de ferro do paíz cumprem pontualmente as prescrições fixadas para o fim de facilitar a aplicação das vias férreas aos serviços militares. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p.180).

Fica evidente que os militares estavam a todo momento pensando o processo de estruturação do território, sobretudo, quando a temática dizia respeito às vias de comunicação. O Relatório de 1915 recebe destaque aqui, pois, os militares começaram a projetar o território não mais a partir de pontos isolados, mas, a partir de uma visão de integração de todas as áreas do país. A partir do ano de elaboração desse relatório, ficou designado para os Chefes de 3ª Seção, a elaboração de um *Plano Geral de Viação do País* que teve como objetivo principal a interligação geoestratégica de todos os fixos

militares instalados até aquele momento em território nacional. Além da função principal de colocar em conexão os projetos territoriais instalados e construídos, os Chefes de 3ª Seção tinham o dever de projetar ou mandar projetar as estruturas viárias necessárias para o país.

c) projectar ou mandar projectar e orçar vias férreas, estradas de rodagem, pontes, canaes, barragens, desobstrução de vias fluviaes, linhas telgraphicas, telefônicas, etc;

d) fazer estudo das linhas férreas, linhas de navegação marítima e fluvial, estradas de rodagem existentes, quanto ao seu aproveitamento e capacidade para transporte do pessoal, material bellico e provisões, tendo em vista a rápida concentração da tropa nos pontos indicados pelos planos de mobilização, solicitando do G.E.M, por intermédio do D.G, as informações de que necessitar. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1915, p.86).

O Plano Geral de Viação proposto pelos militares, institucionalizado a partir da publicação do Relatório de 1915, já havia sido colocado em prática desde o início da década de 1910 pelo Exército. Na cartografia específica sobre as redes de transportes, ou mesmo denominadas de vias de comunicação, aparecem os projetos e as suas materializações no território desde a confecção do *Mapa Geral do Brasil (1911)* (Figura 29). Este instrumento cartográfico conseguiu mostrar os trabalhos realizados pelas instituições militares e civis envolvidas diretamente nas questões relativas à unidade territorial. Há nesta carta a demonstração de vários projetos territoriais desenvolvidos até o fim da primeira década do século XX. Aparecem os seguintes elementos: a capital da República; as capitais dos estados; as principais cidades; as vilas e povoações; os limites internacionais; os telégrafos; os cabos submarinos; os rios navegáveis; e a descrição das estradas de ferro construídas, em construção e as projetadas.

Figura 26 - Mapa Geral do Brasil (1911)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 68cm. 3028. 14-04-3028.

Na Figura 29 consegue-se visualizar o esforço empreendido pelos militares para intensificar o processo de interiorização dos instrumentos técnicos necessários para que se “consolide” a integração territorial do Brasil. Um olhar sobre as regiões do Brasil apresentadas no mapa demonstra as disparidades regionais quanto à infraestrutura construída àquele tempo. Começando pela região Sul, o estado do Rio Grande do Sul se destacou em relação aos estados do Paraná e Santa Catarina pela quantidade maior de linhas férreas construídas e também pelos núcleos de povoamento e as primeiras vilas espalhados por todo o estado. Na análise dos Relatórios do Ministério da Guerra, este estado recebeu um olhar mais atento dos militares devido às questões de disputas territoriais ocorridas no século XIX. O estado de guerra do Rio Grande do Sul proporcionou-o um maior direcionamento dos projetos territoriais para a região. Ligado à construção de toda essa infraestrutura tomou como destaque também no mapa de 1911 a continuação das vias férreas para além do limite nacional chegando ao Uruguai e Argentina.

Na figura 30, a seguir, consegue-se perceber que todas as vias férreas e as linhas telegráficas projetadas e discutidas pelos militares no Relatório do Ministério da Guerra desde 1889, estão concluídas. Isso demonstra, claramente, que há uma ligação entre os discursos proferidos pelos militares nos Relatórios, com a confecção das cartas e dos mapas militares. Ou seja, os Relatórios do Ministério da Guerra podem ser considerados como um dos veículos institucionais utilizados pelo Exército para propor e mostrar aquilo que se queria como território brasileiro.

Figura 27 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911)

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 68cm. 3028. 14-04-3028.

A região que atualmente compreende os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo compreende a parte do território, até 1911, como a mais bem equipada em termos de infraestrutura técnica. Além dessa densidade técnica, percebe-se também uma aglomeração maior de povoamento e núcleos urbanos. Isso se deve ao histórico de ocupação da região sudeste junto com a força política das oligarquias cafeeiras, no sentido de promover o desenvolvimento econômico capitalista destes estados. Este processo também acompanhou um histórico de construção das vias

férreas próximas ao litoral. No século XIX, as primeiras linhas férreas foram construídas nas seguintes localidades: Pernambuco (1858), Bahia (1860), São Paulo (1867), Alagoas (1868), Ceará (1873), Rio Grande do Sul (1874), Espírito Santo (1879), Rio Grande do Norte (1881), Paraíba, Maranhão e Paraná (1883), Santa Catarina e Pará (1884). (CASTILHO, 2014). A projeção das vias férreas pelos militares, deixou claro que além das intenções geoestratégicas militares, haviam objetivos ligados a economia regional.

Figura 28 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911)



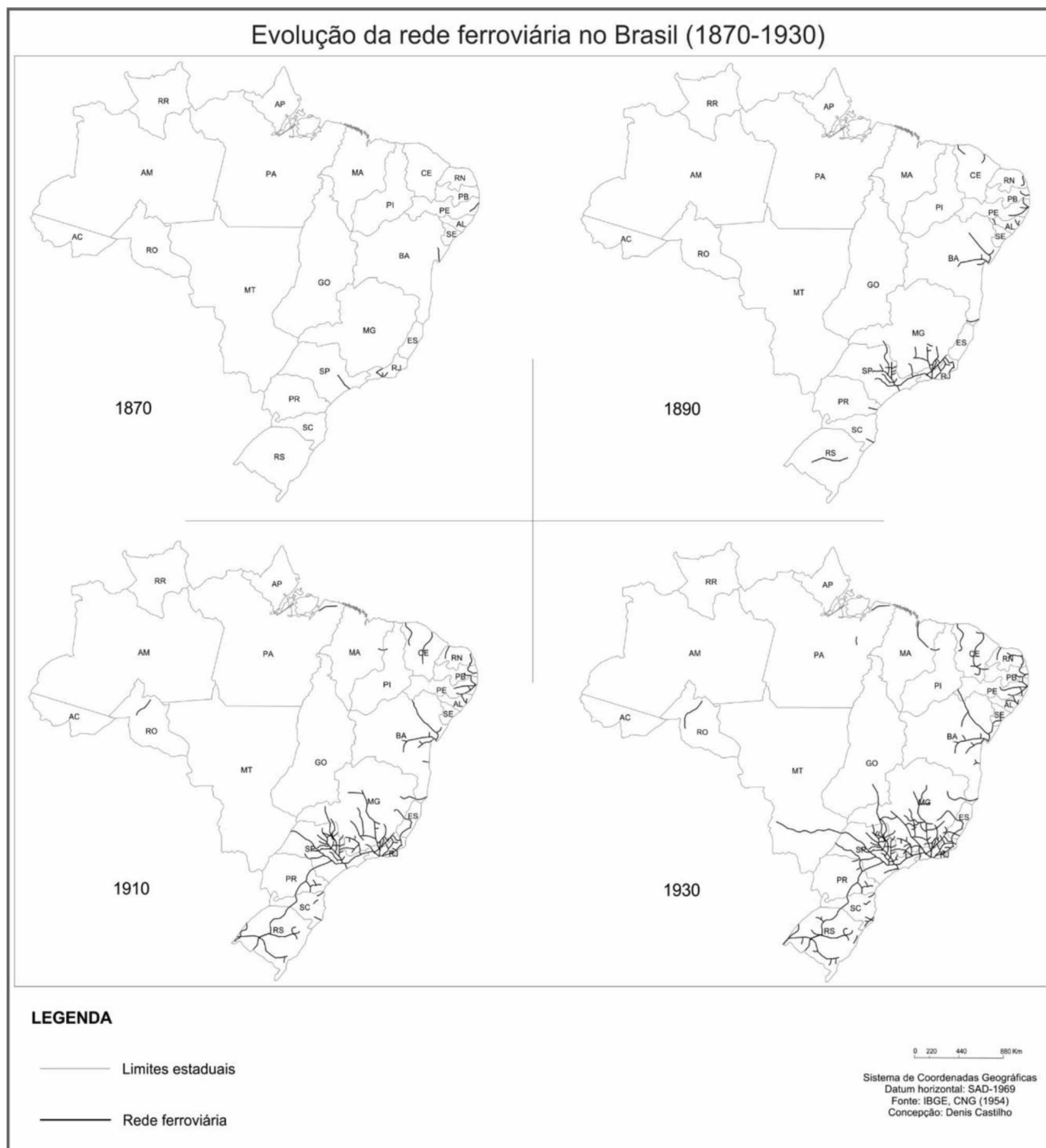
Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 68cm. 3028. 14-04-3028.

No mapa apresentado por Denis Castilho (2014), na sua tese de doutorado, que diz respeito à evolução da rede ferroviária no Brasil (1870-1930), fica evidente essa

disparidade regional, discutida anteriormente, sobre os aparatos técnicos instalados no território, sobretudo aqueles que promovem o fluxo de mercadorias e pessoas.

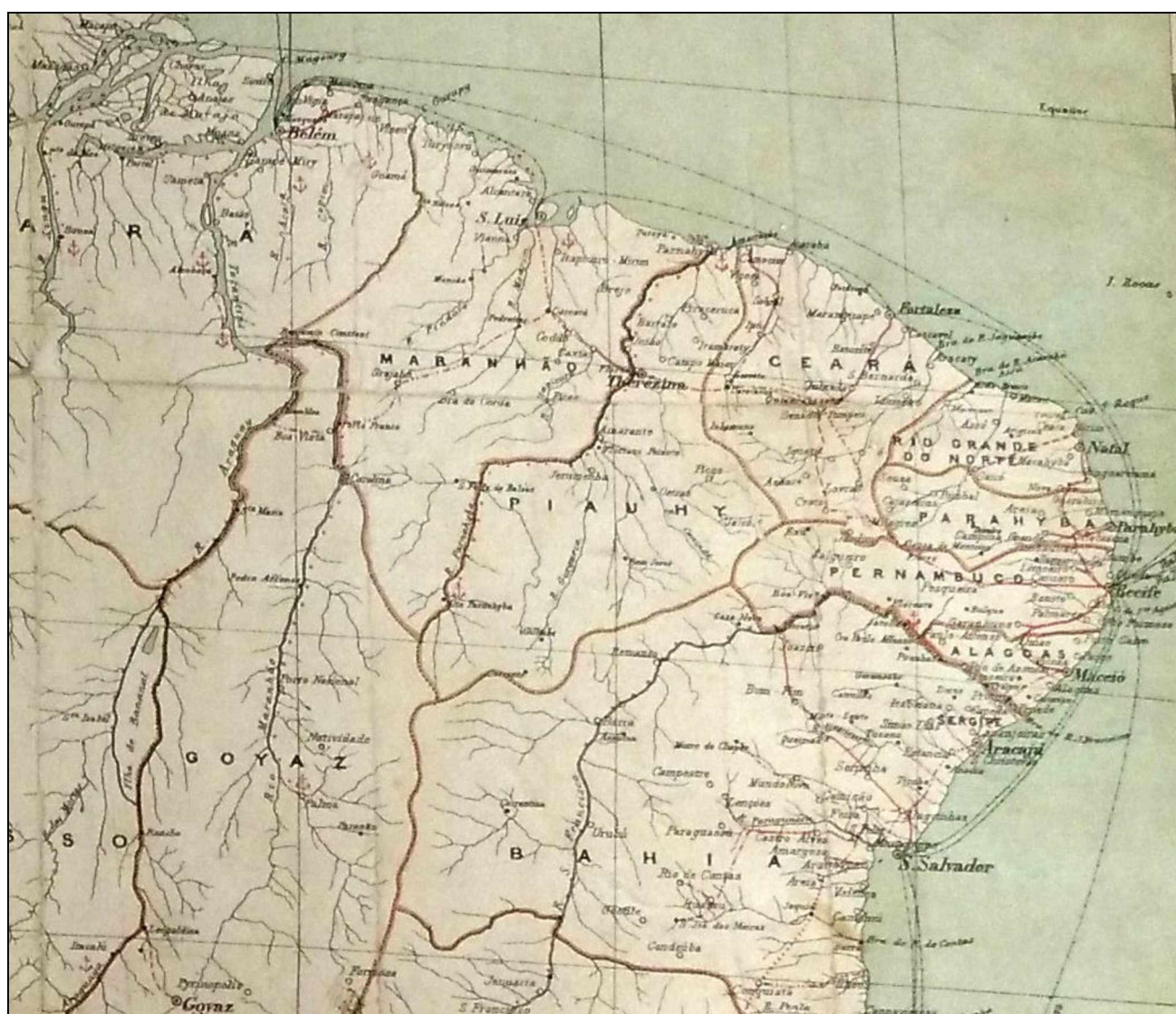
Figura 29 - Evolução da rede ferroviária no Brasil (1870-1930)



Fonte: CASTILHO, DENIS (2014)

A região Nordeste apresentou a mesma forma de implementação realizada nos estados da região Sudeste, ou seja, partindo do litoral para o vasto interior. A configuração estabelecida no Nordeste, mesmo tendo características similares a do Sudeste, não ocorreu com a mesma intensidade, sobretudo no início do século XX. No fragmento do Mapa Geral do Brasil exposto a seguir, pode-se perceber essa dinâmica lenta da construção das malhas viárias.

Figura 30 - Fragmento do Mapa Geral do Brasil (1911)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 68cm. 3028. 14-04-3028.

O que se percebe no *Mapa Geral do Brasil* (figura 29), nas regiões a oeste do litoral, que mesmo com algumas redes telegráficas já estarem construídas, não havia em 1911 um projeto que efetivasse definitivamente a construção dos aparatos técnicos símbolos da modernidade naquelas regiões. Os estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para citar alguns estados das regiões que atualmente compreendem o Centro-Oeste e Norte, ainda não foram inseridos na mesma lógica “moderna” em relação aos estados e regiões litorâneas.

Pode-se classificar os Relatórios do Ministério da Guerra a partir de 1910 em três principais fases em relação ao discurso proferido pelos militares sobre as vias de transporte para o Brasil. Entre 1910 e 1920 foram apresentados vários projetos pensados para uma dinâmica de integração de todo o território. Nesta primeira fase, teve-se como destaque quase que exclusivamente os projetos ferroviários. A partir de 1920 até 1930, os projetos incluíam as rodovias como aparatos técnicos de maior velocidade o que proporcionaria um melhor fluxo de pessoas e mercadorias. Nos Relatórios a partir de 1930, os militares intensificaram o discurso no sentido de promover a integração entre todos os modais de comunicação, sobretudo ferrovias e rodovias. O discurso que permeou todas essas fases de projeção territorial pelos militares foi o da *Defesa Nacional*.

No início do século XX percebe-se uma projeção do Estado brasileiro trabalhando no sentido de consolidar dois principais modais: a ferrovia e a rodovia. A primeira década daquele século experimentou uma intensa expansão da rede ferroviária dobrando os valores em relação à sua expansão.

A extensão da rede ferroviária no período 1880-1930 foi notável. Na primeira década se acrescentaram 2,6 mil Km, 6,6 mil na segunda, 8,7 na terceira, chegando-se em 1910 a contar com 21,3 mil Km. Em 1930 alcançaria 32.478 Km a malha ferroviária no Brasil. (BRANDÃO, 2009, p.111).

Em 1919, o Exército brasileiro recebeu ordens do Ministro de Viação e obras públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, para confeccionar uma carta sobre o estado da viação férrea no Brasil. A ordem do Ministro resultou na *Carta de Viação Férrea do Brasil (1919)* chefiada pelo então Engenheiro Militar Ernesto Lassance Cunha.

Descrição da Carta: cópia heliográfica, com convenções, escala 1: 5500000, papel canson, bom estado, medindo 108,5cm x 95cm. 3395. 17-01-3395.

O contexto particular entre a Proclamação da República e a “Revolução” de 1930, proporcionou condições específicas para o processo de modernização territorial do Brasil. A ascensão da economia cafeeira, o surgimento dos bancos, as primeiras e incipientes indústrias e consequentemente o surgimento das pequenas e médias burguesias, o aceleramento do processo de urbanização, a necessidade de intensificação e consolidação do mercado interno exigiram do Estado brasileiro, projetos viários que contribuiriam efetivamente para dar suporte a essa nova etapa do processo de acumulação de capital. As ferrovias, nesse sentido, proporcionariam a dinamização dos fluxos que começavam a se efetivar na sociedade brasileira bem como na consolidação da economia nacional.

O reflexo desse processo de modernização territorial refletiu também em todo o aparato militar, sobretudo no processo de aprimoramento técnico em diversos níveis dentro das forças armadas. Os Relatórios da década de 1920 demonstram essa busca pela modernização das técnicas para efetuar os trabalhos destinados ao Exército no que diz respeito às questões territoriais. Durante a década de 1920 apareceram nos Relatórios do Ministério da Guerra, a necessidade do aprimoramento das técnicas de topografia, *aerotopographia e estereophoto-grammetria*. Estas técnicas, por exemplo, serviam diretamente ao processo de confecção da cartografia militar, as quais sempre continham ou o projeto, ou a materialidade dos projetos territoriais brasileiros. Além da intensificação do aprimoramento das técnicas, as incursões e comissões aumentaram para conseguir manter e ampliar a rede ferroviária implementada nas diferentes regiões do Brasil.

Quando se analisa historicamente a atuação dos militares na construção da cartografia destinada às questões ferroviárias, percebe-se a continuidade dos projetos territoriais dada pela instituição militar terrestre, o Exército. Essa continuidade deve-se, possivelmente, ter sido construída processualmente na relação que o Estado brasileiro sempre teve com as forças armadas. Como já discutido nos capítulos anteriores, muitos dos projetos territoriais colocados como necessidade pelo Estado, foram conduzidos e mesmo propostos pelo Exército. Isso apareceu explicitamente na cartografia militar quando os projetos territoriais – tais como as ferrovias – foram construídos para além do discurso da melhoria dos fluxos e da modernização do território. Os projetos militares não deixaram de cumprir tais fins, contudo, o discurso da necessidade de projetos territoriais que respondessem à fins geoestratégicos também apareceram com muita

força. A junção dessas duas finalidades foi o que o Exército denominou, no início do século XX, como os projetos territoriais que responderiam e dariam suporte à *Defesa Nacional*. Para exemplificar essa continuidade dos projetos territoriais viários dos militares, são apresentados a seguir três mapas (figuras 35, 36 e 37) construídos pelo Exército em períodos históricos diferentes, porém, todos eles com o mesmo objetivo: projetar as ferrovias.

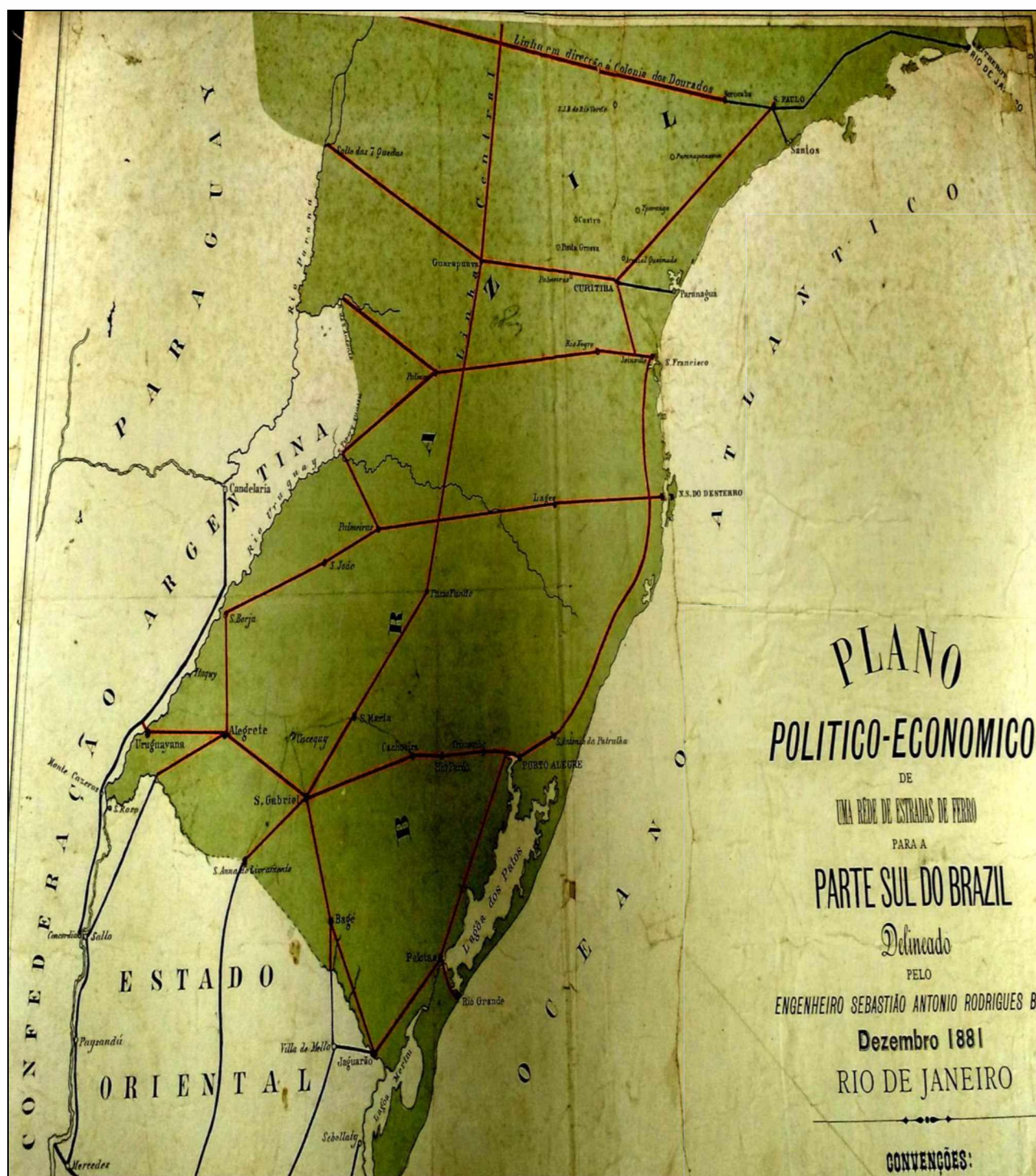
Figura 32 - Brasil – Estradas de Ferro Provinciais



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, papel comum, telado, bom estado, medindo 36 cm x 56,5 cm. 3352. 16-05-3352.

Figura 33 - Plano Político-Econômico de uma rede de estradas de ferro para a parte Sul do Brasil (1881)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro
Descrição da Carta: impresso, colorido, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 72,5cm x 58,5cm. 2738. 13-03-2738.

A partir do fim da década de 1920, o projeto territorial ferroviário começa a entrar em declínio. Desde 1910, com a publicação do decreto 8.324 de 25 de Outubro⁶⁷, que estabelecia como prioridade a execução de projetos rodoviários, as ferrovias começaram a entrar num processo lento de expansão e consequentemente ampliação das redes já instaladas no território brasileiro. Em consequência desse enfraquecimento do sistema ferroviário, a década de 1920 foi marcada pelo surgimento de três principais planos viários que propunha desde a criação de um sistema viário voltado quase que exclusivamente para o modal rodoviário até planos que mesclavam os dois principais modais promotores dos fluxos em território brasileiro. Estes planos foram: Plano Catramby (1926), Plano Paulo de Frontin (1927) e o Plano Schnoor (1927). Estes três Planos tiveram a influência direta e indireta dos militares e engenheiros militares para compor a sua confecção.

Os projetos e as Comissões criadas desde o século XIX para propor a malha ferroviária brasileira tiveram àquele tempo, o papel importante de interligar várias regiões completamente isoladas entre si e, mesmo, tentando construir uma integração nacional – discurso dos militares a partir do início do século XX. Com a mudança conjuntural após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o sistema ferroviário perde muito das qualidades valorizadas no século anterior. A necessidade do Brasil de escoar a produção contida nas terras interioranas fez com que a ferrovia representasse uma lógica de exportação, e não de integração. Essas questões, que estão ligadas a um projeto de Estado que foi sendo colocado em prática no mínimo a partir de 1822, fez com que o Estado apostasse em um outro projeto territorial que viabilizaria o processo de integração e consequentemente promoveria um maior fluxo territorial.

Nos Relatórios do Ministério da Guerra dos anos de 1920, os militares começaram a demonstrar a necessidade da construção das estradas de rodagem, pois os caminhos realizados pelas ferrovias não suportavam mais as demandas que necessitavam a administração militar. Os discursos dos militares em prol de um novo modelo viário em conjunto com o já existente se intensificaram ainda mais na década de 1930. No Relatório de 1934, por exemplo, aparece uma sessão específica para tratar do

⁶⁷ **Artigo Único.** “É aprovado o regulamento que com este baixa assignado pelo Ministro e Secretario de Estado da Viação e Obras Publicas, para o serviço subvencionado de transporte de passageiros ou mercadorias por meio de automoveis industriaes, ligando dous ou mais Estados da União ou dentro de um só Estado”.

assunto *Estradas de Ferro e Estradas de Rodagem*, na qual o Ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro, diz:

Acerca desse importantíssimo assumpto é unanime a opinião dos militares. Os representantes do Exército no 3º Congresso de Estradas de Rodagem, promovido pelo Automóvel Club do Brasil, apresentaram o parecer de que destaque, pela oportunidade que ainda têm, os seguintes períodos: “A solução do problema rodoviário interessa, sobretudo, o da defesa nacional”. As estradas de rodagem, para o Exército, representam o mesmo papel das estradas de ferro, porque sem transportes rápidos e de grande capacidade, sem facilidade de communicações não se pode manter a vida do complexo mecanismo constituído pelos exércitos modernos. Obrigam-nos as necessidades vitais do Exército a utilizar todos os meios de transportes, desde a estrada de ferro às menores viaturas. No período da mobilização e no início das operações de guerra, premidos pela ânsia de fazer avançar os elementos combatentes, teremos necessidades de, paralelamente com o rendimento máximo que não podem fornecer as estradas de ferro, pedir também o máximo rendimento do automóvel e de toda sorte de viaturas, quer regumantares, quer requisitadas. A presteza da acção e a facilidade do movimento são factores decisivos para o êxito feliz de uma campanha. E, no decurso das operações de guerra, a complexidade dos serviços cooperadores da efficiencia, e da própria vida dos Exércitos, exige meios rápidos e efficazes de communicação, que perfeita e completamente assegurem o aproveitamento útil e inteligente de todos os recursos encaminhados da zona do interior para a zona de etapas, e desta para a de frente afim de tudo se facilitar às imperiosas necessidades das operações. Como obter tudo isso sem estradas? Sem estradas de rodagem, como reunir os grandes recursos que a capacidade do paiz pôde produzir? De que servirão as melhores organizações, se, no momento oportuno, não pudermos movimentar? Grande em sua vastidão territorial, extraordinariamente rico pela fecundidade de seu solo e pela abundância dos rebanhos que povoam seus campos, o Brasil é, entretanto, ainda pobre, paupérrimo, em vias de communicação. De nada nos valerão os inexgotáveis recursos de que somos possuidores, se não cuidarmos, oportuna e avisadamente da indeclinável necessidade de facilitar as communicações. Em S. Paulo, em 1924, para conseguirmos manter a efficiencia das forças legaes (calculada em 15000 homens, menos da metade do effectivo de uma divisão), a Estrada de Ferro Central do Brasil foi quasi que única e exclusivamente ocupada pelo Ministério da Guerra. Lembraram, finalmente, os nossos representantes a conveniência do Ministério da Guerra auxiliar a construcção de estradas consideradas de interesse estratégico pelo Estado Maior do Exército, o que já se vem fazendo em vários dos nossos Estados. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1934, p.16-18).

Percebe-se que esse discurso proferido pelo Ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi apresentado no 3º Congresso de Estradas de Rodagem, promovido pelo Automóvel Club do Brasil, num debate com a comunidade de Engenharia Militar e Civil. Esse processo resultou na confecção do *Plano Geral Rodoviário do Brasil* (figura 38), apresentado ao 4º Congresso de Estradas de Rodagem, também promovido pelo Automóvel Club do Brasil.

Figura 35 - Plano Geral Rodoviário do Brasil



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE)

Descrição da Carta: impresso, colorido, com convenções, escala 1:10000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 64,5cm x 53cm. 3380. 16-05-3380.

O *Plano Geral Rodoviário do Brasil* foi apresentado pelo então engenheiro civil Joaquim Catambry, plano este que ficou conhecido como Plano Catambry (1926). O debate sobre a implementação de um sistema viário voltado para as rodovias, que apareceu nos Relatórios do Ministério da Guerra na década de 1930, estava em discussão pelos militares e pelos civis desde a década de 20, promovido principalmente pelo Congresso de Estradas de Rodagem. Vários outros eventos deste teor foram aparecendo entre a segunda e a terceira década do século XX, sobretudo os congressos estaduais que ocorreram no estado de São Paulo a partir de 1917. Depreende-se deste processo a necessidade de se colocar essa discussão, acerca do processo de integração territorial, em evidência. Assim, Getúlio Vargas, instituiu em 1934, por meio do Decreto 24.224 de 11 de Maio, o dia 13 de Maio como o dia do Automóvel e da Estrada de Rodagem no Brasil.

Após a publicação do *Plano Catambry* (figura 38), dois outros planos que previam uma confluência entre as estradas de ferro e de rodagem foram publicados: o Plano Paulo de Frontin (1927) e o Plano Schnoor (1927). Nenhum destes três planos foram colocados em prática pelo Estado brasileiro, porém, todos eles, sobretudo aqueles produzidos nas primeiras décadas do século XX, foram a base fundamental para as futuras projeções do Estado brasileiro no que diz respeito à integração territorial.

O que se pode perceber com a cartografia supracitada é a presença de duas formas propositivas em relação aos planos viários. Tem-se a presença, naquele momento do século XX, de uma cartografia produzida pelos engenheiros civis e outra produzida pelos engenheiros militares. Esta é uma característica particular do início do século XX, pois a partir de 1920 até 1940, sobretudo com a entrada de Getúlio Vargas no poder, várias instituições militares começaram a serem dissolvidas e aglutinadas com instituições de caráter civil. Estes dois tipos de instituições, principalmente aquelas ligadas à produção cartográfica, quando não dissolvidas, compartilhavam a feitura dos projetos de conhecimento comum. Um exemplo que se pode demonstrar em relação a isso, ocorreu em 1940, quando o Plano Geral de Cartografia produzido pelo Serviço Geográfico do Exército foi apresentado ao Conselho Nacional de Geografia para avaliação.

Em consonância com este processo, os militares publicaram em 1934 uma Carta que tinha como tema as *Vias de comunicações de maior importância Militar*. (figura 39).

Figura 36 - Carta das vias de comunicação de maior importância militar (1934)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) – Rio de Janeiro

Descrição da Carta: Impresso, colorido, com convenções, escala 1:8000000, papel comum, bom estado, medindo 63,5cm x 61cm. 2737. 13-03-2737

Na *Carta das vias de comunicação de maior importância militar* (figura 39), pode-se observar que os militares estavam casados com os projetos propostos durante a década de 1920 pelos engenheiros civis, ou seja, há um destaque no mapa dos militares evidenciando a importância da construção e do manutenção das vias férreas e da construção e ampliação da rede rodoviária brasileira.

Nesse sentido, percebe-se que o discurso dos militares acompanhou as demandas colocadas como fundantes e estruturantes do Estado brasileiro, para cada momento histórico. O sentido de civilização e, posteriormente, o de modernidade (ou progresso), conforme defendido em Moraes (2000), foi absorvido intensamente pelo Exército, sobretudo, quando se tratava das questões que envolveram as infraestruturas e o (re)conhecimento do território brasileiro. Além da contribuição do Exército por meio da elaboração cartográfica sobre as redes viárias, essa instituição contribuiu efetivamente para projetar as dinâmicas terrestres “viáveis” em cada tempo para a imensidão territorial do Brasil. O Estado projetava sobre o seu espaço material concreto o que deveria ser a sociedade brasileira, demonstrando assim, claramente, o viés autoritário da formação territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de formação territorial do Brasil há uma relação direta entre as políticas territoriais do Estado e as formulações do Exército. Os relatórios do Ministério da Guerra bem como a cartografia militar foram veículos institucionais que possibilitaram analisar qualitativamente e intervir diretamente sobre o território brasileiro. O período que se estende de 1889 à década de 1930 apresenta particular interesse em função da força que os mesmos apresentaram nessa configuração do território. Nos documentos desse período, aqui analisados, ressalta o teor autoritário e conservador de um processo que não tinha na sociedade a promotora da unidade nacional e territorial do Brasil. São intrincadas as relações entre as classes dominantes, ou as oligarquias agrárias, e as Forças Armadas Terrestres, ou o Exército, que nesse jogo complexo de concordâncias e discordâncias conduziram o processo da integração territorial incipiente no período tratado. A participação da sociedade civil como um todo, dado esse caráter autoritário, é por demais restrita e mesmo desconsiderada como importante, prestando-se, nessa *visão de mundo*, quase que exclusivamente como “massa passiva”.

Os militares, a partir da Proclamação da República, em 1889, como força institucional constitutiva do aparelho estatal, promoveram articulações políticas para adentrar ativamente nas esferas burocráticas do Estado e atuar direta e indiretamente no debate sobre a formação territorial brasileira. A entrada das forças armadas na composição da política nacional não ocorreu de forma pacífica encontrando resistências das representações das oligarquias regionais, as quais apresentavam um projeto distinto das forças armadas, qual seja o manutenção da escala do poder regional e local em detrimento de um projeto nacional. Mesmo com as clivagens de grupos do Exército percebe-se que o projeto institucional caminhava quase que exclusivamente para um só viés: a unidade e a integração do território em escala nacional. Os discursos presentes nos Relatórios do Ministério da Guerra bem como na cartografia militar, analisados neste trabalho, comprovam exatamente este projeto dos militares via Estado.

A relação de aproximação entre o Exército e as estruturas políticas do Estado se aprofundou no decorrer da Primeira República (1889-1930) sobretudo em níveis institucionais. Lembrando que, desde a criação da Real Academia Militar (1810) e a criação da Comissão do Império do Brasil (1825), os militares tiveram atuações decisivas em questões relativas às dinâmicas territoriais, intensificadas a partir de 1889. Essas atuações foram possíveis com a aproximação das instituições militares das

instituições civis responsáveis pelos estudos sobre o território e pela construção da cartografia militar do Brasil. Isto foi possível na medida em que o Exército auxiliava as instituições civis, sobretudo as responsáveis pela cartografia, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Departamento Nacional de Produção Mineral etc. Isso demonstra que o Exército contribuiu, em conjunto com as instituições civis, efetivamente para a elaboração e materialização das políticas territoriais pensadas pelo Estado brasileiro.

Na análise dos relatórios do Ministério da Guerra e da cartografia militar, os projetos para o território brasileiro apareceram com muita evidência. As colônias militares, as linhas telegráficas e as vias de comunicação são alguns desses projetos territoriais que foram elaborados pelos militares e, grande parte, implementados pelo conjunto de instituições do Exército, em associação com as instituições civis.

Alguns elementos presentes na cartografia e nos relatórios demonstram que não foram todas as projeções militares que se materializaram sobre o território. Os projetos que foram se materializando ao longo da Primeira República são resultados dos debates empreendidos dentro das instituições militares do Exército junto à classe dirigente do Estado.

Tais “empreendimentos” militares corroboraram para dois processos, um deles com um caráter mais evidente e o outro menos. A evidência desse primeiro processo estava intimamente ligada à missão central de qualquer força armada nacional: a defesa do território. O segundo, com um caráter geoestratégico que subjaz à questão da defesa, refere-se a um projeto maior de cunho institucional do Exército. Foi o processo de unidade e integração territorial que influenciou diretamente as dinâmicas políticas e econômicas do momento e que antecedeu a aposta do Estado brasileiro na industrialização, na década de 1930.

Assim, a composição dos relatórios do Ministério da Guerra bem como a cartografia militar no período 1889-1930 são documentos imprescindíveis para comprovar que a formação territorial brasileira bem como o processo de modernização implementado nesse período foi majoritariamente conduzido pelos militares diante das projeções do Estado, adjetivados com um caráter autoritário e conservador característico de nossa formação territorial.

REFERÊNCIAS

- ADAS, Sergio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e Política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 424p.
- ALVES, Claudia Maria Costa. Exército e Política: o enfoque historiográfico da formação de oficiais no século XIX. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF. 2006. 376 p.
- ALVES, Claudia Maria Costa. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona. V. X, nº 218, p.1-15, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Sousa. *Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser*. 2000. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Sousa. *Oliveira Vianna e a Unidade – Identidade do Espaço Brasileiro*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.
- ARCHELA, R. S. *Análise da Cartografia Brasileira: Bibliografia da Cartografia na Geografia no período de 1935-1997*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. Síntese Cronológica da cartografia no Brasil. *Portal da Cartografia*. Londrina. V.1, Nº.1, p.93-110, 2008.
- ARRUDA, Pedro Gustavo Fernandes Fassoni. *Capitalismo Dependente e relações de poder no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 384 p.
- BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *XIII Encontro de História Anpuh* – Rio. Rio de Janeiro, 2008.
- BERNARDINNO, Maria Gabriela. Redesenhando a fronteira Noroeste: a Carta de Mato Grosso e regiões Circunvizinhas (1917-1952). *Terra Brasilis: Revista Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. Rio de Janeiro, Série 6, p.1-6, 2015.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. *A ostentação estatística: um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

BRASIL, *Decreto-Lei nº1351*, Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL, *Plano Geral de ensino militar*. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23126-21-agosto-1933-515957-publicacaooriginal-80236-pe.html>> Acesso em: 20/05/2016.

BRUGGEMANN, Anderson André. *A sentinela isolada: o cotidiano da Colônia Militar de Santa Thereza (1854-1883)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BUENO, B.P.S. De quanto serve a Ciência do Desenho no Serviço das Obras de El Rei. In: ARAUJO; RENATA et.al. *Actas do Colóquio Internacional “Universo Urbanístico Português 1415-1822*. CNCDP, Lisboa, 1999, p.267-281.

BUENO, B.P.S. Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de Território e suas Vinculações com a Cartografia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, nº10/11, 2004, p. 155-194.

BUENO, B.P.S. *Desenho e Designo: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. 2001. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005. 222 p.

CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CIDADE, F. de P. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. 1985. p. 1-15.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda, 1976. 207 p.

COSTA, Luís Augusto Maia. *O ideário paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas*, 2001. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COSTA, W.M. *Geografia Política e Geopolítica*: Discursos sobre o território e o poder. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, nº.58, p.116-133, 2003.

DUARTE, Rildo Borges. *Incógnitas Geográficas: Francisco Bhering e as questões territoriais brasileiras no início do século XX*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ENGEL, Juvenal Milton. *As Comissões brasileiras demarcadoras de Limites*. Disponível em: < <http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.16.2>> Acesso em: 15/07/2016.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *Aspectos Históricos da Geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 354 p.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. O Serviço Geográfico do Exército. *Revista Geo-Paisagem*. Rio de Janeiro. V.1, nº.2, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

FARIA, Regina Helena Martins de. Colonização Militar e formação do campesinato no século XIX: o caso da Colônia Militar do Gurupi – Maranhão. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, Maranhão. *Anais do IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2009. p.1-10.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; SCHEFFLER, Sandro Marcelo. A Comissão Geológica do Império e os crinoides fósseis do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, V.9, nº.2, p.121-139, 2014.

FIGUEROA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997. 270 p.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 289 p.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GARCIA, J.C. Coord. *A História da Cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém*. Exposição Cartobibliográfica, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2006.

GARCIA, J.C. Coord. *A mais Dilatada Vista do Mundo*. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Índia, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002.

GARCIA, J.C. Coord. *A Nova Lusitânia. Imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinat. *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), 2014 – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.309-349.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ; Fapesp. 1998.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.21, n.41, p.127-144. 2001.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 224 p.

MARTINS, Marco Túlio. *A Geografia e o projeto de Brasil: pensamento geográfico em Nelson Werneck Sodré (1939-1945)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d, p.133.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005b. 154 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento territorial. In: *Anais da oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília, 2005c. p.43-47.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 312 p.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1993. 124 p.

PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. *Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

RUDZIT, G. *O processo de formação do oficial do Exército brasileiro & a Geografia (1850 – 1930)*. 1997. Dissertação de Mestrado (Área de Concentração em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Editora Alfa Omega, 1934.

SCHULZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 229 p.

SEPULDEVA, José Antonio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982. 415 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965. 440 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução a Revolução Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. 258 p.

SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. O Militar e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855). *Navigator*. Rio de Janeiro. V.9, nº 18, p. 11-25, 2014.

SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2015. 171 p.

TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

TREVISAN, L. *As “Obsessões Patrióticas”*: Origens e porjetos de duas escolas de pensamento político brasileiro. 1993. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VERGARA, Moema de Rezende; CAPILÉ, Bruno. A comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e sua participação no contexto da cartografia brasileira no Império. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, Paraty, 2011. p.1-16.

VERGARA, Moema de Rezende; CAPILÉ, Bruno. Circunstâncias da cartografia no Brasil oitocentista e a necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, V.5, nº.1, p.37-49, 2012.

ZUSMAN, Perla Brigida. *Sociedades Geográficas na Promoção do Saber a respeito do território*. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1832-1945). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 18º ed. Campinas: Papirus, 1988, 239 p.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1889.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1890.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1891.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1892.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1893.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1894.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1895.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra. Relatório. Rio de Janeiro, 1896.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1897.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1898.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1899.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1900.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1901.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1902.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1903.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1904.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1905.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1906.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1907.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1908.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1909.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1910.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1911.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1912.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1913.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1914.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1915.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1916.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1917.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1918.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1919.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1920.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1921.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1922.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1923.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1924.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1925.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1926.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1927.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1928.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1929.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1930.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1931.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1932.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1933.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1934.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1935.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1936.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1937.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1938.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1939.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro, 1940.

ANEXOS

**ANEXO 1: CARTAS/MAPAS DO BRASIL DO ARQUIVO HISTÓRICO
DO EXÉRCITO**

CARTAS/MAPAS DO BRASIL DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO					
	TÍTULO DA CARTA/MAPA	DATA	AUTOR	CARACTERÍSTICAS DA CARTA	DIGITAL
1	CARTA GERAL DO BRAZIL	-	-	colorido, nanquim, tinta colorida, escala 1:200000, papel canson telado, bom estado, medindo 94cm x 65cm. 2748. 13-03-2748	N
2	MAPA GERAL DO BRASIL	-	-	Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 68cm. 3028. 14-04-3028.	N
3	MAPA DO BRASIL	-	Organizado e desenhado por José Castiglione.	impresso, colorido, escala de 1:2.200.000, legenda, nota explicativa, indicação Norte, papel canson, telado, mau estado, medindo 104 cm x 141 cm. 3350. 24-01-3350.	N
4	MAPA DO BRASIL	-	Organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia	impresso, colorido, com dados estatísticos, com convenções, escala 1:6500000, papel comum, bom estado, medindo 70cm x 94cm. 2681. 13-02-2681.	N
5	MAPPA DO BRASIL	-	-	Cópia heliográfica, escala 1:10000000, papel comum, bom estado, medindo 67cm x 64,5cm. 3642. 17-01-3642.	N
6	BRAZIL	-	-	Impresso, colorido, escala 1:8000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 21,5cm x 34,5cm. 3366. 16-05-3366.	N
7	CARTA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL	-	Organizada sob a direção do Engenheiro Civil João Chrockatt de Sá Pereira de Castro	impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, com dados estatísticos, escala 1:5000000, papel canson envernizado telado, restaurado, bom estado, medindo 103cm x 96,5cm. 2717. 24-01-2717	N
8	REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL	-	Organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia.	impresso, colorido, com legenda, escala 1:5000000, papel comum, bom estado, medindo 114cm x 101cm. 2815. 24-01-2815.	N
9	CARTA DA REPÚBLICA DO BRAZIL	-	-	Impresso, colorido, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 45,5cm x 56cm. 3030. 14-04-3030.	N
10	CARTA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL	1883	Organizada em 1883, na Inspetoria Geral de Estradas de Ferro.	impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, escala 1:5000000, dobrada na forma de livro, bom estado, medindo aberta 104,5cm x 99,5cm e na forma de livro 18cm x 26cm. 3398. 17-01-3398.	N
11	MAPA GERAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL	1908	Publicado por ocasião da Exposição Nacional de 1908	impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, com dados estatísticos, escala 1:5000000, papel canson telado, bom estado, medindo 100cm x 133cm. 2689. 23-01-2689.	N
12	MAPA ECONÔMICO DO BRAZIL	-	Organizado por M. Paulino Cavalcanti, desenhado por Américo Montenegro.	impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, com gráficos, escala 1:2000000, papel canson, bom estado, medindo 105cm x 128cm. 3390. 24-01-3390.	N
13	CARTE ECONOMIQUE DU BRÉSIL	-	Organizado pelo Engenheiro Civil Alvaro José Rodrigues	impresso, colorido, com quadros estatísticos sobre superfície, população e comércio internacional, escala 1:5000000, papel canson telado, bom estado, medindo 94cm x 96cm. 2705. 23-01-2705.	N
14	MAPA ECONÔMICO DO BRAZIL	-	Organizado pelo Engenheiro Civil Alvaro José Rodrigues	impresso, colorido, com nota explicativa, com tabelas de superfície, população e informes econômicos, escala 1:5000000, papel canson, bom estado, medindo 64cm x 63,5cm. 3029. 14-04-3029.	N
15	CARTA GERAL DO BRAZIL – LEVANTAMENTO CHOROGRÁFICO	1914	Executado pela Sexta Turma na campanha de 1914-1915.	colorido, nanquim, tinta colorida, escala 1:200000, papel canson telado, bom estado, medindo 96,5cm x 73cm. 2678. 13-01-2678	N
16	RÉSEAU STRATÉGIQUE ET INTERNATIONAL	-	-	Impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, com rosa dos	N

	DU BRÉSIL			ventos, escala 1:2000000, papel canson, bom estado, medindo 64,5cm x 40cm. 3013. 14-04-3013	
17	MAPA DE TODO O VASTO CONTINENTE DO BRAZIL OU AMÉRICA PORTUGUEZA, OFERECIDO A D. MARIA I	-	-	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com notas explicativas, 9papel canson telado, mau estado, medindo 174cm x 134cm. 2797. Sobre as mapotecas 23 e 24.2797.	N
18	CONJUNTO DE TRÊS CARTAS CONTENDO O LEVANTAMENTO DE FRONTEIRAS, RIOS, ESTRADAS DE FERRO E LINHAS TELEGRÁFICAS	-	-	Impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, com seta norte, com escala, numeradas (70, 72 e 73), papel canson, telado, bom estado, medindo 102,5cm x 68,5cm. 3614. 17-01-3614.	N
19	CARTA EXPLICATIVA DOS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DA COMISSÃO RONDON E DA INSPEÇÃO DE FRONTEIRAS	-	Organizado pelo Cel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson, duas cartas em mau estado, medindo 100cm x 94cm. 2733. 24-01-2733.	N
20	CARTA GERAL DAS FRONTEIRAS DO BRASIL	-	Autor Ten Cel F. A. Pimenta Bueno.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com legenda, papel canson telado, bom estado, medindo 106cm x 101cm. Sobre as mapotecas 23 e 24.3015. 3015.	N
21	CARTA DO BRASIL, MOSTRANDO A ZONA DA FRONTEIRA ONDE FORAM FEITOS LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS	-	Desenhado por Vercillo	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, escala 1:10000000, papel canson telado, bom estado, medindo 49,5cm x 50cm. 2703. 13-02-2703.	N
22	CARTA MOSTRANDO ALGUNS LIMITES DE ESTADOS DO BRASIL COM PAÍSES VIZINHOS	-	-	Impresso, monocromático, com convenções, papel canson, telado, bom estado, medindo 46,5cm x 56,5cm. 3385. 17-01-3385.	N
23	MAPA DE TODO O VASTO CONTINENTE DO BRAZIL OU AMÉRICA PORTUGUEZA COM AS FRONTEIRAS RESPECTIVAMENTE CONSTITUÍDAS PELOS DOMÍNIOS ESPANHÓIS ADJACENTES	1919	Copiado por Eduardo Thompson em 1919	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, papel tecido, bom estado, medindo 85cm x 134,5cm.. 2661. 23-03-2661.	N
24	CARTA GERAL DAS FRONTEIRAS DO BRASIL, LIMITES COM AS REPÚBLICAS ORIENTAL, ARGENTINA E PARAGUAY	-	Autor Ten Cel F. A. Pimenta Bueno	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 105cm x 203cm. 2641. Sobre as mapotecas 23 e 24.2641	N
25	CROQUIS DA ZONA DE FRONTEIRA DO BRASIL COM URUGUAY, PARAGUAY, ARGENTINA E BOLÍVIA	-	-	Cópia heliográfica, papel canson, bom estado, medindo 70,5cm x 66,5cm. 3016. 14-04-3016.	N
26	CARTA GEOGRÁFICA DA FRONTEIRA DO BRAZIL COM O PARAGUAY	-	Organizada pela Comissão de Limites chefiada pelo Cel Rufino Enéas Gustavo Galvão, copiada pelo Cap Antonio Américo Pereira da Silva.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com convenções, com tabela, escala 1:400000, papel canson, telado, bom estado, medindo 61,5cm x 71,5cm. 3616. 17-01-3616.	N
27	CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI, DO MARCO MONUMENTAL AO MARCO II/3	-	-	Cópia heliográfica, com legenda, com seta norte, escala 1:10000, papel comum, bom estado, medindo 65cm x 50,5cm. 2695. 13-02-2695.	N
28	CARTA DE PARTE DA FRONTEIRA ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA	-	-	Impresso, colorido, com convenções, escala 1:500000, papel canson telado, bom estado, medindo 113cm x 79cm. 3018. 14-04-3018.	N
29	CARTA GEOGRÁFICA DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO DO BRAZIL COM A REPÚBLICA DA VENEZUELA	-	Organizada pela Comissão de Limites entre os dois países	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com convenções, escala 1:400000, papel tecido telado, dividido em seis partes em bom estado, medindo 97,5cm x 105,5cm. 2697. 23-01-2697.	N

30	CARTA GEOGRÁFICA DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO DO BRASIL COM A REPÚBLICA DA VENEZUELA	-	Reduzida da carta geral e organizada sob a direção do Ten Cel Barão de Parima.	impresso, monocromático, com nota explicativa, com convenções, escala 1:200000, papel canson telado, bom estado, medindo 90cm x 61cm. 3017. 14-04-3017.	N
31	ESBOÇO GEOGRÁFICO COM O FIM PRINCIPAL DE MOSTRAR A FRONTEIRA DO BRASIL NO TERRITÓRIO COMPREENDIDO ENTRE OS RIOS MADEIRA E JAVARY	-	Autor Barão da Ponte Ribeiro	impresso litografado, monocromático, com nota explicativa, com convenções, com seta norte, papel canson, bom estado, medindo 32cm x 30cm. 2643. 13-01-2641.	N
32	ESBOÇO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA DO BRASIL COM A BOLÍVIA	-	-	Impresso, monocromático, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado, medindo 37cm x 34cm. 2644. 13-01-2644	N
33	MAPA MOSTRANDO A NOVA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA NA REGIÃO AMAZÔNICA	-	-	Impresso, colorido, com convenções, escala em quilômetros, papel canson telado, bom estado, medindo 99cm x 53,5cm. 3021. 14-04-3021.	N
34	CARTA GEOGRÁFICA DA PARTE DA FRONTEIRA DO BRASIL COM A BOLÍVIA COMPREENDIDO ENTRE A LAGOA DE CACERES E A SERRA DE SANTA BÁRBARA OU DAS SALEIRAS	1881	Organizada sob a direção do Cel Barão de Maracajú, copiado pelo Cap Antonio Américo Pereira da Silva em 1881.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com convenções, com tabela, escala 1:200000, papel canson telado, bom estado, medindo 50,5cm x 72cm. 3023. 14-04-3023.	N
35	COMISSÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA – CARTA DO TRECHO ENTRE O MARCO DOS QUATRO IRMÃOS E A FOZ DO RIO TURVO	1919	Autor Capitão de Corveta Antonio Alves Ferreira da Silva, copiado por Eduardo Thompson, em 1919.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, papel tecido, bom estado, medindo 48,5cm x 63,5cm. 3626. 17-01-3626.	N
36	CARTA DA REGIÃO LIMITROFE ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DA COLOMBIA	-	Autor Henri Tropé.	impresso, colorido, com legenda, escala 1: 2500000, papel comum, telado, bom estado, medindo 64,5cm x 50cm. 3636. 17-01-3636.	N
37	MAPA DOS LIMITES DO BRASIL COM A GUYANA INGLEZA	-	Organizado por Ernesto Mattoso	impresso, colorido, com nota explicativa, papel canson, bom estado, medindo 47cm x 71,5cm.. 2645. 13-01-2645.	N
38	MAPA DOS LIMITES DO BRASIL COM A GUYANA INGLEZA	-	Organizado por Ernesto Mattoso	impresso, colorido, com notas explicativas, papel comum, bom estado, medindo 48,5cm x 69cm. 2820. 13-03-2820.	N
39	CARTA GERAL DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO DO BRASIL COM O ESTADO ORIENTAL DO URUGUAY	-	Levantada pela Comissão de Limites sob a direção do Marechal de Exército Barão de Caçapava e do Brigadeiro P. A. Bellegarde.	impresso, monocromático, escala 1:360000, papel canson telado, mau estado (faltando uma parte), medindo 83,5cm x 69,5cm. 3020. 14-04-3020.	N
40	COMISION MIXTA DE LIMITES Y CARACTERISACION DE LA FRONTERA URUGUAY-BRASIL	-	-	Impresso, monocromático, com nota explicativa, com seta norte, escala de 1:1000 e 1:5000, papel canson, bom estado, medindo 64,5cm x 84,5cm. 3024. 14-04-3024.	N
41	MAPA DE UM TRECHO DO SUL BRASIL, PARA FACILITAR AS OPERAÇÕES CONTRA OS FANÁTICOS	-	Organizado pela 3ª Secção do EME	impresso, colorido, com legenda, escala 1:1000000, papel canson telado, bom estado, medindo 51cm x 47,5cm. 2680. 13-02-2680.	N
42	MAPA DE UMA PARTE DA AMÉRICA MERIDIONAL, PERTENCENTE A DIVISÃO PELO PÚBLICO TRATADO DE LIMITES ENTRE AS DUAS COROAS DE PORTUGAL E CASTELLA	-	-	Monocromático, nanquim, aquarela, com nota explicativa, com rosa dos ventos, papel canson telado, bom estado, medindo 51,5cm x 40cm. 2656. 13-01-2656	N
43	CARTA GERAL DO BRASIL – 7ª TURMA. PLANTA DO LEVANTAMENTO EXPEDITO DA	-	Desenhado pelo Ten José Duarte.	colorido, nanquim, lápis de cor, com tabela de coordenadas, escala 1:250000, papel canson telado, bom estado, medindo 64cm x 66cm.	

	FRONTEIRA ENTRE OS ARROIOS PONCHE VERDE E CANDIOTA			2746. 13-03-2746.	
44	CARTA GERAL DO BRASIL – 7ª TURMA – PLANTA DO LEVANTAMENTO COROGRÁFICO DA FRONTEIRA ENTRE O ARROIO CANDIOTA E A ESTRADA GERAL QUE VAI DE JAGUARÃO A ESTAÇÃO BAZÍLIO PASSANDO POR S. JOÃO DO HERVAL	-	Organizado pelo Ten Mário Barreto, Chefe da 7ª Turma.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala 1:100000, papel tecido, bom estado, medindo 101,5cm x 150cm. 3035. 14-04-3035.	N
45	MAPA GEOGRÁFICO DOS RIOS POR ONDE NAVEGOU FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, SAINDO DA CIDADE DO PARÁ PARA O ARRAIAL DO RIO NEGRO, NO DIA DOIS DE OUTUBRO DE 1754, COM A EXATA DELINEAÇÃO DA MAIOR PARTE DO RIO DAS AMAZONAS E RIO NEGRO	1862	Organizado sob a direção do Sargento Mor Sebastião José, delineado pelo Cap João André Schwebel, copiado pelo Ten Miguel Vieira Ferreira	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 269cm x 59cm. 2444. 23-05-2444	S
46	PROJECTO DO PLANO DE VIAÇÃO GERAL	-	Organizado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, reprodução feita pela administração da Estrada de Ferro Central do Brasil.	cópia heliográfica, com nota explicativa, com convenções, escala 1:5000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 95cm x 90cm. 3391. 17-01-3391.	N
47	BRAZIL – ESTRADAS DE FERRO PROVINCIAES	-	-	Impresso, colorido, com convenções, papel comum, telado, bom estado, medindo 36 cm x 56,5 cm. 3352. 16-05-3352.	N
48	CARTA DA VIAÇÃO FERREA DO BRASIL	-	Organizada pela 4ª Secção do EME.	impresso, colorido, com convenções, escala 1:5000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 62,5cm x 82cm. 3387. 17-01-3387.	N
49	CARTA DA VIAÇÃO FERREA DO BRASIL	-	Organizada sob a direção do Engenheiro Chefe Ernesto A. Lassance Cunha.	impresso, monocromático, com nota explicativa, com convenções, escala 1:6000000, papel canson telado, bom estado, medindo 76cm x 82,5cm. 2736. 13-03-2736.	N
50	PLANTA GERAL DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL	-	Organizada pela administração da mesma, cópia heliográfica, com nota explicativa.	com convenções, escala 1:500000, papel canson, telado, bom estado, medindo 74,5cm x 98cm. 3386. 17-01-3386.	N
51	PLANTA GERAL DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL	-	Organizada pela administração da mesma.	impresso, colorido, com convenções, escala 1:1000000, papel canson telado, bom estado, medindo 71,5cm x 100cm. 2690. 13-02-2690	N
52	PLANO GERAL RODOVIÁRIO DO BRASIL	-	Organizado pelo Engenheiro Civil Joaquim Catramby.	impresso, colorido, com convenções, escala 1:10000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 64,5cm x 53cm. 3380. 16-05-3380.	N
53	MAPA GERAL DA VIAÇÃO FERREA	-	Organizado pela Inspetoria Federal das Estradas.	cópia heliográfica, com convenções, escala 1: 5500000, papel canson, bom estado, medindo 108,5cm x 95cm. 3395. 17-01-3395.	N
54	CONJUNTO DE TRÊS CARTAS CONTENDO O LEVANTAMENTO DE FRONTEIRAS, RIOS, ESTRADAS DE FERRO E LINHAS TELEGRÁFICAS	-	-	Impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, com seta norte, com escala, numeradas (70, 72 e 73), papel canson, telado, bom estado, medindo 102,5cm x 68,5cm. 3614. 17-01-3614.	N
55	CARTE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL – POLITIQUE, ECONOMIQUE & VOIES DE COMMUNICATIONS	-	-	Impresso, colorido, com legendas, escala 1:5000000, papel canson telado, bom estado, medindo 97,5cm x 98cm. 3031. 24-01-3031.	N
56	SCHEMA DAS COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS DO BRASIL	-	-	Impresso, colorido, com convenções, escala 1:5000000, papel canson envernizado telado, bom estado, medindo 104cm x 97cm. 2704. 23-01-2704.	N

57	SCHEMA DAS COMUNICAÇÕES TELEGRAPHICAS DO BRAZIL	-	-	Impresso, colorido, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 59cm x 75cm. 2819. 13-03-2819.	N
58	SCHEMA DAS COMUNICAÇÕES RÁDIO-TELEGRÁFICAS NOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL	-	Organizado pelo Capitão de Mar e Guerra Álvaro Nunes de Carvalho.	impresso, colorido, com convenções, escala em milhas, papel canson, bom estado, medindo 81,5cm x 70cm. 3034. 14-04-3034.	N
59	SCHEMA DAS LINHAS TELEGRÁFICAS DO BRAZIL	-	Organizado pela 1ª Secção da Sub Diretoria Técnica.	impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, escala 1:4000000, papel canson, dividido em duas partes, bom estado, medindo 72cm x 134cm. 3368. 16-05-3368.	N
60	E.F.C.B. – SCHEMA GERAL DAS LINHAS EM TRÁFEGO E EM CONSTRUÇÃO	-	-	Impresso, colorido, com legenda, papel canson telado, bom estado, medindo 44,5cm x 62cm. 2745. 13-03-2745.	N
61	LINHAS TELEGRÁFICAS DO BRAZIL	-	Litografia do Imperial Instituto Artístico.	colorido, papel canson, telado, bom estado, medindo 29,5cm x 46cm. 3389. 17-01-3389.	N
62	LINHAS TELEGRÁFICAS DO BRASIL	-	-	Impresso, colorido, com convenções, papel canson, dividido em três partes, bom estado, medindo 106cm x 90cm. 3396. 17-01-3396.	N
63	PLANO POLÍTICO-ECONÔMICO DE UMA REDE DE ESTRADAS DE FERRO PARA A PARTE SUL DO BRAZIL	-	- Autor Engenheiro Sebastião Antonio Rodrigues Braga.	impresso, colorido, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 72,5cm x 58,5cm. 2738. 13-03-2738.	N
64	MAPA DA VIAÇÃO FÉRREA DO SUL DO BRASIL, REGIÃO ENTRE O E. DO RIO (RESENDE) E O RIO GRANDE DO SUL (BAGE, PELOTAS, ETC)	-	-	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com escala de 1:1.500.000, com convenções, papel tecido, bom estado, medindo 58 cm x 120 cm. 3360. 16-05-3360.	N
65	CARTA MOSTRANDO OS CAMINHOS DE FERRO DO SUL DO BRAZIL	-	-	Colorido, nanquim, tinta colorida, escala 1:4500000, papel tecido telado, bom estado, medindo 40,5cm x 35,5cm. 2691. 13-02-2691.	N
66	CARTA DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL	-	-	Impresso, monocromático, papel canson, telado, bom estado, medindo 97cm x 108cm. 3511. Sobre as Mapotecas 23 e 24.3511	N
67	PROJECTO DE LEVANTAMENTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS NO LITORAL COM A INDICAÇÃO DOS PONTOS PRINCIPAIS QUE SERIAM LEVANTADOS PELA MARINHA DE GUERRA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL, COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA	-	Organizado de acordo com o mapa de Beaurepaire Rohan, os trabalhos de Mouchez, Vital de Oliveira e outros.	impresso, monocromático, com nota explicativa, com legenda, escala 1:5000000, papel canson telado, bom estado, medindo 66,5cm x 106,5cm. 3022. 14-04-3022.	N
68	PLANO QUE COMPREENDE PARTE DAS CAPITANIAS DE S. PAULO, MINAS GERAES, GOYAS E RIO DE JANEIRO E A COSTA DESDE A ILHA DE SANTA CATHARINA ATÉ A ILHA GRANDE	1870	Copiado pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com rosa dos ventos, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 78,5cm x 61,5cm. 2428 – 13-03-2428.	S
69	MAPA DA MAIOR PARTE DA COSTA E SERTÃO DO BRAZIL	-	Copiado do original do Padre Cocleo.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, escala em léguas, papel canson, com moldura, bom estado, medindo 224cm x 8120,5cm. 2798. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.	N
70	ITINERÁRIOS DA COMISSÃO DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL, EM GOYAZ E NO TRIÂNGULO MINEIRO	-	Reduzido pelo desenhista L. Privat.	impresso, colorido, com seta norte, escala 1:500000, papel canson telado, oito folhas em bom estado, medindo 102cm x 69cm. 2685. 13-02-2685.	N

71	CARTA SINTÉTICA DA REGIÃO CENTRO OESTE DO BRASIL	-	Indicando a natureza dos trabalhos sertanejos realizados pelo General Rondon, desenhado por Mário São João Rabello em 1920.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, escala 1:5000000, papel tecido, bom estado, medindo 48,5cm x 59cm. 2684. 13-02-2684.	N
72	MAPA DA MAIOR PARTE DA COSTA E SERTÃO DO BRASIL	-	Copiado do original do Padre Cocleo.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, escala em léguas, papel canson, com moldura, bom estado, medindo 224cm x 120,5cm. 2798. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.	N
73	CARTA ABRANGENDO AS PROVÍNCIAS DE SÃO PAULO E GOIAZ	1870	Copiada pelo Cap Francisco Vilella de Castro Tavares em 1870	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com seta norte, com nota explicativa, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 83cm x 66,5cm. 2671. 13-01-2671	N
74	MAPA DOS CONFINES DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL	-	-	Impresso, colorido, com nota explicativa, com rosa dos ventos, papel canson telado, bom estado, medindo 71,5cm x 72,5cm. 2659. 13-01-2659.	N
75	MAPA OFERECIDO A SOBERANA PRESENÇA DA RAINHA NOSSA SENHORA, NO QUAL SE CONFIGURAM COM MAIS ALGUNS DETALHES OS DIVERSOS TERRITÓRIOS OCIDENTAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO QUE CONFINARÃO COM OS DOMÍNIOS ESPANHÓIS DE MOJOS E CHIQUITOS	-	Autor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.	cópia heliográfica, com nota explicativa, papel canson, bom estado, medindo 137cm x 176cm. 2688. 24-01-2688.	N
76	GOLPE DE VISTA GEOLÓGICO DO BRASIL	-	Organizado pelo Instituto Geológico Imperial Austríaco	impresso, colorido, com notas explicativas, com legendas, escala 1:15000000, papel comum, bom estado, medindo 46,5cm x 68cm. 2682. 13-02-2682.	N
77	MAPA GEOLÓGICO DO BRASIL MERIDIONAL	-	Organizado por Victor Oppenheim.	impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, escala 1:2750000, papel canson telado, bom estado, medindo 92,5cm x 94,5cm. 2814. 24-01-2814.	N
78	CARTA DAS JAZIDAS MINERAES DO BRASIL	-	Organizado pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Ministério da Agricultura.	impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, escala 1:4000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 125,5cm x 130cm. 3382. 24-01-3382.	N
79	CONJUNTO DE TRÊS CARTAS CONTENDO O LEVANTAMENTO DE FRONTEIRAS, RIOS, ESTRADAS DE FERRO E LINHAS TELEGRÁFICAS	-	-	Impresso, colorido, com notas explicativas, com legenda, com seta norte, com escala, numeradas (70, 72 e 73), papel canson, telado, bom estado, medindo 102,5cm x 68,5cm. 3614. 17-01-3614.	N
80	ESBOÇO CARTOGRÁFICO DO BRASIL MILITAR	-	Autor Major F. de Paula Cidade	impresso, colorido, com legenda, papel comum, bom estado, medindo 41cm x 38cm. 2742. 13-03-2742.	N
81	BRASIL – REGIÕES MILITARES	-	-	Monocromático, nanquim, papel tecido, bom estado, medindo 66,5cm x 64,5cm.	N
82	MAPA ESTATÍSTICO DAS FORTIFICAÇÕES DO IMPÉRIO DO BRASIL	-	Mapa assinado pelo Marechal de Campo Antonio Eliziário de Miranda e Britto, Diretor do Arquivo Militar, documento em que estão relacionadas as fortificações do Império Brasileiro, bem como diversos dados sobre as mesmas	papel canson telado, bom estado, medindo 74cm x 110,5cm. 2694. 13-02-2694	N

83	SCHEMA REPRESENTATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES PELAS REGIÕES E ESTADOS	-	-	Colorido, nanquim, lápis de cor, tinta colorida, com convenções, papel tecido, bom estado, medindo 126cm x 106,5cm. 3026. 24-01-3026.	N
84	CARTA ESQUEMÁTICA DA DIVISÃO MILITAR TERRITORIAL	-	Organizada pelo Estado Maior do Exército.	impresso, colorido, com notas explicativas, com convenções, escala 1:3750000, papel comum, dividido em duas partes, bom estado, medindo 71cm x 68,5cm. 3033. 14-04-3033.	N
85	MAPA INDICE Nº 15 DA DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO	1984	-	Impresso, colorido, com convenções, com calendário do ano de 1984, escalas de 1:50000 e 1:100000, papel canson, bom estado, medindo 44cm x 50,5cm. 2731. 13-03-2731.	N
86	CARTA DO BRASIL COM AS INSPEÇÕES PERMANENTES E PARADAS DAS FORÇAS	-	Organizada e desenhada na 3ª Secção do EME, pelo Asp Of L. Thomaz Reis.	colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com convenções, papel canson telado, bom estado, medindo 99cm x 105cm. 2734. 24-01-2734.	N
87	REDE RADIO-TELEGRÁFICA DO SERVIÇO RÁDIO DO EXÉRCITO	-	Autor Cap Antonio Caetano da Silva Lima.	impresso, colorido, com legenda, com quadro de distâncias, papel canson telado, bom estado, medindo 59,5cm x 51cm. 2741. 13-03-2741.	N
88	CARTA DAS VIAS DE COMUNICAÇÕES DE MAIOR IMPORTÂNCIA MILITAR	-	-	Impresso, colorido, com convenções, escala 1:8000000, papel comum, bom estado, medindo 63,5cm x 61cm. 2737. 13-03-2737	N
89	CARTA-SCHEMA DAS REGIÕES DE INSPEÇÃO MILITAR PERMANENTES DO BRASIL	-	Organizada e desenhada no Grande Estado Maior do Exército pelo Aspirante L. Thomaz Reis.	impresso, colorido, com nota explicativa, escala 1:5000000, papel canson, telado, bom estado, medindo 93cm x 92cm. 3393. 17-01-3393.	N
90	CLUB DE ENGENHARIA – CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL. COM LOCAÇÃO DOS FORTES E DAS REGIÕES ONDE OPERAM OS OFICIAIS DE ENGENHARIA	-	-	impresso, colorido, com nota explicativa, escala 1:10000000, papel canson telado, bom estado, medindo 65,5cm x 56cm. 3027. 14-04-3027.	N
91	12ª REGIÃO DE INSPEÇÃO PERMANENTE	-	Organizada pelo Cel Torres Homem e desenhada pelo Cap Soares Lima.	impresso, colorido, com nota explicativa, com convenções, com seta norte, escala 1: 1855000, papel comum, bom estado, medindo 46cm x 46cm. 3601. 17-01-3601.	N
92	DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL – PROJETO DE CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS FEDERAIS	-	-	Impresso, colorido, com escala, convenções, nota explicativa, papel canson, telado, bom estado, medindo 82,5 cm x 68,5 cm. 3357. 16-05-3357.	N
93	DIVISÃO MUNICIPAL DO BRASIL	-	Organizada pelo Conselho Nacional de Geografia.	impresso, monocromático, com nota explicativa, com convenções, com escala, papel canson, bom estado, medindo 34,5cm x 31,5cm. 3388. 17-01-3388.	N
94	DIVISÃO MUNICIPAL DO BRASIL	-	Organizado pelo IBGE, desenhado por Nilo Porpino.	impresso, colorido, com notas explicativas, com legendas, escala 1: 5 250000, papel canson, telado, bom estado, medindo 86,5cm x 88cm. 3504. 17-01-3504.	N

**ANEXO 2: QUADRO BIO-BIBLIOGRÁFICO DOS MINISTROS DA
GUERRA/EXÉRCITO QUE PRODUZIRAM OBRAS SOBRE AS FORÇAS
ARMADAS TERRESTRES**

QUADRO BIO-BIBLIOGRÁFICO DOS MINISTROS DA GUERRA/EXÉRCITO QUE PRODUZIRAM OBRAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS TERRESTRES

MINISTRO DA GUERRA/EXÉRCITO	DADOS BIOGRÁFICOS	PUBLICAÇÕES	FATO HISTÓRICO/EXÉRCITO
Jerônimo Francisco Coelho	1806-1860		<ul style="list-style-type: none"> - Nasceu em Santa Catarina - 1820: matriculou-se na Academia Real Militar como estudante e formou-se em Matemática e Engenharia - 1823: Segundo Tenente 1824 – Capitão 1842 – Coronel 1855 – Brigadeiro Assumiu a Assembléia Geral Legislativa como deputado pela província de Santa Catarina 1844 – Ministro da Marinha - Deu à Escola Militar o 1º estatuto de Março de 1845
Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	1803 - 1880		<ul style="list-style-type: none"> - Com 15 anos ingressou na Escola Militar tornando-se Alferes. - Ingressou para a Real Academia Militar - 1821: Concluiu o curso e se tornou tenente. 1825: Foi chamado para manter a

			<p>Unidade Nacional na Cisplatina</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1837: Promovido a Tenente Coronel e seguiu para o Rio Grande do Sul para lutar na Revolução Farroupilha. - 1839: Foi incumbido de governar o Maranhão, conseguindo derrotar a Balaiada. <p>1841: Regressou ao Rio de Janeiro.</p> <p>1842: Foi nomeado comandante das Armas da Corte.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1845: Foi promovido marechal-de-campo. - Combateu em vários conflitos de fronteira no sul do Brasil. Volta ao Rio, vitorioso, e com o título de marquês. - Em 1962 foi nomeado pelo Governo Federal o Patrono do Exército.
Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	1837-1918	<ul style="list-style-type: none"> - Esboços biográficos (2 vols.) - 1858 - Esboços biográficos (2 vols.) - 1862 - Escritos históricos e literários - 1868 - A Constituinte perante a história - 1863 	

		<ul style="list-style-type: none"> - Mitologia e Cosmogonia (identificação das divindades gregas e romanas, emblemas dos deuses) - 1896 - Aula de História da Arte - 1897 - Biografia de Hipólito José da Costa Pereira - 1871 - A minha nebulosa - poesia - 1903 - O Brasil de hoje - 1905 - Subsídios para a organização da Carta Física do Brasil - Cartografia - 1876 	
Dionísio Evangelista Cerqueira	1847-1910	<ul style="list-style-type: none"> - Reminiscências da Guerra do Paraguai" 1910. Obra Póstuma. 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiro Militar Brasileiro. - 1865: Entrou como praça no Exército. - 1870: Retornou da Guerra do Paraguai como Tenente. - Serviu inicialmente na artilharia e, a seguir, na infantaria. - Reformou-se como General de Brigada. 1874: Conquistou os títulos de Engenheiro Militar e civil e bacharel em ciências e Matemáticas. - Em 1879, foi nomeado para a Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, chefiada

--	--	--

	<p>pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, futuro barão de Parima. Os trabalhos se estenderam de 1879 a 1885, e da exploração que empreendeu resultou amplo relatório que foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores e serviu de base para a resolução definitiva da questão fronteiriça. O relatório contribuiu também para o conhecimento da existência de tribos indígenas até então ignoradas e para a retificação de dados equivocados sobre a geografia da região amazônica.</p> <p>- Promovido a major em 1880 e a tenente-coronel em 1884, em 1886 foi nomeado para integrar a comissão brasileira, presidida por Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema, que, ao lado de uma comissão da Argentina, foi encarregada de solucionar em definitivo a questão de limites entre o Brasil e aquele país. Percorreu e estudou a região de 1886 a 1889, buscando localizar</p>
--	--

--	--	--

	<p>todos os marcos estabelecidos por portugueses e espanhóis no século XVIII, o que efetivamente conseguiu, desagradando com isso ao governo argentino.</p> <p>- Proclamada a República, retornou ao Rio de Janeiro e em janeiro de 1890 foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, para acompanhar Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, a Montevideú, na condição de consultor técnico para solucionar em definitivo a querela dos limites.</p> <p>- Em agosto de 1890, após ser promovido a coronel, foi nomeado comandante da Escola Militar de Porto Alegre, com a missão de serenar os ânimos dos alunos que se encontravam exaltados com os acontecimentos políticos, tarefa na qual já haviam falhado outros oficiais de patente superior. Apelando para o espírito patriótico e a</p>
--	---

--	--	--

	<p>disciplina militar dos alunos, conseguiu obter sua confiança.</p> <p>- Em 1901, Dionísio Cerqueira foi convidado para chefiar a Comissão Brasileira encarregada da demarcação da fronteira que fora estabelecida pelo Tratado de 1899, assinado por ele próprio enquanto ministro das Relações Exteriores, e que resultara do demorado processo de negociação no qual havia desempenhado tão decisivo papel. Iniciados os trabalhos de demarcação, inaugurou, a 26 de setembro de 1902, o principal marco na foz do rio Peperiguaçu e deu por concluída a missão em 1905. No dia 4 de julho de 1903, por decisão unânime de sua Câmara Municipal, a vila de Peperi-guaçu passou a se chamar Dionísio Cerqueira, em reconhecimento pelos trabalhos do general na resolução do conflito sobre a delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina.</p> <p>- Em 1908, por ato do Congresso Nacional, Dionísio Cerqueira</p>
--	---

			<p>retornou ao serviço ativo do Exército e foi nomeado subchefe do Estado-Maior. Em 1909, foi nomeado pelo governo da União para dirigir uma comissão militar, razão pela qual viajou para a França em dezembro daquele ano. Faleceu em Paris em 16 de fevereiro de 1910, no desempenho de sua missão. Foi comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro e oficial da Ordem da Rosa, detentor das medalhas do Mérito Militar, da Guerra do Paraguai e do busto de Bolívar. Foi sócio honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.</p> <p>- 1896-1898: Ministro das Relações Exteriores no governo de Prudente de Moraes</p> <p>- 1896-1897: Ministro da Guerra.</p> <p>- 1897: Ministro da Indústria, Viação e obras Públicas.</p>
João Neponuceno Medeiros Mallet	1840-1907		<p>- Patrono da Artilharia Brasileira.</p> <p>- Bacharel em Ciências físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro.</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - 1864-1865: Participou da Guerra do Paraguai. - Governador do Ceará e de Mato Grosso. 1898-1902: Ministro da Guerra.(Governo Campos Sales). - Tornou mais prático o ensino militar e reestruturou também o Estado-Maior e os Métodos de disciplina.
Hermes Rodrigues da Fonseca	1855-1923	<ul style="list-style-type: none"> - FONSECA, Hermes Rodrigues da - Entrevista com o Marechal Hermes da Fonseca, Editora Jornal do Comércio, 1908. - FONSECA, Walter, Fonseca, uma Família e uma História, Editora Fonseca, 1982. - FONSECA FILHO, Hermes da, Marechal Hermes, Editora IBGE, Rio de Janeiro, 1961. 	<ul style="list-style-type: none"> - Partidário do positivismo. - Filiado a Maçonaria. - 1871: formou-se bacharel em ciências e Letras. - Ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde foi aluno de Benjamin Constant. - 1894: Promovido a Coronel. 1899-1904: assumiu o comando da Escola Militar do Realengo. - Como comandante da Escola Preparatória do Realengo, reprimiu a Revolta da Vacina. 1906-1909: Ministro da Guerra. Governo de Afonso Pena. - Reformou o Exército e o Ministério com a criação de serviços técnicos e administrativos.

			<ul style="list-style-type: none"> - Instituição do serviço militar obrigatório. - Ministro do Supremo Tribunal Militar. 1910: Presidente do Brasil. - Revolta da Chibata. - Plano de construção de ferrovias, incluindo a ferrovia Madeira-Mamoré e de escolas técnico-profissionais, delineado no governo Afonso Pena. - Instalou a Universidade do Paraná. - Concluiu as reformas e obras da Vila Militar de Deodoro e do Hospital Central do Exército (HCE). - 1921: Presidente do Clube Militar.
José Bernardino Bormann	1844-1919	<ul style="list-style-type: none"> - Dona Mariquinha de Passo do Carneiro - Os amores de D. João III de Portugal - Rosas e o Exército Aliado, 1912 - História da Guerra do Paraguai, 1889 - A Campanha do Uruguai, 1907 - O Marechal de Duque de Caxias, 1880 - De Caxias a Mitre 	<ul style="list-style-type: none"> - Participou da Guerra contra Aguirre, no Uruguai. - 1865: Guerra do Paraguai. - Comandou uma bateria de artilharia, do regimento Mallet, comporta por alemães Brummer. - Viagem a Europa com Duque de Caxias. - 1880: Ao regressar da Europa, foi designado para fundar a Colônia Militar de Chapecó,

--	--

<ul style="list-style-type: none"> - A Batata de Leipzig Dias Fratricidas, 1901 - Memórias da Revolução Federalista, 1901 	<p>também conhecida como colônia de Xanxerê.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1882: Instala a colônia chegando à área como um destacamento militar. - Convidou os caboclos da região para que se instalassem no perímetro da colônia, conseguindo atrair quarenta famílias. - 1884: Já eram 58 casas, chegando a 74 a um ano depois, com 196 habitantes, sem contar os soldados. - Foi a única colônia de Santa Catarina formada com famílias caboclas da própria região, sem participação de imigrantes europeus. - Bormann permaneceu como diretor desta colônia por dezessete anos. Atuou como desbravador de terras e demarcador de fronteiras desta região. - Fundou o primeiro jornal da região, o Chapecó. - Pertencia ao partido republicano. - 1899: Governador interino do
---	--

--	--	--

	<p>Paraná.</p> <ul style="list-style-type: none">- 1901: Deputado Estadual.- 1909-1910: Ministro da Guerra.- 1911-1912: Ministro do Superior Tribunal Militar.- Fundador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.- 1911: Um dos fundadores do Aeroclube Brasileiro.- Agraciado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem de Avis.- Escreveu sob o pseudônimo Délia em vários jornais do Rio de Janeiro.
--	--

João Pandiá Calógeras	1870-1934
-----------------------	-----------

<ul style="list-style-type: none"> - As Minas do Brasil e sua legislação. - O Marquês de Barbacena. - A política exterior do Império. <p>V.III: da Regência a queda de Rosas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problemas de Governo - Problemas de Administração - Estudos históricos e Políticos - A política monetária do Brasil - Projeção continental do Brasil - Formação Histórica do Brasil - Os Jesuítas e o ensino 	<ul style="list-style-type: none"> - 1890: Formou-se Engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto. - 1897: Elegeu-se deputado pelo PRM, Partido Republicano Mineiro. - 1903: Por estar em conflito com o presidente da República, Prudente de Morais, não conseguiu reeleger-se no pleito seguinte. Em 1903, após passagem pela Europa, ganhou projeção nacional com a publicação de As minas do Brasil e sua legislação, obra na qual fazia a distinção entre a propriedade do solo e a propriedade do subsolo, defendendo o direito do governo de desapropriar o subsolo para explorá-lo. Essa tese, mais tarde, foi transformada na chamada Lei Calógeras. - Ainda em 1903: voltou à Câmara Federal, novamente pelo PRM. Reelegeu-se sucessivamente, tornando-se uma das figuras de maior prestígio no Congresso e participando do debate sobre todos os grandes
---	--

--	--	--

temas nacionais. Com a posse de Venceslau Brás na presidência da República, em novembro de 1914, assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, permanecendo no cargo até julho de 1915. Assumiu então a pasta da Fazenda, onde realizou detalhado trabalho de saneamento das finanças do país.

- 1918: integrou e depois chefiou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, ao término da Primeira Guerra Mundial.

- 1918: Ao retornar ao Brasil foi nomeado ministro da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa, sendo o único civil a ocupar essa pasta no período republicano.

1922: Sua gestão no ministério foi marcada pela modernização e ampliação do Exército, tarefa para a qual contou com a colaboração de uma missão militar francesa. Em julho de 1922, pouco antes de deixar o ministério, teve de enfrentar o primeiro dos levantes tenentistas, que se repetiriam pela década. O

--	--	--

	<p>movimento, que se desenrolou em guarnições da capital federal, com prolongamentos pelo estado do Mato Grosso, teve como causa imediata as ordens de Calógeras determinando a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar - então presidido pelo marechal e considerado foco de agitação contra o governo federal.</p> <p>1922: quando terminou o mandato de Eptácio Pessoa. Afastou-se, então, por algum tempo da vida política para dedicar a negócios particulares e atividades intelectuais. Em 1928, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia.</p> <p>- 1930: Deu apoio à candidatura presidencial de Getúlio Vargas, derrotada nas urnas pelo situacionista Júlio Prestes, e ao movimento revolucionário liderado por Vargas e que tomou o poder em novembro daquele ano. Após a implantação do novo regime, colaborou com o governo em questões relativas à legislação de minas. Em 1932, presidiu a</p>
--	---

			Liga Eleitoral Católica (LEC) e, no ano seguinte, elegeu-se deputado federal constituinte pela legenda do Partido Progressista de Minas Gerais.
Emídio Dantas Barreto	1850-1931	<ul style="list-style-type: none"> - Última Expedição a Canudos - Margarida Nobre: A poesia do Século XIX. - Expedição do Mato Grosso 	<ul style="list-style-type: none"> - 1897: Participou da Guerra dos Canudos. - 1910-1911: Ministro da Guerra (Governo Hermes da Fonseca). - 1911-1915: Presidente de Pernambuco e Senador da Republica.
Fernando Setembrino de Carvalho	1861-1947	<ul style="list-style-type: none"> - Memórias: dados para a história do Brasil(1950) 	<ul style="list-style-type: none"> - 1877: Matriculou-se na Escola Militar em Porto Alegre. 12º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. - 1878: matriculou-se na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS), de onde saiu alferes aluno em 1882 com o curso das três

--	--	--

	<p>armas.</p> <ul style="list-style-type: none">- 1883: ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (então capital do Império), sendo promovido a segundo tenente em setembro do mesmo ano e concluindo, em 1884, o curso de engenharia militar, recebendo ao mesmo tempo o grau de bacharel em matemática e ciências físicas.- 1885: Classificado como oficial no batalhão de engenheiros encarregado da construção de quartéis e fortificações no Rio Grande do Sul, foi nomeado secretário da unidade logo ao apresentar-se. Embora engenheiro, pertencia à arma de artilharia e ao efetivo do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, sediado em São Gabriel (RS), e em 1886 foi requisitado por aquela unidade.- 1888: Promovido a primeiro tenente. Foi classificado no Corpo de Estado-Maior de Primeira Classe, no Rio, deixando porém de seguir para a então capital do Império em função de
--	---

--	--	--

	<p>interesses familiares.</p> <ul style="list-style-type: none">- 1889: Transferiu-se para a guarnição de fronteira de Uruguaiana, assumindo as funções de secretário da unidade.- 1890: Promovido a capitão em maio de 1890, logo depois foi transferido para o Corpo de Engenheiros e nomeado membro da Comissão de Engenharia Militar do Rio Grande do Sul, sendo designado para fiscalizar obras em Uruguaiana.- Ingressou então na política partidária, afastando-se da carreira militar e filiando-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), pelo qual foi eleito deputado à Câmara estadual.- 1891: Desse modo, foi um dos signatários da primeira Constituição republicana do Rio Grande do Sul (14/7/1891), conhecida como Constituição de Júlio de Castilhos em alusão ao então presidente do estado e líder do PRR, que exerceu influência determinante na elaboração da Carta.
--	--

--	--	--

	<ul style="list-style-type: none">- 1893: Desencantado com a política, Setembrino de Carvalho retornou ao Exército, como engenheiro do 6º Distrito de Obras Militares.- 1900: Setembrino de Carvalho foi nomeado fiscal do 2º Batalhão de Engenharia, sediado em Rio Pardo. Por iniciativa sua, o batalhão conseguiu o encargo de construir a estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Em abril de 1906, foi promovido a tenente-coronel e substituiu, primeiro interinamente e depois como efetivo, o tenente-coronel Bento Ribeiro no comando do 2º BE.- 1906: A construção da estrada de ferro passou, por contrato, a uma empresa belga, e o batalhão recolheu-se à sua sede, em Rio Pardo. A incumbência seguinte do 2º BE foi a construção do ramal Cruz Alta-Ijuí, inaugurando o trecho entre Cruz Alta e Faxinal em 1910. O tenente-coronel Setembrino trabalhou ainda na construção do ramal entre São Borja e São Luís e na linha
--	--

--	--	--

	<p>telegráfica São Vicente-Santiago do Boqueirão, sempre no Rio Grande do Sul.</p> <p>- 1910: o marechal Hermes da Fonseca, candidato à presidência da República, visitou os trabalhos realizados pelo 2º BE no trecho Cruz Alta-Ijuí, e lá ficou conhecendo Setembrino de Carvalho. Impressionado com o que viu, depois de eleito e empossado insistiu com o comandante para que viesse para a capital federal. Assim, depois de 25 anos de serviços prestados no interior do Rio Grande do Sul, Setembrino assumiu a chefia de gabinete do ministro da Guerra, general Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, em 15 de novembro de 1911. Promovido a coronel no mesmo mês, manteve-se no cargo quando o ministro foi substituído pelo general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque (30/3/1912).</p> <p>- 1914: o ministro convocou o general Setembrino para cuidar da pacificação da luta nos campos de Palmas, área limítrofe</p>
--	--

--	--	--

	<p>reivindicada pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Conhecido como Guerra do Contestado, o conflito originara-se de uma disputa entre latifundiários paranaenses e catarinenses por terras para a criação de gado, e vinha desde 1840. Após a instalação da República, a situação agravava-se, pois passou para a competência dos estados o direito de concessão de terras devolutas, o que se deu em grande escala na área contestada. Com essas concessões, companhias estrangeiras puderam penetrar na área para construir uma estrada de ferro e instalar serrarias e colônias.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1915: Nomeado Diretor de Administração da Guerra. - 1916: elegeu-se pela primeira vez para a presidência do Clube Militar. - 1918: Promovido a general-de-divisão em janeiro de 1918, assumiu o comando da 2ª Divisão do Exército, com sede em Niterói. Com a nova divisão
--	--

			<p>territorial do Exército, foi encarregado de organizar a 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG) e compreendendo os estados de Minas Gerais e Goiás.</p> <p>- 1922: Em novembro de 1922, Artur Bernardes assumiu a presidência da República e designou o general Setembrino para o Ministério da Guerra. Em 1923, este foi novamente eleito presidente do Clube Militar, prova da consolidação de seu prestígio no seio do Exército.</p>
Odylio Denys	1892-1985	Ciclo revolucionário brasileiro	<p>- Na Escola Militar do Realengo (RJ) fez os cursos de infantaria e cavalaria. Declarado aspirante em abril de 1915, foi imediatamente destacado para servir em Bajé (RS). Em junho de 1921, foi promovido a primeiro-tenente. Em 1922 participou do levante deflagrado por jovens oficiais do Exército contra o governo federal, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas que marcariam a política brasileira na década de 1920.</p>

--	--	--

	<p>- 1930: A partir de 1º de novembro de 1930 passou a exercer o comando da Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar, pelo qual respondeu até agosto de 1931, quando foi transferido para o 2º Regimento de Infantaria (2º RI), igualmente sediado na Vila Militar, sem prejuízo do curso que começou a fazer na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob orientação da missão militar francesa.</p> <p>- 1933: Em 1933 foi convocado pelo ministro da Guerra, general Góis Monteiro, para servir como seu oficial-de-gabinete. Nessa função permaneceu de janeiro de 1934 a maio de 1935, quando foi indicado para cursar a Escola de Estado-Maior. Em setembro de 1937, foi promovido a tenente-coronel e imediatamente designado para comandar o 7º BC em Porto Alegre.</p> <p>- 1938: Em 13 de maio de 1938, Denis foi designado, por indicação de Getúlio Vargas para</p>
--	---

--	--	--

comandar o 1º BC em Petrópolis. Nesse mesmo mês foi promovido a coronel e nomeado comandante do Batalhão de Guardas da capital da República. Ficou apenas três meses no Batalhão de Guardas, retornando a Petrópolis, de onde só sairia em março de 1940. Em junho desse ano foi convidado para comandar a Polícia Militar do Distrito Federal.

- 1946: Em 1946 ocupou a secretaria geral do Ministério da Guerra, sendo enviado para comandar a 8ª Região Militar (8ª RM), em Belém. Em julho foi transferido para Santa Maria (RS), onde assumiu o comando da 3ª Divisão de Infantaria. Promovido a general-de-divisão em outubro, no mês seguinte passou a comandar a 1ª Divisão de Infantaria no Rio de Janeiro. Ali foi mantido até dezembro de 1948. Entre janeiro e fevereiro de 1949 comandou a 2ª RM, em São Paulo. Foi então elevado ao comando da Zona Militar Centro,

--	--	--

	<p>com sede na capital bandeirante, e que incorporava as unidades da 2ª e da 9ª RM. Em abril de 1950 foi designado para chefiar o Departamento Geral de Administração do Exército. Nesse posto, foi promovido a general-de-exército em agosto de 1952. Um mês depois embarcou para Porto Alegre, onde assumiu o comando da Zona Militar Sul.</p> <p>- 1960: O prazo concedido pela Lei Denis esgotou-se em agosto de 1958. Foi, porém, transferido por Juscelino para a reserva e reconvocato em seguida para o serviço ativo, conservando-se no comando do I Exército, já no posto de marechal, até 15 de fevereiro de 1960, quando foi nomeado ministro da Guerra. Todavia, após a vitória de Jânio em 3 de outubro de 1960, os oficiais da Cruzada não se mostraram passivamente favoráveis à continuação de Denis no ministério.</p> <p>1964: Depois de abril de 1964 não exerceu maior atividade</p>
--	---

			política ou militar. Em 1967 foi convidado pelo novo chefe da nação, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para ser presidente de honra da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado em 1966 após a extinção das antigas agremiações políticas pelo Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, para fortalecer as bases do governo no Congresso. Não aceitou a oferta, declarando que a militância partidária nunca fora objeto de suas cogitações.
Aurélio Lyra Tavares	1905-1998	<ul style="list-style-type: none"> - Domínio territorial do Estado, 1931 - História da arma de engenharia, 1942 - Quatro anos na Alemanha ocupada, 1951 - Território nacional, 1955 - Temas da vida militar, 1965 - A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil, 1965 - Além dos temas da caserna, 1968 - A independência do Brasil na imprensa francesa, 1973 e muitas 	<ul style="list-style-type: none"> - 1917-1922: estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Foi diretor da Revista Literária <i>A Aspiração</i>. - 1923-1925: . Entrou para a Escola Militar (1923) e foi declarado aspirante-a-oficial da Arma de Engenharia (1925). - Como cadete, foi diretor da Revista da Escola Militar e orador oficial da Sociedade Acadêmica. Diplomou-se bacharel em Direito (1929) pela Faculdade de Direito da

--	--

<p>outras conferências e discursos sobre temas militares</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Amazônia de Júlio Verne, 1973 - O Brasil de minha geração, 2 volumes, 1976-1977 - Brasil-França ao longo de cinco séculos, 1978 - Crônicas ecléticas, 1981 - Vilagran Cabrita e a engenharia de seu tempo, 1981 - Reminiscências literárias, 1982 - O centenário de Augusto dos Anjos, 1984 - Nosso exército, essa grande escola, 1985 - Aristides Lobo e a República, 1987 	<p>Universidade do Brasil, e engenheiro (1930), pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cursou a Escola do Estado-Maior do Exército (1936 a 1939), diplomando-se com honras e concluiu o curso de Comando e Estado-Maior do Exército norte-americano no Fort Leavenworth, Kansas (1943), onde foi observador militar junto ao exército norte-americano nas operações de invasão da África do Norte (1943). - Serviu no Estado-Maior do Exército (1943), tendo sido encarregado de organizar a Força Expedicionária Brasileira, a <i>FEB</i> (1943-1945) e foi subchefe (1945-1950) da Missão Militar Brasileira na Alemanha durante a ocupação daquele país. - Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército (1955), neste ano foi promovido a general-de-brigada e depois foi diretor de Comunicações do Exército (1958-1960), comandante da 2a Região Militar em São Paulo
--	---

--	--	--

	<p>(1962-1963).</p> <p>- 1964: Participou ativamente do movimento político (1964) que depôs o legítimo presidente João Goulart. Promovido a <i>general-de-exército</i> (1964), durante o governo Castelo Branco (1964-1967) foi comandante do IV Exército e passou a comandar a Escola Superior de Guerra, a <i>ESG</i> (1966) e, durante o governo Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército (1967-1969). Exerceu o cargo de presidente da República numa junta militar composta pelos ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, quando o presidente Artur da Costa e Silva foi afastado, por força do Ato Institucional nº 12/69, devido a uma trombose cerebral, 31 de agosto (1969).</p> <p>- Foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e recebeu numerosas condecorações nacionais e estrangeiras, em especial da</p>
--	---

			França, de Portugal, da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Peru e dos Estados Unidos.
José Caetano de Faria	1855-1936		<ul style="list-style-type: none"> - Foi ministro da Guerra durante o governo de Venceslau Brás, de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918. - Foi ministro do Superior Tribunal Militar, de 2 de julho de 1919 a 28 de julho de 1934.^[1]
Pedro Aurélio de Goes Monteiro	1889-1956	<p>- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciou sua carreira na Escola de Guerra de Porto Alegre chegando ao posto de General-de-exército - Ao longo dos anos adotou um viés legalista ao combater os Dezoito do Forte, o Tenentismo e a Coluna Prestes durante os anos vinte. - 1932: Comandou as tropas federais que debelaram a Revolução Constitucionalista de 1932 e com isso foi ungido Ministro da Guerra (1934-1935) do governo Getúlio Vargas ocupando tal posição até a escolha de Eurico Gaspar

--	--	--

[Dutra](#) como seu sucessor, o que não impediu Góes Monteiro de participar ativamente da decretação e manutenção do [Estado Novo](#) (1937-1945) evento que ajudou a consolidar seu [clã](#) como a força política dominante em [Alagoas](#) estado governado por dois de seus irmãos entre 1941 e 1945.

- Na época em que foi ministro da Guerra, elaborou a Doutrina de Segurança Nacional que inspirou várias leis a esse respeito tanto na Era Vargas quanto no regime militar de 1964. Em setembro de 1937, Góes Monteiro "descobre" o [Plano Cohen](#), que foi um planejamento falso, forjado pelo General [Olímpio Mourão Filho](#), de uma revolução comunista no Brasil. Esse plano foi posteriormente utilizado por Vargas como justificativa do golpe que deu origem ao Estado Novo.

- Góes Monteiro foi Chefe do Estado Maior do [Exército Brasileiro](#) entre [1937](#) e [1943](#),

--	--	--

retornando ao [ministério](#) nos últimos dias de Vargas no poder em [1945](#). Foi mantido no cargo no governo [José Linhares](#) e nos primeiros meses da gestão Dutra. Após deixar o poder foi eleito [senador](#) pelo [PSD](#) em 1947. No ano de 1945 seu irmão [Ismar de Góis Monteiro](#) havia sido eleito para esse mesmo cargo e em 1958 foi a vez de [Silvestre Péricles](#) chegar à Câmara Alta do país. No entanto, em 1950 Pedro Aurélio não conseguiu se reeleger e ainda rejeitou um convite para ser vice-presidente na chapa [varguista](#).

- Foi chefe do [Estado-Maior das Forças Armadas](#) entre 15 de fevereiro de 1951 e 1º de dezembro de 1952. A seguir, foi ministro do [Superior Tribunal Militar](#), de 15 de dezembro de 1952 até seu falecimento em 16 de outubro de 1956.

QUADRO BIO-BIBLIOGRÁFICO CHEFES DO ESTADO-MAIOR E OFICIAIS-GERAIS QUE TÊM PESQUISADO CRITICAMENTE E PUBLICADO TRABALHOS SOBRE HISTÓRIA DO EXÉRCITO

Augusto Tasso Fragoso	1869-1945	<ul style="list-style-type: none"> - A Revolução Farroupilha - História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai - Os Franceses no Rio de Janeiro 	<p>- 1893: participou da repressão à Revolta da Armada, que pretendia derrubar o governo de Floriano Peixoto.</p> <p>- 1908: viajou à Europa como membro do estado-maior do ministro da Guerra Hermes da Fonseca.</p> <p>1914: foi nomeado chefe da Casa Militar pelo presidente Venceslau Brás, permanecendo nessa função até 1917.</p> <p>- Implantou o Serviço Militar obrigatório.</p> <p>- 1918: Chegou ao Generalato.</p> <p>- 1922: foi designado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), onde destacou-se no processo de remodelação do Exército orientada por uma missão militar francesa. Exonerou-se da chefia do EME em 1929 por discordar do alijamento do órgão das decisões relativas à reestruturação do ensino militar no país.</p> <p>- 1930: Até então exclusivamente dedicado à sua carreira profissional e distante das lutas políticas, Tasso Fragoso recusou convite para participar da Revolução de 1930. O</p>
-----------------------	-----------	---	--

			<p>desenrolar dos fatos favorável aos revolucionários acabou, porém, por fazê-lo aceitar a sugestão do general Mena Barreto que propunha o seu nome para, na condição de oficial da ativa mais antigo do país, assumir o comando da operação militar destinada a afastar o presidente Washington Luís. Em seguida, junto com o próprio general Mena Barreto e com o contra-almirante Isaías de Noronha, fez parte da junta governativa que substituiu o presidente deposto e, após certa relutância, transferiu o poder a Getúlio Vargas, comandante das forças revolucionárias.</p> <p>- 1931: Voltou a chefia da EME.</p> <p>- 1933: foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), função que exerceu até 1938, quando aposentou-se compulsoriamente por limite de idade.</p>
Alfredo Malan d'Angione (Geógrafo e Pai de Alfredo Solto Malan)	1873-	- Coletânea de Impressões	<p>- Nasceu na Itália em 1873 e em 1885 sua família emigrou para o Brasil, instalando-se em Pelotas-RS.</p> <p>- 1887: a família mudou-se para o Rio de Janeiro.</p> <p>- 1889: Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha no curso preparatório.</p>

--	--	--

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- 1891: É desligado da Escola.- 1892: É rematriculado na Escola Militar, mais tarde sendo transferido para a Escola Preparatória do Ceará.- 1893: é promovido a Alferes-aluno de cavalaria.- 1895: é matriculado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, como Oficial- aluno.- 1896: É transferido para a Escola Militar do Rio Grande do Sul sendo matriculado no 1º ano do Curso Superior de Engenheiros Militar.- 1898: com a fusão das Escolas Militares no Rio de Janeiro, retorna à velha Escola Militar da Praia Vermelha.-1902: Diplomou-se Engenheiro Militar pela Escola Militar da Praia Vermelha, como bacharel em Matemática e Ciências Físicas.- Foi mandado estagiar na Estrada de Ferro Porto Alegre- Uruguaiana (EFPAU), como geógrafo estagiário, em Santa Maria.- 1903: É indicado para o cargo de Auxiliar da Comissão da Carta da República, em organização, encarregada de resolver o problema fundamental do levantamento cartográfico do país com sede em Porto Alegre-RS, depois denominada Carta Geral do Brasil (CCGB). |
|--|

Humberto de Alencar Castelo Branco	1897-1967	<ul style="list-style-type: none"> - Discursos 1964. - Os brasileiros constroem o seu futuro. - Política Externa e Objetivos Nacionais. - Estabilização, Desenvolvimento e Reformas. - A Revolução de 31 de março. - Síntese da mensagem ao congresso nacional. - Entrevistas 1964-1965. - Mensagem ao congresso nacional: 1966. - Mensagem ao congresso nacional: 1965. Mensagem ao congresso nacional. - A Revolução e o comunismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi um dos articuladores e o primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo Golpe de 64. - Iniciou sua carreira na Escola Militar de Rio Pardo-RS. - 1918: Ingressa na Escola Militar do Realengo, na arma da infantaria, tendo sido declarado aspirante a oficial em 1921, e, designado para o 12º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte. - 1923: Alcançou o posto de primeiro Tenente, e então foi para a Escola Militar de Realengo como instrutor de Infantaria em 1927. - Participou da Revolução de 1930. - Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. - 1938: Promovido a Major. - 1943: Promovido a Tenente-coronel. - Foi chefe da seção de operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália, permanecendo durante trezentos dias nos campos de batalha. - 1955: Ajudou a remodelação administrativa do Exército e apoiou o movimento militar chefiado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, que garantiu a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.
------------------------------------	-----------	--	--

			<p>- Como General de Brigada, foi comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Hoje essa Escola tem o nome histórico de Escola Marechal Castello Branco.</p> <p>- Atuou na Amazônia, foi comandante do IV Exército e no momento em que chegou à presidência da República era chefe do Estado Maior do Exército.</p>
Antônio Carlos da Silva Muricy	1906-2000	<p>- Palavras de um soldado</p> <p>- A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935</p> <p>- OBS: existem muitos outros livros. Bibliografia no CPDOC</p>	<p>- Em sua trajetória militar, Antônio Carlos Muricy ocupou, entre outros cargos, o de comandante do 3º Grupo de Obuses, sediado em Cachoeira do Sul (RS) (1946); assessor de gabinete do ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa (1947-1950); assessor do adido militar da embaixada brasileira em Washington (1956-1958). Quando General foi chefe do Estado-Maior do III Exército (1960-1961) e comandante da Infantaria divisionária da 7ª Região Militar, sediada em Natal, Rio Grande do Norte (1962-1963). Destacou-se como articulador do movimento golpista que deflagrou a ditadura civil-militar de 1964. Durante o período ditatorial foi chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (1966-1969) e chefe do Estado-Maior do Exército (EME) (1969-1970), participando, portanto, do auge do terror do Estado instalado com o Ato Institucional Nº</p>

--	--	--

5 e o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici.

- Antônio Carlos da Silva Muricy – o “general Muricy” – nasceu em 8 de junho de 1906, em Curitiba, Paraná, e faleceu em 30 de março de 2000, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de José Cândido da Silva Muricy e Josefina Costa Carneiro. Foi casado em primeiras núpcias com Ondina Pires de Carvalho, e em segundas núpcias com Virgínia Ramos da Silva. De intensa e ativa participação na articulação do golpe civil-militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart, dentre suas atividades destaca-se as de Chefe do Estado-Maior do III Exército, em 1960-1961; Comandante da 7ª Região Militar, em 1964-1966; chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, em 1966-1969; chefe do Estado-Maior do Exército, em 1969-1970. Também desenvolveu as seguintes atividades: Comandante do Terceiro Grupo de Obuses, em Cachoeira do Sul-Rio Grande do Sul (1946); assessor de gabinete do ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa (1947-1950); assessor do adido militar nos Estados Unidos (1956-1958); comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar, em Natal (1962-1963). Com a análise da documentação concernente

--	--	--

ao general Antônio Carlos Muricy custodiada pela Fundação Getúlio Vargas, vê-se seu grau de envolvimento com as forças golpistas que deflagraram o golpe civil-militar no Brasil. Dentre os documentos textuais – que compreendem documentos pessoais, atuação político-militar, diversos, e recortes de jornais – encontram-se, dentre outros, referências ao incidente que envolveu o general e o então deputado Leonel Brizola, em Natal, em maio de 1963; documentos referentes à “subversão” e à “guerra revolucionária”, elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional, produzidos pelos militares durante o período do governo Goulart; referências ao golpe civil-militar de 1964; os movimentos de oposição ao regime militar que o sucedeu; as sucessões estaduais de Pernambuco e Alagoas, em 1966; as reuniões entre Igreja e Estado para discussão de questões políticas e sobre a crise sucessória posterior à morte do presidente Costa e Silva. Dentre os documentos audiovisuais, encontram-se documentos visuais como os da movimentação de tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro; da “Parada da Vitória” em Pernambuco, em maio de 1964; conferências do general Muricy durante o governo militar e flagrantes de sua vida

--	--	--

pública nesse período, destacando-se seus encontros com os ditadores Humberto Castelo Branco, Ernesto Geisel, e João Figueiredo e militares americanos e sul-americanos. Também há registros de sua trajetória militar, como seus estudos na Escola Militar, e sua atuação como instrutor no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva-CPOR, na Escola Superior de Guerra.

No acervo do Programa de História Oral da FGV/CPDOC, há uma entrevista com o general Antônio Carlos Muricy, realizada de 17 de fevereiro a 20 de maio de 1981, subdividida em 22 partes (entrevistas), com duração total de 57 h. 20 min., contando com 768 páginas. Há um Sumário onde se elencam todos os assuntos levantados em cada uma das entrevistas, e assim tem-se, dentre outras, a abordagem de temáticas como “Método de trabalho na Escola Superior de Guerra; áreas estratégicas; doutrina de segurança nacional e SNI; a política e a ESG” (8ª Entrevista); “Brizola e Jango; Jânio Quadros e a renúncia; as Forças Armadas e o congresso em relação a Jânio Quadros e a renúncia; Brizola” (11ª Entrevista); “Contatos com o general Golbery e com o IPES”, (13ª Entrevista); “Últimos preparativos para o levante; os

--	--	--

civis na revolução; o IPES; general Golbery; os estados-maiores de Castelo Branco e de Costa e Silva na conspiração de 1964; levante em Minas Gerais” (14ª Entrevista); “Transferência para o Rio de Janeiro como comandante da 1ª Região Militar (1966); promoção a general-de-exército; no Departamento Geral do Pessoal; funções de general; o Exército americano e o Exército brasileiro; governo Castelo Branco; os radicais após a Revolução de 1964; as cassações; comentários sobre eleições; o AI-2; a arte da política; candidatura Costa e Silva; a questão das lideranças; política externa; morte de Castelo Branco; AI-5; governo Costa e Silva e estudos para uma nova constituição; Pedro Aleixo; agitações políticas no governo Costa e Silva” (18ª Entrevista); “Costa e Silva, comunicado de sua substituição; reunião do Alto Comando para escolha do general Médici; chegada do general Médici ao Rio de Janeiro; visita de Médici a Costa e Silva; reunião do Alto Comando para confirmar o nome do novo presidente e a nomeação do vice-presidente; escolha do ministério; a Emenda Constitucional nº 1; comentários sobre centralização de poder; critérios para a escolha do novo presidente; legitimação de Médici pelo Congresso; cassações; bodas de

			<p>ouro do general Médici; o governo Médici; censura, informação e tortura; passando a chefia do Estado-Maior para o general Malan (1970); passagem para a reserva (1970); atividades empresariais na vida civil; estatização e livre empresa” (22ª Entrevista). Diversos assuntos se repetem, e o material proporciona as informações dadas por um dos homens diretamente envolvido em conspirações e traições antes mesmo do golpe civil-militar, as ações para sua instalação e deflagração e o protagonismo de homens como Antônio Carlos Muricy na efetivação, sustentação e aperfeiçoamento da chamada por ele “Revolução de 64”</p>
Alfredo Solto Malan	1908-1982	<ul style="list-style-type: none"> - Missão Militar Francesa junto ao Exército brasileiro - Uma escolha um destino - Tendências da forma da Guerra - Fundamentos do pensamento e da ação do chefe militar - O Brasil e o seu Exército - Discursos e conferências 	<ul style="list-style-type: none"> - Filho do General Alfredo Malan D'Angrogne - 1915-1916: Iniciou seus estudos na Escola Pública Marechal Hermes em Porto Alegre e no Lyceé Janson-de Sally em Paris no período em que seu pai era Adido Militar na França (1920-1924) foi realizada no Colégio Santo Inácio; Colégio Militar e Curso Anexo da Escola Militar, todas no Rio de Janeiro-RJ. - 1928: Concluiu a Escola Militar do Realengo, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Engenheiro. - Durante sua carreira realizou todos os cursos obrigatórios com a peculiaridade de

--	--	--

ser convidado a permanecer como instrutor após a conclusão dos mesmos, fato inédito de concludentes da Escola Superior de Guerra da França, quando o então Tenente-Coronel Malan foi convidado a permanecer no Corpo Permanente da Escola, uma vez que não era aberto a estrangeiros.

- 1949: Passou a servir como corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

- Em 1950, houve a primeira turma que se forma na Escola Superior de Guerra, os oficiais do Corpo Permanente, foram considerados da turma de 1950, entre eles Ernesto Geisel, Antonio Carlos Muricy, Golbery do Couto e Silva, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Alfredo Souto Malan entre outros. Já nesta época, era Comandante o Marechal Juarez Távora.

- Comandou o Batalhão Escola de Engenharia, na Vila Militar, no Rio de Janeiro- RJ.

- No Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), chefiou a 3ª seção do Estado-Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes.

- 1960: promovido a General- de Brigada em 25 de novembro de 1960, quando exercia a chefia do Estado-Maior da 7ª Região Militar (RM), em Recife-PE.

- Como General foi Chefe do Estado-Maior do IV Exército, Chefe de Gabinete do EME,

--	--	--

Subchefe do EMFA, no período (1962-1964), sendo representante pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército, que era no momento o Gen Castello Branco, com o qual manteve um contato muito estreito.

- Exerceu o Comando da AMAN, Comando da 4ª RM, Diretor de Engenharia e Comunicações, Comando do IV Exército, Chefe do Departamento de Provisão Geral e Chefe do Estado-Maior do Exército (EME).

- 1972: Assim em 10 de maio de 1972, encerrou o Gen Malan seus quarenta e oito anos de atividade militar, exercendo a função que seu pai exercera quatro décadas atrás, como Chefe do Estado-Maior do Exército do Ministro Pandiá Calógeras.

- Foi um dos sócio-fundadores do Centro Brasileiro de Estratégia (CEBRES) e era sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

- Alfredo Souto Malan deveria tomar posse em sua cadeira de historiador militar no (IGHMB), no dia 9 de novembro de 1982, tendo como patrono o Duque de Caxias e ao lado do qual figura como patrono seu ilustre pai e geógrafo Alfredo Malan D'Angrogne. Mas quis o destino, que em 5 de novembro de 1982, quatro dias antes de sua posse, viesse a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em consequência de uma embolia pulmonar,

			<p>após uma operação de ponte de safena.</p> <p>- Em abril de 1997, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), designa o Gen Alfredo Souto Malan patrono da cadeira nº 37, num reconhecimento ao biógrafo e historiador.</p>
J. B. Mascarenhas de Moraes	1883-1968	<p>- <i>Marechal Mascarenhas de Moraes</i>, Memórias (Volume 1 e Volume 2)- Bibliex, 1984</p>	<p>- 1897: Ingresso na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.</p> <p>- 1904: Ingressou na Escola da Praia Vermelha – RJ.</p> <p>1930: Durante a Revolução de 1930, Mascarenhas manteve sua lealdade ao presidente Washington Luís e foi detido na madrugada de 4 de outubro pelos rebeldes liderados por Getúlio Vargas, ficando 38 dias preso.^[1] Na época ele ocupava o posto de tenente-coronel, comandando o 6º RAM, respondendo pela 3ª Brigada em Cruz Alta.</p> <p>- Após Liberação, Mascarenhas continuou sua carreira no Exército.</p> <p>- 1932: Foi colocado sob prisão pela segunda vez, quando proclamou o seu apoio aos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932 contra Vargas. Mais uma vez, após a derrota do levante, Mascarenhas foi liberado e não processado.</p> <p>- 1935: Em 1935, enquanto comandava</p>

--	--	--

a [Escola Militar do Realengo](#), Mascarenhas de Moraes tomou parte na luta contra a [Intentona Comunista](#) no Rio de Janeiro. Desta vez sua lealdade era com o governo constitucional de Getúlio Vargas. Em [1937](#), tornou-se general-de-brigada e foi transferido para comandar a [9ª Região Militar](#) (9ª RM) em Campo Grande, hoje no [Mato Grosso do Sul](#). No ano seguinte, foi nomeado comandante da [Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria](#), no [Rio de Janeiro](#)

- 1941: No ano de [1941](#) é designado comandante da [7ª Região Militar](#) (7ª RM), em [Recife](#). A partir desse momento começa a se engajar definitivamente nos misteres relativos à eventual preparação militar do Brasil para a II Guerra Mundial. Comandando a 7ª RM, passava a comandar a área estratégica mais importante do território brasileiro nessa hora de conflito.

- 1943: Foi nomeado comandante da **1ª DIE** (Divisão de Infantaria *Expedicionária*), a única da **FEB** (Força Expedicionária Brasileira).

1946: Após o fim da guerra, ele retornou ao Brasil e comandou a [Zona Militar Sul](#) entre 4 de abril e 29 de agosto de [1946](#).^[3] Ainda nesse ano, foi promovido a [Marechal](#), por ato do Congresso Nacional.

			<p>1953-54: Foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas entre 21 de janeiro de 1953 e 8 de setembro de 1954. Nesse período, acompanhou a crise política que levaria ao suicídio de Getúlio Vargas. Depois da morte do presidente, em agosto de 1954, retornou para a reserva e publicou as suas memórias, como comandante da Força Expedicionária Brasileira.</p> <p>1955: apoiou o Movimento de 11 de Novembro liderado pelo general Teixeira Lott, que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República.</p>
Estevão de Carvalho	1881-1970	- A paz do chaco: como foi efetuada no campo de batalha	<p>- Foi um dos fundadores da Revista <i>A Defesa Nacional</i>.</p> <p>- 1918-21: Adido Militar no Chile.</p> <p>- Chefe da delegação brasileira à Comissão Militar Neutra incumbida de executar o acordo de Paz entre o Paraguai e a Bolívia (Quetão do Chaco).</p> <p>- Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1942).</p>
José Pessoa	1885-1959	<p>- <i>"Os Tanks na Guerra Europeia"</i> Rio de Janeiro; Albuquerque & Neves, 1921</p> <p>- <i>"Diário de minha vida"</i>. Autobiografia, Rio, 1949</p>	<p>- 1903: Assentou praça em 1903 no 2º Batalhão de Infantaria em Recife, seguindo depois para a Escola Preparatória e de Tática em Realengo (Rio de Janeiro).</p> <p>- 1909: Transferiu-se em 1909 para a Escola de Guerra em Porto Alegre, de onde saiu aspirante-a-oficial.</p>

--	--	--

- Esteve à disposição do Ministério da Justiça, servindo na Brigada Policial do [Distrito Federal](#). Foi ajudante-de-ordens e assistente do comando da divisão de operações enviada a [Mato Grosso](#) para pacificar o estado em [1917](#), posteriormente servindo como ajudante-de-ordens e assistente do inspetor da 10ª Região Militar na [Bahia](#)

- 1917: Com a [entrada do Brasil](#) na [Primeira Guerra Mundial](#), em outubro de [1917](#), foi enviado no ano seguinte à [França](#) como um dos membros da Missão Militar preparatória que o exército brasileiro enviou à [Frente ocidental](#). Como oficial de [cavalaria](#), em rápido estágio na Escola Militar de [Saint-Cyr](#) aprendeu os fundamentos sobre a adaptação desta [Arma de Exército](#) à então recente invenção, o [tanque de guerra](#) e das táticas, até então desenvolvidas, concernentes à sua utilização em campo de batalha.

- 1920: Em seu retorno ao Brasil em [1920](#), foi nomeado em comissão especial para acompanhar os reis da [Bélgica](#), Alberto e Elisabeth. Pela sua experiência com carros de combate na Guerra Mundial participou da organização da primeira unidade de tanques do [Exército Brasileiro](#), permanecendo no comando deste [Esquadrão](#) até [1923](#), quando

--	--	--

então foi promovido a [major](#). Foi durante esta época que sua companhia de tanques foi a responsável por deter a marcha dos oficiais rebeldes em direção ao palácio do governo no episódio do [Levante do Forte de Copacabana](#) em 1922.

- Apesar de, ou por ser de uma importante família de políticos, José Pessoa era contrário ao envolvimento dos militares com a política.

- 1930: , foi nomeado ainda em novembro como novo diretor da [Escola Militar do Realengo](#), o então órgão responsável pela formação dos oficiais de carreira do exército brasileiro. Exerceu esse cargo de 19 de novembro desse ano até 7 de agosto de [1934](#). Nesse período, foi o idealizador, patrono e fundador do órgão que viria a substituir a Escola situada no Realengo, a [Academia Militar das Agulhas Negras](#), fundada em [1944](#), bem como dos novos símbolos do Exército: uniformes históricos, brasão, espadim e da criação do culto à figura de [Caxias](#).

- 1944: Eleito presidente do Clube Militar, assumiu o cargo em junho e ficou no cargo até 1946.

- Com o fim do Estado Novo, foi nomeado adido militar em [Londres](#) de [1946](#) a [1947](#). Entre 23 de julho de [1948](#) e 16 de setembro

--	--	--

de [1949](#), comandou a [Zona Militar Sul](#), em [Porto Alegre](#).

- Após passar à Reserva em setembro de [1949](#), no posto de [general-de-exército](#) (sua promoção a [marechal](#) ocorreria apenas em janeiro de [1953](#)), continuou participando ativamente da mobilização da opinião pública em favor de uma solução nacionalista para a questão do petróleo, participação que havia se iniciado ainda em 1948, durante a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), juntamente com Arthur Bernardes e os generais Estêvão Leitão de Carvalho e Júlio Caetano Horta Barbosa. Em torno do CEDPEN se articularam estudantes, jornalistas, militares, professores, entre outros. A [Campanha do Petróleo](#) como ficou conhecida, desembocaria no estabelecimento do [monopólio estatal](#) em [1953](#) e na consequente criação da [Petrobras](#) em [1954](#).

- 1954: foi convidado pelo então presidente [Café Filho](#) para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída. Em seguida, Café Filho homologou a escolha do sítio da nova capital e delimitou a área do futuro [Distrito](#)

			Federal , determinando que a comissão encaminhasse o estudo de todos. A Comissão de Planejamento e Localização da nova Capital, sob a Presidência de José Pessoa até 1956, foi responsável pela escolha do local exato onde hoje se ergue Brasília .
Antonio Leôncio Ferraz		- Apontamentos Genealógicos de D Francisco da Cunha Castello Branco	
Severino Sombra de Albuquerque	1907-2000	<ul style="list-style-type: none"> - História Monetária do Brasil Colonial - As duas linhas da nossa evolução política:1940 - Técnica de Planejamento:1941 - Formação da Sociologia: 1941 - Bases e diretrizes do ensino superior:1990 - Ciência e Libertação: 1991 	<ul style="list-style-type: none"> - 1929. Formou-se oficial militar pela Escola Militar do Realengo. - Em 1928, aos 21 anos, foi eleito membro da Academia Mariana de Letras, no Rio de Janeiro. - 1932: , era Tenente e fazia parte do Gabinete do Ministro do Trabalho Plínio Salgado; ao apoiar a Revolução Constitucionalista de S.Paulo, foi exonerado, preso,e depois exilado para Portugal, onde foi obrigado a permanecer um ano, de novembro de 1932 a novembro de 1933. - De volta ao Brasil, anistiado e promovido a capitão, foi convocado a servir na 5ª seção do Estado maior do Exército, repartição responsável pelo estudos históricos e geográficos. - Na área da Educação e Trabalho, foi chefe da Legião Cearense de Trabalho; fundador da 1ª Juventude Católica Operária criada nas

--	--	--

	<p>Américas; Diretor do Departamento de Estudo e Planejamento e Presidente do Conselho Técnico Consultivo da COFAP, Diretor Executivo da Comissão de Abastecimento do Nordeste e da Associação Brasileira de Planejamento; presidiu a Liga dos Professores Católicos do Ceará, estado onde foi membro do Conselho de Educação; na Escola Militar de Realengo foi professor de Sociologia, mesma função exercida no Curso dos Candidatos à Escola do Estado Maior do Exército; Diretor da Faculdade de Ciências Sociais; Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras; Coordenador Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra; Superintendente do Hospital-Escola Jarbas Passarinho; Presidente da Associação Brasileira de Centros Sociais e da Associação Cearense de Educação e Saúde; no Rio de Janeiro, foi Presidente da Associação Profissional das Entidades Mantenedoras das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro AMES, Presidente da Comissão Executiva Central do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Superior Particular; e Membro da Presidência Colegiada da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior ABM. Criou, em Vassouras, as</p>
--	--

--	--	--

Faculdades Integradas Severino Sombra que, em 1997 foram transformadas em Universidade Severino Sombra, na qual foi Presidente da Fundação Educacional. Presidente do Conselho Técnico Científico da Associação Brasileira de Pesquisa e Estudos Arqueológicos; Presidente da Associação Sul-Fluminense de Seleção de Recursos Humanos; Presidente de Honra da Liga Sul-Fluminense de Combate ao Câncer; e Diretor-Geral das Faculdades Integradas Severino Sombra.

- Escritor/jornalista: fundou os jornais *Folha dos Novos*, da linha de renovação intelectual católica; o *Ideal Legionário*, que expôs a Doutrina Social Cristã; promoveu o reaparecimento da *Revista Militar Brasileira* em 1936 e no ano seguinte criou a Biblioteca do Exército; em 1938 publicou a *História Monetária do Brasil Colonial*, hoje uma raridade bibliográfica; em 1940 publicou o *Guia do candidato à Escola do Estado Maior* e, para as comemorações centenárias portuguesas publicou *Pequeno Esboço da História Monetária do Brasil Colonial* e também *As Duas Linhas de Nossa Evolução Política*. Junto com Graciliano Ramos, escreveu na revista *Cultura Política*. Escreveu *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, sintetizando 10 volumes

			<p>de pronunciamentos do Presidente Getúlio Vargas. Dirigiu, no Brasil, a <i>Military Review</i>, revista oficial do Estado Maior do Exército Americano; em 1948 publicou o 1º trabalho sobre planejamento em língua portuguesa, a <i>Técnica de Planejamento</i>, que teve três edições. E colaborou em vários jornais com artigos e crônicas, além da publicação de teses, memórias, ensaios e conferências.</p> <p>- Na política/vida pública: Presidente do Partido Trabalhista Nacional PTN; Deputado Federal pelo Ceará, estado no qual exerceu o cargo de Secretário de Segurança; Assessor do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; Assistente do Ministro da Justiça.</p>
Altamirano Nunes Pereira	1893-1985	<ul style="list-style-type: none"> - Vozes da África - Bahia e suas experiências - A casa das Minas: contribuição ao estudo das sobrevivências daomeianas no Brasil 	
Raphael Danton Garrastazu Teixeira		- Resumo da Guerra do Paraguay 1931.	
Francisco José Pinto	1883-?	<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil e o Ciclo das Grandes Navegações - Os portugueses na Marinha de Guerra do Brasil - 	<p>- Foi chefe do Estado Maior do Governo Provisório de Getúlio Vargas, de 20 de julho de 1935 a 23 de novembro de 1938, e então chefe do Gabinete Militar, de 1 de dezembro de 1938 a 18 de setembro de 1942.</p>

Raul Bandeira de Mello	?	- Geobélica Brasileira	
João Borges Fortes	1870-1942	<ul style="list-style-type: none"> - O tupi na corografia do Rio Grande do Sul, 1930 - Troncos seculares, 1931 - A Estância, 1931 - Cristóvão Pereira, 1931 - Casais, 1932 - Francisco Pinto Bandeira, 1938 - Velhos Caminhos do Rio Grande, 1938 - Rio Grande de São Pedro - povoamento e conquista, 1940 	<p>- Ingressou na Escola Militar de Porto Alegre, onde formou-se em 1899 engenheiro militar, participou da Revolução Federalista, ao lado de seu irmão, Jônatas Borges Fortes.^[1] Participou ainda da Revolução de 1923.^[1] Casou com Maria Manuela Ferraz.</p> <p>- Com um discurso oficial, tornou-se confrade de uma plêiade de historiadores, teve um produção histórica significativa, publicada na década de 1930, em especial na <i>Revista do IHGRGS</i>, com assuntos relativos ao período colonial da história sul-rio-grandense.</p> <p>É patrono de uma das cadeiras da Academia Rio-Grandense de Letras. Assinava suas obras como <i>General Borges Fortes</i>, posto em que foi reformado, em 1924</p>
José Maria Moreira Guimarães	1864-1940	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Artilharia, 1895 - Estudos Militares, 1900 - Jogos de Guerra, 1905 - No extremo oriente, 1908 - Estudos e Reflexões, 1910 - Fragmentos, 1915 - Organização da Força Militar, 1916 - Variações filosóficas, 1920 	<p>- Sergipano de nascimento, Moreira Guimarães estudou em instituições militares, formando-se na Artilharia, Engenharia e Estado-Maior. Também especializou-se em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Filosofia e estudou Medicina até o 5º ano. No Exército brasileiro foi de Alferes até a patente de General, tendo participado da diretoria da Fábrica de Armas do Exército.</p> <p>- Na política, foi Deputado Federal pelo Sergipe, além de ser Adido militar do Brasil no Japão.</p>

			- Foi professor de matemática e filosofia e dirigiu e colaborou em diversos jornais e revistas do Brasil, Portugal e França. Publicou diversas obras de valor militar, entre os assuntos preferidos, estão: noções de artilharia, jogos de guerra, disciplina militar e sobre a liberdade humana. Era poliglota e entusiasta apologista do Esperanto . Pertenceu à Sociedade de Geografia de Lisboa , ao Instituto Histórico de São Paulo e foi o fundador da Sociedade Brasileira de Filosofia .
Emilio Fernandes de Souza Docca	1884-1945	- Causas da Guerra com o Paraguai, 1919 - As forças armadas na formação e defesa da nacionalidade, 1939 - Gente Sul-rio-grandense, 1940 - História do Rio Grande do Sul, 1954.	- Filho de José Fernandes de Sousa Docca e de Maria José da Rosa, ingressou no exército em 1899, em sua cidade natal. ^[1] Galgou todos os postos da arma de Intendência , até chegar a general, em 13 de junho de 1941. Fez o curso de Administração Militar de 1917 a 1921 e a Escola Superior de Intendência no Rio de Janeiro , em 1921.
Virgílio de Primo	?	?	- Como historiador, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul , do qual foi um dos fundadores, e ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e à Academia Riograndense de Letras .
Manoel Liberato Bittencourt	1869-1948	Psicologia de Alexandre Herculano. Rio de Janeiro : Francisco Alves, [s. d.]. 234 p.	- Engenheiro civil, militar e educador. Ainda major, afastou-se da carreira das armas para dedicar-se ao magistério na Escola Militar, onde se formara, e na

		<p>Classificação das sciencias. Prefácio Silvio Romero. 3. ed. corrigida e aum. Rio de Janeiro : Garnier, [s. d.]. 72 p.</p> <p>_____. Rio de Janeiro : Typ. Altina, 1904. 65 p.</p> <p>Geometria algébrica. Rio de Janeiro, 1892. Esta obra teve a 2. ed. com o título : Lições de geometria algébrica. (Em colaboração com Samuel Oliveira).</p> <p>Lições de geometria algébrica. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. 2 v. il. (Em colaboração com Samuel Oliveira).</p> <p>Matemática elementar : tratado de aritmética teórico, prático, filosófico e histórico. Rio de Janeiro : Cunha & Irmão, 1897. 327 p. (Em colaboração com Samuel Oliveira).</p> <p>Reforma do exército; questões de Estado-Maior. Rio de Janeiro : Typ. Altina, 1904. 217 p.</p>	<p>Escola de Estado Maior do Exército.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reformou-se como coronel, com graduação de general. - Publicou muitas obras técnicas sobre organização de ensino militar e reforma do exército. - Pertenceu a várias instituições culturais, entre elas a Sociedade Brasileira de Geografia. - Proprietário e diretor do Colégio 28 de Setembro. Foi também professor honoris causa da Universidade de Ciências de Roma. Foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1912, passando a honorário em 1931. Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1948.
--	--	---	---

		<p>Principes généraux d' organization des armées. 2. ed.. Rio de Janeiro : Laemmert, 1909. 58 p.</p> <p>Triplo ensaio psicológico; Adriano de Azevedo, Marechal Floriano e Marechal Hermes da Fonseca. Rio de Janeiro , 1910. 84 p.</p> <p>Reforma da instrução militar. Rio de Janeiro : Jornal do Comércio, 1911. 33 p.</p> <p>Psicologia do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1913. 11 p.</p> <p>Guerra contra o Paraguai; operações da esquadra. Rio de Janeiro : Jornal do Comércio, 1914. 63 p.</p> <p>Homens do Brasil; em todos os ramos da atividade e do saber de 1500 aos nossos dias. 2. ed. correta e aumentada. Rio de Janeiro : Typographia Mascote, 1917. 216 p. v. 1. Sergipe.</p> <p>Críticas e críticos; ligeiros ensaios de crítica, de polemica, de ciência e</p>	
--	--	---	--

		<p>de filosofia. Prefácio Sylvio Romero. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1919. v. 1.</p> <p>O caráter, psicologia da educação infantil; ou arte de tornar a vida mais longa, mais nobre e mais feliz. Rio de Janeiro : Typ. do Ginásio 28 de Setembro, 1920. 278 p.</p> <p>Curso completo de matemática elementar; para o uso de todos os colégios militares e militarizados do Brasil. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1921. 5 v.</p> <p>Ramos do saber; classificação das ciências e de todos os ramos da atividade e do saber. Prefácio Sylvio Romero. 4. ed. Rio de Janeiro : Typ. do Ginásio 28 de setembro, 1922. 86 p.</p> <p>Críticos e filosofia. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1923. 238 p.</p> <p>Em guarda. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro,</p>	
--	--	--	--

		<p>1924. 127 p.</p> <p>Rui Barbosa; ensaio psicológico. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1924.</p> <p>Primeiras lições de vernaculidade; difusão do ensino primário no Brasil. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1926. 19 p.</p> <p>Impurezas da linguagem no domínio científico. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1927. 276 p.</p> <p>Crítica e filosofia; questões vigentes de ciência, de arte e de filosofia. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1928-1930. 3 v.</p> <p>Afrânio Peixoto: romance psico-biográfico. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1929. 207 p.</p> <p>Mariano de Azevedo; ensaio psicológico. Porto Alegre : Globo, 1929. 25 p. il.</p>	
--	--	--	--

		<p>_____. 2. ed. Rio de Janeiro : Of. Graf. I. Amorim, 1940. 146 p.</p> <p>Educação nacional; de corpo, de cabeça, de coração. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1931. 95 p.</p> <p>Estudo da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1933. 351 p.</p> <p>Exame de admissão. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1933. 351 p.</p> <p>Duas dezenas de imortais; vivos alguns, outros desaparecidos. Rio de Janeiro : Oficina Gráfica do Ginásio 28 de Setembro, 1934. 2 v.</p> <p>Machado de Assis ou desrespeito a idolo acadêmico. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1934. 134 p.</p> <p>_____. 2. ed. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1939. 181 p.</p>	
--	--	---	--

		<p>Estilo através das páginas de meu romance. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1935. 69 p.</p> <p>Psicologia gramatical de falso Aristarco ou 3 mil erros de gramática. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1935. 150 p.</p> <p>École brésilienne de la vérité; nouveau systéne philosophique. Rio de Janeiro : Typ. du Gymnasse 28 de Septembre, 1936. 210 p.</p> <p>Mário de Alencar. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1936. 56 p.</p> <p>Vinditá; ou o conselheiro Lafaiete. Rio de Janeiro : Of. Graf. do Ginásio 28 de Setembro, 1936. 42 p.</p> <p>Olavo Bilac ou singular teorema de psicologia literária. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1937. 151 p.</p>	
--	--	--	--

		<p>Três unidades literárias; literatura comparada. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1937. 184 p.</p> <p>Pímulas ou romance psico-biográfico; novo teorema de psicologia literária. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1938. 255 p.</p> <p>Um atleta do pensamento ou o homem-sol do império; romance psico-biográfico. Rio de Janeiro : Gráfica do Ginásio 28 de Setembro, 1940. 486 p.</p> <p>Um grande artista da palavra (Afrânio Peixoto). [s. l.], 1940.</p> <p>Academia Brasileira de Letras; estudo crítico de patronos e ocupantes. Rio de Janeiro : Ginásio 28 de Setembro, 1943. 443 p. (Literatura comparada, 2).</p> <p>Singularidades educacionais do Colégio 28 de Setembro. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Colégio 28 de</p>	
--	--	---	--

		<p>Setembro, 1943. 23 p.</p> <p>Curso de admissão. Rio de Janeiro : Of. Gráf. do Ginásio 28 de Setembro, 1944. 191 p.</p> <p>Nova história da literatura brasileira; poetas do século XIX da letra N à letra Z. Rio de Janeiro : Colégio 28 de Setembro, 1946. 261 p.</p> <p>Nova história da literatura brasileira; prosadores nascidos no séc. XIX, da letra A à letra I. Rio de Janeiro : Colégio 28 de Setembro, 1947. 358 p. (Literatura artística, 5).</p> <p>Nova história da literatura brasileira; prosadores nascidos no séc. XIX, da letra J à letra Z. Rio de Janeiro : Colégio 28 de Setembro, 1948. 413 p. (Literatura artística, 6).</p> <p>Estudos sobre o autor:</p> <p>BARROS, Homero Batista de. Críticas e crônicas. [s. l.],</p>	
--	--	--	--

		<p>1936. p. 27-34.</p> <p>BLAKE, Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 6, p. 146-147.</p> <p>ENCICLOPÉDIA de Literatura Brasileira/Oficina Literária Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro : FAE, 1989. v. 1, p. 329.</p> <p>GRIECO, Agripino. Memórias. [s. l.], 1972. t. 1, p. 332-333.</p> <p>INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros. Rio de Janeiro : O Instituto, 1993. v. 3, p. 36.</p> <p>MENEZES, Raimundo. Dicionário literário brasileiro. São Paulo : Saraiva, 1969. p. 219.</p>	
Jonas Morais Correia	1903-1998	<ul style="list-style-type: none"> - Uma prisão de Floriano - O espírito de Caxias - Estudos de Português - Guia Prático para o ensino de 	<p>Aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro ingressou no Exército ao sentar praça na Escola Militar do Realengo em 1920 sendo afastado por</p>

--	--

<p>contabilidade bancária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caderno para conjugação de verbos, - Coleção de cadernos para o aprendizado de escrituração mercantil, - Cabe a Floriano a implantação do regime republicano?, - Cuauhtemoc e Cuairacá, dois símbolos irmãos, - Antologia ginásial (em coautoria) - Símbolos nacionais na Independência 	<p>participar da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Aluno da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e funcionário do Banco do Brasil tornou-se fundador em 1930 do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e no mesmo ano graduou-se em Contabilidade pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade passando a lecionar tal disciplina.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por conta da Revolução de 1930 foi reintegrado ao exército chegando a general de divisão. Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e da Escola Militar do Realengo serviu em Belém antes de graduar-se em Direito^[2] e dirigiu o Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro) trabalhando na Secretaria de Educação. - Com o fim do Estado Novo ingressou no PSD compondo sua comissão executiva, foi eleito deputado federal em 1945 e nessa condição elaborou a Constituição de 1946. - Derrotado ao buscar a reeleição pelo PSP em 1950 exerceu a direção do Colégio Militar do Rio de Janeiro, foi conselheiro da Biblioteca Nacional e assessor do Ministério da Educação. - Teve como último cargo o de orador
--	---

			do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e participou de instituições como a Associação Brasileira de Imprensa , Academia Carioca de Letras , dentre outras.
J. F. de Lima Mindello	1903-	<p>”Vendo, ouvindo e narrando – Notas de um militar em férias” (1952);</p> <p>“Biografia do General de Divisão Professor João Fulgêncio de Lima Mindêllo” (1954);</p> <p>“Marechal Odilon Bacelar Randolpho de Mello, centenário de nascimento” – (1963);</p> <p>Centenário do Desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro” – (1972);</p> <p>Notas histórias relativas ao Orfanato Dom Ulrico, fundado em 2 de abril de 1922 pelo Desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro” – (1972);</p> <p>“Depoimentos biográficos” – (1977);</p> <p>“Itaipava, recanto de repouso, calma, reminiscências, recordações, poesias” – (1983);</p> <p>“Um magistrado na política” –</p>	<p>- Fez o curso da Escola Militar, tendo participado da Revolução de 1922, combatendo no mesmo dia e hora em que Eduardo Gomes e seus companheiros enfrentavam as tropas do Governo no famoso evento conhecido como “os 18 do Forte”.</p> <p>- No Realengo, Frederico Mindêllo também se levantou com as tropas da Academia Militar, comandados pelo Marechal Denys.</p> <p>- Com a vitória do Governo Epitácio Pessoa sobre os revoltosos, todos os alunos que participaram foram desligados da Escola Militar. Em dezembro de 1930, quando houve a anistia, ele voltou ao Exército, tendo completado o curso em dois anos. Mal terminou o curso, rebentava em São Paulo a Revolução Constitucionalista, da qual participou.</p>

		(1985).	
José Lima Figueiredo	1902-1956	<ul style="list-style-type: none"> - Limite do Brasil, na Biblioteca de “A Defesa Nacional”; - Oeste Paranaense, premiado pelo Touring Club do Brasil, e Índios do Brasil, ambos da série Brasileira da Companhia Editora Nacional; - Terras de Mato Grosso e da Amazônia, editado pela S.A. - A Noite; - Grandes Soldados do Brasil (4ª edição) Editora José Olímpio. - Cidades e Sertões, Um ano de observação no Extremo-Oriente, na Biblioteca Militar; - No Japão foi assim, Editora Século XX; - O Acre e suas possibilidades, Fronteiras Amazônicas, Paraná Oeste, In: Revista Brasileira de Geografia; - Instrução de Transmissão, 	<ul style="list-style-type: none"> - No posto de Tenente Coronel, foi Comandante da Escola de Educação Física do Exército. - No posto de Coronel, foi adjunto do Gabinete do Ministro da Guerra em 1945. Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. - Ocupou a cadeira 39 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. - Cursou o colégio militar do Rio de Janeiro (onde conquistou o prêmio Anchieta conferido ao melhor aluno de História e Geografia do Brasil), a Escola Militar do Realengo; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado Maior. - Exerceu os seguintes cargos: Instrutor e professor da Escola Militar, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Aviação Militar, chefe do curso de oficiais da Escola de Engenharia, ajudante de ordens do excelentíssimo senhor Cândido Rondon, chefe da Secção de Cartografia da Inspeção de Fronteiras, chefe do Estado Maior da 8ª R.M em Belém do Pará em Belém do Pará, oficial de gabinete, por três vezes, do excelentíssimo senhor ministro Eurico Gaspar Dutra, adido militar em Tóquio e observador do incidente sino-japonês, comandante da guarnição de

		<p>transposição dos Cursos d'água para todas as Armas e sinalização a Braços e ótica, Editora Henrique Velho;</p> <p>O Japão por dentro, Editora por Dentro, coleção Paz e Guerra, Companhia Editora Nacional.</p>	<p>cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul e do 2º Batalhão de Portoneiros. Comandou e dirigiu o ensino da Escola de Educação Física do Exército na Urca. Foi diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.</p> <p>- Fez parte das seguintes instituições: sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da The National Geography Society de Washington, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Sulriograndense, consultor técnico de “Geografia Regional” do CNG, membro da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, membro da Comissão Redatora da Revista Brasileira de Geografia e da “Biblioteca Geográfica Brasileira”, detentor da cadeira General Couto de Magalhães no Instituto Militar de História e Geografia.</p>
P. Cordolino F. Azevedo	?	- História Militar do Brasil Vol 1 e 2 - 1950	<p>- Foi professor na Escola Militar do Realengo desde os anos finais da década de 1910, transferiu-se junto com a Escola para a cidade de Resende, onde atuou, aparentemente, nos primeiros anos.</p> <p>- Lecionou História Militar no curso de formação de oficiais combatentes do Exército por 26 anos.</p>

Paulo Cidade	1883-1968	<ul style="list-style-type: none"> - A Nossa gente, 1930 - Barão de Rio Branco, 1941 - Síntese de três séculos de literatura militar brasileira, 1959 - Nápolis e pouco mais - Ligeiras observações de um expedicionário, 1946 - O que é indispensável saber sobre as nossas intervenções no Rio da Prata, 1960 	<ul style="list-style-type: none"> - Durante o governo do marechal Hermes da Fonseca foi enviado junto com outros oficiais brasileiros a estagiar no Exército da Prússia. Ao retornar participa da fundação da revista "A Defesa Nacional". Foi um dos fundadores da Biblioteca do Exército. General, participou da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália como juiz militar. - Historiador, publicou diversas obras. Foi, junto com Mário Travassos um dos primeiros a estudar geopolítica no Brasil.
João Damasceno Vieira Filho	1900-1977	<ul style="list-style-type: none"> - Poeira Dourada (poesias, 1926) - À Sombra do Silêncio (poesias, 1956) - Confidências de Otávio Rosabela (romance, 1974) 	<ul style="list-style-type: none"> - Formou-se na Escola Militar do Realengo
Arnaldo Damasceno Vieira	1876-1951		
João Batista de Mattos (Militar Negro)	1900-	<ul style="list-style-type: none"> - Os Monumentos Nacionais. - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – 1968 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudou no Colégio Militar do Realengo.
João Manuel Borges Fortes	1872-1942	<ul style="list-style-type: none"> - O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande 	

Afonso de Carvalho	1880-1949		
Onofre Muniz de Lima	1891-1969	- Osório	<p>- Fez os preparatórios no Colégio Militar do Rio de Janeiro e Escola Militar de Porto Alegre, cursando em seguida a Escola de Artilharia e Engenharia de Realengo.</p> <p>- Fez brilhante carreira militar, culminando com o posto de General. Foi Delegado Substituto da Comissão de Limite e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai e adido militar do nosso governo no México.</p> <p>- Ingressou na política, candidatou-se ao Governo do Ceará e foi eleito Senador (1951/1959), tendo desempenhado importantes funções, inclusive a presidência da Comissão de Segurança Nacional, em nossa principal casa legislativa.</p>
Paranhos Antunes		<p>- Estudos de História carioca</p> <p>- História do grande Chanceler</p> <p>- Ideias heterogêneas e contraditórias</p> <p>- Conde de Porto Alegre</p> <p>- Episódios e perfis de 1835</p>	
Inácio José Veríssimo		<p>- Pombal, os Jesuítas e o Brasil</p> <p>- José Veríssimo visto por dentro</p> <p>- André Rebouças através de sua auto-biografia</p> <p>- Rosas – Um Luiz XI de</p>	

		Bombachas. Vol 1 e 2	
Luis de Araujo Correia Lima	1891-1930		<ul style="list-style-type: none"> - 1907, sentou praça, como soldado, no extinto 17º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre, onde prestou concurso para a Escola Militar. Aluno aplicado, permanentemente figurou entre os primeiros classificados nos cursos das Escolas Militares que frequentou: Escola Militar de Porto Alegre - Curso Fundamental; Escola Militar do Realengo - Curso de Artilharia; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado-Maior. - As atividades de vigilância do litoral e da costa brasileira, na região de Rio Grande, durante a Primeira Grande Guerra (com o 17º Grupo de Artilharia). - Foi instrutor da Escola Militar do Realengo, durante a missão indígena. - Combateu os revoltosos de 1924, com o 1º Grupo de Artilharia Pesada. - Idealizou os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) sendo o primeiro comandante do primeiro CPOR brasileiro, no Rio de Janeiro.

Cavalcanti Proença	1905-1966	<ul style="list-style-type: none"> - Ribeira do São Francisco, 1942. - Uniforme de gala (contos), 1953. - Roteiro de Macunaíma (ensaio), 1950. - Ritmo e poesia (ensaio), 1955. - Nove anos de praça, 1956. - Augusto dos Anjos. - No termo de Cuiabá. - Malaquias Corumbé. - Manuscrito holândes (romance). Mário de Andrade (ficção), Nossos Clássicos n.º 50, Agir, 1960. - Interpretação e crítica literária sobre José de Alencar (Obras completas). - Iracema. - Estudos Literários, 1971. - Literatura de cordel, 1971. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em 1918, ingressa no primeiro ano do Liceu Cuiabano, e no ano seguinte, no Rio de Janeiro (GB), matriculou-se no Colégio Militar, onde tinha direito a bolsa de estudos por ser órfão de militar. No colégio, freqüentava a biblioteca, entrando em contato com Camilo, Latino Coelho, Herculano, Garret, Eça de Queirós, Machado de Assis e Euclides da Cunha. - No 3.º ano, começou a colaborar em <i>A Aspiração</i>, jornalzinho da escola; ganhou o concurso de contos, publicou sonetos e crônicas, e tornou-se redator-chefe. - Em fins de 1923, voltou a Cuiabá (MT). - Ingressou na escola militar de Realengo (GB), cujo o ambiente era bastante agitado, devido às Revoluções de 1922 e 1924. Sendo desligado, foi para o IV Regimento de Cavalaria Divisionária, em Três Corações (MG); seguiu, depois, para o Paraná. - Em 1927, retornou a Três Corações, como terceiro sargento de cavalaria. - Em 1930 casou-se com Esmeralda Cavalcanti Proença, carioca (por coincidência tem o mesmo nome da genitora do escritor), de quem terá um filho, Ivan, que também seguirá a vida militar. Nesse ano, concluiu o curso da Escola Veterinária do Exército, no Rio de Janeiro. Formado
--------------------	-----------	--	---

--	--	--

dedicou-se a estudos de biologia e publicou vários trabalhos de pesquisas de zoologia e esteve, durante quase 2 anos, em missão cultural do Ministério do Exército, no Paraguai.

- De volta ao Brasil, continuou os estudos, não abandonando a literatura, lendo e escrevendo contos.

- Em 1940, após participar de concurso público para catedrático de Doenças Infecto-contagiosas e Parasitárias dos Animais Domésticos; Polícia Sanitária; Clínica, na Escola Nacional de Veterinária, fez jus aos títulos de Livre Docente da Cadeira e Doutor em Veterinária.

- Seu talento polimorfo levou-o a interessar-se por quirópteros, chegando a organizar uma notável coleção de morcegos brasileiros, bem como a colaborar com Cesar Pinto, na edição do compêndio *Doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos*, publicado em 1944, do qual consta um capítulo inteiro da sua lavra sobre Estrongilose equina.

- Em 1942, capitão, voltou ao Paraná, e reviu os lugares onde lutara ao lado de jovens brasileiros. Esteve no Nordeste, em perseguição à Coluna Prestes, desceu o São Francisco, viajando pelo sertão de Minas,

--	--	--

Bahia, Pernambuco, Piauí, sul do Maranhão, até Natividade, em Góias.

- Em 1945, no Paraguai, foi professor do Colégio Militar daquele país.

- Em 1951, recebeu primeiro prêmio no concurso de ensaios promovido pelo Governo de São Paulo, com *Roteiro de Macunaíma*, acerca da obra de Mário de Andrade.

- Em 1953, publica o primeiro livro de contos *Uniforme de gala*, revelou as excelentes qualidades de ficcionista.

- Em 1955, publicou *Ritmo e poesia*, ensaios sobre a estrutura da métrica, e, no ano seguinte, lançou *Nove anos de praça*, conto pertencente ao livro *Uniforme de gala*, publicou *Nove Histórias Reiúnas*, *Nove anos de Praça* e *Impressões de Leitura*, este em parceria com Lima Barreto, Assis Barbosa e Antonio Houaiss.

- Em 1960, publicou *Manuscrito Holandês*, livro de grande importância como êmulo de Macunaíma.

- Foi secretário de Educação e Cultura, no Estado da Guanabara, em 1961, durante o governo Sette Câmara, e assessor do Gabinete Militar do Presidente Juscelino Kubitschek.

			<p>- Em 1962, dedicou-se à redação de livros didáticos, tais como <i>Rio de Toda Gente</i>, e <i>Exercícios de Português</i>, rapidamente esgotados.</p> <p>- Sua última obra em vida, foi a <i>Edição do Centenário de Iracema</i>, lançada em 1965, um ano antes do seu falecimento. No ano seguinte, como escrito póstumo, registre-se o romance <i>O Alfêres</i>, sátira de uma época.</p> <p>- Eleito Patrono da 30ª Cadeira da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, em 10 de novembro de 1994, Manuel Cavalcanti Proença mereceu do membro titular respectivo, Prof. Hermann Gonçalves Schatzmayr, por ocasião da posse solene, o seguinte pronunciamento: Como militar, médico-veterinário, pesquisador de Manguinhos, escritor, crítico literário e homem público, tudo que fez, o fez bem feito e isto é quase tudo que se pode dizer de um homem.</p>
Carlos Sudá Andrade		- General Dr. João Severino da Fonseca, 1941	
José Felício de Lima			
João de Melo Moraes			
Tristão Alencar Araripe	1821-1908	<p>- Eleição de 1853 (Pernambuco Philopoemen, 1863);</p> <p>- Males Presentes (Pernambuco</p>	<p>- Passou por diversos cargos públicos, como juiz municipal de Fortaleza, em 1847; juiz de Direito de Bragança, na então Província do</p>

--	--

Philopoemen, 1864);

- História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850 (Tipografia do Jornal do Recife, 1867);
- O Rei e o Partido Liberal (Recife, 1869);
- Negócios do Ceará (Tipografia Imp. e Const. De J. Villeneuve & Cia., 1872);
- A Questão Religiosa, o Beneplácio e a Desobediência (1873);
- Como cumpre escrever a história pátria (1876);
- Patriarcas da Independência (1876);
- Consolidação do Processo Criminal do Império do Brasil (1876);
- Primeiras linhas sobre o processo orfanológico (1879);
- Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais (1880);
- Visconde do Rio Branco na Maçonaria (1880);
- Guerra Civil no Rio Grande do Sul (1881);
- Notícias sobre a Maioridade (1882);

[Pará](#), em 1854; juiz especial do Comércio, de [Recife](#); desembargador das Relações da então [Província da Bahia](#) e da Província de São Paulo (das quais foi presidente) e da Corte; presidente do [Rio Grande do Sul](#) e da Província do Pará; ministro do [Supremo Tribunal de Justiça](#); [ministro da Justiça](#) e da Fazenda (no governo do generalíssimo [Deodoro](#)); chefe de Polícia na então [Província do Espírito Santo](#) (1856), [Pernambuco](#) (1858) e [Ceará](#); conselheiro de Estado; presidente das províncias do Rio Grande do Sul e da então Província do Pará; deputado da província do Ceará (em três legislaturas); oficial da [Imperial Ordem da Rosa](#), por decreto de 24 de janeiro de 1874; e Membro de inúmeras associações culturais dentre elas o [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro](#) e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nomeado ministro do [Supremo Tribunal Federal](#) permaneceu no cargo até a sua aposentadoria, em 25 de janeiro de 1892.

		<ul style="list-style-type: none"> - 25 de março. O Ceará no Rio de Janeiro (1884); - Classificação das leis do processo criminal e civil (1884); - Código Civil Brasileiro (1885); - Neologia e Neografia Geográfica do Brasil (1885); - Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão (1885); - Independência do Maranhão (1885); - Movimento Colonial da América (1893); - Primeiro navio francês no Brasil (1895); - Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil (1896); - Primazias do Ceará (1903). <p>Relações do Império - Compilação jurídica (1874); "Patriarcas da Independência" - Conferência em 12 de março de 1876; Consolidação do Processo Criminal do Brasil (1876); "Como cumpre escrever a história pátria" - Conferência em 7 de fevereiro de 1876; Pode o cidadão brasileiro ser exautorado de sua nacionalidade por decreto do poder executivo?</p>	
--	--	--	--

		(1877); Julgamento de Nulidade na Relação (1879); Guerra Civil no Rio Grande do Sul - Memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1881); Classificação das Leis do Processo Criminal e Civil do Império do Brasil, ou, Código do Processo posto em ordem de matérias com toda a Legislação referente nas suas duas partes, criminal e civil (1884); 25 de março – O Ceará no Rio de Janeiro - Discurso histórico do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe na festa da sociedade cearense abolicionista no Rio de Janeiro (1884); Código Civil Brasileiro, ou, Leis Civis do Brasil dispostas por ordem de matérias em seu estado atual (1885).	
Djalma Poli Coelho (Missão Cruls – Presidente do IBGE)	1892-1954	Lista de estrelas utilizáveis na determinação simultânea da latitude e da correção do cronômetro - 1940	- Engenheiro geógrafo militar, dirigiu o Serviço Geográfico do Exército no período de 26 de março de 1946 a 18 de abril de 1951. Por sua iniciativa, foi criado o “quadro de topógrafos do Serviço Geográfico do Exército” (1946) e instalado o curso de Topografia para oficiais das Armas na Escola de Geógrafos do Exército, representou o

--	--	--

Ministério da Guerra, na fundação de Membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

- Polli Coelho teve efetiva participação na escolha de Brasília como nova capital do país. Em 1946, com a Revisão Constitucional, a mudança da capital do país para o Planalto Central foi incluída das Disposições Transitórias da Constituição. Assim, em novembro do mesmo ano, o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a “Comissão de Estudos para a localização da Nova capital do Brasil” sob a presidência do General Djalma Polli Coelho, então chefe do Serviço Geográfico do Exército, com a finalidade de ratificar os levantamentos efetuados no final do século XIX, pela Missão Cruls. Dedicou-se ao serviço do Exército por mais de 43 anos, tendo sido responsável pela primeira edição do “Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército”, em 1948.

- Em 1931/37 Capitão da turma 4 do Instituto Geográfico Militar (Aspirante Escola de Formação). Em 1934 publicou o livro "As Primeiras Lições de Cálculo Vectorial" editado no Rio de Janeiro. 1940- "Elongações Máximas" Subsídio ao Problema da Determinação do Azimute. Coleção Escola de Geógrafos do Exército,

			<p>Rio de Janeiro. Entre 1941/45. Durante a Segunda Guerra Mundial - O Serviço Geografico do Exercito (SGEx.) procedeu um levantamento de parte do litoral nordestino com o objetivo de defesa nacional (DEN) Destacamento Especial do Nordeste, chefiado pelo então Ten. Coronel, Djalma Polli Coelho. Em 1947 instituie-se então a Comissão de Estudos para a localização da "Nova Capital do Brasil" Presidida pelo então engenheiro militar, Djalma Polli Coelho, que ficou conhecida por "Comissão Poli Coelho", que à época ratifica as análises e o relatório final da missão Cruls, que foi considerado o marco gerador da definitiva questão da mudança da capital. A escolha da Localidade teve como base os conceitos geopolíticos e de estratégia militar recomendados pelo Gen. Polli Coelho. Brasília constitui a maior experiência atual em cidade projetada, única, dentro dos conceitos de arquitetura moderna. Hoje consolidada é um Patrimônio Histórico da Humanidade e símbolo da União Nacional, marco histórico de um discurso expansionista em direção ao interior. Em 1952 foi Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE).</p>
Valentim		Obra e vida do General Valentim Benício da Silva (Obra sobre o General)	

		<ul style="list-style-type: none"> - O Dia da Raça - O Lusiada na Formação do brasileiro - Juaréz Távora: uma vida, muitas lutas. - Caxias - A energia elétrica no Brasil - A República do Perú. Suas vias de comunicação. <p>- Existe uma biblioteca General Valentim Benício. Biblioteca do Exército - Biblioteca General Benício</p> <p>ENDEREÇO: Praça Marechal Hermes, s/n - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20220-430</p> <p>TELEFONE: (21) (21) 2457-4747 (Biblioteca)</p> <p>SITE: http://www.bibliex.com.br</p> <p>BIBLIOTECÁRIA: Marúcia Ujakova Correa (Servidora Civil)</p> <p>E-MAIL: uchinhajacov@hotmail.com</p>	
--	--	--	--

		<p>ÁREA DE ACERVO: Ciência Militar, História Geral e do Brasil, História Militar, Geopolítica, Ciência Política, Sociologia, Estratégia.</p>	
Walter Santos Meyer		<p>- Dicionário de termos militares</p> <p>- Antonio João</p>	
Meira Mattos	1913-2007	<p>- <i>Brasil Geopolítica e Destino</i>, Editora José Olímpio, Rio de Janeiro, 1975.</p> <p>- <i>A Geopolítica e as Projeções do Poder</i>, Editora José Olímpio, Rio de Janeiro, 1977.</p> <p>- <i>Uma Geopolítica Pan-Amazônica</i>, Biblioteca do Exército, 1980.</p> <p>- <i>O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época</i>, Biblioteca do Exército, 1983.</p> <p>- <i>Geopolítica e Trópicos</i>, Biblioteca do Exército, 1984.</p> <p>- <i>Geopolítica e Teoria de Fronteiras</i>, Biblioteca do Exército, 1990.</p>	<p>- Foi voluntário combatente pelas forças paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi cadete na Escola Militar do Realengo e como capitão participou da Segunda Guerra Mundial integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), no teatro de operações do Mediterrâneo. Foi adido militar na Bolívia e comandante do contingente brasileiro e da brigada latino-americana na intervenção da OEA na República Dominicana em 1965.</p> <p>- Foi comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, vice-chefe do gabinete militar do presidente Castello Branco, interventor federal nos estado de Goiás^[2], e vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington nos Estados Unidos. Obteve o grau acadêmico de Doutor em ciências</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - <i>Castello Branco e a Revolução</i>, Biblioteca do Exército, 2000. - <i>Geopolítica e Modernidade</i>, Biblioteca do Exército, 2002. 	políticas pela Universidade Mackenzie .
Frederico Rondon	1898	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo Brasil Central - Na Rodônia Ocidental - Índios do Brasil 	
Adalardo Fialho		- Problemas do Brasil	
Ayrton Freitas		- As repúblicas hispano-sul americanas: suas emancipações, suas guerras, seus heróis.	
Joaquim Rondon			
Aluísio Pinheiro Ferreira	1897-1980		<ul style="list-style-type: none"> - Foi um militar e político brasileiro que nacionalizou a Ferrovia Madeira-Mamoré e atuou para a criação do então Território Federal do Guaporé (atual estado de Rondônia), sendo seu primeiro governador entre 1943 e 1946. - Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1916 onde permaneceu até 1921 quando recebeu o posto de aspirante a oficial de artilharia. - Contemporâneo dos tenentistas, com o fracasso da Revolução de

--	--	--

1924 no Amazonas, alguns revolucionários internaram-se na região do Vale do Rio Madeira para não se entregarem aos legalistas enquanto o segundo-tenente Aluísio Ferreira fugiu para o Vale do Rio Guaporé onde, em Guajará-Mirim, trabalhou no Seringal Laranjeira, de Américo Cassara.

- Nesse local Ferreira trabalhou durante algum tempo na coleta da seringa, na preparação das pélas e na administração do barracão. Aproveitando a oportunidade que se oferecia, ele, um descendente dos índios Caetés, iniciou estudos sobre os indígenas regionais, notadamente os Makurape da região entre o Rio Corumbiara e Branco. Em 1928 apresentou-se às autoridades militares de Belém onde ficou preso por sete meses, sendo julgado e absolvido.

- Posto telegráfico de Santo Antônio do Rio Madeira Da prisão, Ferreira escreveu ao General Rondon, expondo o resultado de suas pesquisas sobre os indígenas do Guaporé e, ao ser libertado, encontrou-se com o sertanista que o convidou para assumir a subchefia do posto telegráfico de Santo Antônio do Rio Madeira (a 6 km de Porto Velho), cuja chefia pertencia ao

--	--	--

Tenente Emanuel Amarante. Tendo já servido como militar no [Norte](#) e no [Centro-Oeste](#) e participado da Revolução de 1924, em [1930](#) já estava integrado à vida política da região, tendo contato através de suas atividades, com os centros urbanos de Belém e [Manaus](#). Com a eclosão da [Revolução de 1930](#), Aluísio seguiu para Belém onde estava sendo cogitado para interventor do estado do Pará. Contudo, o cargo foi preterido pelo Tenente [Joaquim Barata](#) que assumiu o cargo. Aluísio, então, retornou a Santo Antônio do Rio Madeira e à chefia do posto telegráfico cujas atribuições o obrigavam a percorrer os rios e sertões da região que viria a ser Rondônia.

- Seu passado como revolucionário, ligado ao [movimento tenentista](#), dava-lhe credenciais junto ao governo provisório de [Getúlio Vargas](#). De sua condição de líder revolucionário ligado ao movimento vitorioso de [1930](#), valeu-se Aluísio para fazer a defesa do Marechal Rondon, então acusado de corrupção administrativa por lideranças revolucionárias do porte de [Juarez Távora](#) que, como Aluísio, era ex-aluno da [Escola Militar do Realengo](#). Da mesma maneira, valendo-se de sua condição de revolucionário o tenente Aluísio conseguiu impedir a derrubada dos postes na linha

--	--	--

telegráfica [Cuiabá](#)/Porto Velho/Guajará-Mirim.

- Em [1936](#), Aluísio faz um discurso sobre "Uma obra nacionalista no Oeste do Brasil: a rodovia Amazonas/Mato Grosso" em que defende a implantação de um território englobando parte das terras dos dois estados.

- Já em [1939](#), o Conselho de Segurança Nacional sugere ao presidente [Getúlio Vargas](#) a criação de territórios federais ao longo das regiões desabitadas do país. Aluísio Ferreira sugere o nome de Rondônia ao Território projetado para o alto Rio Madeira e que a capital seja na cidade de Porto Velho, com o nome de Caiari, em homenagem ao nome indígena do Rio Madeira.

- Pelo decreto-lei 5.812 de [13 de setembro](#) de [1943](#), o presidente Getúlio Vargas junta terras dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, criando o Território Federal do Guaporé com quatro municípios. O general Rondon, supostamente por desavenças com os revolucionários de 1930, rejeita a proposta de ser seu patrono. No dia [24 de novembro](#) daquele ano, o coronel Aluísio Ferreira toma posse na Capital Federal Rio de Janeiro como primeiro governador do recém-criado

			<p>Território. D. Bento Aloisio Masella, núncio apostólico do Vaticano no Brasil, designa como padroeira do Território Nossa Senhora de Nazaré. Somente em 24 de janeiro de 1944 é que Aluísio assume o governo e instala o Território, em ato no Colégio Barão do Solimões na capital do Território.</p>
Otávio Castro	1905-1989		
Omar Chaves			
Humberto Peregrino	1911-2003	<ul style="list-style-type: none"> - 1941: Desencontros - 1942: Imagens do Tocantins e da Amazônia - 1948: Dionísio Cerqueira: estudo biocrítico. - 1949: Idéias sobre assistência e educação alimentares no Brasil – Editora SAPS. - 1949: à Margem do problema alimentar brasileiro - Editora SAPS. - 1954: Vocação de Euclides da Cunha – Editora Ministério da Cultura. - 1956: Significação do Marechal Hermes – Editora Bibliex. - 1958: Nossas vidas, nossas almas 	<p>- Entre as muitas e variadas projeções de sua vida cultural, brilhante e intensa, destaco a singular e marcante direção de Humberto Peregrino da Biblioteca de Exército de 1954/60, da qual também é o seu historiador com a obra lançada no IHGB: A Biblioteca do Exército - um capítulo da História Cultural do Brasil, na qual não figura o ano e o editor. Mas sei que foi editada pelo SENAI, por iniciativa de seu presidente nacional por 12 anos, nosso confrade Cel Arivaldo Silveira Fontes. Aliás a ele devemos a edição de nosso livro O Exército na Proclamação da Republica em 1989, obra 1º lugar em concurso da Biblioteca do Exército, mas que não seria publicada por</p>

		<p>– Editora Bibliex</p> <p>- 1959: Três Mulheres.</p> <p>-1960: As armas atômicas e a atualidade militar – Editora Bibliex.</p> <p>- 1967: História e projeção das instituições culturais do Exército – Editora Coleção Documentos Brasileiros – Livraria José Olympio.</p> <p>- 1995: História da Biblioteca do Exército – Editora Bibliex.</p> <p>- Técnica e cultura – reflexões sobre Euclides da Cunha.</p> <p>- Osório, o homem.</p> <p>- Augusto Severo, pioneiro e mártir da conquista do ar.</p>	<p>ela. E outros escritores e entidades militares devem ao Cel Arivaldo, nosso ilustre vice presidente da AHIMTB, gratidões semelhantes. Recordo por exemplo, o saudoso confrade e amigo General Jonas Correia, centenário este ano, que teve publicado pelo Cel Arivaldo sua valiosa obra sobre Símbolos Nacionais.</p> <p>- Com o objetivo de despertar e amparar novas vocações de escritores militares para alimentarem uma corrente do pensamento militar brasileiro, Humberto Peregrino criou os prêmios Tasso Fragoso, Pandiá Calógeras e Franklin Dória e muito concorridos em seu tempo, conforme sua História da BIBLIEx. Com o retorno da FEB, vitoriosa da Itália, preocupou-se em preservar a sua memória, editando diversos livros a ela relacionados como o Fontes de História da FEB, do patrono em vida de cadeira na AHIMTB, Cel Francisco Ruas Santos, que fora comandante de Companhia do Regimento Tiradentes na Itália. Esforço do General Peregrino que lhe valeu este reconhecimento do hoje também patrono de cadeira na AHIMTB, o Marechal Mascarenhas de Moraes. "Que a Biblioteca do Exército continue a ser o regaço da FEB."</p>
--	--	--	--

Lauro Alves Pinto			
Adailton Pirassununga		- O ensino militar no Brasil colônia	
Ferdinando de Carvalho		Os sete matizes do vermelho Os sete matizes do rosa Lembraí vos de 35. O Arraial O Comunismo no Brasil	
Salim de Miranda Amyr Borges Fortes			
Waldemiro Pimentel			
Edmundo Macedo Soares	1901-1989	<ul style="list-style-type: none"> - Um construtor do nosso tempo - O Ferro na história e na economia do Brasil - As instituições de Comércio e Indústria no Brasil - Rui Barbosa: Discurso na Academia fluminense de Letras. - Discursos aos Fluminenses 1948-1949 - Rumos da Companhia Siderúrgica Nacional - Falando aos fluminenses 	<ul style="list-style-type: none"> - Com diversos membros de sua família tendo ocupado cargos importantes na política brasileira, ingressou, em 1918, na Escola Militar do Realengo (predecessora da Academia Militar das Agulhas Negras), tendo tomado parte do movimento militar contra o governo do presidente Epitácio Pessoa em 1922, cuja eclosão inaugurou o ciclo de revoltas tenentistas. Após esse levante, ficou preso até 1925 no presídio da Ilha Grande, no litoral fluminense, quando conseguiu fugir, partindo então para o exílio

--	--	--

na Europa.

- Após se formar em Engenharia na França e tendo se especializado em metalurgia, voltou ao Brasil após a anistia dada após a Revolução de 1930.

- Após o seu retorno, começou a participar de debates sobre a implantação da siderurgia nacional e, em 1931, passou a integrar a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos e posteriormente a Comissão Nacional de Siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra.

- Com o projeto apresentado por Macedo Soares ao Conselho Técnico de Economia e Finanças em 1938, que propunha a utilização de um capital misto (nacional e estrangeiro) para a construção de uma usina siderúrgica de grande porte no país, surgiram as bases para a implantação, a partir de 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no então Volta Redonda no município de Barra Mansa, no sul do estado do Rio de Janeiro.

- Após anos de negociações, lideradas por Macedo Soares, na Europa e nos Estados Unidos, sobre a implantação de uma siderúrgica no Brasil e tendo essas se mostrado inviáveis, o governo federal decide construir uma usina estatal com apoio de empréstimos do Eximbank estadunidense,

--	--	--

sendo então nomeado para a presidência da *Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico* em 1939.

- Com o começo da construção da CSN, Macedo Soares é nomeado para ser o seu diretor-técnico, desde o início das obras em 1942 até seu término e entrada em funcionamento em 1946, comandando, em conjunto, a construção de parte da cidade de Volta Redonda.

- Após ser Eurico Gaspar Dutra empossado como presidente da República, foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas no ano de 1946, seguindo no cargo até sua eleição como governador do estado do Rio de Janeiro, em agosto daquele ano, apoiado pelos maiores partidos na época (UDN, PSD e PTB).

- Governou o estado de 1947 até 1951, dando início a um programa de incentivo às cooperativas agrícolas e também ao desenvolvimento das indústrias de base (cimento, siderurgia, etc.) por todo o território fluminense.

- Foi ainda presidente da ACESITA, em Minas Gerais, após sua saída do governo fluminense, tendo sido nomeado presidente da CSN entre 1954-1955. Foi ainda presidente do conselho consultivo

--	--	--

da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), indo nos anos 60 para a iniciativa privada, ocupou a vice presidência da Mercedes Benz, sendo em 1964 eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e assumindo, logo após, a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

- Durante o governo de Costa e Silva exerceu o cargo de ministro da Indústria e Comércio, dedicando-se até o fim da vida à indústria privada.

- Macedo Soares não se projetou somente na industrialização civil do Brasil, como em nossa indústria bélica, traduzida pela Fábrica de Projeteis (Granadas de Artilharia) do Andaraí , no Rio , a qual foi incumbido de organizar e nela aplicou seus conhecimentos de fabricação de granadas de Artilharia que adquirira, em 1933, na empresa Breda, em Milão na Itália, em estágio sobre Forno Elétrico . Oportunidade em que furtivamente e discretamente assistiu e anotou dados sobre a fabricação de granadas de Artilharia ,conforme nos confidenciou. Colaborou também na instalação das fábricas do Exército em Bom Sucesso e Juiz de Fora , que junto com as fábricas militares de Curitiba, Piquete, Itajubá , Caju e arsenais de

--	--	--

guerra do Rio de Janeiro e de General Câmara constituíram promissora base da Indústria Bélica do Brasil, a qual depois da 2ª Guerra Mundial foi progressivamente desmontada e substituída pela IMBEL .

- Lecionou Metalurgia do IME de 1932-43 , por 9 anos ,bem como nas na escolas politécnicas do Rio de Janeiro e São Paulo e na PUC do Rio .

- Seu esforço na implantação de uma grande siderúrgica no Brasil e de uma Indústria Bélica do Exército , decorrera de seu sonho ,junto com um grupo de militares patriotas, revolucionários na década de 20 , e em grande parte ex alunos da Missão Indígena da Escola Militar do Realengo , de transformarem o Brasil numa nação forte econômica e militarmente, como a única forma de manter a sua Independência e Soberania. E ,assim ,a grande siderúrgica que ele ajudou a concretizar de 1941-46, era para ele vital para a manutenção da Defesa e Segurança Nacional, num mundo abalado pela 2ª Guerra Mundial , com nações lideradas por governos totalitários ,em busca da conquista de espaços vitais.

- O Gen Edmundo foi eleito sócio honorário

--	--	--

do IHGB em 19 ago 1960, quando conselheiro do COSIPA. Efetivo em 17 dez 1977 e benemérito em 17 abr 1975. Ao falecer em 18 ago 1989, aos 88 anos ,era o 2º vice presidente do IHGB e o presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil(IGHMB) . Era sobrinho do historiador ,ministro e embaixador José Carlos Macedo Soares que foi presidente perpétuo do IHGB.

- Vale aqui lembrar dois grandes historiadores que foram expoentes na implantação, preservação da Industria Bélica do Exército. Foram os generais Edmundo Macedo Soares e Francisco de Paula Azevedo Pondé membros e ex presidentes assinalados do IGHMB e membros atuantes do IHGB , cuja Diretoria integraram e hoje consagrados , com justiça na voz da História, patronos de cadeiras na Academia de História Militar Terrestre do Brasil(AHIMTB) . Personalidades singulares de patriotas que tivemos a subida honra de conviver e deles aprender valiosas lições e que foram professores no IME e cujas vidas e obras são dignas de serem seguidas pelas atuais e futuras gerações de engenheiros militares do nosso Exército , em suas missões de contribuírem, com suas especialidades ,para o crescente índice de

			operacionalidade do Exército no cumprimento de sua missão constitucional , em especial a Defesa Militar do Brasil .
Otávio Costa			
Raul Silveira de Mello	1882-1984	<ul style="list-style-type: none"> - A Epopéia de Antonio João - Para além dos bandeirantes - Corumbá Albuquerque e Ladário - Coronel Ricardo Franco - História do Forte de Coimbra Vol 1 ao 4 - Geobélica brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> - . Foi um memorialista e militar e dedicou parte de sua vida a Forte Coimbra (distrito do município de Corumbá). - Membro do Instituto Histórico e Geografia do Mato Grosso do Sul
Major Antonio de Souza Junior		<ul style="list-style-type: none"> - <i>Do Recôncavo aos Guararapes</i>. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1942. - Aspectos militares da 1ª batalha dos Guararapes. <i>Revista do Arquivo Público de Pernambuco</i>. Recife, 1949. 	
Silveira Prado			
J. Campos de Aragão		<ul style="list-style-type: none"> - A intentona comunista de 1935 - Histórias para Soldados - Folhas Amarelas - Topografia do Sargento - Guardando céu nos trópicos: ilha de Fernando de Noronha 	

Azevedo Pondé		- A defesa do Porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos	
Aguinaldo Senna Campos	1900-1987	- Logística para a invasão	<p>- Oficial superior, diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Senna Campos era membro permanente da Escola Superior de Guerra e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, e um dos fundadores da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (1952). Ao longo de sua carreira militar exerceu diversas funções e comandos no Exército brasileiro: oficial de ligação da força expedicionária brasileira junto ao 5º Exército Americano, e representante do Estado-Maior do Exército na Comissão Parlamentar da Valorização Econômica da Amazônia.</p> <p>- Presidente do IBGE de 1964-1967, em sua administração foram criados Grupos Especiais de trabalho, com o objetivo de intensificar e aperfeiçoar toda mecânica de trabalho do sistema estatístico nacional. A proposta era que discutissem e avaliassem as necessidades anuais para o processamento de dados, os gastos com equipamentos, a disponibilidade de mão de obra especializada para aproveitamento como operadores e programadores, entre outros procedimentos. Senna Campos contou, para isso, com significativos colaboradores. Neste período</p>

			ainda, foram celebrados importantes convênios, como com o Ministério da Educação e Cultura, que possibilitou a realização do 1º Censo Escolar Nacional, que pesquisou a população existente em 31 de Outubro de 1964, e, especificamente, as crianças vivas nascidas desde 1º de janeiro de 1950.
Langleberto Soares			
Figueiredo de Lobo			
Riograndino Costa e Silva	1904-1993	<ul style="list-style-type: none"> - Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. - A História de Minha Terra - Brasilidade: A Revolução de 5 de Julho de 1922 - São José de Taquari - Quatro vidas gloriosas - Apontamentos para a história da 3ª região militar 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar do Realengo, participando da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, desligado do exército por este motivo até 1930, quando foi anistiado.^[3] Em 1927 bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - É patrono da cadeira 13 da Academia Literária do Vale do Taquari.